GUIA DE FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA E A GENEALOGIA AÇORIANA

POSSIBILIDADES DE PESQUISA NOS AÇORES/PORTUGAL E NO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE PORTO ALEGRE

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA

GUIA DE FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA E A GENEALOGIA AÇORIANA

Possibilidades de pesquisa nos Açores/Portugal e no Rio Grande do Sul/Brasil

EVANGRAF / ISCMPA
Porto Alegre, 2022

Ministério do Turismo e Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre

Provedor
Alfredo Guilherme Englert

Vice-Provedores
Vladimir Giacomuzzi
Vilson Darós
Eduardo José Centeno de Castro

DIREÇÃO EXECUTIVA

Diretor-Geral
Julio Flávio Dornelles de Matos

Diretor Médico e de Ensino e Pesquisa
Antonio Nocchi Kalil

Diretor Financeiro
Ricardo Englert

Diretor Técnico
Ricardo Gallicchio Kroef

Diretora de Operações
Gisele Alsina Nader Bastos

Diretor de Relações com o Mercado
Oswaldo Luis Balparda

Diretor Administrativo
Jader Pires

Gerente do Centro Histórico-Cultural Santa Casa
Andrea Schüür Macagnan

Coordenadora do Centro Histórico-Cultural Santa Casa
Denise Viana Pereira

PROMOÇÃO

GOVERNO DOS AÇORES

Casa dos Açores do Rio Grande do Sul

REALIZAÇÃO

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

CHC Centro Histórico Cultural Santa Casa Porto Alegre

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Copyright: Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre
1ª edição: 2022

Direitos reservados desta edição
Irmandade da Santa Casa
de Misericórdia de Porto Alegre

Organização
Véra Lucia Maciel Barroso
Vanessa Gomes de Campos

Colaboração
Edna Ribeiro de Ávila
Giovanna Adam Ferreira
Cibele dos Santos de Freitas Estlin

Revisão
Edna Ribeiro de Ávila
Giovanna Adam Ferreira
Véra Lucia Maciel Barroso

Produção Gráfica
Evangraf

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G943 Guia de fontes documentais para a história e a genealogia açoriana [recurso eletrônico] : possibilidades de pesquisa nos Açores e no Rio Grande do Sul / Centro Histórico-Cultural Santa Casa. – Porto Alegre : Evangraf : ISCMPA, 2022.
3.37 Mb ; ePUB.
349 p.
ISBN 978-65-5699-158-7

1. Açores - História. 2. Açores - Genealogia. 3. Arquivos históricos - Rio Grande do Sul. 4. Arquivos históricos - Açores. I. Centro Histórico-Cultural Santa Casa.

CDU 929.5(469.9)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

SUMÁRIO

Prefácio
José Andrade 9

Apresentação
Véra Lucia Maciel Barroso 11

PARTE I – ARQUIVOS DOS AÇORES/PORTUGAL

- Arquivo Regional de Ponta Delgada (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada/São Miguel) 20
- Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro (Angra do Heroísmo/Terceira).....23
- Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (Horta/Faial) 25

PARTE II – ARQUIVOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) 33
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) 69

PARTE III – ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

- Arquivo da Diocese de Bagé 87
- Arquivo da Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul.....90
- Arquivo da Cúria Diocesana de Cruz Alta.....93
- Arquivo da Mitra Diocesana de Osório.....96
- Arquivo da Arquidiocese de Passo Fundo.....99
- Arquivo da Arquidiocese de Pelotas.....103
- Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre).....107
- Arquivo da Mitra Diocesana de Rio Grande 114
- Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Santa Maria 117
- Arquivo de Registros de Batismo e Matrimônio da Diocese de Santo Ângelo 121
- Arquivo da Diocese de Uruguaiana 125
- Arquivo da Mitra Diocesana de Vacaria.....127

PARTE IV – ARQUIVOS DE INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFIOS (ESTADUAL E MUNICIPAIS) – RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Arquivo).....131
- Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (Arquivo).....134
- Acervo Digital da Documentação Municipal de Jaguarão: Convênio do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão e Universidade Federal do Pampa .138
- Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (Arquivo) 144
- Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga (Arquivo) 147

PARTE V – ARQUIVOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

- Centro de Documentação e Periódicos da Câmara Municipal de Alegrete...152
- Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade 154
- Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete Professor Danilo Assumpção Santos/CEPAL.....160
- Museu Municipal Visconde de Mauá de Arroio Grande (Arquivo) 163
- Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda (Bagé).....165
- Museu Dom Diogo de Souza de Bagé (Arquivo).....167
- Arquivo Histórico Municipal Nicolau da Silveira Abrão de Caçapava do Sul.179
- Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul Carlos Salzano Vieira da Cunha 181
- Arquivo Histórico do Museu Municipal Divino Alziro Beckel de Camaquã....187
- Arquivo Histórico de Cruz Alta.....189
- Arquivo do Museu Paulo Firpo de Dom Pedrito.....192
- Arquivo da Prefeitura de General Câmara 199
- Arquivo da Paróquia de General Câmara.....201
- Arquivo Histórico de Gravataí Antônio Soares da Fonseca 202
- Arquivo Municipal Professor Osmar Hences de Herval (Arquivo).....204
- Arquivo Municipal da Câmara de Vereadores de Itaqui 206
- Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo: acervo de Lagoa Vermelha 208
- Arquivo Histórico e Geográfico Maria Eunice Müller Kautzmann de Montenegro 214
- Arquivo Histórico Municipal Antônio Stenzel Filho de Osório 217
- Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo: acervo de Passo Fundo 222
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho 228
- Biblioteca Rio-Grandense de Rio Grande (Arquivo) 238
- Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo 240
- Museu Municipal de Rosário do Sul (Arquivo) 257
- Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul.....259
- Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.....261

- Arquivo da Prefeitura Municipal de Santiago 265
- Arquivo da Câmara Municipal de Santiago 267
- Arquivo Histórico Augusto Cesar Pereira dos Santos de Santo Ângelo 269
- Arquivo Histórico de Santo Antônio da Patrulha Coralia Ramos Bemfica 272
- Arquivo Histórico Municipal de São Borja 283
- Arquivo Público Municipal de São Francisco de Assis 285
- Arquivo Municipal de São Gabriel 289
- Arquivo Público Municipal de São José do Norte 292
- Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (Arquivo) 294
- Arquivo Público Municipal de São Sepé 297
- Arquivo Histórico Municipal de Soledade 300
- Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo: acervo de Soledade 305
- Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Taquari 310
- Arquivo Histórico Municipal de Uruguaiana 314
- Arquivo Público e Histórico de Vacaria 324
- Arquivo da Câmara Municipal de Vacaria 326
- Arquivo Municipal de Viamão 328

PARTE VI – ARQUIVO DO CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE PORTO ALEGRE-RS/BRASIL

- Arquivo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre 333

PROTOCOLO DE INTENÇÕES: AÇORES/PORTUGAL E RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

- Protocolo de Intenções para a elaboração do Guia de Fontes Documentais para a História e a Genealogia Açoriana: possibilidades de pesquisa nos Açores/Portugal e no Rio Grande do Sul/Brasil 343

Quem não pode lembrar o passado não pode sonhar o futuro e, portanto, não pode julgar o presente.

Walter Benjamim

PREFÁCIO

Açores e Brasil são uma terra comum *separada* pelo Atlântico.

O Brasil foi o primeiro destino da emigração açoriana e os brasileiros são a maior comunidade imigrada nos Açores.

Estamos nos Açores há quase 600 anos e fomos para o Brasil há mais de quatro séculos.

Primeiro, para o Norte. Maranhão e Pará.

Depois, para o Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Povoámos o Rio Grande do Sul em 1752, moldámos Porto Alegre em 1772. E hoje orgulhamo-nos da maior cidade do mundo povoada por açorianos liderar um Estado, de consanguinidade açórica, com população superior ao nosso próprio país.

Comemorar os 270 anos do povoamento definitivo do Estado, com tantos municípios de base açoriana, e os 250 anos da sua capital no *porto dos casais* provenientes das ilhas, é celebrar os Açores nos dois lados do Atlântico.

Temos um passado comum que nos motiva no presente e nos projeta no futuro.

Estamos longe na geografia e distantes no calendário, mas perto na identidade e juntos na vontade.

A História desafia-nos a construir novas pontes, consistentes e consequentes, de dois sentidos.

Pontes alicerçadas nas fontes documentais que certificam a nossa origem e fundamentam o nosso destino.

Importa conjugar esforços, trabalhar em rede, potenciar o contributo de cada um para proveito de todos.

É esse o propósito supremo deste ***Guia de Fontes Documentais para a História e a Genealogia Açoriana: possibilidades de pesquisa nos Açores/Portugal e no Rio Grande do Sul/Brasil.***

Ele resgata e projeta a identidade cultural açoriana de cá e de lá.

Ele é causa e consequência da articulação – pioneira e promissora – dos arquivos municipais, estaduais e privados do Rio Grande do Sul e dos arquivos regionais da Região Autónoma dos Açores.

Que seja um incentivo para que outros preservem, organizem e utilizem os arquivos da memória coletiva.

Porque **arquivo é vida**!

E tudo isso graças a um acontecimento, a uma instituição, a uma personalidade.

O acontecimento é o **Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana**, iniciado em 2019, continuado em 2022.

A instituição é o **Centro Histórico-Cultural da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre**, que, em parceria com outras entidades como a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, o concebeu e desenvolve.

A personalidade é a Professora Doutora **Véra Lucia Maciel Barroso**, que, em conjunto com outras individualidades como a coorganizadora Vanessa Gomes de Campos, lidera um acontecimento em nome de uma instituição, de uma causa, de uma vida, e que empresta o seu conhecimento, a sua experiência, o seu entusiasmo ao mérito histórico da presente publicação.

Na sua pessoa homenageamos todos os açordescendentes e amigos dos Açores no Sul do Brasil que tanto nos honram, nos prestigiam, nos emocionam.

Açores e Brasil são uma terra comum *unida* pelo Atlântico.

Muito obrigado por darem futuro ao nosso passado!

José Andrade

Diretor Regional das Comunidades do Governo dos Açores

APRESENTAÇÃO

O Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é um guardião da sua história, e também da história da sua cidade e do seu Estado, o Rio Grande do Sul/Brasil.

O seu acervo é rico e diversificado, sustentado em diferentes suportes materiais, desde o papel até o digital. É potente em possibilidades de pesquisa, convidando a que se debrucem sobre seus fundos documentais para o desvendamento de muitos escaninhos, ainda não visitados da trajetória de Porto Alegre e da do Rio Grande do Sul, cenários espaciais que abraçam a mais antiga Misericórdia do estado, situado no extremo-sul do Brasil.

Dentre as tantas frentes de investigação que o acervo incita, uma aqui se destaca – a que dirige o olhar e foca a presença de grupos europeus que se deslocaram para o Rio Grande do Sul, desde a sua inicial formação. Os códices (documentos manuscritos encadernados) são exuberantes em informações a respeito, convidando a (des) cobrir o que eles têm a revelar. Nessa direção, um grupo europeu foi destacado para a proposição de um evento programado e oferecido para a 3ª Semana Nacional de Arquivos – uma ação do Arquivo Nacional, situado no Rio de Janeiro –, e que o Arquivo da Santa Casa organizou e realizou em junho de 2019, nos dias 15, 16 e 17. O recorte escolhido focou os açorianos vindos para o Rio Grande do Sul, no século XVIII, quando do processo de conquista portuguesa que tinha por objetivo incorporar o território até a embocadura do Rio da Prata, área de domínio espanhol. Em meio ao cenário de conflitos e tratados intermitentes entre as duas coroas ibéricas, ilhéus e famílias açorianas migradas do Arquipélago dos Açores – um conjunto de nove ilhas em meio ao Atlântico, integrado a Portugal – foram destinadas ao Rio Grande de São Pedro. Em meio às múltiplas adversida-

des, exerceram um papel emblemático para estabelecer o vínculo da então Capitania, ao seio do Brasil português.

Neste contexto, os rastros documentais deixados, além de escassos e diluídos nos arquivos que custodiam os acervos dos anos 1700, impõem desafios, como paciência e silenciosas horas de busca para o encontro de fragmentários indícios da presença açoriana no Rio Grande do Sul. Assim, a motivação para a promoção da justiça (um dos objetivos da ciência histórica) a este grupo europeu, ainda pouco conhecido, que compõe o mosaico étnico do Estado sulino, foi realizar o I Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana em 2019, no Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre (CHC).

O Encontro se apresentou, então, como um evento muito significativo. A pretensão era deixar rastros duradouros para os dois lados do oceano: para os Açores e para o Rio Grande do Sul/Brasil.

Intitulado *Encontro de História e Genealogia: fontes documentais e produção do conhecimento – dos Açores e do Rio Grande do Sul,* ele reuniu junto ao CHC Santa Casa, organizador do evento, instituições apoiadoras, como: a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e a Oficina das Origens. E contou com o prestígio e patrocínio da Direção Regional das Comunidades e da Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital – ambas do Governo da Região Autônoma dos Açores/Portugal, para a vinda do genealogista Dr. Jorge Forjaz e da historiadora Profª Drª Susana Goulart da Costa. Com esta força de elos entre as duas pontas do oceano, os Arquivos Municipais e Estaduais, públicos e privados do Estado sul-rio-grandense foram chamados para estarem juntos; e sem dúvida, os pesquisadores, genealogistas e historiadores interessados no tema.

Para a ocasião foram destacados como justificativa do evento, os elos históricos entre os Açores e o Estado do Rio Grande do Sul/

Brasil, atados há aproximadamente 270 anos, naquele ano de 2019. Sem dúvida, uma história de perenidade e de enraizamento, cujo reconhecimento vem sendo notoriamente constatado. Essa condição se deve especialmente pelos trabalhos de pesquisa histórica e genealógica, realizados na academia e fora dela, nos últimos 20 anos, o que vem animando a afirmação das raízes açorianas na formação da sociedade gaúcha. Entretanto, ainda havia e há muito por fazer, no sentido de consolidar o sentido de pertença dos sul-rio-grandenses aos Açores.

É oportuno recordar que para a produção do conhecimento é indispensável a existência de fontes, onde se possa beber informações para se fazer afirmações. Nesse sentido, até o tempo recente, ainda não se tinha realizado um mapeamento de acervos arquivísticos, tanto de instituições públicas como privadas, existentes no Rio Grande do Sul, nos quais se pudesse localizar fontes que informem sobre a presença açoriana em seu meio. Ou seja, mesmo em se tratando de Arquivos situados em Porto Alegre, capital do Estado, ainda não se produzira um guia de acervos e fontes documentais com potencial informativo sobre a presença açoriana.

Diante desta lacuna, aliançar esforços foi o imperativo do Encontro, com vistas a potencializar a produção do conhecimento, no tocante à presença açoriana no Rio Grande do Sul, tendo como baliza a indicação das fontes documentais existentes a respeito.

Assim sendo, o Encontro proposto pretendeu perseguir duas metas: - oportunizar a escuta de historiadores e genealogistas açorianos sobre seus estudos e pesquisas, relacionando os Açores com o extremo-sul do Brasil, além de informar sobre o potencial de fontes que os arquivos dos Açores oferecem à pesquisa sobre história e genealogia de açorianos que se estabeleceram, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul; - reunir representantes dos Arquivos Municipais e Estaduais, públicos e privados do Rio Grande do Sul, para apresentarem as fontes documentais disponíveis em seus acervos, relacionados à presença açoriana em seus espaços em diferentes tempos.

Portanto, a magnitude dos propósitos anunciados, justificou a realização do Encontro de História e Genealogia Açoriana, colocando-se como um divisor de águas, no cenário das possibilidades de investigações e estudos que se dirigem à afirmação da identidade açoriana; além do seu reconhecimento no amplo espectro étnico que demarca a formação da sociedade do Rio Grande do Sul.

Seu objetivo geral foi: - produzir um Guia Geral de Fontes Documentais relacionadas à açorianidade, a partir dos acervos de Arquivos Municipais, Estaduais e Privados existentes no estado do Rio Grande do Sul, em conexão com o mapeamento dos acervos arquivísticos existentes nos Açores, no tocante à diáspora dirigida ao Brasil Meridional, entre o século XVIII e o XX.

E como objetivos específicos foram elencados os seguintes: - acolher profissionais de Arquivos e da Universidade, oriundos dos Açores, para apresentar a sua estrutura arquivística, conjugando com as possibilidades de investigação, e que tenham conexão com as diásporas dirigidas ao extremo-sul do Brasil; - reunir os representantes de arquivos municipais, estaduais, públicos e privados existentes no Rio Grande do Sul, para exposição e registro de seus acervos de documentos relacionados aos açorianos que se dirigiram ao estado, desde o século XVIII; - promover a troca de conhecimentos e o debate entre historiadores e genealogistas dos Açores e do Rio Grande do Sul, aproximando-os para socializarem informações e a produção de instrumentos que promovam o acesso rápido e eficaz de fontes documentais aos pesquisadores interessados na história e genealogia açoriana; - incentivar a pesquisa e o estudo da açorianidade, especialmente no Rio Grande do Sul, a partir dos instrumentos de pesquisa produzidos a partir do Encontro; - publicar um Guia Geral de Fontes Documentais sobre a presença açoriana no extremo-sul do Brasil, existentes nos Açores e em arquivos municipais, estaduais, públicos e privados do Rio Grande do Sul; - divulgar os acervos com potencial de documentação que contemple fontes sobre os açorianos que emigraram para o extremo-sul do Brasil, e acerca do pro-

cesso migratório e de fixação de ilhéus no Rio Grande do Sul, em especial; - estabelecer estratégias de intercâmbio interinstitucionais, visando ajudar aos pesquisadores da história e genealogia açoriana do Rio Grande do Sul e dos Açores.

O Encontro de 2019 foi marcante e decisivo no avanço dos propósitos definidos. Entretanto, a pandemia da Covid 19 arrastou o calendário projetado pós evento. Passados os meses de maiores temores, o trabalho foi retomado para a conclusão do Guia de Fontes Documentais e a preparação do II Encontro.

Eis, que a entrega do Guia durante o II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana, nos dias 10 (Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas), 11 e 12 de junho de 2022 representa uma importante conquista, resultante de conjugação de esforços, os quais permitiram algumas constatações e reflexões.

De um lado, a grande lição que a arquivística açoriana oferece: - o respeito para com a informação e o compromisso com sua guarda, organização e disponibilização das fontes custodiadas em seus arquivos. Existe nos Açores uma política de Arquivos, regulamentada e praticada a partir de sua legislação; o que é exemplar! E de outro, a constatação do muito que precisa ser feito do lado de cá do oceano, no tocante ao respeito à produção documental, seu recolhimento, tratamento, guarda e acesso à informação, a começar pelos gestores públicos. Infelizmente, perdas irreparáveis registram silêncios do passado em municípios do Rio Grande do Sul. Por isso, urge um trabalho de conscientização dos poderes públicos e privados para a custódia e a preservação dos acervos documentais. Eles não são ônus; eles são alicerces para o desenvolvimento de todas as comunidades e de suas instituições.

Retomando sobre a produção do programa do I Encontro e a elaboração do Guia, foram definidos alguns parâmetros, a partir do diálogo com um grupo de colaboradores, a destacar: a arquivista e historiadora Vanessa Gomes Campos, o genealogista Diego de Leão Pufal, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande

do Sul, Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo, o pesquisador Paulo Estivalet Flores Pinto e a colega do CHC Santa Casa, Edna Ribeiro de Ávila.

Em parceria com Vanessa Gomes Campos, um modelo de ficha foi construído para ser encaminhada aos municípios do Rio Grande do Sul, emancipados no século XIX, que somaram 56, quais sejam: Alegrete, Arroio Grande, Bagé, Caçapava, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canguçu, Cruz Alta, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Estrela, General Câmara, Gravataí, Herval, Itaqui, Jaguarão, Lagoa Vermelha, Lavras do Sul, Montenegro, Osório, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Pinheiro Machado, Porto Alegre, Quaraí, Rio Grande, Rio Pardo, Rosário do Sul, Santa Cruz, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, São Francisco do Sul, São Gabriel, São Jerônimo, São José do Norte, São Leopoldo, São Lourenço, São Luiz Gonzaga, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Vicente do Sul, Soledade, Taquara, Taquari, Tapes, Torres, Triunfo, Uruguaiana, Vacaria e Viamão. Todos, sem exceção, os 56 municípios foram contatados, através de uma, ou duas ou três instituições em alguns deles, até se encontrar quem respondesse por sua documentação pública. De alguns, apesar da insistência, não se obteve retorno. Foram recebidas fichas de 36 municípios dos 56 contatados. Também, a partir da sugestão da Vanessa, foram estabelecidas comunicações com dioceses e arquidioceses (totalizando 12), por custodiarem os acervos eclesiásticos mais antigos do Rio Grande do Sul, a saber: Bagé, Cachoeira, Cruz Alta, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Santo Ângelo, Uruguaiana, Vacaria e Porto Alegre, que guarda a documentação eclesiástica da capital e acervos antigos das dioceses de Novo Hamburgo, Montenegro e Santa Cruz do Sul; todas enviaram suas fichas. E os três arquivos dos Açores remeteram também seus inventários, para enfeixarem o círculo do levantamento documental.

Recebidas as fichas, elas foram revisadas, padronizadas e ordenadas para a publicação do e-book, ora acessível, que vai ficar hos-

pedado nos sites das instituições que se somaram na organização do I e do II Encontros. O trabalho em conjunto com as colegas do Arquivo do CHC Santa Casa – Edna Ribeiro de Ávila e Giovanna Adam Ferreira – foi fundamentall para a finalização do Guia.

Obviamente, que parcela dos acervos elencados se revela como fontes históricas transversais para a localização de indivíduos de origem açoriana, de geração pioneira ou de outras gerações, que podem ter sido vereadores ou juízes de paz em algum município, ou votantes em eleições municipais, como exemplos. Outros lugares, cargos ou espaços de viver, trabalhar ou morrer podem ser pinçados para muitos açorianos ou alguns que se estabeleceram no Rio Grande do Sul.

Outra lição que o Guia deixa é o de ter suscitado o interesse em alguns municípios, para dar atenção aos documentos da Prefeitura, da Câmara, da Irmandade local ou de outras instituições municipais. Quem sabe o Encontro e o Guia possam ter promovido um resultado mais assertivo: a criação de Arquivos Públicos Municipais. É a torcida!

Para a concretização do II Encontro, além das instituições inicialmente parceiras, o Governo da Região Autônoma dos Açores, através do seu Presidente, Sua Excelência, o Dr. José Manoel Bolieiro, e do Diretor Regional das Comunidades, Sua Excelência, o Dr. José Andrade, reafirmou seu patrocínio para a vinda do genealogista Dr. Jorge Forjaz e do historiador Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias. Gratidão é a palavra que expressa o reconhecimento de todos os beneficiários desta ação de ciência e afeto do Governo Regional do Açores.

Então, após o lançamento do Guia, no II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana, o passo seguinte é o de provocar os investigadores, a partir dos inventários listados, a compulsarem os acervos identificados disponíveis, para o fomento do conhecimento da movimentação açoriana, para o imperativo do respeito e reconhecimento da presença dos insulares do Açores nos municípios do Estado, podendo se afirmar, sem errar, nos seus 497 existentes.

E já está projetado no horizonte, agregar inventários de acervos de Santas Casas de Misericórdia, que como a nossa devem possuir documentação rica e exuberante para brindar aos investigadores da temática em foco.

Enfim, que este Guia apresentado possa, efetivamente, guiar os pesquisadores a encontrarem nas suas genealogias e nas suas histórias familiares e municipais, “os seus açorianos”, trazendo-os à luz, emergidos do esquecimento, na chamada “Terra dos esquecidos”.

Bom proveito! Sigam os rastros dos restos por eles deixados!

Mas, a caminhada continua! Que o II Encontro estreite laços e incendeie o fomento do III, para muito mais. É a voz coletiva que clama, dos dois lados do Atlântico.

Bem haja!

Véra Lucia Maciel Barroso

PARTE I
ARQUIVOS DOS AÇORES/PORTUGAL

PONTA DELGADA-ILHA DE SÃO MIGUEL

Arquivo Regional de Ponta Delgada

Denominação do Arquivo: Arquivo Regional de Ponta Delgada (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada)

Âmbito: Público

Ato de criação: Decreto Lei nº 20484, de 6 nov. 1931 (Arquivo Distrital de Ponta Delgada)

Vínculo institucional: Governo Regional dos Açores / Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital / Direção Regional da Cultura

Data do início do funcionamento: 1931. Suas funções eram anteriormente desempenhadas pela Biblioteca Pública de Ponta Delgada (de âmbito municipal, criada pelo Decreto de 10 dezembro de 1841)

Trajetória institucional: Arquivo Distrital de Ponta Delgada inserido na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada (1931)

Política de aquisição/recebimento de acervo: incorporações obrigatórias (fundos paroquiais, fundos do Registo Civil, fundos notariais, fundos judiciais, arquivos de organismos públicos extintos), depósito, doação e compra

Dias e horários de atendimento:

Horário de Inverno: de 2ª à 6ª feira, das 9h às 19h; sábado, das 14h às 19h.

Horário de Verão: de 2ª à 6ª feira, das 9h às 17h

Localização: Largo do Colégio s/nº. PT 9500-054. Ponta Delgada/Ilha de São Miguel – Açores/Portugal

Telefones de contato: (+351) 296 305 040

E-mail de contato: bpar.pdelgada.info@azores.gov.pt

Sítio *web*: https://bparpd.azores.gov.pt/

Responsável: Iva M. Matos, Diretora

Instrumentos de pesquisa: base de dados inserida na base de dados geral dos arquivos regionais dos Açores https://arquivos.azores.gov.pt/ (sigla institucional: BPARPD)

Data do preenchimento: 8 de abril de 2022

Responsável pelas informações: Divisão de Arquivo da BPARPD

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Fundos Paroquiais das ilhas de São Miguel e de Santa Maria	**Registo de batismo, de casamento, de óbito, de legitimação, reconhecimento ou perfilhação**	**papel e digital**	**Séc.s XVI-XX**	**PT/BPARPD/PRQ**
Fundos do Registo Civil das ilhas de São Miguel e de Santa Maria	**Registo de nascimento, de casamento, de óbito**	**papel e digital**	**Séc. XX**	**PT/BPARPD/ACD/CRC**
Fundos Notariais das ilhas de São Miguel e de Santa Maria	**Escritura, testamento, procuração e outros atos notariais**	**papel**	**Séc.s XVI-XX**	**PT/BPARPD/NOT**
Fundos Judiciais das ilhas de São Miguel e de Santa Maria	**Inventário, Auto de Conselho de Família**	**papel**	**Séc.s XVI-XX**	**PT/BPARPD/JUD**
Governo Civil PDL / Registo de passaportes (concessão)	**Registo**	**papel e digital (a partir de microfilme)**	**1875-1883 1894-1908 1910-1989**	**PT/BPARPD/ACD/ GCPDL/P/001**
Governo Civil PDL / Proc.ºs para concessão de passaportes	**Processo**	**papel**	**1919-1989**	**PT/BPARPD/ACD/ GCPDL/P/006**

Tribunal da Relação dos Açores / Testamentos	Testamento	papel	Séc.s XVII – XIX	PT/BPARPD/JUD/ TRAÇR
Administrações de Concelho / Registo de Testamentos	Registo	papel	Séc.s XIX-XX	PT/BPARPD/ACD/ACCPL PT/BPARPD/ACD/ACNRD PT/BPARPD/ACD/ACPDL PT/BPARPD/ACD/ACPVÇ
Administrações de Concelho e Regedorias de Paróquia/ Registo civil	Registo	papel	1833-±1895	PT/BPARPD/ACD/ ACLAG PT/BPARPD/ACD/ ACNRD PT/BPARPD/ACD/ ACPDL PT/BPARPD/ACD/ ACPVÇ PT/BPARPD/ACD/ ACRGR PT/BPARPD/ACD/ ACVFC
Administração do Concelho de Vila do Porto / Registo de T Testamentos	Registo	papel	Séc. XIX	PT/BPARPD/PSS/ JABVA/E
Provedoria dos Resíduos de Ponta Delgada / Autos de prestação de contas de instituições vinculares e legados pios	Processo	papel	Séc.s XVI-XIX	PT/BPARPD/JUD/ PRPDL/001
Arquivo Ernesto do Canto: extratos do registo paroquial micaelense; genealogias	Extrato Estudo	papel	Séc. XIX (séc.s XVI-XIX)	PT/BPARPD/PSS/MEC
Arquivo Octávio Luis dos Reis, P.e extratos do registo paroquial (paróquias da Bretanha PDL)	Extrato	papel	Séc. XX (séc.s XVII-XX)	PT/BPARPD/PSS/OLR
Arquivo Manuel Monteiro Velho Arruda: extratos de documentos, notas e estudos genealógicos (ilha de Santa Maria)	Extrato Estudo	papel	Séc.s XVI-XIX	PT/BPARPD/PSS/MMVA
Arquivo José António Batista Velho Arruda: fundos notariais, inventários, testamentos, autos de prestação de contas de instituições vinculares e legados pios (ilha de Santa Maria)	Escritura, Testamento, Procuração, Inventário, Auto de Conselho de Família, Registo, Processo	papel	Séc.s XVI-XIX	PT/BPARPD/PSS/JABVA
Alfândega de Ponta Delgada	Manifestos de carga para o Brasil	papel	1786 - 1823	PT/BPARPD/ACD/ ALFPDL/029

ANGRA DO HEROÍSMO-ILHA TERCEIRA

Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro

Denominação do Arquivo: Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro

Âmbito: Público

Ato de criação: Decreto-Lei nº 36842, de 20 de abril de 1948

Vínculo institucional: Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital

Data do início do funcionamento: 1948

Trajetória institucional: Arquivo criado no âmbito da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, em 1948. Em 1957 foi criada junto do Arquivo a Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, passando a instituição a designar-se Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo. Com a extinção dos distritos administrativos em 1976 e a passagem dos Açores à Região Autónoma, a instituição passou a designar-se Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. Em 2016 foi a instituição transferida para novas instalações e tomou o nome de Biblioteca Públca e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro

Política de aquisição/recebimento de acervo: por incorporações obrigatórias, por compra, por doações

Dias e horários de atendimento:

Nos meses de outubro a junho: de 2ª à 6ª feira, das 9h às 19h; sábado, das 14h às 19h

Nos meses de julho a setembro: de 2ª à 6ª feira, das 9h às 17h; sábado: encerrado

Localização: Rua do Morrão, 42. PT 9700-054. Angra do Heroísmo/ Ilha Terceira – Açores/Portugal

Telefones de contato: (+351) 295401000

E-mail de contato: bpar.angra.info@azores.gov.pt

Responsável: Drª Cláudia Cardoso, Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro

Possibilidades de acesso: por e-mail, telefone e presencial

Instrumentos de pesquisa: inventários em papel e bases de dados informatizadas

Data do preenchimento: 6 de abril de 2022

Responsável pelas informações: Dr. Avelin Santos, Chefe de Divisão de Arquivo

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Capitania Geral dos Açores	**- Processos de passaportes**	**papel**	**Séculos XVIII-XIX**	
Governo Civil	**- Processos de passaportes - Livros de registos de passaportes - Listas de passageiros**	**papel e em suporte digital**	**Séculos XIX e XX**	**Os livros de registo apresentam o nome dos navios e estão consultáveis em:** http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/Default.aspx
Secretaria Regional da Administração Interna	**- Processos de passaportes**	**papel**	**A partir de 1976**	
Fundos Paroquiais. Ilhas: Terceira, São Jorge e Graciosa	**- Batismos - Casamentos - Óbito - Reconhecimentos - Perfilhações, - Rois de confessados**	**papel e em suporte digital**		**Consultável em:** http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/Default.aspx
Cúria Diocesana	**- Batismos - Casamentos - Óbitos**	**papel**	**1911-1960**	

HORTA-ILHA DO FAIAL

Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça

Denominação do Arquivo: Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça

Âmbito: Público Estadual

Ato de criação: o Arquivo Distrital da Horta foi criado pelo Decreto -Lei nº 46.350, de 22 de maio de 1965

Vínculo institucional: Serviço externo da Direção Regional da Cultura. Esta Direção é o serviço executivo da Secretaria Regional da Cultura com funções de conceção, coordenação e avaliação no âmbito da cultura da Região Autónoma dos Açores

Data do início do funcionamento: apesar de ter sido criado oficialmente no ano 1965, o Arquivo só começou a funcionar verdadeiramente alguns anos mais tarde

Trajetória institucional: a Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta tem a sua origem mais remota na Biblioteca Municipal, criada em 1886 por iniciativa do ilustre faialense João José da Graça, então presidente da edilidade. Esta biblioteca, cujo espólio bibliográfico inicial era constituído por 1379 volumes, teve o seu primeiro regulamento aprovado em 3-11-1886 e funcionou até 1940 nos baixos do edifício da Câmara Municipal da Horta, ano em que transitou para a Rua D. Pedro IV, n.º 25, onde abriu as suas portas no dia 13 de junho. Em 1965 foi criado o Arquivo Distrital da Horta, através do decreto-lei n.º 46.350 de 22 de maio, que tardou alguns anos a ser aplicado. Em 1977, de acordo com a portaria n.º 2/77 de 4 de maio, junto deste Arquivo Distrital, foi criada uma Biblioteca Pública, com a designação

de Biblioteca Pública e Arquivo Distrital da Horta. Em 10 de outubro do mesmo ano, através do respectivo auto de cessão, a Câmara Municipal da Horta entregou a esta nova instituição, como depósito, os fundos bibliográficos da antiga Biblioteca Municipal, bem como a Biblioteca Fixa n.º 80 da Fundação Calouste Gulbenkian. Em fevereiro de 2005, devido ao avançado estado de degradação da sua sede na Rua D. Pedro IV, a BPARH foi transferida, provisoriamente, para o edifício da antiga agência do Banco de Portugal na Horta, enquanto se aguardava a conclusão das obras de adaptação e remodelação da "Casa Bensaúde". No dia 23 de abril de 2008, Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores inaugurou as novas instalações desta instituição, a qual passou a designar-se Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça

Política de aquisição/recebimento de acervo: de acordo com o Decreto-Lei nº 149/83, de 5 de abril, que estabelece o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas, a documentação das conservatórias do registo civil e os livros de registo paroquiais, a documentação das conservatórias dos registos do notariado, a documentação dos tribunais e os documentos de serviços cessantes terão de ser obrigatoriamente incorporados nos arquivos distritais, aos quais se equipara este Arquivo Regional. Por doação e por compra podem igualmente ser adquiridos arquivos de relevante interesse histórico

Dias e horários de atendimento:

Horário de Inverno: de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19 h; sábados, das 14h às 19 h

Horário de Verão: de 2ª à 6ª feira, das 9h às 17h; sábados: encerrado

Localização: Rua Walter Bensaúde. PT 14. 9900-142 Horta/Faial – Açores/Portugal

Telefones de contato: (+351) 292 202 550

E-mail de contato: bpar.horta.info@azores.gov.pt

Responsável: Carlos Luís Marques Castanheira da Cruz, Diretor da BPARJJG

Possibilidades de acesso: chega-se à ilha do Faial, por via área, a partir de Portugal continental e das ilhas açorianas de São Miguel e Terceira. Existe uma ligação marítima ao longo de todo o ano entre as ilhas Faial, Pico e São Jorge

Instrumentos de pesquisa: faz-se a pesquisa na internet utilizando os módulos do programa *Archeevo* que recupera a informação existente no catálogo dos fundos arquivísticos dos 3 Arquivos Regionais dos Açores mediante a realização de pesquisas simples e avançadas <URL: https://arquivos.azores.gov.pt>. No sítio eletrónico do Centro do Conhecimento dos Açores acede-se à cópia dos livros dos assentos dos nascimentos/batismos, dos casamentos e dos óbitos que ocorreram em todas as paróquias açorianas até ao final de março de 1911. De igual modo, encontra-se aqui disponível a cópia dos registos de passaportes compreendidos entre 1836 e 1939 do extinto distrito da Horta <URL: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/>

Data do preenchimento: 1 de abril de 2022

Responsável pelas informações: Luís Manuel Dias Sousa, Chefe de Divisão de Arquivos da BPARJJG

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Paróquia do Corvo, ilha do Corvo	**Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos**	**papel**	**1650-1911**	
Paróquia da Fajã Grande, ilha das Flores	**Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos**	**papel**	**1861-1910**	
Paróquia da Fajãzinha, ilha das Flores	**Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos**	**papel**	**1702-1910**	

Paróquia do Lajedo, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1826-1910	
Paróquia das Lajes, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1757-1911	
Paróquia da Lomba, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1844-1910	
Paróquia do Mosteiro, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1851-1910	
Paróquia da Caveira, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1834-1911	
Paróquia dos Cedros, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1797-1911	
Paróquia de Ponta Delgada, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1675-1911	
Paróquia de Santa Cruz, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1675-1911	
Paróquia da Fajã Grande, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1861-1910	
Paróquia da Fajãzinha, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1702-1910	
Paróquia do Lajedo, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1826-1910	
Paróquia das Lajes, ilha das Flores	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1757-1911	
Paróquia das Angústias, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1666-1911	
Paróquia do Capelo, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1680-1911	
Paróquia de Castelo Branco, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1624-1911	
Paróquia dos Cedros, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1628-1911	
Paróquia da Conceição, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1705-1911	
Paróquia da Feteira, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1720-1911	
Paróquia dos Flamengos, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1649-1911	

Paróquia da Matriz, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1653-1911	
Paróquia da Matriz, ilha do Faial	Róis de confessados	papel	1810-1926	
Paróquia de Pedro Miguel, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1641-1911	
Paróquia de Pedro Miguel, ilha do Faial	Róis de confessados	papel	1857-1943	
Paróquia da Praia do Almoxarife, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1703-1911	
Paróquia da Praia do Norte, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1840-1911	
Paróquia da Ribeirinha, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1639-1911	
Paróquia do Salão, ilha do Faial	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1727-1911	
Paróquia da Calheta de Nesquim, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1723-1911	
Paróquia das Lajes, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1733-1911	
Paróquia da Piedade, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1699-1911	
Paróquia das Ribeiras, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1681-1912	
Paróquia de São João, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1637-1911	
Paróquia de São João, ilha do Pico	Róis de confessados	papel	1799-1898	
Paróquia das Bandeiras, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1840-1911	
Paróquia da Candelária, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1636-1911	
Paróquia da Criação Velha, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1801-1911	
Paróquia da Madalena, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1633-1909	
Paróquia de São Caetano, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1886-1911	

Paróquia de São Mateus, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1671-1911	
Paróquia da Prainha do Norte, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1663-1910	
Paróquia de Santa Luzia, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1657-1911	
Paróquia de Santo Amaro, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1637-1911	
Paróquia de Santo António, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1664-1910	
Paróquia de São Roque, ilha do Pico	Assentos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1582-1909	
Conservatória do Registo Civil do Corvo, ilha do Corvo	Registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1912	
Conservatória do Registo Civil do Corvo, ilha do Corvo	Extratos dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1913-1976	
Conservatória do Registo Civil das Lajes, ilha das Flores	Registos de casamentos	papel	1911	
Conservatória do Registo Civil das Lajes, ilha das Flores	Extratos dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1912-1978	
Conservatória do Registo Civil de Santa Cruz, ilha das Flores	Registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1911-1912	
Conservatória do Registo Civil de Santa Cruz, ilha das Flores	Extratos dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1913-1977	
Conservatória do Registo Civil da Horta, ilha do Faial	Registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1911-1989	
Conservatória do Registo Civil da Horta, ilha do Faial	Extratos dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1911-1978	
Conservatória do Registo Civil das Lajes, ilha do Pico	Registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1911-1915	
Conservatória do Registo Civil das Lajes, ilha do Pico	Extratos dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1911-1977	
Conservatória do Registo Civil da Madalena, ilha do Pico	Registos de nascimentos e óbitos	papel	1911	

Conservatória do Registo Civil da Madalena, ilha do Pico	Extratos dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1911-1978	
Conservatória do Registo Civil de São Roque, ilha do Pico	Registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1911-1912	
Conservatória do Registo Civil de São Roque, ilha do Pico	Extratos dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos	papel	1913-1977	
Governo Civil do Distrito da Horta	Registos de passaportes	papel	1824-1982	
Francisco Garcia do Rosário	Memória genealógica das famílias faialenses	papel		Manuscrito de 1849
José Cândido da Silveira Avelar	Genealogias dos Soares, Teixeiras, Pereiras, Silveiras, Cunhas, Lacerdas, Amarantes e outros da ilha de São Jorge	papel		Manuscrito de 1899

PARTE II

ARQUIVOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL BRASIL

RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Denominação do Arquivo: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Âmbito: Público Estadual

Ato de criação: Decreto nº 876, de 08 de março de 1906

Vínculo institucional: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)

Data do início do funcionamento: o Arquivo Público do Estado do RS foi criado em 08/03/1906

Trajetória institucional: em 08 de março de 1906, por meio do Decreto nº 876, o Presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, determinou a criação do Arquivo Público do Estado, compondo a *Repartição do Arquivo Público, Estatística e Bibliotheca do Estado do Rio Grande do Sul*, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior. Em 1909, com o Decreto nº 1.435, ocorreu o desmembramento das seções de Estatística e da Biblioteca do Arquivo, redundando na criação de órgãos independentes, dotados de relativa autonomia e regimentos próprios. Após algumas localizações provisórias, em 1912, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS - foi instalado no atual endereço, na Rua Riachuelo, 1031, em construção erigida especificamente para suas funções. Posteriormente, em 1919 e 1950, no mesmo terreno, foram acrescidas duas novas edificações, a fim de atender à demanda, sempre crescente, de recolhimento de novos documentos. O Decreto nº 1994, de 1913, instituiu um novo regulamento que estruturava o Arquivo em três seções: 1. Administrativa:

mensagens presidenciais, anais da Assembleia dos representantes, relatórios dos secretários de Estado, balanços do tesouro estadual e tesouros municipais, livros de registros de nomeação e posse dos funcionários. 2. Arquivo Histórico e Geográfico: coleção do jornal "A Federação", documentos relativos a fatos históricos, como guerras, revoltas e personagens considerados relevantes. 3. Arquivo Forense: cartas de concessão de sesmarias, autos findos de jurisdição, inventários, registros de nascimento, casamento e óbito. Em 1925, a segunda seção foi transferida para o Museu Júlio de Castilhos com considerável parte do acervo que, posteriormente, originou o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, já na década de 1950. Seguiram-se anos em que o Arquivo Público passou a ser visto como um repositório de documentos e considerado a partir de suas funções cartoriais. Entretanto, mesmo essas atividades se viram prejudicadas por decisões governamentais. No início da década de 1950, foi concluído o prédio mais recente, que, embora fosse justificado pelas necessidades do APERS, foi sucessivamente utilizado pelo Colégio Estadual Júlio de Castilhos, pela Secretaria de Administração e pela Junta Comercial. Somente em 1999 o espaço retornaria à sua destinação original. Na esteira das transformações vivenciadas no país e no mundo no campo arquivístico, a partir da década de 1980 com o aprofundamento das discussões teóricas e proposições práticas no âmbito da gestão documental, em 1989 foi criado o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul – SIARQ/RS, pelo Decreto nº 33.200, marco de uma nova concepção no tratamento e promoção do acesso a documentos. Atualmente, como parte da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, o APERS custodia documentos de acesso público, oriundos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de Acervo dos Tabelionatos e Registro Civil. Ao longo de mais de um século, suas funções e atividades vêm se transformando, acompanhando as metamorfoses das áreas de arquivísticas e História. Desta forma, se nas décadas iniciais de sua trajetória foi identificado como um grande depósito de documentos cujo acesso

restringia-se à própria administração pública e a poucos pesquisadores letrados, hoje acolhe, tanto em sua Sala de Pesquisa quanto em visitas, oficinas e eventos, estudantes de diversos níveis, pesquisadores de diversas áreas, assim como cidadãs e cidadãos em busca de fragmentos da história de suas famílias.

Política de aquisição/recebimento de acervo: o APERS custodia documentos de acesso público, oriundos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tabelionatos e Registro Civil. O APERS normatizou o recolhimento por meio da Instrução Normativa nº 04, de 24/09/2009 que estabelece os procedimentos para recolhimento de acervos arquivísticos ao Departamento de Arquivo Público da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h30min às 12h e das 13h às 17h

Localização: Rua Riachuelo, 1031. Bairro Centro Histórico. Porto Alegre/RS. CEP: 90.010-270

Telefones de contato: (51) 3288-1300 (recepção) e (51) 3288-1375 (sala de pesquisa)

E-mail de contato: tele-apers@planejamento.rs.gov.br

e saladepesquisa@planejamento.rs.gov.br

Responsável: Aerta Grazzioli Moscon, Diretora

Possibilidades de acesso: pesquisa presencial

Instrumentos de pesquisa: índices, catálogos e o Sistema AAP – Administração de Acervo Público

Data do preenchimento: 25/02/2021

Responsáveis pelas informações: Iara Gomide Machado, Renata Vasconcellos e Roberta Scholz

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Cartório do Registro Civil de Alegrete	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Alegrete	Inventário	papel	1851-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de Antônio Prado	Habilitação para Casamento	papel	1899-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca Arroio Grande	Inventário	papel	1889-1894	Acervo do Judiciário
	Testamento		1890, 1892	
Comarca de Bagé	Inventário	papel	1859-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha		1861, 1870, 1872, 1877-1887, 1889-1890, 1892-1897	
	Testamento		1859-1900	
Cartório do Registro Civil de Bento Gonçalves	Habilitação para Casamento	papel	1898-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Caçapava do Sul	Habilitação para Casamento	papel	1890-1893, 1895-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Caçapava do Sul	Inventário	papel	1824, 1851-1892, 1895-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha		1857, 1861, 1865, 1881, 1882, 1884, 1887- 1888, 1890-1891	
	Testamento		1850-1872, 1878-1890, 1892, 1895-1899	
Cartório do Registro Civil de Cachoeira do Sul	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Cachoeira do Sul	Inventário	papel	1873-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha		1881, 1883-1886, 1889, 1896, 1900	
	Testamento		1872-1874-1878, 1881-1884, 1887-1891	
Cartório do Registro Civil de Camaquã	Habilitação para Casamento	papel	1890, 1892, 1895-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Camaquã	Inventário	papel	1879-1883, 1885-1893	Acervo do Judiciário
	Partilha		1881-1882, 1884, 1888	
	Testamento		1878-1883, 1885-1893, 1896, 1898-1899	

Cartório do Registro Civil de Canguçu	Habilitação para Casamento	papel	1890-1892, 1897, 1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Conceição do Arroio	Inventário Partilha	papel	1890-1892	
Cartório do Registro Civil de Caxias do Sul	Habilitação para Casamento	papel	1896-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Cruz Alta	Habilitação para Casamento	papel	1891-1893, 1895-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Cruz Alta	Inventário	papel	1858-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Comarca de Dom Pedrito	Inventário	papel	1879-1892	Acervo do Judiciário
	Partilha		1885, 1890	
	Testamento		1879, 1886-1890	
Comarca de Encruzilhada do Sul	Inventário	papel	1873-1877	Acervo do Judiciário
	Testamento		1873-1874, 1876-1877	
Cartório do Registro Civil de Garibaldi	Habilitação para Casamento	papel	1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Gravataí	Habilitação para Casamento	papel	1890, 1896, 1898-1899	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Itaqui	Habilitação para Casamento	papel	1890-1894, 1896-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Itaqui	Partilha	papel	1873-1900	Acervo do Judiciário
	Testamento		1874-1874	
			1873-1877, 1880-1888, 1894-1900	
Cartório do Registro Civil de Jaguarão	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Jaguarão	Inventário	papel	1872-1900	Acervo do Judiciário
	Testamento		1874, 1876, 1878, 1880-1882, 1884, 1886-1887, 1889, 1890, 1892, 1894-1900	
Cartório do Registro Civil de Júlio de Castilhos	Habilitação para Casamento	papel	1896-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Lagoa Vermelha	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Lagoa Vermelha	Inventário	papel	1890-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha		1890-1890	
	Testamento		1891-1894, 1896-1899	
Cartório do Registro Civil de Lajeado	Habilitação para Casamento	papel	1898-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Lavras do Sul	Habilitação para Casamento	papel	1890-1892, 1894-1900	Acervo do Registro Civil

Comarca de Maquiné	Inventário	papel	1879-1880	Acervo de Judiciário
	Partilha	papel	1880-1880	
Comarca de Missões	Inventário	papel	1833-1850	Acervo do Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de Montenegro	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Palmeira das Missões	Inventário	papel	1884-1885, 1890-1892	Acervo do Judiciário
	Partilha		1892-1892	
Cartório do Registro Civil de Passo Fundo	Habilitação para Casamento	papel	1897-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Passo Fundo	Inventário	papel	1873-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha	papel	1877-1877	
	Testamento	papel	1874, 1876, 1877, 1883-1891, 1893, 1895, 1897-1900	
Cartório do Registro Civil de Pelotas	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Pelotas	Inventário	papel	1872-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de Pinheiro Machado	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Piratini	Habilitação para Casamento	papel	1896-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Piratini	Inventário	papel	1833-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha		1833, 1839-1840, 1845, 1853, 1855, 1858, 1864, 1868-1870, 1872, 1888-1890, 1894	
	Testamento		1834-1835, 1837, 1840, 1849-1900	
Cartório do Registro Civil de Porto Alegre	Habilitação para Casamento	papel	1891-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Porto Alegre	Inventário	papel	1833-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de Quaraí	Habilitação para Casamento	papel	1890-1890	Acervo do Registro Civil
Comarca de Rio dos Sinos	Inventário	papel	1879-1892	Acervo do Judiciário
	Partilha		1879-1885, 1887-1888, 1890, 1892	
	Testamento		1884, 1886, 1892	
Cartório do Registro Civil de Rio Grande	Habilitação para Casamento	papel	1890, 1896-1899	Acervo do Registro Civil

Comarca de Rio Grande	Inventário	papel	1883-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de Rio Pardo	Habilitação para Casamento	papel	1892-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Rio Pardo	Inventário	papel	1883-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de Rosário do Sul	Habilitação para Casamento	papel	1890-1891, 1894-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Rosário do Sul	Inventário	papel	1882-1892	Acervo do Judiciário
	Partilha		1938-1900	
	Testamento			
Comarca de Santa Catarina	Inventário	papel	1764-1812, 1814-1816	Acervo do Judiciário
	Partilha		1805, 1811	
	Testamento		1783, 1790, 1802-1811	
Cartório do Registro Civil de Santa Maria	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Santa Maria	Inventário	papel	1878-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha	papel	1878-1895	
	Testamento	papel	1878-1886, 1888-1890, 1892, 1894-1900	
Cartório do Registro Civil de Santa Vitória do Palmar	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Santana do Livramento	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Santana do Livramento	Inventário	papel	1872-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de Santiago	Habilitação para Casamento	papel	1896-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Santo Ângelo	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Santo Antônio da Patrulha	Inventário	papel	1858-1878	Acervo do Judiciário
	Partilha		1893-1900	
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de São Borja	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de São Borja	Inventário	papel	1851-1872, 1878-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha		1855-1856	
	Testamento		1851-1854, 1856-1863, 1865-1872, 1878-1900	
Comarca de São Francisco de Assis	Inventário	papel	1891-1892	Acervo do Judiciário
	Testamento		1891	

Cartório do Registro Civil de São Gabriel	Habilitação para Casamento	papel	1890-1892, 1896-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de São Gabriel	Inventário	papel	1873-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha		1893, 1896	
	Testamento		1873-1900	
Cartório do Registro Civil de São Jerônimo	Habilitação para Casamento	papel	1892-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de São Jerônimo	Inventário	papel	1893-1900	Acervo do Judiciário
	Testamento		1895, 1897	
Cartório do Registro Civil de São José do Norte	Habilitação para Casamento	papel	1892-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de São Leopoldo	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de São Leopoldo	Inventário	papel	1875-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha		1890-1890	
	Testamento		1875-1887, 1889-1899	
Cartório do Registro Civil de São Martinho da Serra	Habilitação para Casamento	papel	1890-1891	Acervo do Registro Civil
Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina	Inventário	papel	1812-1821	Acervo do Judiciário
	Testamento		1812-1820	
Cartório do Registro Civil de São Sebastião do Caí	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de São Sepé	Habilitação para Casamento	papel	1890-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de São Vicente do Sul	Habilitação para Casamento	papel	1890, 1892-1900	Acervo do Registro Civil
Cartório do Registro Civil de Tapes	Habilitação para Casamento	papel	1891, 1897-1900	Acervo do Registro Civil
Comarca de Taquari	Inventário	papel	1873-1882, 1900	Acervo do Judiciário
	Testamento		1874-1876, 1878, 1881, 1884, 1886-1887, 1889, 1891, 1895, 1898	
Cartório do Registro Civil de Triunfo	Habilitação para Casamento	papel	1894, 1897	Acervo do Registro Civil
Comarca de Triunfo	Inventário	papel	1879-1892	Acervo do Judiciário
	Testamento		1879-1892	
Comarca de Uruguaiana	Inventário	papel	1875-1900	Acervo Judiciário
	Partilha			
	Testamento			
Cartório do Registro Civil de Vacaria	Habilitação para Casamento	papel	1891-1893, 1895-1900	Acervo do Registro Civil

Comarca de Vacaria	Inventário	papel	1878-1892, 1898-1900	Acervo do Judiciário
	Partilha	papel	1878-1892, 1896, 1898-1900	
	Testamento	papel	1878-1892, 1898-1900	
Comarca de Viamão	Inventário	papel	1880-1892	Acervo Judiciário
	Testamento		1883-1889	

Obs.: o Arquivo Público recolheu ao seu acervo certidões de Nascimentos, Casamentos e Óbitos de diversos cartórios do Estado do Rio Grande do Sul, do período de 1929 a 1975. Não foram descritos nesta listagem, pois estão fora do período solicitado, porém constituem importantes fontes para pesquisa.

História Administrativa das Comarcas

Comarca de Alegrete

A Comarca de Alegrete foi criada sob a Lei nº 185, de 22 de outubro de 1850, ao se extinguir a Comarca das Missões. Os Termos de Alegrete e Uruguaiana faziam parte da jurisdição desta Comarca. Através do Decreto nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, houve nova divisão judiciária no Estado, e a Comarca de Alegrete foi classificada como de 1ª entrância, e seus Termos eram Alegrete e Quaraí. Em 31 de dezembro do mesmo ano, o Decreto nº 38 determinou a classificação da Comarca como de 2ª entrância, devido à densidade demográfica e ao movimento forense. Em 29 de dezembro de 1944, em consequência de fatores socioeconômicos, políticos e serviços de justiça, o Decreto-Lei nº 720 determinou a Comarca de Alegrete como de 3ª entrância, englobando os Termos de Alegrete e São Francisco de Assis. No ano seguinte, em 22 de maio, um novo Decreto-Lei, de nº 799 criou a Comarca de entrância especial de São Francisco de Assis, retirando seu Termo da Comarca de Alegrete. Em 02 de abril de 1990, o Ato nº 06/90-CM classificou a Comarca como de 1ª entrância.

Comarca de Arroio Grande

A Comarca de Arroio Grande foi criada pela Lei nº 1.898, de 27 de julho de 1889, com os Termos de Arroio Grande e Santa Isabel.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, estabelece a Comarca de Arroio Grande como de 1º entrância e com os Termos de Arroio Grande, Erval e Santa Isabel.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, torna insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 41, de 31 de dezembro de 1894, suprime a Comarca de Arroio Grande. Este município passa a constituir Termo da Comarca de Jaguarão.

Comarca de Bagé

Bagé se estabeleceu como Comarca através da Lei Provincial nº 423, de 22 de dezembro de 1858, com dois Termos: Bagé e Santana do Livramento. Antes, pertencia como Termo à Comarca de Caçapava, na vigência da Lei Provincial nº 185, de 22 de outubro de 1850. Em 25 de outubro de 1872, pela Lei Provincial nº 779, a Comarca de Bagé perdeu o Termo de Santana do Livramento, passando a constituir-se apenas do Termo do mesmo nome. O Decreto Estadual nº 17, de 27 de fevereiro de 1892 veio confirmar a Comarca, na constituição e nos limites vigentes desde 1872. No mesmo ano, pelo Decreto Estadual nº 37, de 31 de dezembro, foi-lhe anexado o Termo de Dom Pedrito e, mais tarde, pelo Decreto Estadual nº 1 524, de 29 de setembro de 1909, também o Termo de Cacimbinhas (Pinheiro Machado). Os quadros de divisão territorial, de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e o quadro anexo ao Decreto Estadual nº 7.199 de 31 de março de 1938, dividiram a Comarca em apenas dois Termos: Bagé e Pinheiro Machado. Pelo Decreto Estadual nº 7.643, de 28 de dezembro de 1938, a Comarca de Bagé perdeu para a de Pinheiro Machado, criada pelo mesmo Decreto, o Termo desse nome, voltando a constituir-se apenas de um único Termo, o do mesmo nome. Posteriormente, pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.008, de 2 de

abril de 1950, Bagé foi criada Comarca de 2ª entrância. O mesmo ato legislativo anexou-lhe o Termo de Lavras do Sul. Finalmente, pela Lei Estadual nº 3.119, de 14 de fevereiro de 1957, Bagé era elevada a Comarca de 3ª entrância. Na década de 1990, a Comarca de Bagé foi classificada como de entrância intermediária, através do Ato nº 06/904-CM e teve os Termos de Candiota e Hulha Negra, anexados à sua jurisdição pelo Ato nº 06/94-CM.

Comarca de Caçapava do Sul: 1851-1872

Desmembrada da Comarca de Rio Pardo e sob a Lei nº 185, de 22 de outubro de 1850, foi criada a Comarca de Caçapava, que tinha como Termos Caçapava, Bagé e São Gabriel. Em nova divisão territorial, em 25 de outubro de 1872, através da Lei nº 799, a Comarca de Caçapava foi extinta, passando o seu Termo a fazer parte da Comarca de Cachoeira, que foi criada por esta mesma lei.

Comarca de Caçapava do Sul: 1878-1892

Extinta sob a Lei nº 799, de 25 de outubro de 1872, a Comarca de Caçapava, devido às necessidades dos serviços de justiça, foi restabelecida pela Lei nº 1152, de 21 de maio de 1878, tendo unicamente o Termo de mesmo nome. Em 27 de fevereiro de 1892, o Decreto nº 17 classificou a Comarca de Caçapava como de 1ª entrância, anexando a essa o Termo de Santo Antônio das Lavras. O Decreto nº 37, de 31 de dezembro de 1892, definiu nova divisão judiciária no Estado, estabelecendo 32 Comarcas e 60 Termos, tendo a Comarca de Caçapava sido extinta novamente, e seu Termo passou a fazer parte da jurisdição da Comarca de Cachoeira.

Comarca de Caçapava do Sul: 1895-1956

O Decreto nº 37, de 31 de dezembro de 1892, havia definido a divisão judiciária no Estado, estabelecendo 32 comarcas e 60 termos. Através deste decreto, a Comarca de Caçapava foi extinta, e seu Termo passou a fazer parte da jurisdição da Comarca de Cachoeira. Por motivos de conveniência pública, densidade da população e importância comer-

cial, a Comarca de Caçapava foi restabelecida, através do Decreto nº 41, em 31 de dezembro de 1894, tendo sob sua jurisdição os Termos de Caçapava e Lavras. Em 31 de março de 1938, o Decreto nº 7.199 classificou esta Comarca como de 2a entrância, devido à quantidade de serviços de justiça efetuados. No ano de 1990, pelo Ato no 06/90-CM de 02 de abril, recebeu a classificação de entrância inicial.

Comarca de Cachoeira do Sul

A Lei Provincial nº 799, de 25 de outubro de 1872, criou a Comarca de Cachoeira, formada pelo seu próprio Termo e o de Caçapava, tendo sido desmembrada da Comarca de Rio Pardo.

Em 27 de fevereiro de 1892, foi classificada como Comarca de 2ª entrância pelo Decreto nº 17, e em sua jurisdição recebia os Termos de mesmo nome e São Sepé. Em 31 de março de 1938, pelo Decreto nº 7199, recebeu a classificação de 3ª entrância, devido ao aumento dos Termos em sua jurisdição, da densidade populacional e dos serviços de justiça.

Entre as décadas de 1970 e 1990, a Comarca de Cachoeira recebeu e perdeu diversos Termos em sua jurisdição. Em 02 de abril de 1990, pelo Ato nº 06/90-CM, foi classificada como de entrância intermediária. Ainda em 2000, jurisdicionou os municípios de Cachoeira do Sul, Cerro Largo e Novos Cabrais.

Comarca de Camaquã

A Lei Provincial nº 1113, de 18 de maio de 1877, criou a Comarca de Camaquã, desmembrada da Comarca de Encruzilhada com jurisdição sobre os Termos de São João do Camaquã e Dores do Camaquã.

Em 27 de fevereiro de 1892, o Decreto nº 17 classificou a Comarca como de 1ª entrância e em 31 de dezembro do mesmo ano, os Decretos nº 37 e 38 a denominaram e estabeleceram como Comarca de São João Batista do Camaquã, ainda constituída pelos Termos de mesmo nome e Dores do Camaquã.

Em 31 de março de 1938, o Decreto-Lei nº 7.199 constituiu uma comissão especial para elaborar um novo quadro territorial no Estado, e através desse decreto, a Comarca de São João do Camaquã ficou como de 1ª entrância e seus Termos São João do Camaquã e Tapes. No mesmo ano, em 29 de novembro, o Decreto nº 7589 determinou que a Comarca de São João do Camaquã chamar-se-ia somente Comarca de Camaquã.

Em 1950, pela Lei nº 1008 de 12 de abril, a Comarca foi classificada como de 2ª entrância e em 1970 foi classificada como de 3ª entrância. O Ato nº 06/90-CM, de 02 de abril de 1990, ao reorganizar a nomenclatura da divisão judiciária, classificou a Comarca de Camaquã como de entrância intermediária, tendo sob sua jurisdição os Termos de São João do Camaquã e Dores do Camaquã.

Comarca de Conceição do Arroio

A Comarca de Conceição do Arroio foi criada pela Lei nº 1.872, de 18 de julho de 1889.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, suprime a Comarca de Conceição do Arroio. Conceição do Arroio foi anexada como Termo da Comarca de Rio dos Sinos.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, torna insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, extingue a Comarca de São Martinho.

Comarca de Cruz Alta

A Lei nº 419, de 06 de dezembro de 1858, dividiu a Comarca de São Borja em duas: a de São Borja e a de Cruz Alta, com os Termos de Cruz Alta e Passo Fundo.

- Lei nº 877, de 29 de abril de 1873, cria a Comarca de Passo Fundo.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, classifica a Comarca de Cruz Alta como sendo de 1ª entrância e com os seguintes Termos: Cruz Alta e Santo Antônio da Palmeira.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, torna insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, estabelece a Comarca de Cruz Alta, constituída pelos Termos de Cruz Alta e Vila Rica.

- Dec. nº 38, de 31 de dezembro de 1892, considera a Comarca de Cruz Alta como sendo de 2ª entrância.

- Dec. nº 1.814, de 31 de janeiro de 1912, anexa o novo município de Ijuí à Comarca de Cruz Alta.

- Dec. nº 3.685, de 02 de setembro de 1926, desanexa o Termo de Ijuí da Comarca de Cruz Alta e os anexa à Comarca de Santo Ângelo. O mesmo decreto desanexa o Termo de Palmeira da Comarca de Santo Ângelo e o anexou à Comarca de Cruz Alta.

- Dec. nº 3922, de 24 de novembro de 1927, restabelece a Comarca de Palmeira.

- Dec. nº 4.234, de 28 de dezembro de 1928, anexa o Termo de Tupanciretã à Comarca de Cruz Alta.

- Dec. nº 7.199, de 31 de março de 1938, classifica a Comarca de Cruz Alta como sendo de 3ª entrância.

- Decreto-Lei nº 720, de 29 de dezembro de 1944, estabelece a Comarca de Cruz Alta, com o Termo de mesmo nome. Este decreto também cria a Comarca de Júlio de Castilhos, constituída dos Termos de Júlio de Castilhos e Tupanciretã, ambos desanexados da Comarca de Cruz Alta.

- Lei nº 2.666, de 06 de agosto de 1955, cria as Comarcas não instaladas de Ibirubá e Panambi, que foram consideradas Termos da Comarca de Cruz Alta.

Comarca de Dom Pedrito: 1879-1892

A Comarca de Dom Pedrito foi criada pela Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1879, desmembrada da Comarca de Santana do Livramento, com jurisdição sob os Termos de Dom Pedrito e Rosário, sendo este desligado da Comarca de Alegrete.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, suprime a Comarca de Dom Pedrito, passando o município a constituir Termo da Comarca de Livramento.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, torna insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, extingue a Comarca de Dom Pedrito, que fica sob a jurisdição da Comarca de Bagé.

Comarca de Dom Pedrito: 1908-1956

A Comarca de Dom Pedrito foi restabelecida pelo Dec. nº 1.255, de 21 de janeiro de 1908. Tal Comarca foi classificada como de 1ª entrância e ficou constituída pelo município de Dom Pedrito.

- Dec. nº 6.308, de 22 de outubro de 1936, desanexa o Termo de Lavras da Comarca de Bagé e o anexa à Comarca de Dom Pedrito.

- Dec. nº 7.199, de 31 de março de 1938, estabelece a Comarca de Dom Pedrito como sendo de 2ª entrância.

- Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, classifica a Comarca de Dom Pedrito como sendo de 3ª entrância. A mesma lei criou a Comarca de Lavras do Sul (ex-Lavras).

Comarca de Encruzilhada do Sul

A Lei nº 799, de 25 de outubro de 1872, estabelece a divisão judiciária do Estado, definindo que a Comarca de Encruzilhada seria composta pelos Termos de Encruzilhada e São João Batista do Camaquã.

- Lei nº 1.113, de 18 de maio de 1877, cria, efetivamente, a Comarca de Camaquã com os Termos de São João do Camaquã e Dores de Camaquã.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, suprime a Comarca de Encruzilhada, que fica sob a jurisdição da Comarca de Rio Pardo.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, torna insubsistente o Dec. nº 17. Sendo assim, fica restabelecida a Comarca de Encruzilhada.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, estabelece a divisão judiciária do Estado, pela qual o Comarca de Encruzilhada é constituída somente pelo Termo de Encruzilhada.

- Dec. nº 38, de 31 de dezembro de 1892, estabelece a Comarca de Encruzilhada como de 1ª entrância.

- Decreto-Lei nº 720, de 29 de dezembro de 1944, estabelece a Comarca de Encruzilhada do Sul (ex-Encruzilhada) como de 1ª entrância.

- Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, classifica a Comarca de Encruzilhada do Sul como de 2ª entrância.

Comarca de Itaqui: 1873-1878

A Comarca de Itaqui foi criada pela Lei nº 799, de 25 de outubro de 1872, composta pelos Termos de Itaqui e São Borja.

- Lei nº 1.152, de 21 de maio de 1878, extingue a Comarca de Itaqui, que passa a ser Termo de Uruguaiana.

Comarca de Itaqui: 1879-1967

A Comarca de Itaqui foi restabelecida pela Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1879.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, classifica a Comarca de Itaqui como de 1ª entrância.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, torna insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, estabelece a Comarca de Itaqui, constituída do Termo de mesmo nome.

- Dec. nº 38, de 31 de dezembro de 1892, estabelece a Comarca de Itaqui como de 1ª entrância.

- Dec. nº 7.199, de 31 de março de 1938, classifica a Comarca de Itaqui como de 2ª entrância.

Comarca de Jaguarão

Desmembrando-se da Comarca de Piratini, a Comarca de Jaguarão foi criada em 25 de outubro de 1872, com a Lei nº 799, que dividia a Província de São Pedro em 16 Comarcas. Sob esta lei, compreendeu apenas o Termo de seu mesmo nome, não agregando outro município a sua jurisdição.

Em 27 de fevereiro de 1892, em virtude do grande gasto que o grande número de Comarcas gerava aos cofres públicos, o então Governo Provisório estabeleceu a nova divisão judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, agregando à Comarca de Jaguarão o Termo de Santa Vitória do Palmar, através do Decreto nº 17. Neste mesmo decreto, ficou determinado que esta Comarca era declarada de 1ª Entrância, devido a menor demanda de serviços de justiça. No mesmo ano, através do Decreto nº 37, de 31 de dezembro, esta Comarca passou a compreender os Termos do município de mesmo nome e o Termo de São João Baptista do Herval, ficando criada uma Comarca de nome Santa Vitória do Palmar. O Decreto nº 38, da mesma data, determina a Comarca de Jaguarão como de 2ª entrância.

A Comarca de Jaguarão ainda recebeu em sua jurisdição o Termo do município de Arroio Grande. Em 31 de dezembro de 1894 perdeu a Comarca de Herval em 22 de maio de 1945, quando esta foi decretada como Comarca de entrância especial.

Em 03 de janeiro de 1958, o Ato nº 03/58 determinou a instalação da Comarca de Arroio Grande e a Comarca de Jaguarão ficou compreendida com o Termo de mesmo nome e classificada, devido à sua proporção, como de entrância inicial em 02 de abril de 1990, sob o Ato nº 0/90-CM.

Comarca de Lagoa Vermelha

A Comarca de Lagoa Vermelha foi criada pelo Ato nº 249, de 12 de junho de 1890. - Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, suprime a Comarca de Lagoa Vermelha, que ficou sob a jurisdição da Comar-

ca de Vacaria. - Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, torna insubsistente o Dec. nº 17, ficando assim restabelecida a Comarca de Lagoa Vermelha. - Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, estabelece a divisão judiciária do Estado, pela qual a Comarca de Lagoa Vermelha será constituída pelos Termos de Lagoa Vermelha e Vacaria. - Dec. nº 38, de 31 de dezembro de 1892, estabelece que a Comarca de Lagoa Vermelha seja de 1º entrância. - Dec. nº 124-A, de 15 de janeiro de 1898, cria a Comarca de Vacaria. - Dec. nº 1.760, de 24 de agosto de 1911, desanexa o Termo de Alfredo Chaves (Veranópolis) da Comarca de Lagoa Vermelha e o anexa à Comarca de Bento Gonçalves. - Dec. nº 4.368, de 03 de setembro de 1929, desanexa o Termo de Prata da Comarca de Bento Gonçalves e o anexa à Comarca de Lagoa Vermelha. - Dec. nº 5.384, de 21 de julho de 1933, desanexa o Termo de Prata da Comarca de Lagoa Vermelha e o anexa à nova Comarca de Guaporé. - Dec. nº 5.836, de 04 de março de 1935, desanexa o Termo de Prata da Comarca de Guaporé e o anexa à Comarca de Lagoa Vermelha. - Dec. nº 7.643, de 28 de dezembro de 1938, desanexa o Termo de Prata da Comarca de Lagoa Vermelha e o anexa à Comarca de Guaporé. - Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, classifica a Comarca de Lagoa Vermelha como de 2ª entrância. - Lei nº 2.666, de 06 de agosto de 1955, cria a Comarca não instalada de Sananduva, considerada Termo da Comarca de Lagoa Vermelha. - Lei nº 3.119, de 14 de fevereiro de 1957, estabelece o Código de Organização Judiciária do Estado, pelo qual é criada a segunda Vara da Comarca de Lagoa Vermelha. - Edital do Cons. Sup. Magistr. nº 34, de 14 de julho de 1959, designa o Juiz de Direito da segunda Vara da Comarca de Lagoa Vermelha para jurisdicionar a Comarca não instalada de Sananduva. - Ato do Cons. Sup. Magistr. nº 10, de 16 de setembro de 1959, determina que a Comarca não instalada de São José do Ouro fique sob a jurisdição do Juiz de Direito da 1º Vara da Comarca de Lagoa Vermelha.

Comarca de Maquiné

A Comarca de Maquiné foi criada pela Lei nº 1.152, de 21 de maio de 1878, com os Termos de Conceição do Arroio e São Domingos das Torres.

- Lei nº 1.251, de 14 de junho de 1880, suprime a Comarca de Maquiné e anexa os Termos de Nossa Senhora da Conceição do Arroio e São Domingos das Torres à Comarca de Rio dos Sinos.

Comarca de Missões

A Comarca de Missões foi criada pela 5º sessão ordinária do Conselho Administrativo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 11 de março de 1833. A Comarca de Missões ficou constituída pelos seguintes Termos: São Borja, Espírito Santo e Porto Alegre.

A Lei nº 185, de 22 de outubro de 1850, dividiu a Comarca das Missões em Comarca de São Borja e Comarca de Alegrete.

Comarca de Palmeira das Missões: 1884-1885

- A Lei nº 1.454, de 26 de abril de 1884, criou a Comarca de Palmeira.

- A Lei nº 1.556, de 13 de abril de 1886, extingue a Comarca de Palmeira, passando o município a pertencer à Comarca de Cruz Alta.

Comarca de Palmeira das Missões: 1890-1892

A Lei nº 1.872, de 18 de julho de 1889, cria a Comarca de Santo Antônio da Palmeira.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, suprime a Comarca de Santo Antônio da Palmeira, que ficou sob a jurisdição da Comarca de Cruz Alta.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, torna insubsistente o Dec. nº 17, ficando, assim, restabelecida a Comarca de Santo Antônio da Palmeira.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, extingue a Comarca de Santo Antônio da Palmeira, que ficou sob a jurisdição da Comarca de Santo Ângelo.

Comarca de Palmeira das Missões: 1928-1970

A Comarca de Palmeira foi restabelecida pelo Decreto nº 3.922, de 24 de novembro de 1927.

- Dec. nº 5.368, de 01 e julho de 1933, anexa o novo município de Iraí à Comarca de Palmeira.

- Decreto-Lei nº 720, de 29 de dezembro de 1944, adota o nome de Palmeira das Missões para a Comarca de Palmeira e a estabelece como sendo de 1ª entrância.

- Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, eleva a Comarca de Palmeira das Missões de 1ª para 2ª entrância. Esta Lei cria a Comarca de Iraí, a qual, enquanto não instalada, foi considerada Termo da Comarca de Palmeira das Missões.

Comarca de Passo Fundo

A Comarca de Passo Fundo foi criada pela Lei nº 877, de 29 de abril de 1873, desmembrada da Comarca de Cruz Alta.

- Dec. Imp. nº 5.735, de 02 de setembro de 1874, declara de 1ª entrância a Comarca de Passo Fundo.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, classifica a Comarca de Passo Fundo como de 1ª entrância e estabelece seus Termos: Passo Fundo, Soledade e Nonoai.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, tornou insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, estabelece que a Comarca de Passo Fundo será constituída pelos Termos de Passo Fundo e Soledade.

- Dec. nº 38, de 31 de dezembro de 1892, classifica a Comarca de Passo Fundo como sendo de 1ª entrância.

- Dec. nº 2.342, de 30 de abril de 1918, anexa o município de Erechim à Comarca de Passo Fundo.

- Dec. nº 2.591, de 21 de junho de 1920, eleva a Comarca de Passo Fundo à categoria de 2ª entrância.

- Dec. nº 3.572, de 05 de janeiro de 1926, restabelece a Comarca de Soledade, que deixa, então, de ser Termo da Comarca de Passo Fundo.

- Dec. nº 4.366, de 31 de agosto de 1929, cria a Comarca de Erechim, que deixa, então, de ser Termo da Comarca de Passo Fundo.

- Dec. nº 4.709, de 24 de janeiro de 1931, anexa o novo município de Carazinho à Comarca de Passo Fundo.

- Dec. nº 7.199, de 31 de março de 1938, classifica a Comarca de Passo Fundo como sendo de 2º entrância.

- Dec. nº 7.643, de 28 de dezembro de 1938, cria a Comarca de Carazinho, que deixa de ser Termo da Comarca de Passo Fundo.

- Lei nº 720, de 29 de dezembro de 1944, desanexa o Termo de Getúlio Vargas da Comarca de Erechim e o anexa à Comarca de Passo Fundo.

- Decreto-Lei nº 799, de 22 de maio de 1945, cria a Comarca de entrância especial de Getúlio Vargas.

- Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, eleva a Comarca de Passo Fundo de 2ª para 3ª entrância.

Comarca de Pelotas

Desmembrada da Comarca de Rio Grande, a Comarca de Pelotas foi criada em 25 de outubro de 1872. Após a Proclamação da República, em 27 de fevereiro de 1892, o Decreto nº 17 estabeleceu uma nova organização judiciária: Pelotas foi classificada como Comarca de 2ª entrância e jurisdicionou os Termos de mesmo nome e o de São Lourenço. Ainda em 1892, em 31 de dezembro, os Decretos nºs 37 e 38 classificaram a Comarca de Pelotas como de 3ª entrância, devido ao movimento forense, e seus Termos continuaram sendo o de Pelotas e o de São Lourenço.

Em 09 de março de 1933, em nova organização judiciária, a Comarca de Pelotas perde o Termo de São Lourenço, que foi estabelecido como Comarca de mesmo nome.

Durante o Estado Novo, Pelotas jurisdicionou novamente o Termo da Comarca de São Lourenço, perdendo-a em 1945, e o Termo de Pinheiro Machado, perdendo-o em 1937.

Em 06 de março de 1985, o Ato nº 04/85-CM anexou o Município de Capão do Leão à Comarca de Pelotas e em 02 de abril de 1990, o Ato nº 06/90-CM anexou-lhe o Termo do Morro Redondo e a classificou como de entrância intermediária.

No ano 2000, a Comarca de Pelotas jurisdicionou os municípios de Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas e Turuçu.

Comarca de Piratini: 1833-1909

Em 11 de Março de 1833, a 5ª Sessão Ordinária do Conselho Administrativo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul criou a Comarca de Piratini, tendo como Termos as Vilas de Piratini e Cerrito, esta última se transformou, mais tarde, em Comarca de Jaguarão, pela Lei nº 799, de 25 de outubro de 1872.

Em 27 de fevereiro de 1892, a Comarca de Piratini foi classificada como de 1ª entrância pelo Decreto nº 17, e seus Termos eram Piratini, Canguçu e Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), porém em 18 de junho do mesmo ano, o Decreto nº 31 tornou insubsistentes as decisões do Decreto nº 17.

O Decreto nº 1524, de 29 de setembro de 1909, extinguiu a Comarca de Piratini que passou a ser Termo da Comarca de Canguçu. Posteriormente, pelo Decreto nº 6714, de 31 de agosto de 1937, Piratini passou a ser Termo da Comarca de Bagé, e pelo Decreto nº 6925, de 15 de dezembro do mesmo ano, o Termo de Piratini retornou à jurisdição da Comarca de Canguçu.

Em 22 de Maio de 1945, o Decreto-Lei criou a Comarca de entrância especial de Piratini, que foi classificada posteriormente como de 1ª entrância, devido à extinção dos cargos de Juiz de Direito de entrância especial, pela Lei nº 1008, de 12 de abril de 1950.

Em 02 de abril de 1990, o Ato nº 06/90-CM classificou a Comarca de Piratini como de entrância inicial.

Comarca de Piratini: 1945-1955

O Decreto-Lei nº 799, de 22 de maio de 1945, cria a Comarca de entrância especial de Piratini.

A Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, extingue os cargos de Juiz de Direito de entrância especial, cujas Comarcas passaram à categoria de 1º entrância, incluindo a Comarca de Piratini.

Comarca de Porto Alegre

A 5ª Sessão Ordinária do Conselho Administrativo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul criou a Comarca de Porto Alegre, com os Termos de Porto Alegre e as Vilas de Santo Antônio da Patrulha e do Triunfo, em 11 de março de 1833.

Entre as décadas de 1850 e 1880, a Comarca perdeu os Termos de Santo Antônio da Patrulha e de Triunfo, que foram estabelecidas como Comarcas de mesmo nome.

Em 1892, devido a um quadro de instabilidade política promovido pela Proclamação da República e o fim da Revolução Federalista, o Estado sofreu nova organização judiciária e a Comarca de Porto Alegre foi classificada como de 2ª entrância e tinha como Termo unicamente seu nome. No entanto, o Decreto nº 31 de 18 de junho do mesmo ano, tornou insubsistentes as decisões do Decreto nº 17 e os Decretos nº 37 e 38 de 31 de dezembro estabeleceram a Comarca de Porto Alegre, constituída nos Termos de Gravataí, Porto Alegre e Viamão, de 3ª entrância.

Já no século XX, a Lei nº 346, de 06 de abril de 1925, a Comarca de Porto Alegre foi classificada como de 4ª entrância, devido a sua densidade demográfica, movimento forense e importância comercial.

Cidades hoje conhecidas como da Grande Porto Alegre compuseram a Comarca de Porto Alegre, entre os anos de 1926 e 1975, porém foram jurisdicionados em outras Comarcas ou foram estabelecidas como Comarcas próprias, como, por exemplo, Alvorada, Gravataí, Viamão e Canoas.

Em 02 de abril de 1990, o Ato nº 06/90-CM classificou a Comarca como de entrância final.

Comarca do Rio dos Sinos

A Lei nº 1.152 de 21 de maio de 1878 criou a Comarca de Rio dos Sinos com os Termos de Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula de Cima da Serra com sede em Santo Antônio da Patrulha. Em 14 de junho de 1880 a Lei nº 1.251 desanexou o Termo de São Francisco de Paula de Cima da Serra da Comarca de Rio dos Sinos e o anexou à Comarca de Santa Cristina do Pinhal. Anexou os Termos de Nossa Senhora da Conceição do Arroio e São Domingos das Torres à Comarca do Rio dos Sinos. Em 31 de dezembro de 1892 o Decreto nº 37 suprimiu a Comarca de Rio dos Sinos.

Comarca de Rio Grande

Em 11 de março de 1833, a Comarca de Rio Grande foi criada pela 5ª Sessão Ordinária do Conselho Administrativo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tendo como Termos a Vila do Rio Grande, São José do Norte e São Francisco de Paula (hoje, Pelotas).

Em 25 de outubro de 1872, a Lei nº 799 criou a Comarca de Pelotas.

Após a Proclamação da República, o Decreto nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, apresentou nova organização judiciária no Estado, e a Comarca de Rio Grande foi classificada como de 2ª entrância. No mesmo ano, em 31 de dezembro, o Decreto nº 38 a classificou como de 3ª entrância.

A Lei nº 1008, de 12 de abril de 1950 criou a Comarca de São José do Norte, a qual não chegou a ser instalada, e, portanto, continuou pertencendo à de Rio Grande, até que a Lei nº 6968 estabeleceu São José do Norte como Comarca, em 31 de dezembro de 1975.

O Ato nº 06/90-CM, de 2 de abril de 1990, classificou a Comarca de Rio Grande como de entrância intermediária.

Comarca de Rio Pardo

A 5ª Sessão Ordinária do Conselho Administrativo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 11 de março de 1833, criou a Comarca do Rio Pardo, que jurisdicionou os Termos da Vila do Rio Pardo, Cachoeira e Caçapava. Entre as décadas de 1850 e 1880, a Comarca de Rio Pardo perdeu os Termos de Caçapava e Cachoeira, que foram estabelecidas como Comarcas de mesmo nome.

Em 27 de fevereiro de 1892, o Decreto nº 17, com a nova organização judiciária do Estado, classificou a Comarca de Rio Pardo como de 2ª entrância e seus Termos eram Rio Pardo, São João de Santa Cruz e Encruzilhada. No mesmo ano, em 18 de junho, o Decreto nº 31 tornou insubsistente o Decreto nº 17 e o Decreto nº 37, de 31 de dezembro, estabeleceu a Comarca de Rio Pardo com os Termos de mesmo nome e de São João de Santa Cruz.

Na primeira metade do século XX, a Comarca ainda jurisdicionou o termo de Candelária e o de Santa Cruz, perdendo-os assim que se tornaram Comarcas.

Em 14 de julho de 1979, a Lei nº 3780 elevou a Comarca de Rio Pardo para 3ª entrância, devido à densidade demográfica e o elevado número de serviços de justiça.

O Ato nº 06/90-CM, de 02 de abril de 1990, anexou o Município de Pantano Grande a Rio Pardo e o classificou como de entrância intermediária.

Comarca de Rosário do Sul: 1882-1892

Desmembrada da Comarca de Dom Pedrito, a Comarca de Rosário foi criada pela Lei nº1371, de 09 de maio de 1882, tendo como termos Rosário e São Vicente.

Após a Proclamação da República e o quadro de instabilidade gerado pela Revolução Federalista, o ano de 1892 trouxe grandes mudanças para a organização judiciária: no dia 27 de fevereiro, o Decreto nº 17 suprimiu a Comarca de Rosário, que ficou sob jurisdição da Comarca de São Gabriel, porém, este decreto se tornou insubsistente em 18 de junho, pelo Decreto nº 31. Contudo, em 31 de dezembro, um novo Decreto, de nº 37 extinguiu a Comarca de Rosário, que passou definitivamente a ser termo de São Gabriel.

Comarca de Rosário do Sul: 1938-1955

Dentro de um contexto de instabilidade política causado pela Proclamação da República e pela Revolução Federalista, a Comarca de Rosário foi extinta em 31 de dezembro de 1892, pelo Decreto nº 37, e passou a ser Termo da Comarca de São Gabriel. Em 31 de maio de 1924, o Termo de Rosário foi desanexado de São Gabriel e passou para a jurisdição da de Livramento.

Após o advento do Estado Novo, houve nova organização judiciária no Estado: pelo Decreto nº 7643, em 28 de dezembro de 1938, a Comarca de Rosário do Sul (ex-Rosário) foi estabelecida, como de 1ª entrância e com o termo de mesmo nome.

Em 12 de abril de 1950, devido ao aumento da população e dos serviços de justiça, a Comarca de Rosário do Sul foi elevada para a classificação de 2ª entrância.

O Ato nº 06/90-CM, de 02 de abril de 1990, definiu esta Comarca como de entrância inicial.

Comarca de Santa Catarina

Comarca inicial do Judiciário

Comarca de Santa Maria

A Lei nº 1.152, de 21 de maio de 1878, criou a Comarca de Santa Maria da Boca do Monte, tendo como Termos Santa Maria e São Martinho.

- Lei nº 1.865, de 17 de julho de 1889, criou a Comarca de São Martinho.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, estabeleceu a Comarca de Santa Maria como de primeira entrância e com os Termos de Santa Maria da Boca do Monte, São Martinho e Vila Rica.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, tornou insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, extinguiu a Comarca de São Martinho, que passou a ser Termo da Comarca de Santa Maria da Boca do Monte.

- Dec. nº 3624, de 22 de março de 1926, anexou o novo município de São Pedro à Comarca de Santa Maria.

- Dec. nº 7199, de 31 de março de 1938, estabeleceu a Comarca de Santa Maria com os Termos de Santa Maria e São Pedro.

Comarca de Santana do Livramento

A Comarca de Livramento foi criada pela Lei nº 799, de 25 de outubro de 1872, desmembrada da Comarca de Bagé, com os Termos de Livramento e Dom Pedrito.

- Lei nº 1207, de 03 de maio de 1879, criou a Comarca de Dom Pedrito, constituída do Termo de mesmo nome e do Termo de Rosário, este desanexado da Comarca de Alegrete e aquele desanexado na Comarca de Santana do Livramento.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, estabelece a divisão judiciária do Estado, pela qual a Comarca de Livramento passa a ser constituída apenas pelo Termo de mesmo nome.

- Dec. nº 38, de 31 de dezembro de 1892, estabeleceu a Comarca de Livramento como de 2ª entrância.

- Dec. nº 3329, de 31 de maio de 1924, desanexou o Termo de Rosário da Comarca de São Gabriel e o anexa à Comarca de Livramento.

- Dec. nº 7199, de 31 de março de 1938, classificou a Comarca de Livramento como de 3ª entrância.

- Dec. nº 7643, de 28 de dezembro de 1938, criou a Comarca de Rosário.

Comarca de Santo Antônio da Patrulha: 1858-1878

A Lei nº 401, de 16 de fevereiro de 1857, criou a Comarca de Santo Antônio da Patrulha, desmembrada da Comarca de Porto Alegre, com os Termos de Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio.

A Lei nº 1.152, de 21 de maio de 1878, extinguiu a Comarca de Santo Antônio da Patrulha, que ficou sob jurisdição da Comarca do Rio dos Sinos.

Comarca de Santo Antônio da Patrulha: 1893-1957

Após ser extinta pelo Decreto nº 1152, de 21 de maio de 1878, a Comarca de Santo Antônio da Patrulha foi reestabelecida pelo Decreto nº 37, de 31 de dezembro de 1892, tendo como Termos Santo Antônio, Conceição do Arroio e São Domingos das Torres. Além disso, o decreto classificou a Comarca como de 1ª entrância.

Após o advento do Estado Novo, uma nova organização judiciária foi feita: à jurisdição de Santo Antônio da Patrulha couberam os Termos de Santo Antônio, Osório e Torres. Entre as décadas de 1940 e 1950, Osório e Torres foram estabelecidas como Comarcas, saindo da jurisdição da de Santo Antônio.

Em 02 de Agosto de 1966, a Comarca foi classificada como de 2ª entrância pela Lei nº 5.256. Em 06 de março de 1985, devido ao aumento da densidade demográfica e dos serviços de justiça, foi elevada à 3ª entrância, pelo Ato nº 04/85-CM.

O Ato nº 06/90-CM, de 02 de abril de 1990, classificou a Comarca de Santo Antônio da Patrulha como de entrância inicial e nos anos 2000, Santo Antônio da Patrulha jurisdicionou os Termos Caraá e Santo Antônio da Patrulha.

Comarca de São Borja: 1851-1872

A Comarca de São Borja foi criada pela Lei nº 185, de 22 de outubro de 1850, desmembrada da Comarca das Missões, com os Termos de São Borja, Cruz Alta e Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria.

- Lei nº 419, de 06 de dezembro de 1858, estabelece que a Comarca de São Borja será constituída pelos Termos de São Borja e Itaqui.

- Lei nº 799, de 25 de outubro de 1872, extinguiu a Comarca de São Borja, que passou a ser Termo da Comarca de Itaqui, criada por esta mesma lei.

Comarca de São Borja: 1878-1969

A Lei nº 1.152, de 21 de maio de 1878, criou a comarca de São Borja, constituída pelo Termo de mesmo nome.

- Decretos nº 37 e 38, de 31 de dezembro de 1892, estabeleceram a Comarca de São Borja como sendo de 1ª entrância, constituída pelo Termo de São Borja.

- Dec. nº 7.199, de 31 de março de 1938, classificou a Comarca de São Borja como de 2ª entrância.

Comarca de São Francisco de Assis: 1890-1892

A Comarca de São Francisco de Assis foi criada pelo Ato nº 294, de 11 de julho de 1890, constituída pelo município de mesmo nome.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, classificou a Comarca de São Francisco de Assis como de 1ª entrância, tendo como Termos: São Francisco de Assis, São Vicente e Santiago do Boqueirão.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, tornou insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, extinguiu a Comarca de São Francisco de Assis, que passou a ser Termo da Comarca de São Vicente.

Comarca de São Francisco de Assis: 1945-1955

O Decreto-Lei nº 799, de 22 de maio de 1945, criou a Comarca de entrância especial de São Francisco de Assis.

- Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, extinguiu os cargos de Juiz de Direito de entrância especial cujas Comarcas passaram à categoria de 1ª entrância.

Comarca de São Gabriel

Em 25 de outubro de 1872, a Comarca de São Gabriel foi estabelecida pela Lei nº 799, tendo como Termos São Gabriel e Santa Maria da Boca do Monte.

Em nova organização judiciária, após a Proclamação da República, a Comarca de São Gabriel foi classificada como de 1ª entrância com os Termos de mesmo nome e de Rosário, pelo Decreto nº 17. Ainda no mesmo ano, em 18 de junho, o Decreto nº 31 tornou insubsistentes as decisões do Decreto nº 17, contudo, em 31 de dezembro, os Decretos nº 37 e 38 estabeleceram novamente a Comarca, classificando-a como de 2ª entrância e colocando sob sua jurisdição os Termos de São Gabriel, Rosário e Lavras.

Na primeira metade do século XX, a Comarca de São Gabriel deixou de jurisdicionar os Termos de Rosário e Lavras.

Em 12 de Abril de 1950, a Lei nº 1008 a classificou como comarca de 3ª entrância, devido a sua importância socioeconômica e ao aumento dos serviços de justiça.

O Ato nº 06/90-CM, de 02 de abril de 1990, classificou São Gabriel como Comarca de entrância intermediária.

Comarca de São Jerônimo

A Comarca de São Jerônimo foi criada pelo Dec. nº 37, de 31 de dezembro de 1892, constituída pelos Termos de São Jerônimo, Triunfo e Santo Amaro.

- Dec. nº 38, de 31 de dezembro de 1892, assinala a 1ª entrância para a Comarca de São Jerônimo.

- Decreto-Lei nº 720, de 9 de dezembro de 1944, estabeleceu a Comarca de São Jerônimo como de 1ª entrância e com os Termos São Jerônimo, General Câmara (ex-Margem) e Bom Jesus do Triunfo (ex-Triunfo).

- Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, classificou a Comarca de São Jerônimo como de 2ª entrância. A mesma Lei criou a Comarca de 1ª entrância de Bom Jesus do Triunfo, a qual, enquanto não instalada, foi considerada Termo da Comarca de São Jerônimo.

Comarca de São Leopoldo

Desmembrada da Comarca de Porto Alegre, a Comarca de São Leopoldo foi criada pela Lei nº 965, de 29 de março de 1875. Tinha como Termos São Leopoldo, Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo. Ainda com esses mesmos Termos, a Comarca foi classificada como de 2ª entrância, pelo Decreto nº 17, de 27 de fevereiro de 1892.

Nos anos 1920, recebeu em sua jurisdição os Termos de Gravataí e Novo Hamburgo, perdendo-as entre os anos 1930 e 1950.

A Lei nº 1008, de 12 de abril de 1950, classificou a Comarca de São Leopoldo como de 3ª entrância, devido a sua importância socioeconômica.

Em 1970, a Comarca jurisdicionou os Termos dos municípios de Dois Irmãos, Estância Velha e Ivoti, perdendo-os em 1985.

Em 02 de abril de 1990, o Ato nº 06/90-CM classificou a Comarca de São Leopoldo como de entrância intermediária.

Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina

A Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina foi criada por Alvará, de 16 de dezembro de 1812, o qual também elevou Porto Alegre à graduação de Cabeça de Comarca. O Alvará de 12 de fevereiro de 1821 desmembrou a Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina.

Comarca de São Vicente

A Comarca de São Vicente foi criada pela Lei nº 1.721, de 20 de dezembro de 1888, desmembrada da Comarca de Rosário, com os Termos de São Vicente, São Francisco de Assis e Santiago do Boqueirão.

Dec. nº 17, 27 de fevereiro de 1892, extinguiu a Comarca de São Vicente, que passou a ser Termo da Comarca de São Francisco de Assis.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, tornou insubsistente o Dec. nº 17, restabelecendo, assim, a Comarca de São Vicente.

- Decretos nº 37 e 38, de 31 de dezembro de 1892, o primeiro estabeleceu a Comarca de São Vicente, constituída pelos Termos de São Vicente e São Francisco de Assis e anexou o Termo de Santiago do Boqueirão à Comarca de São Luís; o segundo assinalou a 1ª entrância para a Comarca de São Vicente.

- Dec. nº 1.818, de 16 de fevereiro de 1912, desanexou o município de São Francisco de Assis da Comarca de São Vicente e o anexou à Comarca de Alegrete.

- Dec. nº 1.818, 16 de fevereiro 1912, desanexou da Comarca de São Luís o município de São Tiago do Boqueirão e o anexou à Comarca de São Vicente.

- Dec. nº 2.627, de 16 agosto de 1920, anexou o município de Jaguari à Comarca de São Vicente.

- Dec. nº 5.316, de 12 abril de 1933, criou a Comarca de Santiago do Boqueirão.

- Dec. nº 5.317, de 12 de abril de 1933, desanexou o Termo de São Francisco de Assis da Comarca de Alegrete e o anexou à Comarca de São Vicente. O mesmo decreto desanexou o Termo de Jaguari da Comarca de São Vicente e o anexou à Comarca de Santiago do Boqueirão.

- Dec. nº 5.350, de 13 de junho de 1933, o Termo de Jaguari retorna à jurisdição da Comarca de São Vicente. O mesmo decreto determinou o retorno do Termo de São Francisco de Assis à jurisdição da Comarca de Alegrete.

- Dec. nº 7.643, de 28 de dezembro de 1938, criou a Comarca de Jaguari, constituída pelos Termos de Jaguari e São Vicente.

Comarca de Taquari

A Comarca de Taquari foi criada pela Lei nº 799, de 25 de outubro de 1872, desmembrada da Comarca de Porto Alegre, com os Termos de Taquari e Triunfo.

- Lei nº 1.152, de 21 de maio de 1878, criou a Comarca de Triunfo.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, classificou a Comarca de Taquari como de 1ª entrância e seus Termos eram Taquari, Santo Antônio da Estrela, Lajeado e Venâncio Aires.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, tornou insubsistente o Dec. n. 17.

- Decretos nº 37 e 38, de 31 de dezembro de 1892, o primeiro estabeleceu a Comarca de Taquari, constituída pelos Termos de Taquari, Estrela, Lajeado e Venâncio Aires; o segundo assinalou a 1ª entrância para a Comarca de Taquari.

- Dec. nº 618, de 06 de maio de 1903, criou a Comarca do Alto Taquari, com sede em Lajeado e constituída pelos Termos de Lajeado e Estrela.

- Dec. nº 5.439, de 02 de outubro de 1933, desanexou o Termo de Venâncio Aires da Comarca de Taquari e o anexou à Comarca de Santa Cruz.

- Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, criou a Comarca de General Câmara, de 1ª entrância, a qual, enquanto não instalada, foi considerada Termo da Comarca de Taquari.

Comarca de Triunfo: 1878-1892

A Lei nº 1152, de 21 de maio de 1878, estabeleceu a Comarca de Triunfo, desmembrada da Comarca de Porto Alegre. Tinha como Termos Triunfo e São Jerônimo.

Após a Proclamação da República, houve nova organização judiciária no Estado. Em 1892, com a justificativa de racionalizar o quadro de justiça, foi extinta a Comarca de Triunfo, juntamente a outras 18 comarcas.

Comarca de Triunfo: 1950-1956

A Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, estabelece o Código de Organização Judiciária do Estado, pelo qual é criada a Comarca de 1ª entrância de Bom Jesus do Triunfo, a qual, enquanto não instalada, foi considerada Termo da Comarca de São Jerônimo.

- Lei Mun. nº 84, de 09 de dezembro de 1952, Restabelece o nome de Triunfo para o município de Bom Jesus do Triunfo.

Comarca de Uruguaiana

A Lei nº 965, de 29 de março de 1875, criou a Comarca de Uruguaiana, desmembrada de Alegrete.

- Lei nº 1.152, de 21 de maio de 1878, anexou o Termo de Itaqui à Comarca de Uruguaiana.

- Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1879, restabeleceu a Comarca de Itaqui.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, classificou a Comarca de Uruguaiana como de 2ª entrância.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, tornou insubsistente o Dec. nº 17.

- Decretos nº 37 e 38, de 31 de dezembro de 1892, o primeiro estabelece a Comarca de Uruguaiana, constituída pelo Termo de mesmo nome; o segundo assinala a 2ª entrância para a Comarca.

- Dec. nº 7.199, de 31 de março de 1938, classifica a Comarca de Uruguaiana como de 3ª entrância.

Comarca de Vacaria: 1878-1892

A Lei nº 1.141, 07 de maio de 1878, criou a Comarca de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria.

- Dec. nº 17, de 27 de fevereiro de 1892, classificou como de 1ª entrância a Comarca de Vacaria, que tinha como Termos: Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, Lagoa Vermelha e São Francisco de Paula de Cima da Serra.

- Dec. nº 31, de 18 de junho de 1892, tornou insubsistente o Dec. nº 17.

- Dec. nº 37, 31 de março de 1892, extinguiu a Comarca de Vacaria, que ficou sendo Termo da Comarca de Lagoa Vermelha.

Comarca de Vacaria: 1898-1954

O Dec. nº 124-A, de 15 de janeiro de 1898, criou a Comarca de Vacaria.

- Dec. nº 220, 11 de fevereiro de 1899, cria e anexa o município de Antônio Prado à Comarca de Vacaria.

- Dec. nº 2.000, de 16 de julho de 1913, eleva à categoria de município o atual 2º distrito de Vacaria, denominado Bom Jesus, e o anexa à Comarca de Vacaria.

- Dec. nº 2.408, de 26 de abril de 1919, restabeleceu a Comarca de Caxias, com os Termos de Caxias e Antônio Prado.

- Dec. nº 4.028, 03 de março de 1928, desanexou o Termo de Antônio Prado da Comarca de Caxias e o anexa à Comarca de Vacaria.

- Dec. nº 6.340, de 09 de dezembro de 1936, desanexou o Termo de Antônio Prado da Comarca de Vacaria e o anexa à Comarca de Caxias.

- Decreto-Lei nº 720, de 29 de dezembro de 1944, estabeleceu a Comarca de Vacaria com os Termos de Vacaria e Aparados da Serra (ex -Bom Jesus).

- Decreto-Lei nº 799, de 22 de maio de 1945, criou a Comarca de Entrância Especial de Aparados da Serra.

- Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, classificou a Comarca de Vacaria como de 2ª entrância.

Comarca de Viamão: 1880-1890

A Lei nº 1247, de 11 de junho de 1880, criou a Comarca de Viamão, desmembrada da Comarca de Porto Alegre, com os Termos de Viamão e Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí.

Em 13 de fevereiro de 1890, através do Ato nº 91, a Comarca de Viamão foi extinta pelo Governo, que considerou sua população limitada e dispersa, bem como os encargos dos serviços de justiça onerosos aos cofres públicos, passando os Termos de Viamão e Gravataí à Comarca de Porto Alegre.

Comarca de Viamão: 1934-1965

Extinta na segunda metade do século XIX, a Comarca de Viamão foi reestabelecida em 04 de julho de 1934, pelo Decreto nº 5638, que se constituiu com os Termos de Viamão e Gravataí.

O Decreto nº 720, em 1944, desanexou o Termo de Gravataí de Viamão e o anexou à Comarca de Porto Alegre.

Em 12 de abril de 1950, através da Lei nº 1008, foi considerada como de 2ª entrância pelo aumento da população e dos serviços de justiça, anexando ainda o Termo de Guaíba a sua jurisdição, perdendo-o em 1958, quando Guaíba foi elevada à Comarca.

Na década de 1970 recebeu o Município de Mostardas em sua jurisdição, também o perdendo em 1972.

Em 06 de março de 1985, o Ato nº 04/85-CM elevou a Comarca à 3ª entrância e em 02 de abril de 1990, o Ato nº 06/90-CM a classificou como de entrância intermediária.

RIO GRANDE DO SUL

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Âmbito: Público Estadual

Ato de criação: Lei Estadual nº 2345, de 29/01/1954

Vínculo institucional: Secretaria de Estado da Cultura do Rio do Grande do Sul

Data do início do funcionamento: 29/01/1954 (como Instituição independente)

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico tem origem na 2ª seção do Arquivo Público do Estado, que em 1925, quando foi transferida para o Museu Júlio de Castilhos, passou a chamar-se Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Em 29/01/1954, através da Lei nº 2.345, tornou-se uma instituição cultural independente vinculada à Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado

Política de aquisição/recebimento de acervo: doação ou compra mediante análise técnica

Dias e horários de atendimento: - Sala de pesquisa, com atendimento agendado: de 3ª à 6ª feira, das 13h às 17h; - Demais atendimentos: de 2ª à 6ª feira, das 8h30min às 18h

Localização: Rua Sete de Setembro, nº 1.020, 2º andar do Memorial do Rio Grande do Sul, sala 17. Centro Histórico. Porto Alegre/RS. CEP: 90.010-191

Telefones de contato: (51) 3225-7880 / (51) 3224-1724

E-mail de contato: ahrs@sedac.rs.gov.br e agendamento-ahrs@sedac.rs.gov.br

Responsável: Eduardo Hahn, Assessor Especial de Memória e Patrimônio

Possibilidade de acesso: consulta local

Instrumentos de pesquisa: meios de busca disponíveis na sala de pesquisa e https://cultura.rs.gov.br/fundos

Data do preenchimento: 05/04/2022

Responsável pelas informações: Patrícia Elisiane da Rocha Coser, Analista Arquivista

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Arquivos particulares	**- Correspondências - Fotografias - Documentos diversos**	**papel**	**Séculos XVIII, XIX e XX**	
Arsenal de Guerra	**- Correspondências diversas**	**papel**	**1811-1891**	
Assuntos Religiosos	**- Correspondências - Documentos diversos**	**papel**	**1804-1998**	
Assuntos Indígenas	**- Correspondências - Registro de Provisões - Documentos diversos**	**papel**	**1769-1904**	
Autoridades Militares	**- Correspondências - Desenhos de uniformes - Ordens do dia - Quadros de Recrutamento - Registro de Patentes e Oficiais - Provisões**	**papel**	**1773-1942 1790-1930**	

Autoridades Municipais (Câmaras Municipais) dos seguintes municípios: **- Alegrete,** **- Alfredo Chaves (Veranópolis)** **- Antônio Prado** **- Araçá** **- Arroio Grande** **- Bagé** **- Bento Gonçalves** **- Bom Jesus** **- Caçapava** **- Cacequi** **- Cachoeira do Sul** **- Cacimbinhas (Pinheiro Machado)** **- Camaquã** **- Candelária** **- Canguçu** **- Carazinho** **- Caxias do Sul** **- Cerro Chato** **- Conceição do Arroio** **- Conceição do Boqueirão (São Lourenço do Sul)** **- Cruz Alta** **- Dom Pedrito** **- Encantado** **- Encruzilhada** **- Erechim** **- Esteio** **- Estrela** **- Farroupilha** **- Flores da Cunha** **- Garibaldi** **- General Câmara** **- Getúlio Vargas** **- Gravataí** **- Guaíba** **- Guaporé** **- Herval** **- Ijuí** **- Iraí** **- Itaqui** **- Jaguarão** **- Júlio de Castilhos (Vila Rica)** **- Lagoa Vermelha** **- Lavras** **- Lajeado** **- Montenegro** **- Não me Toque** **- Nonoai** **- Nova Prata** **- Novo Hamburgo** **- N. Srª Conceição do Arroio (Osório)** **- Palmeira das Missões** **- Panambi** **- Passo Fundo**	**- Correspondências** **- Requerimentos** **- Documentos diversos**	**papel**	**1798-1973**	

- Pedras Brancas **- Pelotas** **- Vacaria** **- Venâncio Aires** **- Veranópolis** **- Viamão** **- Vila Rica** **- Pinheiro Machado** **- Piratini** **- Porto Alegre** **- Princesa do Sul** **- Quaraí** **- Rio Grande** **- Rio Pardo** **- Rosário do Sul** **- Santa Cristina do Pinhal** **- Santa Cruz** **- Santa Isabel** **- Santa Maria** **- Santa Rosa** **- Santa Vitória do Palmar** **- Santana do Livramento** **- Santiago do Boqueirão** **- Santo Amaro** **- Santo Ângelo** **- Santo Antônio da Patrulha** **- São Borja** **- São Francisco de Assis** **- São Francisco de Paula** **- São Gabriel** **- São Jerônimo** **- São José do Norte** **- São Leopoldo** **- São Lourenço do Sul** **- São Luiz Gonzaga** **- São Martinho** **- São Pedro do Sul** **- São Sebastião do Caí** **- São Sepé** **- São Vicente** **- Sapiranga** **- Seberi** **- Sobradinho** **- Soledade** **- Soledade de Tapes (Dores de Camaquã)** **- Tapera** **- Taquara (Mundo Novo)** **- Taquari** **- Torres** **- Triunfo** **- Tupanciretã** **- Uruguaiana**				

Autos de Medição de Terras / Secretaria da Agricultura	**- Processos - Traslados e medições referentes às leis de 1850 e 1859 - Correspondências - Ofícios - Informações - Instruções - Medições Judiciais**	**papel**	**Séculos XIX e XX**	
Companhia Telefônica Rio-grandense	**- Livros Razão - Registros Diários - Livro caixa - Registros de Contas a pagar - Folhas de Pagamento - Inventários - Relatórios, entre outros**	**papel**	**1909-1997**	
Consulados e Legações	**- Correspondências - Registro de Passaportes - Documentos diversos**	**papel**	**1822-1939**	
Documentos dos Governantes do Rio Grande do Sul	**- Correspondências expedidas e enviadas - Relatórios - Requerimentos - Registros de Ordens e Patentes, entre outros**	**papel**	**1744-1994**	
Eleições	**- Documentos diversos das Juntas e Mesas Eleitorais - Atas - Registro de Eleitores - Correspondências**	**papel**	**1824-1947**	
Estatística	**- Correspondências - Censos da Província - Dados estatísticos de diversas localidades - Boletins - Recibos - Mapas estatísticos**	**papel**	**1741-1944**	

Fazenda	- Correspondências - Portarias - Guias - Ordens - Requerimentos - Balanços - Livros de registros - Diários Provinciais - Relatórios - Finanças do Estado - Concessão de Propriedades de Terras aos Casais Açorianos de Número (1770-1800): - Códice F 1229 - Códice F 1230 - Códice F 1231	papel	1736-1996	Os Códices F1229, F1230 e F1231 estão transcritos e publicados na obra Açorianos no Brasil (EST, 2002)
Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore	- Dossiês de edições de Festivais	papel	1971-2016	
Guarda Nacional	Livro de Registro de patentes	papel	1831-1894	
Imigração, Terras e Colonização Localidades: - Accioli - Accioli (Pelotas) - Afonso Pena (Pelotas) - Alegrete - Alfredo Silveira - Alinda, Linha (Nova Petrópolis) - Alpestre - Alto Uruguai - Alto Uruguai (Colônia Militar do Alves) - Amalia - Anapio - Andrea - Anita Garibaldi - Anta Gorda - Antão - Antão De Farias - Antônio Carlos - Antônio Prado - Apollinario - Arabela - Araripe - Araripe (Alas Norte e Sul) - Araújo e Sousa - Arroio Grande - Artur Vilela - Assis Brasil - Atolosa - Ávila - Azevedo				

- Azevedo Castro - Bagé - Baixa Grande (Santo Antônio da Patrulha - Barão do Triunfo - Barão do Triunfo (Núcleo) - Barra do Ouro (Marquês do Herval/Osório) - Barros Cassal - Barros Pimentel (Ala Oriental) - Benjamin Constant - Bento Gonçalves - Bento Gonçalves (Dona Isabel) - Bento Porto - Blessmann - Boa Vista - Boêmia - Bom Asilo - Bom Jardim - Bom Jesus - Bom Progresso - Bonifácio - Borges de Medeiros - Botocudo - Brandão - Brás Chalreo - Brasil - Brasileira - Brava - Brito - Buricá - Caçapava - Cachoeira - Cachoeira do Sul - Camaquã - Camargo - Campina (Região Campo Novo) - Canguçu - Capanema - Caraguata - Carlos Ferreira - Casemiro de Abreu - Caseros (Colônia Militar/Lagoa Vermelha) - Caxias do Sul - Caxias do Sul (Nova Palmira) - Cecília - Cerro Azul - Chimarrão - Chimarrão Novo - Claro (Travessão/Caxias) - Clementina - Colombo - Comandai (Região)	- Correspondências - Registro de entrada de colonos - Atestados - Despesas - Relação de imigrantes - Mapas - Estatísticas - Matrícula de colonos - Recibos de pagamento - Memorial de medições, entre outros	papel	1822-1928	

- Concórdia				
- Conselheiro Rebouças				
- Constantina				
- Contenda				
- Coqueiral				
- Correia Neto				
- Cortado (Estrada da Costa da Serra)				
- Costa Real				
- Cotegipe				
- Criciumal				
- Cristal (Hospedaria)				
- Cristina				
- Cruz Alta				
- Cruz Alta (Ijui Grande)				
- Deodoro da Fonseca				
- Dezessete de Junho				
- Diego dos Santos				
- Dois de Julho				
- Dois Irmãos				
- Dom Feliciano				
- Dona Amélia				
- Dona Francisca				
- Dona Isabel				
- Dona Josefa				
- Dourado				
- Dourado (Seção de Santa Rosa)				
- Doze de Setembro				
- Edith				
- Emília				
- Encantada				
- Encantado				
- Erechim				
- Ernesto Alves				
- Erval				
- Esperança				
- Estância Velha				
- Estrada do Cortado				
- Estrada Geral				
- Estrela				
- Eulália				
- Euzébio Dorneles				
- Evaristo Teixeira				
- Faria Lemos				
- Faxinal				
- Faxinal (Rincão)				
- Federal				
- Feitoria Velha				
- Felipe Neri				
- Felipe Noronha				
- Felix da Cunha				
- Feliz (Picada)				
- Fernandes				
- Fernando Abott				
- Ferraz				

- Figueira de Mello				
- Flores				
- Floriano Peixoto				
- Floriano, Mal. (Núcleo)				
- Formoso				
- Francisca				
- Garcia, Cap.				
- Garibaldi				
- Garibaldi (Conde D'eu)				
- Garibaldi Nova				
- General Osório				
- General Vargas				
- Gonçalves Dias				
- Gonzaga				
- Gravataí				
- Gringuinha (1ª Seção)				
- Guaporé				
- Guarani				
- Guarani (Vila)				
- Guarani das Missões				
- Guarita				
- Harmonia				
- Heinssen				
- Helena				
- Henrique D'avila				
- Herval (Serra)				
- Horizontina				
- Humaita				
- Ijui				
- Ijui Grande				
- Ijui Grande (Rio - Margem Esquerda)				
- Imperial (Linha)				
- Inhacorá				
- Irai				
- Irapuazinho				
- Isabel				
- Isabela				
- Itaquarare				
- Ivorá				
- Jacinto				
- Jacuhy				
- Jacui (Colônia)				
- Jaguari				
- Jaguari (Comissariado de)				
- Jaguari e São Vicente				
- Jaguari-Mirim				
- Jansen				
- José Bonifácio				
- José Evaristo				
- José Júlio				
- Júlio de Castilhos				
- Júlio de Oliveira				
- Lagoa Vermelha				
- Lagoa Vermelha (Chimarrão Novo)				

- Lajeados Arroio Burges e Sétima - Lajeados Sétima (1ª Seção) - Laranjeira - Laurentina - Lavra Pinto - Leopoldina - Liberdade - Ligeiro - Lopo Neto - Lucena - Luiz de Franca - Maciel (Colônia) - Pelotas - Manoel Maria de Carvalho - Marco - Marcondes - Margarida - Margem Esquerda Do Jacui - Maria Madalena - Mariana Pimentel - Mariana Pimentel (Núcleo) - Mariante (Porto) - Marquês do Herval - Marquês do Herval (Barra do Ouro/Osório/Maquiné) - Marreca - Mercandes - Mila - Minas De Oliveira - Montauri - Monte Alverne - Moreira Cesar, Cel. - Morena - Morro Ajudo (a leste do) - Morro Pelado - Neri - Nicolau Pederneiras - Nonoai - Nova (Linha) - Nova Jacinto - Nova Milão - Nova Pádua - Nova Palma - Nova Palmira - Nova Petrópolis - Nova Prata - Nova Trento - Nova Treviso - Nova Udine - Nova, Linha - Nove Colônias - Novembro - Olga - Olinda - Osório				

- Osório (Conceição do Arroio)				
- Otaviano, Senador				
- Padre Eterno (Picada)				
- Paiol Grande				
- Palmeira				
- Palmeira das Missões				
- Palmeiro				
- Palmira				
- Paloma				
- Parobé				
- Parobé (Agudos)				
- Parreira Horta				
- Passo Fundo				
- Patrício				
- Patrício Marcondes				
- Pedra Lisa				
- Pelotas				
- Pindai (Seção)				
- Pinhalzinho (Júlio de Castilhos)				
- Pinheiro Machado				
- Pirajá (Linha Ala Meridional)				
- Pirajá (Linha)				
- Poço Preto				
- Pomeranos				
- Porto Alegre				
- Porto Lucena				
- Pratinha (Fazenda da)				
- Pratos				
- Primeiro de Maio				
- Primeiro de Marco				
- Quatorze de Julho				
- Quinze de Novembro				
- Ramiro, Senador				
- Rebouças				
- Redentora				
- Reserva				
- Ressaca				
- Riachuelo				
- Rincão dos Albinos				
- Rio Azul				
- Rio Branco				
- Rio Grande				
- Rio Pardinho (Estrada de)				
- Rio Pardo				
- Rosita				
- Saint Brisson				
- Salgado				
- Saltinho				
- Santa Barbara				
- Santa Ceci				
- Santa Cruz				
- Santa Cruz (Monte Alverne)				
- Santa Fé				
- Santa Maria				

- Santa Maria da Soledade - Santa Rosa - Santa Rosa (Colônia de) - Santa Tecla - Santa Tereza - Santiago - Santo Ângelo - Santo Ângelo das Missões - Santo Antônio da Patrulha - Santo Antônio da Patrulha (Vila Nova) - Santo Augusto - Santo Cristo - São Brás - São Francisco de Assis - São Francisco de Paula - São Jerônimo - São João - São João (Rincão) - São José do Hortêncio - São Leopoldo - São Leopoldo (5º Distrito) - São Leopoldo (Nº Antigo 0062) - São Luiz Gonzaga - São Marcos - São Martinho - São Maximiliano - São Nicolau - São Nicolau (Nº Antigo 0062) - São Pedro - São Pedro (do Sul) - São Pedro do Sul - São Sebastião Caí - São Vendelino - São Vicente - Saraiva - Schneider - Sebastopol - Serra (Linha da) - Sertoria - Sete de Setembro - Severino Ribeiro - Silva Jardim - Silveira Martins - Silvestre Correia - Sinimbu - Soares, Presidente - Sobradinho - Sobradinho (Colônia) - Soledade - Soturno - Suzana - Tamarindo - Tamarindo, Cel.				

- Tamboreta (1ª Seção) - Tamboreta (2ª Seção) - Taquara - Taquari - Taquarussu - Tenente Portela - Teutonia - Timbaúva - Timbó - Tiradentes - Tomas Flores - Torres - Torres, Cel. - Trairas - Travesão Paraíso - Travessão Central do Norte e Sul - Três de Maio - Três Passos - Treze Colônias - Treze de Maio - Triunfo - Trombudo - Tucunduva - Tuiuti - Tupanciretã - Tuparandi - Tupi Caldas - Turvo - Vacaria - Vale do Segredo - Vale Vêneto - Vasques - Venâncio Aires - Veranopólis - Vila Nova - Vila Teresa - Vilarim, Cap. - Vinte e Oito de Setembro - Vinte e Quatro de Fevereiro - Vinte e Quatro de Maio - Vinte e Um de Abril - Visconde de Mauá - Vitoria - Vitorino Monteiro - Zambicari - Zamith				
Instrução Pública Localidades do RS e Estados do Brasil: - Alegrete - Alfredo Chaves - Arroio Grande - Bagé - Barro Vermelho - Benfica (Triunfo)				

- Bento Gonçalves - Bom Princípio - Caçapava - Cachoeira - Cacimbinhas (Pinheiro Machado) - Camaquã - Canguçu - Canoas - Capané (Distrito de Cachoeira) - Caxias do Sul - Colônia Santa Cruz (Rio Pardo) - Colônia Santa Cruz (Triunfo) - Conceição do Funil (São Leopoldo) - Costa do Arroio Cadeia (Triunfo) - Costa Real (Bento Gonçalves) - Cruz Alta - Cruz Alta (atual Bexiga, 4º Distrito de Rio Pardo) - Distrito da Barra - Dom Pedrito (Bagé) - Encruzilhada - Estreito - Estrela - Faxinal do Fagundes (Venâncio Aires) - Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Estreito - Garibaldi - Gramado - Gravataí - Guaporé - Herval - Ilha Pintada (Porto Alegre) - Itapuã (Viamão) - Itaqui - Jacuizinho (Soledade) - Jaguarão - João Vieira (Triunfo) - Lavras (Caçapava) - Lomba Grande (São Leopoldo) - Lombas (Sto. Antônio da Patrulha) - Maquiné (Osório) - Margem do Caí - Miraguaia (Santo Antônio da Patrulha) - Montenegro - Morro Pelado (Taquara) - Mostardas - Nova Palmira (São Leopoldo) - Nova Petrópolis (São Leopoldo) - Nova Trento - Novo Hamburgo - Olaria Spalding (Triunfo)	- Atas - Correspondências - Assentamentos de Professores - Inspetores e Aulas Públicas - Exames e Concursos de Professores - Listas de Frequência de Aulas Públicas - Livros Pontos de Empregados - Protocolo - Matriculas de Conselho Escolar - Fornecimento de material - Títulos de Professores e Matrículas de Alunos	papel	1820-1929	

- Osório (Nossa Srª da Conceição do Arroio) **- Palmeira das Missões** **- Passinho (Triunfo)** **- Passo da Ponte (Triunfo)** **- Passo da Ponte (Triunfo)** **- Passo do Caí (Triunfo)** **- Passo Fundo** **- Passo Grande** **- Pedras Brancas (Guaíba)** **- Pelotas** **- Pesqueiro (Montenegro)** **- Piedade (São Leopoldo)** **- Piedade (Triunfo)** **- Piratini** **- Ponta Raza (Triunfo)** **- Pontal da Barra** **- Pontal do Triunfo (Triunfo)** **- Porto Alegre** **- Potreiro Bonito (Palmeira das Missões)** **- Povo Novo (Rio Grande)** **- Rio Grande** **- Rio Pardo** **- Rio Pardo (Distrito de Capivari)** **- Rosário do Sul** **- Santa Cristina do Pinhal** **- Santa Maria** **- Santa Vitória do Palmar** **- Santana da Boa Vista (Caçapava)** **- Santana do Livramento** **- Santana do Rio dos Sinos** **- Santiago do Boqueirão** **- Santo Amaro** **- Santo Ângelo** **- Santo Antônio da Boa Vista (Pelotas)** **- Santo Antônio da Patrulha** **- São Borja** **- São Francisco de Paula** **- São Francisco de Paula de Cima da Serra** **- São Gabriel** **- São Jerônimo** **- São Jerônimo (5º Distrito)** **- São José do Hortêncio** **- São José do Norte** **- São José do Patrocínio** **- São Leopoldo** **- São Leopoldo (Freguesia S. Miguel)** **- São Leopoldo (São José de Hortêncio)** **- São Lourenço** **- São Luis** **- São Martinho**				

- São Nicolau (Rio Pardo) - São Pedro de Alcântara (Torres) - São Pedro do Bom Jardim (São Leopoldo) - São Sebastião do Cai - São Sepé - Sapucaia (1º Distrito de São Leopoldo) - Serra do Taquari - Soledade - Soledade (Distrito do Município de Passo Fundo) - Taim (Rio Grande) - Tapes (Dores de Camaquã) - Taquara (Mundo Novo) - Taquari - Taquari (Margem direita do rio) - Taquari (Margem esquerda do rio) - Torres - Três Forquilhas - Três Portos (São Leopoldo) - Triunfo - Uruguaiana - Vacaria - Viamão <u>Estados do Brasil</u> - Alagoas - Bahia - Ceará - Minas Gerais - Rio de Janeiro - São Paulo				
Junta Comercial	- Registros de Matrículas de Embarcações - Registro Público de Documentos - Livros de Protocolos - Livros para Caixa de Emolumentos - Registro do Expediente - Registro da Correspondência - Registro de marcas, fábricas e comerciantes - Registro de Nomeação de Feitores, Cooperativas e de Armadores Nacionais - Documentos diversos	papel	1848-1938	

Justiça	**- Correspondências - Processos - Protocolos de Audiências - Escrituras - Livros de Registros - Traslados - Protestos de Letras e outros.**	**papel**	**1750-1943**	
Legislação	**- Coleções e Coletâneas de Leis, Decretos, Decisões, Atos, Prontuários, Autógrafos, entre outras legislações dos governos**	**papel**	**1750-1997**	
Obras Públicas	**- Correspondências - Papeis diversos - Registro de ordens - Despesas - Matrícula das Comissões - Assentamentos de Empregados - Folhas de Pagamento - Relatórios da Viação Férrea e da Locomoção**	**papel**	**1779-1946**	
Requerimentos	**- Requerimentos de diversas Secretarias**	**papel**	**1758-1934**	
Secretaria de Segurança Pública e Secretaria da Justiça/Polícia	**- Autos de Apreensão - Investigações - Boletins de Ocorrências - Correspondências - Processos - Exame Médico Legal - Injurias - Inquéritos Policiais - Mapas de Prisões**	**papel**	**1832-1989**	
Secretaria do Interior e Exterior	**- Relatórios - Correspondência - Ofícios**	**papel**	**1890-1953**	
Sesmarias	**- Dossiês**	**papel**	**1756-1825**	
Iconografia	**- Fotos - Postais - Álbuns**	**papel**	**Séculos XVIII, XIX e XX**	
Mapas	**- Mapas - Cartas - Documentos Cartográficos**	**papel**	**Séculos XVII, XVIII, XIX, XX**	

PARTE III
ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS DO RIO GRANDE DO SUL BRASIL

BAGÉ

Arquivo da Diocese de Bagé

Denominação do Arquivo: Arquivo da Diocese de Bagé

Âmbito: Privado

Vínculo institucional: Mitra Diocesana de Bagé

Data do início do funcionamento: a Diocese de Bagé foi criada em 25/06/1960

Trajetória institucional: a Diocese de Bagé foi criada no dia 25 de junho de 1960 pela Bula *"Qui Divino Concílio"* do Papa João XXIII. Seu território foi desmembrado das Dioceses de Pelotas e de Uruguaiana. A instalação da Diocese aconteceu no dia 24 de outubro de 1960. A Diocese de Bagé abrange os municípios de Bagé, São Gabriel, Lavras do Sul, Santana do Livramento, Pinheiro Machado, Dom Pedrito, Rosário do Sul, Hulha Negra, Candiota, Aceguá, Pedras Altas (parte) e Santa Margarida do Sul. Os livros mais antigos das cidades citadas acima estão todos arquivados na Diocese

Política de aquisição/recebimento de acervo: os livros que contém no acervo da Diocese são de Batismo, Matrimônio e Óbitos que foram realizados nas 16 paróquias que pertencem à nossa Diocese

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h

Localização: Avenida Marcílio Dias, 1586. Bairro Centro. Bagé/RS. CEP: 96400-021

Telefone de contato: (53) 3242-4772

E-mail de contato: curiadebage@gmail.com

Responsável: Padre Júlio Cezar Ribeiro

Possibilidades de acesso: a pesquisa presencial, no momento, devido à pandemia está suspensa. O envio de informações é feito pelo e-mail

Instrumentos de pesquisa: manual. Livros sem índices e nada é informatizado

Data do preenchimento: 22/01/2021

Responsável pelas informações: Vívian Carvalho Sena Silveira

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Paróquia Catedral de São Sebastião - Bagé	**Batismos Matrimônios Óbitos Crismas Tombo**	**papel**	**1829-2017 1837-2012 1847-1959 1943-1966**
Paróquia N. Sra. Auxiliadora - Bagé	**Batismos Matrimônios Óbitos**	**papel**	**1919-2017 1919-1996 1930-1946**
Paróquia N. Sra. da Imaculada Conceição - Bagé	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1970-2015 1970-2002**
Paróquia Sagrada Família - Bagé	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1979-2009 1979...**
Paróquia São Pedro - Bagé	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1963-2015 1963...**
Paróquia São Judas - Bagé	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1978-2009 1978...**
Paróquia Nossa Senhora da Luz - Pinheiro Machado	**Batismos Matrimônios Óbitos Tombo**	**papel**	**1852-2007 1852-1985 1858-1899**
Paróquia N. Sra. do Patrocínio - Dom Pedrito	**Batismos Matrimônios Óbitos Tombo**	**papel**	**1852-2014 1854-1993 1854-1955 1868-1891**

Paróquia Sagrado Coração de Jesus - Candiota	**Batismos** **Matrimônios**	**papel**	**1982-2013** **1982...**
Paróquia São José - Hulha Negra	**Batismos** **Matrimônios**	**papel**	**1957-2000** **1957-1982**
Paróquia Nossa Senhora do Rosário - Rosário do Sul	**Batismos** **Matrimônios** **Óbitos** **Tombo**	**papel**	**1866-2011** **1865-1997** **1866-1885** **1879-1952**
Paróquia N. Sra. do Rosário - Santana do Livramento	**Batismos** **Matrimônios**	**papel**	**1959-2020** **1959-1992**
Paróquia Santana - Santana do Livramento	**Batismos** **Matrimônios** **Óbitos**	**papel**	**1830-2011** **1830-2013** **1831-1927**
Paróquia Santa Teresinha - Santana do Livramento	**Batismos** **Matrimônios**	**papel**	**1959-2015** **1959-2003**
Paróquia Arcanjo São Gabriel - São Gabriel	**Batismos** **Matrimônios** **Óbitos**	**papel**	**1819-2015** **1819-2001** **1819-1935**
Paróquia Santo Antônio - Lavras do Sul	**Batismos** **Matrimônios** **Óbitos** **Tombo**	**papel**	**1849-2015** **1849-1979** **1849-1955**

Obs.: os livros de registros de batismos e matrimônios em todas as paróquias são até os dias atuais, sendo que os mais recentes se encontram nas paróquias e em uso.

CACHOEIRA DO SUL

Arquivo da Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul

Denominação do Arquivo: Arquivo da Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul

Âmbito: Privado

Data do início do funcionamento: 17/07/1991

Trajetória Institucional: a Diocese de Cachoeira do Sul foi criada a 17/07/1991 pela Bula Brasilienses quidem do Papa João Paulo II, desmembrada da Diocese de Santa Maria. 1º Bispo D. Angelo Domingos Salvador (1991-1999), 2º Bispo Dom Irineu Silvio Wilges (2000-2011), 3º Bispo Dom Remidio Bohn (2012-2018), 4º Bispo Dom Edson Batista de Mello (2019-atual)

Política de aquisição/recebimento de acervo: os livros do acervo são de Batismos, Matrimônios e Óbitos (poucos) que foram realizados nas 13 paróquias que pertencem à Diocese. Livros de 1ª Eucaristia e Crismas, somente registros atuais

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h45min

Localização: Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul. Rua Moron, 1007. Caixa Postal: 152. Cachoeira do Sul/RS. CEP: 96.508-031

Telefones de contato: (51) 3722-1875 (51) 3723-6946 (51) 99962-3716

E-mail de contato: mitracachoeira@outlook.com.br / https://www.diocesenet.com.br

Responsáveis: Lisandra da Motta Vedoin e Tamiris Gomes Barbosa

Possibilidades de acesso: solicitações de pesquisas para o arquivo podem ser realizadas presencialmente ou por e-mail. Para pesquisa de registros antigos, os pesquisadores devem marcar horário com antecedência, fazer uma carta de apresentação informando a finalidade da pesquisa, comprovação de ascendência e preencher um termo de responsabilidade. Essa documentação fica arquivada na Mitra. As pesquisas estão mais restritas devido à LGPD - Lei de Proteção de Dados

Instrumentos de pesquisa: a maioria dos livros antigos não possui índice, alguns estão deteriorados e foram digitalizados, mas no momento somente o arquivo tem acesso

Data do preenchimento: 24/03/2022

Responsável pelas informações: Lisandra da Motta Vedoin

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Catedral Nossa Senhora da Conceição – Cachoeira do Sul	Batismos Casamentos	papel	1779-atual
Catedral Nossa Senhora da Conceição – Cachoeira do Sul	Óbitos	papel	1827-atual
Paróquia Nossa Senhora da Assunção – Caçapava do Sul	Batismos Casamentos	papel	1800-atual
Paróquia Nossa Senhora da Assunção – Caçapava do Sul	Óbitos	papel	1845-1897
Paróquia Santa Ana – Santana da Boa Vista	Batismos Casamentos	papel	1826-atual
Paróquia Santa Ana – Santana da Boa Vista	Óbitos	papel	1828-1881
Paróquia São Bonifácio – Agudo	Batismos Casamentos	papel	1887-atual
Paróquia São Bonifácio – Agudo	Óbitos	papel	1900-1930
Paroquia Sagrada Família – Arroio do Tigre	Batismos Casamentos	papel	1917-atual
Paróquia São Paulo – Ibarama	Batismos Casamentos	papel	1926-atual
Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes – Sobradinho	Batismos Casamentos	papel	1941-atual

Paróquia São Marcos – Segredo	**Batismos Casamentos**	**papel**	**1953-atual**
Paróquia Santo Antônio – Cachoeira do Sul	**Batismos Casamentos**	**papel**	**1958-atual**
Paróquia São José – Cachoeira do Sul	**Batismos Casamentos**	**papel**	**1962-atual**
Paróquia Nossa Senhora da Penha – Cachoeira do Sul	**Batismos Casamentos**	**papel**	**2000-atual**
Paróquia Santa Bárbara – Minas do Camaquã	**Batismos Casamentos**	**papel**	**1970-1996**

Obs.: para os pesquisadores estão disponíveis os livros até 1920. Os registros atuais não estão disponíveis para a pesquisa; o acesso é somente dos funcionários do arquivo devido à Lei Geral de Proteção de Dados.

CRUZ ALTA

Arquivo da Cúria Diocesana de Cruz Alta

Denominação do Arquivo: Arquivo da Cúria Diocesana de Cruz Alta

Âmbito: Privado

Vínculo institucional: Mitra Diocesana de Cruz Alta

Trajetória institucional: aos 27 de maio de 1971, com a Bula Papal "CUM CHRISTUS", foi criada, pelo Papa Paulo VI, a Diocese de Cruz Alta, instalada em 28 de janeiro de 1973, com a posse do primeiro bispo, Dom Nei Paulo Moreto. Hoje, a Diocese de Cruz Alta é formada por 31 paróquias e um Santuário, abrangendo um território de 33 municípios, com uma superfície de 16.704,011 km^2. Ela está dividida em cinco Regiões Pastorais: Região de Cruz Alta, Região de Ijuí, Região de Panambi, Região de Espumoso e Região de Soledade. Os livros mais antigos das cidades citadas acima estão todos arquivados na Cúria da Diocese

Política de aquisição/recebimento de acervo: os livros que contém no acervo da Diocese são de Batismo, Matrimônio e Óbito que foram realizados nas 31 paróquias que pertencem à nossa Diocese

Dias e horários de atendimento: de 2ª feira à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 18h

Localização: Rua Duque de Caxias, 729. Centro. Cruz Alta/RS. CEP: 98.005-200

Telefone de contato: (55) 3322-6920

E-mail de contato: protoc@diocesecruzalta.com.br

Data do preenchimento: 24/03/2022

Responsável: Claudete Ribas

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Período
Paróquia São Pedro Apóstolo – Ajuricaba	**Casamentos** **Batismos**	**1913 a 2007** **1913 a 2013**
Paróquia São Marcos – Alto Alegre	**Casamentos** **Batismos**	**1959 a 1980** **1959 a 1989**
Paróquia São José – Augusto Pestana	**Casamentos** **Batismos**	**1922 a 2017** **1922 a 2019**
Paróquia Nossa Senhora Medianeira – Barros Cassal	**Casamentos** **Batismos**	**1953 a 2007** **1953 a 2013**
Paróquia N. Srª Aparecida – Boa Vista do Incra	**Casamentos** **Batismos**	**1973 a 1987** **1974 a 2000**
Paróquia São Sebastião – Campos Borges	**Casamentos** **Batismos**	**1959 a 1990** **1959 a 2019**
Paróquia São José – Chapada	**Casamentos** **Batismos**	**1939 a 1996** **1939 a 1997**
Paróquia Santa Terezinha – Condor	**Casamentos** **Batismos**	**Não consta livro na Cúria** **1980 a 2018**
Paróquia Divino Espírito Santo Catedral **Paróquia N. Srª Rosário de Fátima** **Paróquia Imaculada Conceição – Cruz Alta**	**Casamentos** **Batismos** **Óbitos**	**1831 a 2004** **1827 a 2017** **1831 a 1928**
Paróquia São Jorge – Espumoso	**Casamentos** **Batismos**	**1934 a 2000** **1934 a 2011**
Paróquia Santa Terezinha – Fontoura Xavier	**Casamentos** **Batismos**	**1964 a 1992** **1964 a 2012**
Paróquia São Pedro Apóstolo – Fortaleza dos Valos	**Casamentos** **Batismos**	**1966 a 1986** **1966 a 1995**
Paróquia N. Srª Aparecida – Ibirapuitã	**Casamentos** **Batismos**	**1962 a 1988** **1962 a 2004**
Paróquia N. Srª de Lourdes – Ibirubá	**Casamentos** **Batismos**	**1922 a 2002** **1929 a 2018**
Paróquia N. Srª da Natividade **Paróquia São Geraldo Magela** **Paróquia Cristo Rei** **Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Ijui**	**Casamentos** **Batismos** **Óbitos**	**1986 a 2015** **1986 a 2018** **1896 a 1930**
Paróquia Divino Espírito Santa – Jóia	**Casamentos** **Batismos**	**1938 a 1964** **1938 a 2011**

Paróquia São João Batista – Lagoão	**Casamentos** **Batismos**	**1986 a 2001** **1986 a 2013**
Paróquia São João Batista – Panambi	**Casamentos** **Batismos**	**1986 a 2001** **1952 a 2015**
Paróquia São José – Pejuçara	**Casamentos** **Batismso**	**1934 a 1990** **1934 a 2007**
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Saldanha Marinho	**Casamentos** **Batismos**	**Não consta na Cúria** **1986 a 2013**
Paróquia N. Srª dos Navegantes – Salto da Jacui	**Casamentos** **Batismos**	**1968 a 2005** **1968 a 2014**
Paróquia Santa Bárbara – Santa Bárbara do Sul	**Casamentos** **Batismos**	**1953 a 2002** **1953 a 2010**
Paróquia Nossa Senhora do Rosário – São José do Herval	**Casamentos** **Batismos**	**1953 a 1989** **1948 a 2014**
Paróquia Nossa Senhora da Soledade – Soledade	**Casamentos** **Batismos** **Óbitos**	**1859 a 2005** **1837 a 2018** **1859 a 1892**
Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Tunas	**Casamentos** **Batismos**	**1959 a 1997** **1959 a 2009**
Paróquia Extinta – Sede Aurora	**Casamentos** **Batismos**	**1938 a 1970** **1938 a 1978**

Obs.: a Paróquia de Soledade tem falha de livros do ano de 1838 a 1892. No período de 1892 a 1907, não há registros de batismos e nem de casamentos, mas segue de 1907 em diante.

OSÓRIO

Arquivo da Mitra Diocesana de Osório

Denominação do Arquivo: Arquivo da Mitra Diocesana de Osório

Âmbito: Privado

Vínculo institucional: Mitra Diocesana de Osório

Data do início do funcionamento: 10/11/1999

Trajetória institucional: a diocese de Osório foi criada em 10 de novembro de 1999 pela Bula Apostolicum Supremi do Papa João Paulo II, desmembrada da Arquidiocese de Porto Alegre e da Diocese de Caxias do Sul. Aos 16 de janeiro de 2000, Dom Thadeu Gomes Canellas, então Bispo auxiliar de Porto Alegre foi empossado como primeiro Bispo da Diocese de Osório. Em 10 de novembro de 2001 foi realizada a dedicação da Catedral Nossa Senhora da Conceição, em Osório, se tornando a 17ª diocese do estado do Rio Grande do Sul e do Regional Sul 3 da CNBB. No dia 15 de novembro de 2006, o Pe. Jaime Pedro Kohl, PSDP, foi nomeado Bispo, pelo Papa Bento XVI, para a Diocese de Osório, tendo sido ordenado em 4 de fevereiro de 2007, tomando posse em Osório em 11 de março de 2007. É o segundo e atual Bispo da Diocese. Atualmente, a Diocese de Osório faz parte da província eclesiástica de Porto Alegre e está composta por 23 paróquias, agrupadas em 06 Áreas Pastorais

Política de aquisição/recebimento de acervo: o acervo é constituído por livros de Batismos, Matrimônios e Óbitos que ocorreram nas 23 paróquias da Diocese

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h30min às 11h30min e das 14h às 17h

Localização: Rua Santos Dumont, 2355. Bairro Albatroz. Osório/RS. CEP: 95.520-000

Telefones de contato: (51) 3601-1443 (51) 98410-2649

E-mail de contato: mitra@diocesedeosorio.org

Responsável: Lohana Motta da Silva

Instrumentos de pesquisa: as solicitações devem ser feitas por e-mail. Devido aos cuidados que os livros exigem, as pesquisas presenciais estão suspensas por tempo indeterminado, independente da pandemia. Os pesquisadores precisam consultar possibilidade e disponibilidade de acesso às informações do acervo

Observações: todas as buscas são feitas manualmente; não há nada informatizado

Data do preenchimento: 14/03/2022

Responsável pelas informações: Lohana Motta da Silva

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Paróquia N. Srª da Conceição – Osório *	**Batismos Matrimônios Óbitos**	**papel**	**1822-atual** 1869-atual 1860-1868/ 1872-1892**
Paróquia São Domingos – Torres *	**Batismos Matrimônios Óbitos**	**papel**	**1827-atual 1826-atual 1826-1850/1886-1895**
Paróquia Santo Antônio – Santo Antônio da Patrulha *	**Batismos Matrimônios Óbitos**	**papel**	**1773-1819/1846-atual 1843-atual 1810-1824/1841-1870/1872-1884**
Paróquia N. Srª da Boa Viagem – Santo Antônio da Patrulha	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1964-atual 1964-atual**
Paróquia Santa Teresinha – Santo Antônio da Patrulha	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1960-atual 1960-atual**
Paróquia São Cristovão – Caraá	**Batismos Matrimônios Óbitos**	**papel**	**1942-atual 1942-atual 1941-1966**
Paróquia N. Srª da Saúde – Cidreira	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1979-atual 1979-atual**
Paróquia Santo Antônio de Pádua – Balneário Pinhal	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**2000-atual 2000-atual**

Paróquia São José – Palmares do Sul	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1940-atual 1940-atual**
Paróquia São José Operário – Vila São João (Torres)	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1967-atual 1967-atual**
Paróquia São Pedro – Terra de Areia	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1957-atual 1957-atual**
Paróquia N. Srª da Piedade – Barra do Ouro (Maquiné)	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1911-atual 1911-atual**
Paróquia Santo André Avelino – Maquiné	**Batismos Matrimônios Óbitos**	**papel**	**1942-atual 1942-atual 1942-1966**
Paróquia Imaculada Conceição – Três Forquilhas	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1954-atual 1954-atual**
Paróquia N. Srª de Lourdes – Capão da Canoa	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1959-atual 1959-atual**
Paróquia São Pedro – Xangri-Lá	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**2008-atual 2008-atual**
Paróquia N. Srª dos Navegantes – Tramandaí	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1958-atual 1958-atual**
Paróquia Bom Pastor – Imbé	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**2019-atual 2019-atual**
Paróquia N. Srª do Amparo – Dom Pedro de Alcântara	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1922-atual 1922-atual**
Paróquia São José – Três Cachoeiras	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1953-atual 1953-atual**
Paróquia Senhor Bom Jesus – Morrinhos do Sul	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1964-atual 1964-atual**
Paróquia N. Srª de Caravaggio – Osório	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**2001-atual 2001-atual**
Paróquia N. Srª de Lourdes – Arroio do Sal	**Batismos Matrimônios**	**papel**	**1997-atual 1997-atual**

Obs.: existem livros que não estão disponíveis para consulta, tanto interna quanto externa, pois aguardam restauro e não há previsão para que isso ocorra.

*Essas são as três primeiras paróquias criadas na Diocese. Elas possuem alguns registros do século XIX e com muitas inconsistências entre os períodos.

**Atual quer dizer que os registros seguem sendo realizados nas paróquias, mas as consultas aos registros devem ser solicitadas somente à Cúria da Diocese. O acesso aos livros nas paróquias é restrito, e, ainda, na Cúria, a solicitação segue as normas da Lei Geral de Proteção de Dados.

PASSO FUNDO

Arquivo da Arquidiocese de Passo Fundo

Denominação do Arquivo: Arquivo da Arquidiocese de Passo Fundo

Âmbito: Privado

Ato de criação: 10 de março de 1951

Vínculo institucional: Mitra Arquidiocesana de Passo Fundo

Data do início do funcionamento: 10/03/1951

Trajetória institucional: em 10 de março de 1951, o Papa Pio XII, por meio da Bula Si qua dioceses, pela qual fica criada a Diocese de Passo Fundo. Pio Bispo, Servo dos serviços de Deus. Criou a Diocese de Passo Fundo, abrangendo a região de Passo Fundo e Erechim, sendo designado como primeiro Bispo Dom João Cláudio Coling. A nova circunscrição eclesiástica foi desmembrada da Diocese de Santa Maria, tornando-se sufragânea da Arquidiocese de Porto Alegre. Em 13 de abril de 2011, o Papa Bento XVI elevou a Diocese de Passo Fundo à Arquidiocese, passando a ser Sé Metropolitana da Província Eclesiástica de mesmo nome, tendo como sufragâneas as dioceses de Vacaria, Frederico Westphalen e Erechim. Foi nomeado como primeiro Arcebispo Metropolitano, o então já terceiro Bispo Diocesano, Dom Pedro Ercílio Simon. O atual Metropolita, Dom Rodolfo Luís Weber é o quinto Bispo Diocesano e o terceiro Arcebispo Metropolitano. A Arquidiocese de Passo Fundo faz parte do Regional Sul III, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Seu território atual envolve 47 municípios, 53 paróquias e 865 comunidades

Política de aquisição/recebimento de acervo: os livros do acervo da Arquidiocese são de Batismos e Matrimônios. Registros de Óbitos, somente nas Paróquias

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 18h

Localização: Rua Cel. Chicuta, 436 – Centro. Caixa Postal, 230. Passo Fundo/RS. CEP: 99.010-051

Telefone de contato: (54) 3045-9240

E-mail de contato: curia@arquidiocesedepassofundo.com.br

Responsável: Padre Adelar Carlos Dalsoto

Possibilidades de acesso: fazer o pedido da pesquisa através do e-mail da Cúria Arquidiocese de Passo Fundo

Data do preenchimento: 25/03/2022

Responsável pelas informações: Elisabete Stivanin

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Índice, livros e fichário**	**1836-2009 1852-2004**
Paróquia Santo Antônio – Guaporé	**Batizados Casamentos**	**Índice, livros e fichário**	**1897-2019 1897-2005**
Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Serafina Corrêa	**Batizados Casamentos**	**Índice, livros e fichário**	**1906-2016 1906-2006**
Paróquia São Luiz Gonzaga – Casca	**Batizados Casamentos**	**Índice, livros e fichário**	**1907-2021 1907-2000**
Paróquia Santo Antônio – Evangelista	**Batizados Casamentos**	**Livros e fichário**	**1937-2015 1937-2005**
Paróquia São Miguel – Itapuca	**Batizados Casamentos**	**Índice, livros e fichário**	**1917-2011 1917-1990**
Paróquia Cristo Rei – Não Me Toque	**Batizados Casamentos**	**Índice, livros e fichário**	**1914-2015 1914-2005**
Paróquia Cristo Rei – Marau	**Batizados Casamentos**	**Índice, livros e fichário**	**1919-2018 1919-2016**
Paróquia São Roque – Dois Lajeados	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1921-2016 1921-1997**
Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Pulador	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1922-2005 1922-1960**

Paróquia Nossa Senhora da Saúde – Tapejara	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1926-2018 1926-2018
Paróquia Nosso Senhor Bom Jesus – Carazinho	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1927-2013 1927-2003
Paróquia Nossa Senhora de Lourdes – Sarandi	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1927-2016 1927-2014
Paróquia São João Batista – Colorado	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1929-2010 1929-2010
Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Tapera	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1932-2009 1932-2018
Paróquia São Domingos – São Domingos do Sul	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1925-2016 1925-1996
Paróquia Nossa Senhora da Saúde – Vila Maria	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1933-2008 1933-1993
Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Charrua	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1935-2014 1935-1981
Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Rondinha	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1936-2010 1936-2000
Paróquia São José – Montauri	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1937-1992 1937-1991
Paróquia São Tiago – Selbach	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1938-2008 1938-2006
Paróquia Santo Antônio – Vila Oeste	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1938-2005 1938-1961
Paróquia São José –Sertão	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1939-2010 1939-2000
Paróquia Santo Antônio – Camargo	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1940-1992 1940-2010
Paróquia Santo Antônio – Água Santa	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1943-2016 1943-2000
Paróquia Sagrada Família – David Canabarro	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1944-2012 1944-1995
Paróquia Santa Teresinha – Passo Fundo	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1945-2008 1945-2009
Paróquia São Valentim – São Valentim do Sul	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1945-2002 1945-1980
Catedral Nossa Senhora Aparecida – Passo Fundo	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1950-2017 1950-2006
Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes – Nova Boa Vista	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1952-2007 1952-1996
Paróquia Nossa Senhora da Glória – Carazinho	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1959-2014 1959-2003
Paróquia Santo Antônio – Santo Antônio do Palma	Batizados	Fichário e livros	1959-1983
Paróquia Santa Teresinha – Ceríaco	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1959-2010 1959-1999
Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes – Ronda Alta	Batizados Casamentos	Fichário e livros	1959-2018 1959-2000

Paróquia Nossa Senhora – Nova Alvorada	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1960 1960-1983**
Paróquia Santo Antônio – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1962-2017 1962-2009**
Paróquia São Cristóvão – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1962-2017 1962-2012**
Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1964-2012 1964-1996**
Paróquia São José Operário – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1964-2017 1964-1998**
Paróquia Santo Antônio – Gentil	**Batizados**	**Fichário e livros**	**1966-2016**
Paróquia São Brás – Vanini	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1968-2012 1968-1993**
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1969-2011 1996-2006**
Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Carazinho	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1973-2013 1973-2007**
Paróquia São Judas Tadeu – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1974-2017 1974-1987**
Paróquia São Vicente de Paulo – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1950-2016 1950-2001**
Paróquia Santa Teresinha – Nicolau Vergueiro	**Batizados**	**Fichário e livros**	**1981**
Paróquia São Francisco de Assis – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1982-2016 1982-1913**
Paróquia Imaculado Coração de Maria – Victor Groeff	**Batizados**	**Fichário e livros**	**1984**
Paróquia São José – Carazinho	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1985-2010 1985-2002**
Paróquia São José – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**1990-2017 1990-2006**
Paróquia José – Ernestina	**Batizados**	**Fichário e livros**	**1990-2014**
Paróquia Santo Antônio – Pontão	**Batizados**	**Fichário e livros**	**1997-2008**
Seminário Nossa Senhora Aparecida – Passo Fundo	**Batizados Casamentos**	**Fichário e livros**	**2002-2014 2003-2013**

PELOTAS

Arquivo da Arquidiocese de Pelotas

Denominação do Arquivo: Arquivo da Arquidiocese de Pelotas

Âmbito: Privado

Ato de criação: a Arquidiocese de Pelotas foi criada em 15/08/1910. No dia 15 de agosto de 1910, o papa Pio X emitiu a Bula Praedecessorum Nostrorum, pela qual erigia a nova Diocese de Pelotas, constituindo-a como sede e cátedra episcopal e, ao mesmo tempo, elevando perpetuamente à honra e à dignidade de Catedral a Igreja aí erguida, com o título de São Francisco de Paula, constituindo-a sufragânea da Igreja de Porto Alegre do Brasil, recentemente elevada à dignidade de metropolitana. Seus bispos e sucessores no cargo passaram a submeter-se ao direito metropolitano do Arcebispo de Porto Alegre. A nova Diocese tinha em seu território, as seguintes paróquias: Pelotas, Povo Novo, Rio Grande, São José do Norte, Santa Isabel, Taim, Arroio Grande, Jaguarão, Santa Vitória, Cerrito, Canguçu, Piratini, Cacimbinhas (Pinheiro Machado), Boquete, Santo Antônio da Boa Vista, São Lourenço, São João Batista da Reserva, Conceição do Boqueirão, Bagé, Lavras, São João Batista do Herval, Estreito, Mostardas e São José do Patrocínio. Mais tarde foi desmembrada, dando origem a mais duas dioceses: Bagé e Rio Grande. Atualmente (2022), abrange os municípios de Pelotas, Arroio Grande, Arroio do Padre, Jaguarão, Capão do Leão, Cerrito, Canguçu, Pedro Osório, Piratini, São Lourenço, São João Batista do Herval, Turuçu e Morro Redondo

Vínculo institucional: o Arquivo reúne a documentação da Arquidiocese de Pelotas

Data do início do funcionamento: desde sua fundação

Trajetória institucional: descrita no item Ato de criação

Política de aquisição/recebimento de acervo: da própria Arquidiocese e DE suas paróquias

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, no horário comercial

Localização: Av. Domingos José de Almeida, 3150. Areal. Pelotas/RS. CEP: 96.095-470

Telefone de contato: (53) 3225-8055

E-mail de contato: secretariado@arquidiocesedepelotas.org.br

Responsáveis: Padre Luiz Zanetti e Iolanda Sinnott

Possibilidades de acesso: não presencial; somente por e-mail e por ordem de chegada

Instrumentos de pesquisa: é realizada manualmente nos livros pela secretária responsável

Observações: acervo não digitalizado

Data do preenchimento: 10/03/2022

Responsável pelas informações: Padre Luiz Zanetti, Chanceler da Cúria

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Paróquia Catedral – Pelotas	**Batismos Matrimônios Crismas Óbitos**	**papel**	**1812-2011 1812-2010 1912-1995 1812-1946**
Paróquia São Lourenço – São Lourenço do Sul	**Batismos Matrimônios Crismas Óbitosss**	**papel**	**1848-2015 1857-2004 X 18731884**
Paróquia São Cristóvão – Pelotas	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1985-1997 X X**
Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Piratini	**Batismos Matrimônios Crismas Óbitos**	**papel**	**1810-2018 1872-1949 X 1810-1896**
Paróquia Senhor Ressuscitado – Pelotas	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1977-2016 1977-2010 X**
Paróquia São João Batista – São Lourenço do Sul	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1951-1990 X X**
Paróquia Sant'Ana – Pelotas	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1918-2008 1918-1972 X**
Paróquia Nossa Senhora da Luz – Pelotas	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1913-2004 1920-2010 X**
Paróquia Santa Tecla – Capão do Leão	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1984-2011 1984-2003 X**
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Pelotas	**Batismos Matrimônios Crismas Óbitos**	**papel**	**1914-2009 1919-1999 X 1919-1931**
Paróquia Nossa Senhora da Graça – Arroio Grande	**Batismos Matrimônios Crismas Óbitos**	**papel**	**1817-2014 1840-1954 X 1867-1947**
Paróquia Santo Antônio – Pelotas	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1973-2009 X X**
Paróquia São José – Pedro Osório	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1934-2009 1934-1950 X**

Paróquia Santa Teresinha – Pelotas	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas**	**papel**	**1956-2018** **X** **X**
Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Jaguarão	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas** **Óbitos**	**papel**	**1814-2000** **1814-2000** **X** **1829-1989**
Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Canguçu	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas** **Óbitos**		**1811-2014** **1828-1978** **1932-1978** **1863-1887**
Paróquia São João Batista – Herval	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas** **Óbitos**	**papel**	**1848-2012** **1860-2004** **1854-1886** **1860-1890**
Paróquia São José Operário – Pelotas	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas**	**papel**	**1943-2017** **1943-1968** **X**
Paróquia Nossa Senhora Aparecida – Pelotas	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas**	**papel**	**1962-2008** **1959-1971** **X**
Paróquia Nosso Senhor do Bom Fim – Morro Redondo	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas**	**papel**	**1987-1997** **X** **X**
Paróquia Operários de Cristo – Pelotas	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas**	**papel**	**2018-2020** **X** **X**
Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Pelotas	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas**	**papel**	**1961-2012** **1961-1992** **X**
Paróquia Santo Cura D'Ars – Pelotas	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas**	**papel**	**1972-2017** **1977-1992** **X**
Paróquia Nossa Senhora Medianeira – Turuçú	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas**	**papel**	**1980-2000** **X** **X**
Paróquia Divino Espirito Santo – Jaguarão	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas** **Óbitos**	**papel**	**1825-2007** **1851-1975** **X** **1884-1942**
Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Cerrito	**Batismos** **Matrimônios** **Crismas** **Óbitoss**	**papel**	**1828-1904** **1860-1911** **X** **1863-1904**

PORTO ALEGRE

Arquivo Histórico Monselhor Ruben Neis (AHMRuN)
Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (AHMRuN)

Âmbito: Privado

Vínculo institucional: Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre

Data do início do funcionamento: 1853 (instalação da Diocese)

Trajetória institucional: em 7 de maio de 1848, o Papa Pio IX, pela Bula *Ad oves dominicas rite pascendas* criou a Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, desmembrando-se, assim, da Diocese do Rio de Janeiro. Sua instalação oficial ocorreu em 03 de julho de 1853 e o primeiro Bispo foi Dom Feliciano José Rodrigues Prates. O Arquivo integra o conjunto de organismos e pessoas que ajudam o Bispo no seu governo, denominados Cúria Diocesana. Em 1910, o Papa Pio X, pela Bula *Praedecessorum Nostrorum* dividiu a Diocese de São Pedro em quatro. Porto Alegre foi elevada à Arquidiocese e foram criadas mais três Dioceses, sediadas em Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria. Atualmente, a Arquidiocese de Porto Alegre é composta por 29 municípios (Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Guaíba, Eldorado do Sul, Charqueadas, São Jerônimo, General Câmara, Minas do Leão, Butiá, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Cristal, Camaquã, Arambaré, Tapes, Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Sertão Santana e Sentinela do Sul), totalizando 158 paróquias. Dado o princípio de territorialidade, o Arquivo custodia a documentação referente ao território da Arquidiocese de Porto

Alegre. No entanto, quando foram criadas as Dioceses de Santa Cruz do Sul (1959), de Novo Hamburgo (1980) e de Montenegro (2008), devido a um acordo entre os respectivos Bispos e o Arcebispo de Porto Alegre, a documentação respectiva aos séculos XVIII e XIX das Dioceses de Santa Cruz e Novo Hamburgo, e a respectiva aos séculos XVIII, XIX e parte do XX (até 1930) de Montenegro permaneceram no AHMRuN. A partir de 30 de novembro de 2021, o "Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre" passou a chamar-se *Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis*, em homenagem ao último sacerdote que atuou no órgão, participou ativamente na constituição do acervo e contribuiu para a fixação da data de fundação da cidade de Porto Alegre. Na relação com a capital rio-grandense, foi a forma que atual Arcebispo Dom Jaime Spengler encontrou para deixar registrada a efeméride dos 250 anos de Porto Alegre

Política de aquisição/recebimento de acervo: o acervo do AHMRuN é composto por documentação produzida e recebida no decorrer das atividades da Cúria e das paróquias da Arquidiocese, desde 1747 aos dias atuais, totalizando cerca de 200 metros lineares de documentos manuscritos, iconográficos e impressos. Os livros de registros sacramentais (batismo e casamento) são incorporados ao Arquivo até os dias atuais

Dias e horários de atendimento: 2ªs, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h; 3ªs, 4ªs e 5ªs, das 8h30 às 12h

Localização: Rua Espírito Santo, nº 95. Centro Histórico. Porto Alegre/RS. CEP: 90.010-370

Telefone de contato: (51) 3222-6199

E-mail de contato: arquivo@arquipoa.org.br

Responsável: Padre Ademar Agostinho Sauthier, Chanceler do Arcebispado

Possibilidades de acesso: pesquisa presencial (apenas por agendamento) e por e-mail

Instrumentos de pesquisa: a busca é realizada de forma manual. Fichários e índices dos batismos e casamentos realizados nos séculos XVIII e XIX divididos por localidade

Data do preenchimento: 25/02/2022 a 14/03/2022

Responsáveis pelas informações: Jamily Veit Scheffer e Vanessa Gomes de Campos

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental FUNDO DOCUMENTAL – PARÓQUIAS	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Paróquia Mãe de Deus - Catedral	Batismos	papel	1772-1901	30 livros de registros
Paróquia Mãe de Deus - Catedral	Casamentos	papel	1773-1912	12 livros de registros
Paróquia Mãe de Deus - Catedral	Óbitos	papel	1772-1900	16 livros de registros
Paróquia N. Srª Belém (Belém Velho)	Batismos	papel	1830-1896	05 livros de registros
Paróquia N. Srª Belém (Belém Velho)	Casamentos	papel	1830-1891	02 livros de registros. Faltam registros de 1864-1870
Paróquia N. Srª Belém (Belém Velho)	Óbitos	papel	1831-1917	03 livros de registros. Faltam os períodos de 1839-1845; 1890-1900
Paróquia N. Srª da Conceição	Batismos	papel	1889-1900	06 livros de registros
Paróquia N. Srª da Conceição	Casamentos	papel	1889-1903	01 livro de registro.
Paróquia N. Srª da Conceição	Óbitos	papel	1889-1902	02 livros de registros
Paróquia N. Srª das Dores	Batismos	papel	1859-1900	10 livros de registros
Paróquia N. Srª das Dores	Casamentos	papel	1859-1906	04 livros de registros
Paróquia N. Srª das Dores	Óbitos	papel	1859-1914	10 livros de registros
Paróquia Menino Deus	Batismos	papel	1862-1901	07 livros de registros. *Faltam registros de 1881 a 1884*
Paróquia Menino Deus	Casamentos	papel	1884-1906	02 livros de registros
Paróquia Menino Deus	Óbitos	papel	1884-1924	03 livros de registros
Paróquia N. Srª dos Navegantes	Batismos	papel	1894-1900	01 livro de registro
Paróquia N. Srª dos Navegantes	Casamentos	papel	1895-1912	01 livro de registro
Paróquia N. Srª do Rosário	Batismos	papel	1844-1900	29 livros de registros
Paróquia N. Srª do Rosário	Casamentos	papel	1844-1904	10 livros de registros
Paróquia N. Srª do Rosário	Óbitos	papel	1844-1908	17 livros de registros
Capela Santo Antônio do Partenon (filial à Igreja do Rosário)	Batismos	papel	1895-1896	Contém apenas 34 registros

Capela São José (Alemães)	Batismos	papel	1871-1886	Encadernado junto com o livro 1 de Casamentos e corresponde às folhas 1-74 do referido livro. *Faltam registros de 1886-1891*
Capela São José (Alemães)	Casamentos	papel	1871-1900	02 livros de registros
Capela Senhor dos Passos (Santa Casa de Misericórdia)	Batismos	papel	1838-1861	Há registros de EXPOSTOS DA RODA
Capela Senhor dos Passos (Santa Casa de Misericórdia)	Casamentos	papel	1898-1920	02 livros de registros. *Faltam registros de 1907-1908*
Paróquia N. Srª da Conceição - Viamão	Batismos	papel	1799-1899	24 livros de registros
Paróquia N. Srª da Conceição - Viamão	Casamentos	papel	1747-1900	08 livros de registros
Paróquia N. Srª da Conceição - Viamão	Óbitos	papel	1748-1917	08 livros de registros. *Faltam registros de 1886-1888*
Paróquia N. Srª dos Anjos - Gravataí	Batismos	papel	1783-1899	17 livros de registros
Paróquia N. Srª dos Anjos - Gravataí	Casamentos	papel	1777-1902	06 livros de registros
Paróquia N. Srª dos Anjos - Gravataí	Óbitos	papel	1777-1904	03 livros de registros. *Faltam registros de 1812-1833*
Paróquia São João Batista - Camaquã	Batismos	papel	1873-1901	11 livros de registros
Paróquia São João Batista - Camaquã	Casamentos	papel	1856-1928	05 livros de registros
Paróquia São João Batista - Camaquã	Óbitos	papel	1856-1905	03 livros de registros. *Faltam registros de 1873-1876*
Paróquia N. Srª do Livramento - Guaíba	Batismos	papel	1842-1897	08 livros de registros
Paróquia N. Srª do Livramento - Guaíba	Casamentos	papel	1860-1899	02 livros de registros
Paróquia N. Srª do Livramento - Guaíba	Óbitos	papel	1860-1880	01 livro de registro
Paróquia N. Srª da Conceição - São Jerônimo	Batismos	papel	1851-1901	15 livros de registros
Paróquia N. Srª da Conceição - São Jerônimo	Casamentos	papel	1852-1918	04 livros de registros
Paróquia N. Srª da Conceição - São Jerônimo	Óbitos	papel	1852-1883	03 livros de registros
Paróquia N. Srª das Dores (Dores de Camaquã) - Tapes	Batismos	papel	1826-1898	11 livros de registros
Paróquia N. Srª das Dores (Dores de Camaquã) - Tapes	Casamentos	papel	1826-1904	04 livros de registros. *Livro 2 (1862-1875) extraviado*

Paróquia N. Srª das Dores (Dores de Camaquã) - Tapes	Óbitos	papel	1833-1890	03 livros de registros. *Faltam registros de 1833-1860*
Paróquia S. João Batista - Montenegro	Batismos	papel	1871-1899	09 livros de registros
Paróquia S. João Batista - Montenegro	Casamentos	papel	1871-1908	03 livros de registros
Paróquia S. João Batista - Montenegro	Óbitos	papel	1871-1913	01 livro de registro
Paróquia N. Srª da Purificação - Bom Princípio	Batismos	papel	1877-1900	02 livros de registros
Paróquia N. Srª da Purificação - Bom Princípio	Casamentos	papel	1879-1911	01 livro de registro
Paróquia N. Srª da Purificação - Bom Princípio	Óbitos	papel	1877-1930	01 livro de registro
Paróquia São Sebastião - S. S. Caí	Batismos	papel	1879-1901	05 livros de registros
Paróquia São Sebastião - S. S. Caí	Casamentos	papel	1879-1901	01 livro de registro
Paróquia São Sebastião - S. S. Caí	Óbitos	papel	1879-1917	01 livro de registro
Paróquia Santa Ana - Capela de Santana	Batismos	papel	1806-1900	12 livros de registros
Paróquia Santa Ana - Capela de Santana	Casamentos	papel	1818-1878	04 livros de registros
Paróquia Santa Ana - Capela de Santana	Óbitos	papel	1805-1906	02 livros de registros
Paróquia Santo Antônio - Estrela	Batismos	papel	1873-1901	05 livros de registros
Paróquia Santo Antônio - Estrela	Casamentos	papel	1873-1905	02 livros de registros
Paróquia Santo Antônio - Estrela	Óbitos	papel	1873-1915	01 livro de registro
Paróquia Santo Inácio - Alto Feliz	Batismos	papel	1877-1898	03 livros de registros
Paróquia Santo Inácio - Alto Feliz	Casamentos	papel	1877-1989	05 livros de registros
Paróquia Santo Inácio - Alto Feliz	Óbitos	papel	1877-1945	01 livro de registro.
Paróquia Santa Catarina - Feliz	Batismos	papel	1889-1928	01 livro de registro
Paróquia Santa Catarina - Feliz	Casamentos	papel	1889-1945	01 livro de registro
Paróquia Santa Catarina - Feliz	Óbitos	papel	1889-1946	01 livro de registro
Paróquia São João Nepomuceno - Harmonia	Batismos	papel	1888-1902	01 livro de registro
Paróquia São João Nepomuceno - Harmonia	Casamentos	papel	1888-1923	01 livro de registro
Paróquia Santo Amaro - General Câmara	Batismos	papel	1779-1895	15 livros de registros
Paróquia Santo Amaro - General Câmara	Casamentos	papel	1850-1899	06 livros de registros
Paróquia Santo Amaro - General Câmara	Óbitos	papel	1783-1909	06 livros de registros
Paróquia São José - São José do Hortêncio	Batismos	papel	1849-1902	05 livros de registros
Paróquia São José - São José do Hortêncio	Casamento	papel	1849-1876	02 livros de registros

Paróquia São José - São José do Hortêncio	Óbitos	papel	1850-1914	02 livros de registros
Paróquia N. Srª da Conceição - São Vendelino	Batismos	papel	1879-1894	01 livro de registros
Paróquia N. Srª da Conceição - São Vendelino	Casamentos	papel	1874-1932	01 livro de registro
Paróquia N. Srª da Conceição - São Vendelino	Óbitos	papel	1876-1931	01 livro de registro
Paróquia São José - Taquari	Batismos	papel	1766-1896	24 livros de registros. *Livro 2 extraviado*
Paróquia São José - Taquari (Diocese Montenegro)	Casamentos	papel	1767-1915	08 livros de registros
Paróquia São José - Taquari (Dioc. Montenegro)	Óbitos	papel	1766-1916	06 livros de registros. *Faltam registros de 1845-1855; 1862-1866*
Paróquia Bom Jesus - Triunfo	Batismos	papel	1757-1901	19 livros de registros
Paróquia Bom Jesus - Triunfo	Casamentos	papel	1758-1923	08 livros de registros
Paróquia Bom Jesus - Triunfo	Óbitos	papel	1757-1910	04 livros de registros
Paróquia Cristo Redentor - Tupandi	Batismos	papel	1874-1903	03 livros de registros
Paróquia Cristo Redentor - Tupandi	Casamentos	papel	1875-1909	01 livro de registro
Paróquia Cristo Redentor - Tupandi	Óbitos	papel	1875-1929	01 livro de registro
Paróquia N. Srª da Piedade - Hamburgo Velho	Batismos	papel	1880-1899	02 livros de registros
Paróquia N. Srª da Piedade - Hamburgo Velho	Casamentos	papel	1880-1915	01 livro de registro
Paróquia N. Srª da Piedade - Hamburgo Velho	Óbitos	papel	1881-1917	01 livro de registro
Paróquia N. Srª da Conceição - São Leopoldo	Batismos	papel	1827-1899	13 livros de registros
Paróquia N. Srª da Conceição - São Leopoldo	Casamentos	papel	1827-1897	04 livros de registros.
Paróquia N. Sra. da Conceição - São Leopoldo	Óbitos	papel	1827-1898	03 livros de registros
Paróquia São Miguel - Dois Irmãos	Batismos	papel	1857-1897	05 livros de registros
Paróquia São Miguel - Dois Irmãos	Casamentos	papel	1857-1913	03 livros de registros
Paróquia São Miguel - Dois Irmãos	Óbitos	papel	1858-1908	02 livros de registros
Paróquia Santa Cristina - Santa Cristina do Pinhal	Batismos	papel	1864-1899	08 livros de registros
Paróquia Santa Cristina - Santa Cristina do Pinhal	Casamentos	papel	1865-1888	02 livros de registros
Paróquia Senhor Bom Jesus - Taquara	Batismos	papel	1888-1900	03 livros de registros
Paróquia Senhor Bom Jesus - Taquara	Casamentos	papel	1888-1907	01 livro de registro
Paróquia Senhor Bom Jesus - Taquara	Óbitos	papel	1888-1935	Falta o livro 1 de 1888-1935
Paróquia São João Batista - Santa Cruz do Sul	Batismos	papel	1860-1901	09 livros de registros

Paróquia São João Batista - Santa Cruz do Sul	Casamentos	papel	1860-1896	03 livros de registros
Paróquia São João Batista - Santa Cruz do Sul	Óbitos	papel	1860-1913	02 livros de registros
Paróquia Santa Bárbara - Encruzilhada do Sul	Batismos	papel	1790-1899	13 livros de registros
Paróquia Santa Bárbara - Encruzilhada do Sul	Casamentos	papel	1799-1900	04 livros de registros
Paróquia Santa Bárbara - Encruzilhada do Sul	Óbitos	papel	1791-1912	05 livros de registros
Paróquia Santo Inácio - Lajeado	Batismos	papel	1881-1900	05 livros de registros
Paróquia Santo Inácio - Lajeado	Casamentos	papel	1881-1903	02 livros de registros
Paróquia Santo Inácio - Lajeado	Óbitos	papel	1881-1916	01 livro de registro
Paróquia N. Srª do Rosário - Rio Pardo	Batismos	papel	1755-1902	32 livros de registros. O *livro 02 foi extraviado*
Paróquia N. Srª do Rosário - Rio Pardo	Casamentos	papel	1762-1896	07 livros de registros
Paróquia N. Srª do Rosário - Rio Pardo	Óbitos	papel	1772-1896	07 livros de registros. *Falta o livro 1 de 1755 a 1772*
Paróquia São José do Patrocínio - Amaral Ferrador	Batismos	papel	1860-1902	03 livros de registros
Paróquia São José do Patrocínio - Amaral Ferrador	Casamentos	papel	1824-1896	01 livro de registro
Paróquia São José do Patrocínio - Amaral Ferrador	Óbitos	papel	1824-1888	01 livro de registro
Paróquia São Sebastião Mártir - Venâncio Aires	Batismos	papel	1891-1901	02 livros de registros
Paróquia São Sebastião Mártir - Venâncio Aires	Casamentos	papel	1892-1901	01 livro de registro
Fundo Arqui/Diocese - Série Reger	Processos de Habilitação Matrimonial	papel	1753-1900	
Fundo Arqui/Diocese - Série Reger	Justificações Batismos, Casamentos, Crismas e Óbitos	papel	Séc. XIX	Termo de abertura data de 1858, contendo registros justificados perante à Câmara Eclesiástica e que ocorreram em diversos locais do RS e por todo o século XIX
Fundo Arqui/Diocese - Série Reger	Justificações Batismos, Casamentos, Crismas e Óbitos	papel	(XIX-1972)	Termo de abertura data de 1892, contendo justificações de todo tipo de registro durante o século XIX até 1972

Obs.: levantamento do período relativo a 1747 a 1900.

RIO GRANDE

Arquivo da Mitra Diocesana de Rio Grande

Denominação do Arquivo: Arquivo da Mitra Diocesana de Rio Grande

Âmbito: Privado

Vínculo institucional: Mitra Diocesana do Rio Grande

Data do início do funcionamento: 12/09/1971

Trajetória institucional: num esforço para implementar a soberania lusitana na região, em vista da rivalidade entre os impérios português e espanhol, a coroa portuguesa promoveu no século XVIII a imigração de colonos provenientes dos Açores e da Ilha de Madeira para a área da agora cidade do Rio Grande, iniciando a formação da Vila de São Pedro. Um povo muito católico, logo tratou de construir uma capela e, em 6 de agosto de 1736, em uma provisão da Diocese do Rio de Janeiro, foi criada aí a primeira Paróquia do atual território do Rio Grande do Sul. A cidade de Rio Grande foi fundada um ano depois, em 1737. O prédio da atual Catedral de São Pedro foi construído em 1755, sendo o mais antigo do Estado, ainda em funcionamento. A princípio, a paróquia pertencia à Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, passando a pertencer em sete de maio de 1848 à recém-criada Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, e em 15 de agosto de 1910 à Diocese de Pelotas. Em 1971, com a instalação da Diocese do Rio Grande, a Matriz foi elevada à condição de Catedral e Dom Frederico Didonet designado seu primeiro bispo. Seu sucessor foi Dom José Mário Stroeher, hoje bispo emérito da Diocese, ordenado em 25 de março de 1983. A Diocese é composta por 15 paróquias, distribuídas em um território composto por seis cidades, com uma população de 281 mil habitantes, distribuídas pela faixa litoral do Rio Grande do

Sul, desde o extremo sul até o norte da Lagoa dos Patos. A maior cidade é Rio Grande, com 207 mil habitantes e 12 paróquias. Tem uma população de origem bem diversificada, devido à condição de porto de entrada do Estado, composta principalmente das etnias portuguesa e afro-brasileira, mas também com presença significativa de descendentes de alemães, italianos e poloneses. A cidade do Rio Grande passou por períodos de prosperidade e de estagnação, sendo que na primeira metade do século XX chegou a ser a segunda cidade mais industrializada do país, atrás, somente, de São Paulo. Principal porto do Estado e um dos maiores do país foi sede da refinaria Ipiranga, primeira refinaria do Brasil, além de muitas indústrias de confecção, pesqueiras, fertilizantes, entre outras. Com a mudança do centro econômico do Estado para a cidade de Porto Alegre, perdeu muito de sua importância regional e riqueza. Nos últimos anos, voltou a apresentar um grande crescimento devido às atividades do Polo Naval

Política de aquisição/recebimento de acervo: os livros contidos no acervo são de Batismo, Matrimônio e apenas três livros de óbitos. Eles possuem registros dos sacramentos realizados nas Paróquias pertencentes a esta Diocese

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, da 13h30min até 18h

Localização: Rua: João Alfredo, 532. Centro. Rio Grande/RS. CEP: 96.200-260

Telefone de contato: (53) 3231-4066

E-mail de contato: arquivo.dioceserg@gmail.com

Responsável: Marizete Caetano

Possibilidades de acesso: pesquisa somente por solicitação através de e-mail ou telefone, respeitando a Lei Proteção de Dados

Instrumentos de pesquisa: a busca é realizada de forma manual em índices, fichários e livros. Alguns livros já estão informatizados

Data do preenchimento: 11/04/2022 a 04/05/2022

Responsável pelas informações: Padre Peterson Pedroso de Figueiredo

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Catedral de São Pedro – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel**	**1776-1947** **1756-1948** **1738-1909**
Paróquia N. Srª do Carmo – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel**	**1912-1951** **1919-1934** **1919-1929**
Paróquia N. Srª da Penha – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel**	**1917-1939** **1913-1922** **1913-1956**
Paróquia N. Srª da Penha – Povo Novo	**Batizados** **Casamentos** **Óbitos**	**papel**	**1812-2022** **1812-1896** **1815-1888**
Paróquia Santa Vitória – Santa Vitória do Palmar	**Batismos** **Batismos** **Óbitos**	**papel**	**1858-1917** **1920-1934** **1858-1915**
Paróquia N. Srª Penha – Taim – Quinta e Povo Novo	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel**	**1903-1916** **1903-1916** **1871-1884**
Paróquia São José – São José do Norte	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel**	**1818-1942** **1778-1945** **1818-1890**
Paróquia São José – Estreito	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel**	**1763-1910** **1825-1900** **1825-1891**
Paróquia São Luiz Rei – Mostardas	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1773-1937** **1917-1942**
Paróquia N. Srª Auxiliadora – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1955-2022** **1955-2022**
Paróquia N. Srª Medianeira – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1985-2022** **1985-2022**
Paróquia N. Srª Fátima – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1950-2022** **1950-2022**
Paróquia São José Operário – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1968-2022** **1968-2022**
Paróquia Santa Tereza – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1970-2022** **1970-2022**
Paróquia Sagrada Família (Cidade) – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1957-2022** **1957-2022**
Paróquia Sagrada Família (Cassino) – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1977-2022** **1977-2022**
Paróquia São Judas Tadeu – Rio Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**1975-2022** **1975-2022**
Paróquia Santo Antônio – Tavares	**Batismos** **Casamentos**	**papel**	**2018-2022** **2018-2022**

SANTA MARIA

Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Santa Maria

Denominação do Arquivo: Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Santa Maria

Âmbito: Privado

Vínculo institucional: Mitra Arquidiocesana de Santa Maria

Data do início do funcionamento: criada em 15/08/1910

Trajetória institucional: em 15 de agosto de 1910, através da Bula *Praedecessorum Nostrorum*, o Papa São Pio X criou as dioceses de Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo, e Porto Alegre foi elevada à categoria de sede metropolitana. O território ocupado pela então Diocese de Santa Maria da Boca do Monte representava cerca de 1/3 do território do Rio Grande do Sul. A atual Província Eclesiástica de Santa Maria é formada pelas dioceses de Uruguaiana, Santo Ângelo, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul

Política de aquisição/recebimento de acervo: o acervo é constituído por livros de Batismos, Casamento e Óbitos recebidos das 38 paróquias da Diocese

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h30min às 12 h e das 13h30min às 17h30min

Localização: Rua Silva Jardim, 2038. Bairro Centro. Santa Maria/RS. CEP: 97.010-492

Telefone de contato: (55) 3290-6236 - Ramal 2

E-mail de contato: certidoes@arquism.com.br

Responsável: Kelly Buriol Sigueñas

Possibilidades de acesso: os pesquisadores devem agendar com antecedência, trazer uma Carta de Apresentação, informando a instituição, ou uma autorização assinada por um familiar para fazer a pesquisa. Até voltar à normalização do Covid, as pesquisas estão suspensas por tempo indeterminado

Instrumentos de pesquisa: a pesquisa é realizada diretamente nos livros, de forma manual; ainda nada informatizado

Data do preenchimento: 28/02/2022

Responsável pelas informações: Kelly Buriol Sigueñas

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipo documental	Suporte material	Período
Paróquia N. Srª Imaculada Conceição – Catedral de Santa Maria	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1814-2000** **1849-2009** **1814-1955**
Paróquia N. Srª das Dores – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1937-2019** **1938-2001**
Paróquia N. Srª de Fátima – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1948-2003** **1948-1987**
Paróquia Nossa Srª da Basílica – Medianeira – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1939-2010** **1948-1996**
Paróquia Santa Catarina – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1934-1995** **1934-1990**
Paróquia N. Sr. Bomfim – Bomfim – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1971-2016** **1971-2001**
Paróquia São José do Patrocínio – São José – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1946-2017** **1946-1992** **1946-1961**
Paróquia N. Srª do Rosário – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1959-1995** **1959-1989**
Paróquia N. Srª do Perpétuo Socorro – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1959-1998** **1959-1998**
Paróquia Santo Antônio Patronato – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1972-2015** **1972-1993**
Paróquia N. Srª da Glória – Camobi – Santa Maria	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1965-2016** **1965-1998**

Paróquia São Martinho – São Martinho da Serra	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1845-1989** **1845-1933** **1916-1922**
Paróquia Santo Antônio de Pádua – Silveira Martins	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1881-1992** **1881-1988** **1884-1952**
Paróquia Corpo de Deus – Vale Vêneto	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1890-2000** **1889-1907** **1918-1960**
Paróquia N. Srª Vitórias – Cacequi	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1932-2000** **1932-1989**
Paróquia São João Batista – S. J. Polênise	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1971-1998** **1971-1995**
Paróquia N. Srª da Conceição – Jaguari	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1890-2000** **1890-2004** **1890-1938**
Paróquia São Vicente Ferrer – São Vicente do Sul	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1876-1999** **1876-1997**
Paróquia São José – Nova Esperança do Sul	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1945-1996** **1946-1983**
Paróquia Mãe de Deus – Tupanciretã	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1920-2016** **1920-1993** **1920-1963**
Paróquia São Pedro Apóstolo – São Pedro do Sul	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1884-2002** **1886-2004** **1884-1949**
Paróquia São João Batista – Formigueiro	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1938-2015** **1938-1998**
Paróquia Santo Antônio – Mata	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1959-2009** **1959-1989**
Paróquia São Caetano – Boca do Monte	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1953-1998** **1953-1987**
Paróquia Nossa Senhora da Saúde – Poço Redondo	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1962-1969** **1961-1971**
Paróquia São Vicente de Paula – Vila Nova do Sul	**Batismos**	**papel**	**1989-1997**
Paróquia N. Srª das Mercês – São Sepé	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1850-2007** **1854-1994** **1854-1908**
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Restinga Seca	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1938 -2009** **1939-2001**
Paróqua São José – Ivorá	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1918-2008** **1918-1985**
Paróquia N. Srª da Piedade – Júlio de Castilhos	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1884-2008** **1884-2013**
Paróquia Santíssima Trindade – Nova Palma	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1912-1998** **1912-1999** **1924-1955**
Paróquia São José – Pinhal Grande	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1936-2001** **1942-1991**

Paróquia São Pedro – Arroio Grande	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1898-1997** **1898-1993** **1898-1976**
Paróquia São José – Dona Francisca	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1934-2002** **1934-1981**
Paróquia São Roque – Faxinal do Soturno	**Batismos** **Casamentos**	**papel** **papel**	**1960-2005** **1960-1993**
Paróquia Capela São Marcos – Novo Treviso	**Batismos** **Casamentos** **Óbitos**	**papel** **papel** **papel**	**1900-1993** **1922-1999** **1925-1955**

Obs.: os livros de Registros de Batismos e Matrimônios mais recentes, se encontram nas paróquias, ainda em uso. A partir de 1889, após a Proclamação da República, muitas paróquias pararam de registrar os óbitos nos livros.

SANTO ÂNGELO

Arquivo de Registros de Batismo e Matrimônio da Diocese de Santo Ângelo

Denominação do Arquivo: Arquivo de Registros de Batismo e Matrimônio da Diocese de Santo Ângelo

Âmbito: Privado

Vínculo institucional: Mitra Angelopolitana – Diocese de Santo Ângelo

Data do início do funcionamento: a Diocese de Santo Ângelo foi instalada em 12/06/1962

Trajetória institucional: a Diocese de Santo Ângelo teve seu ato de instalação realizado no dia 12 de junho 1962, por meio da Bula Pontifícia *"Apostolorum Exemplo"*, do Santo Padre João XXIII, Bula esta datada de 22 de maio de 1961. Seu território foi desmembrado da Diocese de Uruguaiana e pequena parte da Diocese de Santa Maria. Ela possui registros a partir do ano de 1860

Política de aquisição/recebimento de acervo: os livros contidos no acervo são de Batismo, Matrimônio e apenas três livros de óbitos. Eles possuem registros dos sacramentos realizados nas Paróquias pertencentes a esta Diocese

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 07h30min às 11h e das 13h30min às 17h30min

Localização: Rua Marquês do Herval, 1113. Centro. Santo Ângelo/RS. CEP: 98.801-640

Telefones de contato: (55) 3313-5308 ou (55) 99964-6847

E-mail de contato: mitra.sa.arquivo@gmail.com

Responsável: Padre Valcir Luís Puhl

Possibilidades de acesso: pesquisa presencial e/ou terceiros não são mais permitidas devido à Lei Geral de Proteção aos Dados. As solicitações de pesquisas podem ser feitas por e-mail ou telefone

Instrumentos de pesquisa: manual e sistema informatizado. Os registros a partir de 1950 foram transcritos para sistema informatizado. Já os demais, a busca é feita de forma manual em índices, fichários e livros

Data do preenchimento: 03/03/2022

Responsável pelas informações: Greice J. Mombach

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Paróquia Santo Anjo da Guarda – Santo Ângelo	**Batismos, Matrimônios e 01 de óbitos**	**papel e sistema**	**1860 até o momento**	**Óbitos de 1860 a 1906**
Paróquia São Luiz Gonzaga – São Luiz Gonzaga	**Batismos, Matrimônios e 01 de óbitos**	**papel e sistema**	**1860 até o momento**	**Óbitos de 1918 a 1936**
Paróquia N. Srª do Bom Conselho – Campina das Missões	**Batismos e Matrimônios**	**papel e sistema**	**1919 até o momento**	
Paróquia Sagrada Família de Nazaré – Cerro Largo	**Batismos e Matrimônios**	**papel e sistema**	**1907 até o momento**	
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Santa Rosa	**Batismos e Matrimônios**	**papel e sistema**	**1920 até o momento**	
Paróquia Ascenção do Senhor – Santo Cristo	**Batismos e Matrimônios**	**papel e sistema**	**1918 até o momento**	
Paróquia Santa Teresa D'Ávila – Guarani das Missões	**Batismos e Matrimônios**	**papel e sistema**	**1900 até o momento**	
Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição – Três de Maio	**Batismos e Matrimônios**	**papel e sistema**	**1926 até o momento**	
Paróquia São José – Pirapó	**Batismos e Matrimônios**	**papel e sistema**	**1932 até o momento**	

Paróquia N. Srª dos Navegantes – Porto Lucena	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1936 até o momento	
Paróquia São Roque – Tucunduva	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1935 até o momento	
Paróquia Santa Lúcia – Caibaté	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1937 até o momento	
Paróquia N. Srª da Saúde – Cinquentenário	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1937 até o momento	
Paróquia São José – Boa Vista do Buricá[1]	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1939 até o momento	
Paróquia São José – São José do Inhacorá	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1941 até o momento	
Paróquia São Paulo Apóstolo – São Paulo das Missões	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1943 até o momento	
Paróquia Santo Antônio – Catuípe	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1944 até o momento	
Paróquia N. Srª do Rosário – Horizontina	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1949 até o momento	
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Giruá	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1951 até o momento	
Paróquia Santa Cecília – Alecrim	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1952 até o momento	
Paróquia Sagrada Família – Santo Ângelo	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1957 até o momento	
Paróquia São Sebastião – Alegria	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1959 até o momento	
Criação da Diocese de Santo Ângelo em 12/06/1962				
Paróquia N. Srª Aparecida – Tuparendi	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1963 até o momento	
Paróquia São Roque Gonzales – Roque Gonzales	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1963 até o momento	
Paróquia Sagrada Família – Cruzeiro – Santa Rosa	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1963 até o momento	
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Porto Xavier	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1964 até o momento	
Paróquia Santo Antônio – Santo Antônio das Missões[2]	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1969 até o momento	
Paróquia N. Srª das Dores – Cândido Godói	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1970 até o momento	
Paróquia Santa Rosa de Lima – Independência	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1972 até o momento	
Paróquia N. Srª das Vitórias – Chiapeta	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1977 até o momento	
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Bossoroca	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1978 até o momento	
Paróquia Santa Teresinha – Eugêncio de Castro	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1979 até o momento	

Paróquia São Nicolau – São Nicolau das Missões	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1979 até o momento	
Curato de São Miguel das Missões	Batismos, Matrimônios e 01 de óbitos	papel	1885 a 1921	Óbitos de 1886 a 1914
Paróquia São Miguel – São Miguel das Missões	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1980 até o momento	
Paróquia Santo Antônio - Bairro Pippi – Santo Ângelo	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1983 até o momento	
Paróquia São Pedro Apóstolo – São Pedro do Butiá	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1988 até o momento	
Paróquia N. Srª Auxiliadora – Santa Rosa	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1988 até o momento	
Paróquia Cristo Rei – Dr. Maurício Cardoso	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1991 até o momento	
Paróquia Três Mártires das Missões – Entre-Ijuís	Batismos e Matrimônios	papel e sistema	1992 até o momento	
[1]Esta Paróquia pertencia à Diocese de Santa Maria e foi anexada à Diocese de Santo Ângelo				
Palmeira das Missões pertence agora à Diocese de Frederico Westphalen				
[2]Esta Paróquia passou a pertencer à Diocese de Santo Ângelo a partir de 01/01/2002				
Dioceses de limite geográfico: Cruz Alta, Frederico Westphalen, Santa Maria e Uruguaiana				
municípios que abrange: 47				

Obs.: as referidas paróquias possuem registros até os dias atuais. Parte do acervo foi registrado em sistema informatizado. Já os registros mais antigos ainda seguem para consulta apenas em meio físico, papel. Devido à Lei Geral de Proteção de Dados, não é permitido a realização de pesquisas por terceiros. As solicitações de pesquisa devem ser realizadas por e-mail ou telefone.

URUGUAIANA

Arquivo da Diocese de Uruguaiana

Denominação do Arquivo: Arquivo da Diocese de Uruguaiana

Âmbito: Privado

Ato de criação: 15/08/1910

Data do início do funcionamento: 15/08/1910

Trajetória institucional: a Diocese de Uruguaiana foi criada no dia 15/08/1910, pela Bula Papal *Praedecessorum nostrorum*, de Pio X. Está situada no oeste do Rio Grande do Sul, contando com 13 municípios e dispõe atualmente de 16 paróquias. É limitada pelos países do Uruguai e da Argentina e pelas Dioceses de Santo Ângelo, Santa Maria e Bagé

Política de aquisição/recebimento de acervo: recebimento das paróquias da Diocese

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h

Localização: Rua Santana, 2612. Bairro Centro**.** Uruguaiana/RS. CEP: 97.501-504

Telefones de contato: (55) 3412-1246 e (55) 99613-3192

E-mail de contato: mitrauruguaiana@uol.com.br

Responsáveis: Leonir Ignez Salvador e Padre Flavio Bordão Soares

Possibilidades de acesso: as pesquisas são feitas pelos responsáveis do arquivo. Os pedidos de pesquisa e informações são realizados por e-mail, telefones ou WhatsApp

Instrumentos de pesquisa: livros e fichas

Data do preenchimento: 15/03/2022

Responsável pelas informações: Leonir Ignez Salvador

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Paróquia Catedral Sant'Ana – Uruguaiana	Batismos (B) Casamentos (C) Óbitos (O)	papel	B e C = 1846-2000 Ó = 1848-1948	
Paróquia N. Srª do Carmo – Uruguaiana	Batismos Casamentos	papel	B e C= 1928-2000	
Paróquia São Miguel Arcanjo – Uruguaiana	Batismos e Casamentos	papel	B = 1956-2000 C = 1961-2000	
Paróquia São João Batista – Uruguaiana				Não tem livros de registros completos
Paróquia São João Batista – Quaraí	Batismos e Casamentos	papel		
Paróquia São José – Alegrete	Batismos	papel	1998-2004	
Paróquia N. Srª da Conquistador – Alegrete				Não tem livros de registros completos
Paróquia N. Srª da Conceição Aparecida – Alegrete	Batismos, Casamentos e Óbitos	papel	B = 1816-2000 C = 1820-2000 Ó = 1822-1889	
Paróquia São Francisco de Borja – São Borja	Batismos, Casamentos e Óbitos	papel	B = 1829-2000 C = 1829-2000 Ó = 1817-1957	
Paróquia Imaculada Conceição – São Borja	Batismos e Casamentos	papel	B = 1969-2000 C = 1969-2000	
Paróquia N. Srª da Conceição – Santiago	Batismos, Casamentos e Óbitos	papel	B = 1876-1896 1915-2000 C = 1877-1896 1915-2000 Ó = 1944-1955	De 1892 até 1896, poucos registros de B e C. De 1896 até 1915, não há documentos de B e C
Paróquia São Francisco de Assis – São Francisco de Assis	Batismos e Casamentos	papel	B = 1857-1899 1910-2000 C = 1869-1902 1913-2000	De 1889 até 1902, poucos registros de B e C. De 1902 até 1913, não há documentos de B e C
Paróquia São Patrício – Itaqui	Batismos, Casamentos e Óbitos	papel	B = 1859-2000 C =1 866-2000 Ó = 1877-1950	
Paróquia N. Srª dos Navegantes – Manoel Viana				Não tem livros de registros completos
Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Maçambará				Não tem livros de registros completos
Paróquia Santa Terezinha – Itacurubi				Não tem livros de registros completos

Obs.: os registros de batismos e matrimônios em todas as paróquias são até os dias atuais, sendo que os registros mais atuais, se encontram nos livros das paróquias e em uso.

VACARIA

Arquivo da Mitra Diocesana de Vacaria

Denominação do Arquivo: Arquivo da Mitra Diocesana de Vacaria

Âmbito: Privado

Vínculo institucional: Mitra Diocesana de Vacaria

Data do início do funcionamento: a Diocese de Vacaria foi criada em 21/04/1957

Trajetória institucional: a Capela Curada do distrito dos Pinhais, no município de Santo Antônio da Patrulha, foi criada em 21 de março de 1761. A criação da Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira por Dom Fr. Antônio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro, foi no dia 20/12/1768. A Prelazia de Vacaria foi criada pela Bula *Dominici Grégis*, de Pio XI em 08/08/1934, e confiada aos Capuchinhos do RS. E a criação da Diocese de Vacaria, pela *Bula Qui Vicária*, de Pio XII, deu-se no dia 20/01/1957

Política de aquisição/recebimento de acervo: os livros do acervo da Diocese são de Batismo, Matrimônio, Crisma e Óbitos que foram realizados nas 28 paróquias que pertencem à Diocese

Dias e horários de atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min

Localização: Rua Ramiro Barcelos, 806. Caixa Postal 03. Bairro Centro. Vacaria/RS. CEP: 95.201-970

Telefone de contato: (54) 3231-1373

E-mail de contato: mitravacaria@yahoo.com.br; mitra@diocesevacaria.com.br

Responsável: Padre Sillos Sganzerla Chanceler

Possibilidades de acesso: por e-mail e presencial. Durante a pandemia, a pesquisa presencial está suspensa

Instrumentos de pesquisa: manual, livros de batismo com índices, livros de matrimônio sem índice. Parte do acervo está informatizada

Data do preenchimento: 11/03/2022

Responsável pelas informações: Sara Caon da Motta

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Paróquia Catedral N. Srª da Oliveira – Vacaria	**Batismos Matrimônios Crismas Óbitos**	**papel**	**1815-2020 1844-1929**	
Paróquia N. Srª da Glória – Vacaria	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1980-2019 1981-2005**	
Paróquia N. Srª de Fátima – Vacaria	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1959-2014 1959-1998**	
Paróquia São José – São José dos Ausentes	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1962-2007 1962-1996**	
Paróquia Senhor Bom Jesus – Bom Jesus	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1919-1986 1919-1985**	
Paróquia São João Batista – Esmeralda	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1940-2013 1940-1985**	
Paróquia São Luiz Rei – Ipê	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1936-2006 1936-1992**	
Paróquia N. Srª Auxiliadora – Campestre da Serra	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1950-2003 1950-1984**	
Paróquia São Pedro Apóstolo – Segredo/ Ipê	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1926-2019 1928-1976**	
Paróquia São Paulo – São Paulino/Ipê	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1969-2001 1969-2001**	
Paróquia São Paulo Apóstolo – Lagoa Vermelha	**Batismos Matrimônios Crismas Óbitos**	**papel**	**1857-2009 1858-2001 1873-1893**	
Paróquia Santo Antônio – Lagoa Vermelha	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1967-2007 1967-2000**	

Paróquia São José – Ibiraiaras	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1940-2009 1940-2004**	
Paróquia Santo Antônio – Muitos Capões	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**		**Ainda não foi recebido o livro**
Paróquia N. Srª da Conceição – Caseiros	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1961-1994 1961-2005**	
Paróquia N. Srª Consoladora – Ibiaçá	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1949-2003 1948-1996**	
Paróquia São João Batista – Sananduva	**Batismos Matrimônios Óbitos Crismas**	**papel**	**1905-2006 1907-2009 1909-1952**	
Paróquia São José Operário – Sananduva	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1989-2002**	
Paróquia São Sebastião – Maximiliano de Almeida	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1940-2003 1940-2006**	
Paróquia Cristo Rei – São João da Urtiga	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1940-2016 1940-2010**	
Paróquia Santuário Nossa Caravággio – Paim Filho	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**2003 1929-2015**	
Paróquia N. Srª das Dores – Barracão	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1959-2018 1960-1984**	
Paróquia São José – São José do Ouro	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1947-1999 1946-1996**	
Paróquia N. Srª de Lourdes – Cacique Doble	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1929-2008 1929-1997**	
Paróquia N. Srª da Saúde – Tupanci do Sul	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1947-1998 1953-1985**	
Paróquia Santo Expedito – Santo Expedito do Sul	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**		**Ainda não foi recebido o livro**
Paróquia N. Srª do Rosário – Machadinho	**Batismos Matrimônios Crismas**	**papel**	**1944-2012 1944-1989**	

Obs.: os registros de crismas não são todas as paróquias que têm. Nas que têm registros, os períodos são irregulares; o mesmo ocorre com os óbitos que são raríssimos.

PARTE IV

ARQUIVOS DE INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS (ESTADUAL E MUNICIPAIS) RIO GRANDE DO SUL BRASIL

PORTO ALEGRE

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Arquivo)

Denominação do Arquivo: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Âmbito: Privado

Ato de criação: não aplicável

Vínculo institucional: não aplicável

Data do início do funcionamento: 05/08/1920

Trajetória institucional: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) é uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada em 05 de agosto de 1920 por um grupo de intelectuais gaúchos. Com o IHGRGS, inaugurou-se a institucionalização da intelectualidade rio-grandense, a qual passa a ser respaldada e a assumir o papel de elaborar os discursos historiográficos regionais. Desse modo, estabelecia-se oficialmente um grupo que se responsabilizava em ser o *guardião* da memória. Em meados do século XIX houve uma tentativa de criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, presidido pelo então Presidente da Província João Lins Cansansão de Sinimbu (1852-1855). Porém, com a partida de Cansansão de Sinimbu, a iniciativa se desmantelou, tendo sido retomada por outro grupo em 1860. A ideia era fundar um congênere do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em território gaúcho. A iniciativa, porém, teve curta duração, funcionando até 1863, mas foi importante em seu contexto, chegando a lançar e publicar seis fascículos de sua Revista Trimestral. Nova tentativa surgiu às vésperas do centenário da Independência do Brasil: o IHGRGS então foi

criado, existindo até o presente. A sede que hoje ocupa fez parte do patrimônio doado pelo governo do Estado em 1948 e que, em 1964, novamente com incentivos do governo estadual, foi autorizada a incorporação de um edifício em condomínio. Desde os primórdios, publicou sua própria Revista que contou com o apoio estatal regular entre 1921 e 1946. Conta, ainda, com avultada biblioteca, composta por mais de 60 mil obras, entre livros e periódicos; e uma rica coleção de mapas. Durante as primeiras décadas de existência, reuniu os principais nomes da produção intelectual do Rio Grande do Sul, que consolidaram uma produção historiográfica voltada, sobretudo, à história militar e política e aos temas relacionados à situação/posição de fronteira do território brasileiro

Política de aquisição/recebimento de acervo: doação

Dias e horários de atendimento: de 3ª à 6ª feira, das 13h30 às 17h

Localização: Rua Riachuelo, 1317 – Centro Histórico. Porto Alegre/RS

Telefone de contato: (51) 3224-3760

E-mail de contato: ihgrgs@gmail.com

Responsável: Miguel Frederico do Espírito Santo, Presidente

Possibilidades de acesso: pesquisa direta ou solicitação de digitalização mediante ressarcimento

Instrumentos de pesquisa: Guia de Acervos do IHGRGS

Observações: os acervos documentais do IHGRGS estão em processo de digitalização, sendo possível solicitar itens específicos

Data do preenchimento: 24/03/2022

Responsável pelas informações: Simone Steigleder Botelho

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Sup. material	Período	Obs.
Acervo Genealógico Moacyr Domingues	**24 mil fichas e 71 cadernos**	**papel**	**Séc. XVIII e XIX**	**Parcialmente digitalizado**
Acervo Genealógico José de Araújo Fabrício	**12 mil fichas manuscritas**	**papel**	**Séc. XVIII e XIX**	**Conteúdo apresenta dificuldades de leitura**
Acervo Genealógico Carlos Grandmasson Rheingantz	**8 mil e 600 fichas datilografadas**	**papel**	**Séc. XVIII e XIX**	

Obs.: a biblioteca do IHGRGS possui expressivo número de livros sobre o tema, destacando-se a bibliografia de Salvador de Moya, Gustavo Py Gomes da Silveira e Luiz Antonio Alves. O acervo documental, por sua vez, inclui registros de pesquisadores que trabalharam esse assunto, tais como Aurélio Porto, Paulo Jaurés Xavier, Eduardo Duarte e Othelo Rosa, sendo possível localizar nesses registros informações importantes sobre a presença açoriana no Rio Grande do Sul. Por último, há que destacar os levantamentos obtidos pelo antigo Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul, e que foram incorporados ao acervo da instituição.

JAGUARÃO

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (Arquivo)

Denominação do Arquivo: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

Âmbito: Privado

Ato de criação: Ato da Prefeitura Municipal de Jaguarão de 23 de novembro de 1966

Data do início do funcionamento: 23/11/1966

Trajetória institucional: em 1964 com a chegada a Jaguarão de Ruy Antônio Silva Costa, foi dele a ideia original da criação de um Instituto Histórico e Geográfico em Jaguarão, nos moldes do patriarca dos congêneres rio-grandenses, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Rubens Gonçalves Marques, prefeito de Jaguarão à época, aderiu à proposta e por ato da prefeitura fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ). Atualmente, o prédio que abriga o IHGJ possui um salão principal denominado de Museu Alfredo Varela com um acervo de 3.860 peças, permanentemente expostas, assim divididos: a) Coleção arqueológica sul-rio-grandenses (líticos e cerâmicos) das populações indígenas; b) Coleção numismática; c) Objetos de usos e costumes gauchescos; d) Relíquias religiosas; e) Imagens de personalidades (fotografias e telas); f) Exemplares de móveis urbanos e rurais; g) Demais objetos variados, como coleção de equipamentos de fotografia e máquinas de escrever etc. Também possui uma biblioteca denominada de Almiro Piúma, possuindo exemplares e coleções da literatura nacional e mundial, tratados de História e Geografia, revistas, tendo atualmente 5399 vo-

lumes. O Arquivo denominado de Léo dos Santos Brum é composto por documentos históricos das mais diferentes origens e finalidades, em sua maioria derivados da prefeitura e do legislativo municipal de Jaguarão, mas também de instituições religiosas e civis. Pode-se destacar as atas da Câmara Municipal de Jaguarão de 1845 a 1889; das atas do Conselho Municipal de 1889 a 1930; registro de escravos do século XIX; registros da Igreja Católica; jornais de 1855 a 1930; fotografias do início do século XX; cartas de personalidades; mapas antigos, plantas da cidade, etc. (Adaptado de: Soares, Eduardo Álvares Souza; HAUDT, Fabiane Mesquita. Cadernos Jaguarenses, v. 8, 2016)

Política de aquisição/recebimento de acervo: recebimento de acervo por meio de doações

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 09h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min; aos sábados, das 09h às 11h30min

Localização: Rua Marechal Deodoro, 874. Jaguarão/RS. CEP: 96.300-000

Telefone de contato: (53) 3261-9063

E-mail de contato: ihgjaguarao@gmail.com

Responsável: Marcelo Ferreira

Possibilidades de acesso: acesso público

Instrumentos de pesquisa: não há

Observações: o acervo está parcialmente catalogado de forma difusa, não existindo um sistema informatizado de catalogação. Para o acesso ao acervo é necessário agendamento prévio, para a realização da busca documental

Data do preenchimento: 26/04/2022

Responsável pelas informações: Dr. Alexandre dos Santos Villas Bôas

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Hemeroteca	Jornal O Jaguarense	papel	1855-1856
Hemeroteca	Jornal O Despertador	papel	1857
Hemeroteca	Jornal O Echo do Sul	papel	1857
Hemeroteca	Jornal O Liberal	papel	1859
Hemeroteca	Jornal A Lei	papel	1862
Hemeroteca	Jornal Atalaia do Sul	papel	1865-1866-1870-1871-1873
Hemeroteca	Jornal Echo Jaguarense	papel	1865-1866
Hemeroteca	Jornal Santelmo do Sul	papel	1866
Hemeroteca	Jornal O Argos	papel	1868
Hemeroteca	Jornal Onze de Junho	papel	1868-1869-1875
Hemeroteca	Jornal Reforma	papel	1869-1871-1872-1873
Hemeroteca	Jornal Voz do Povo	papel	1869-1870
Hemeroteca	Jornal Nariz de Folha	papel	1872
Hemeroteca	Jornal O Trovão	papel	1872
Hemeroteca	Jornal A Ordem	papel	1874-1884-1896-1898-1904
Hemeroteca	Jornal Coruja	papel	1874
Hemeroteca	Jornal A Égua	papel	1875
Hemeroteca	Jornal Echo do Povo	papel	1875
Hemeroteca	Jornal O Amolador	papel	1875-1876
Hemeroteca	Jornal Aristarcho	papel	1876
Hemeroteca	Jornal A Província	papel	1878
Hemeroteca	Jornal Pátria	papel	1879-1883
Hemeroteca	Jornal O Tempo	papel	1881
Hemeroteca	Jornal Combate	papel	1886
Hemeroteca	Jornal a Instrução	papel	1887
Hemeroteca	Jornal Diário de Jaguarão	papel	1890-1904-1906-1907-1908-1909-1910
Hemeroteca	Jornal O Zig Zag	papel	1892-1894-1895
Hemeroteca	Jornal O Beijo	papel	1893
Hemeroteca	Jornal A Borboleta	papel	1895
Hemeroteca	Jornal O Bouquet	papel	1895-1896
Hemeroteca	Jornal O Diadema	papel	1895-
Hemeroteca	Jornal O Alfinete	papel	1898
Hemeroteca	Jornal O Holophote	papel	1898
Hemeroteca	Jornal O Leque	papel	1899
Hemeroteca	Jornal Jaguarão Ilustrado	papel	1900
Hemeroteca	Jornal A Tesoura	papel	1901
Hemeroteca	Jornal A Lua	papel	1902
Hemeroteca	Jornal O Commercio	papel	1902-1903-1904-1905-1906-1907-1908
Hemeroteca	Jornal O Jaguarense	papel	1902-1922
Hemeroteca	Jornal A Sogra	papel	1903

Hemeroteca	Jornal O Gaúcho	papel	1903
Hemeroteca	Jornal O Ideal	papel	1904
Hemeroteca	Jornal A Esposa	papel	1905
Hemeroteca	Jornal A Roseta	papel	1905
Hemeroteca	Jornal O Trabalho	papel	1905
Hemeroteca	Jornal Mensageiro Parochial	papel	1906-1907
Hemeroteca	Jornal O Salgueiro	papel	1906
Hemeroteca	Jornal A Liberdade	papel	1907
Hemeroteca	Jornal Via Lactea	papel	1907-1914
Hemeroteca	Jornal A União	papel	1908-1909-1910
Hemeroteca	Jornal O Binóculo	papel	1910
Hemeroteca	Jornal A Situação	papel	1911
Hemeroteca	Jornal O Incógnito	papel	1911
Hemeroteca	Jornal O Jornal	papel	1911
Hemeroteca	Jornal A Mocidade	papel	1913
Hemeroteca	Jornal O amigo do Operário	papel	1913
Hemeroteca	Jornal O Bate-Bate	papel	1915
Hemeroteca	Jornal A União	papel	1914
Hemeroteca	Jornal A Razão	papel	1914-1915
Hemeroteca	Jornal O Commercial	papel	1915
Hemeroteca	Jornal O Corrupião	papel	1916
Hemeroteca	Jornal Tribuna do Povo	papel	1916-1918-1919-1920-1921
Hemeroteca	Jornal Mensageiro Catholico	papel	1919-1928-1929
Hemeroteca	Jornal O Alfinete	papel	1918
Hemeroteca	Jornal Rosicler	papel	1910
Hemeroteca	Jornal O Plectro	papel	1922
Hemeroteca	Jornal A Atalaia	papel	1923-1924
Hemeroteca	Jornal Sombra Mysteriosa	papel	1927-1928
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 3	papel	1845-1848
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 4	papel	1848-1851
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 5	papel	1851-1858
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 6	papel	1858-1864
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 7	papel	1864-1871
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 8	papel	1871-1878
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 9	papel	1879-1888
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 10	papel	1889
Junta Governativa	Livro de Atas da Junta Governativa (10)	papel	1889-1891
Junta Municipal	Livro de Atas da Junta Municipal (10)	papel	1891-1892
Justiça Eleitoral	Livro de Atas das Mesas Eleitorais (10)	papel	1892
Intendência Municipal	Livro de Ata de Posse da Intendência (10)	papel	1892
Conselho Municipal	Livro de Atas do Conselho Municipal I	papel	1897-1905
Conselho Municipal	Livro de Atas do Conselho Municipal II	papel	1906-1919

Obs.: os Livros de Atas da Câmara nºs 1 e 2 foram extraviados, durante a Guerra Civil Farroupilha.

JAGUARÃO

Acervo Digital da Documentação Municipal: Convênio Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão e Universidade Federal do Pampa

Denominação do Arquivo: Programa de Extensão Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica

Âmbito: Público

Ato de criação: Ata nº 002/2012 do Conselho do Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa de 15 de março de 2012

Vínculo institucional: Universidade Federal do Pampa

Data do início do funcionamento: 2006

Trajetória institucional: a instalação da Universidade Federal do Pampa na cidade de Jaguarão, a partir de 2006, aumentou a pesquisa efetuada na documentação do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), que desde 1966 preserva as fontes documentais históricas do município, abrangendo documentos oficiais, como atas da Câmara, da antiga Intendência, assim como os periódicos que circulavam na cidade desde meados do século XIX, além de outros documentos como fotos, cartas, revistas e mapas. Com esta nova demanda, estes documentos, alguns com mais de um século de existência, tiveram acelerado o seu processo de degradação, sendo que o IHGJ não dispunha de recursos financeiros para tomar medidas de preservação do seu acervo. Neste sentido, foi criado um projeto de extensão universitária que permitisse o acesso aos documentos do IHGJ, sem ocasionar sua deterioração, sendo a digitalização uma forma contemporânea de preservação documental utilizada nas mais diversas instituições de pesquisa no país e exterior. Este projeto previa os seguintes encaminhamentos: a) catalogação do

acervo do IHGJ; b) aquisição de um scanner de digitalização de documentos de grandes formatos, denominado de scanner planetário; c) disponibilização do acervo digitalizado. A catalogação do acervo do IHGJ ocorreu entre 2012 a 2014. Foram catalogadas as Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão, entre 1845 a 1889, totalizando aproximadamente 1600 atas. Concomitante a este processo foi transcrito e publicado o livro "Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão (1845-1889), sendo distribuído para a rede escolar do município. No ano de 2015 foi adquirido pela Universidade Federal do Pampa o scanner de fabricação alemã *Zeutschel* OS12000, possibilitando a digitalização de documentos de grandes formatos até A0, o qual foi instalado na biblioteca do campus Jaguarão, sendo que entre 2015 a 2018 foram realizadas as digitalizações das Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão entre 1845 e 1889, e dos periódicos datados desde 1855, resultando em 1946 exemplares digitalizados. Em 2019, o projeto de extensão foi transformado em programa, o que significa que começou a receber projetos de extensão que tivessem o objetivo de digitalização de acervos, aumentando significativamente a demanda interna do Programa, necessitando um novo aporte de recursos e pessoal. Neste sentido, foi criado no mesmo ano um grupo de pesquisa no CNPq, denominado de Digitalização de Acervos Históricos: desenvolvimento de processos para tratamento e processamento de imagens provenientes de arquivo digital, com o objetivo de implementar a difusão do arquivo digitalizado em um site de domínio da Universidade Federal do Pampa. Culminou em 2021 com a criação de um repositório digital, utilizando o software *Tainacan* para difusão do acervo

Política de aquisição/recebimento de acervo: recebimento de acervo por meio de convênios firmados com instituições públicas e privadas

Dias e horários de atendimento: acervo disponível no site https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/

Telefone de contato: (53) 98111-2598

E-mail de contato: unipampaproddoc@gmail.com

Responsável: Dr. Alexandre dos Santos Villas Bôas

Possibilidades de acesso: virtual

Instrumentos de pesquisa: repositório digital no site, onde se pode realizar uma busca nos documentos por palavras

Data do preenchimento: 31/03/2022

Responsável pelas informações: Dr. Alexandre dos Santos Villas Bôas

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Hemeroteca	Jornal O Jaguarense	PDF	1855-1856	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Despertador	PDF	1857	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Echo do Sul	PDF	1857	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Liberal	PDF	1859	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Lei	PDF	1862	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Atalaia do Sul	PDF	1865-1866 1870-1871 1873	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Echo Jaguarense	PDF	1865-1866	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Santelmo do Sul	PDF	1866	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Argos	PDF	1868	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Onze de Junho	PDF	1868-1869-1875	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Reforma	PDF	1869-1871 1872-1873	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Voz do Povo	PDF	1869-1870	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Nariz de Folha	PDF	1872	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/

Hemeroteca	Jornal O Trovão	PDF	1872	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Ordem	PDF	1874 1884 1896 1898-1904	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Coruja	PDF	1874	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Égua	PDF	1875	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Echo do Povo	PDF	1875	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Amolador	PDF	1875-1876	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Aristarcho	PDF	1876	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Província	PDF	1878	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Pátria	PDF	1879-1883	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Tempo	PDF	1881	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Combate	PDF	1886	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Instrução	PDF	1887	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Diário de Jaguarão	PDF	1890-1904 1906-1907 1908-1909 1910	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Zig Zag	PDF	1892 1894-1895	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Beijo	PDF	1893	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Borboleta	PDF	1895	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Bouquet	PDF	1895-1896	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Diadema	PDF	1895-	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Alfinete	PDF	1898	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Holophote	PDF	1898	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Leque	PDF	1899	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Jaguarão Ilustrado	PDF	1900	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Tesoura	PDF	1901	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/

Hemeroteca	Jornal A Lua	PDF	1902	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Commercio	PDF	1902-1903 1904-1905 1906-1907 1908	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Jaguarense	PDF	1902-1922	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Sogra	PDF	1903	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Gaúcho	PDF	1903	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Ideal	PDF	1904	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Esposa	PDF	1905	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Roseta	PDF	1905	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Trabalho	PDF	1905	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Mensageiro Parochial	PDF	1906-1907	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Salgueiro	PDF	1906	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Liberdade	PDF	1907	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Via Lactea	PDF	1907-1914	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A União	PDF	1908 1909-1910	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Binóculo	PDF	1910	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Situação	PDF	1911	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Incógnito	PDF	1911	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Jornal	PDF	1911	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Mocidade	PDF	1913	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O amigo do Operário	PDF	1913	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Bate-Bate	PDF	1915	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A União	PDF	1914	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Razão	PDF	1914-1915	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Commercial	PDF	1915	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/

Hemeroteca	Jornal O Corrupião	PDF	1916	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Tribuna do Povo	PDF	1916 1918-1919 1920-1921	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Mensageiro Catholico	PDF	1919 1928-1929	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Alfinete	PDF	1918	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Rosicler	PDF	1910	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal O Plectro	PDF	1922	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal A Atalaia	PDF	1923-1924	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Hemeroteca	Jornal Sombra Mysteriosa	PDF	1927-1928	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 3	PDF	1845-1848	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 4	PDF	1848-1851	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 5	PDF	1851-1858	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 6	PDF	1858-1864	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 7	PDF	1864-1871	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 8	PDF	1871-1878	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 9	PDF	1879-1888	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Câmara Municipal	Livro de Atas nº 10	PDF	1889	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Junta Governativa	Livro de Atas da Junta Governativa (10)	PDF	1889-1891	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Junta Municipal	Livro de Atas da Junta Municipal (10)	PDF	1891-1892	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Justiça Eleitoral	Livro de Atas das Mesas Eleitorais (10)	PDF	1892	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Intendência	Livro de Atas de Posse da Intendência (10)	PDF	1892	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Conselho Municipal	Livro de Atas I	PDF	1897-1905	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/
Conselho Municipal	Livro de Atas II	PDF	1906-1919	https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/

Obs.: os Livros de Atas da Câmara nºs 1 e 2 foram extraviados, durante a Guerra Civil Farroupilha. Os documentos estão sendo acrescentados no repositório; ainda não estão todos disponíveis.

PELOTAS

Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPel)
Arquivo: Fundo Câmara Municipal de Pelotas

Denominação do Arquivo: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas: Fundo Câmara Municipal de Pelotas

Âmbito: Privado

Ato de criação: 2011

Vínculo institucional: o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas mantém relacionamento estreito com a Câmara Municipal de Pelotas e com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Data do início do funcionamento: 2011

Trajetória institucional: o acervo descrito neste formulário foi criado através das transcrições das atas da Câmara Municipal de Pelotas, arquivadas na Bibliotheca Pública Pelotense, projeto de autoria do Professor Mario Osorio Magalhães, apresentado à Câmara Municipal de Pelotas no ano de 2011. Concomitantemente, o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas apresentou um projeto semelhante a edil Câmara. O presidente da Câmara à época, Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite, atual governador do estado do Rio Grande do Sul, sugeriu a unificação dos dois projetos, ficando a coordenação com o professor Mario Osorio Magalhães e como instituição executora o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, sendo financiado pela respectiva Câmara. Ademais, o processo de transcrição ficou sob a responsabilidade de estagiários a serem selecionados no curso de História, habilitados através da cadeira de Paleografia, da Universidade Federal de Pelotas. O professor Mario Osorio coordenou o primeiro volume, vindo a falecer na conclusão deste. A partir do segun-

do volume, a coordenação passou à professora Maria Roselaine da Cunha Santos

Política de aquisição/recebimento de acervo: recebe doações e realiza pesquisa no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense

Dias e horários de atendimento: agendar atendimento através do e-mail: ihgpel@gmail.com

Localização: Praça Rio Branco, nº 6. Pelotas/RS. CEP: 96.010-320

Telefone de contato: (53) 3227-9009

E-mail de contato: ihgpel@gmail.com

Responsável: Maria Roselaine da Cunha Santos, Diretora de Patrimônio IHGPEL

Possibilidades de acesso: presencial ou através de consulta dos livros publicados

Instrumentos de pesquisa: não há

Observações: o projeto se encontra vigente, sendo transcrito e revisado no momento os volumes V e VI das atas da Câmara Municipal de Pelotas. Ademais, ressalta-se que devido à extensão do Acervo Bibliográfico e Documental que possui o Instituto, torna-se inviável informar a integralidade do patrimônio do IHGPEL

Data do preenchimento: 15/03/2022

Responsável pelas informações: Maria Roselaine da Cunha Santos

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suportematerial	Período	Obs.
Câmara Municipal	**Livro de Atas: Volume I**	**papel**	**1832-1845**	**Publicado em 2011**
Câmara Municipal	**Livro de Atas: Volume II**	**papel**	**1846-1852**	**Publicado em 2012**
Câmara Municipal	**Livro de Atas: Volume III**	**papel**	**1853 -1860**	**Publicado em 2014**
Câmara Municipal	**Livro de Atas: Volume IV**	**papel**	**1861-1870 1876**	**Publicado em 2016**
Câmara Municipal	**Correspondências: Volume I**	**papel**	**1822 -1845**	**Publicado em 2019**
Câmara Municipal	**Correspondências**	**papel**	**1832 -1876**	

SÃO LUIZ GONZAGA

Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga (Arquivo)

Denominação do Arquivo: Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga

Âmbito: Privado

Ato de criação: Ata 01/1984, de 7 de novembro de 1984

Vínculo institucional: Não possui vínculo institucional

Data do início do funcionamento: 7 de novembro de 1984

Trajetória institucional: o Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga, fundado em 1984, conta com uma biblioteca de mais de 20.000 títulos. Dentre as atividades culturais promovidos pelo Instituto destaca-se o evento Estudos Missioneiros, que reúne historiadores renomados dos países que possuem reduções missioneiras: Brasil, Argentina e Paraguai. Ao longo de sua história, o IHGSLG teve efetiva participação junto à comunidade local e regional. Foi declarado como entidade de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2043, de 30 de dezembro de 1987. Em mais de 30 anos de atuação, o IHGSLG já promoveu 8 Encontros Internacionais de Estudos Missioneiros, 13 Encontros com a Leitura e Recanto do Livro Infanto-Juvenil, 10 viagens de estudos pelo Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, 2 Congressos, 6 Encontros Regionais, 17 Cursos de Língua Espanhola, 1 Curso de Língua Francesa, 7 Cursos de informática, 12 cursos de Formação Pedagógica, 10 Cursos de Extensão Universitária, 2 Cursos de História Oral, 1 Curso de Cultura Afro-brasileira, 6 concertos de música erudita, 3 recitais, 2 apresentações cênicas, seis exposições, conferindo no total mais de 5.000 certificados. O IHGSLG man-

teve parceria com inúmeras instituições, prefeituras, universidades, Exército Brasileiro, escolas, entre outras. Fora da sede, o IHGSLG já esteve presente em vários momentos de reflexão e ação cultural em Buenos Aires, Santa Maria, Passo Fundo, Santo Ângelo, entre outros. O IHGSLG também se destaca em lançamento de livros. Foram várias edições da Revista Presença, além de livros do próprio IHGSLG e de seus sócios. Também possui um espaço semanal no jornal A Notícia há décadas. As Comendas Dante de Laytano (pela produção historiográfica) e Mara Rösler (pela produção literária) são honrarias que o Instituto distribuiu em comemoração aos seus aniversários de 25 e 30 anos. Na 1º edição, os sócios homenageados com a Comenda Dante de Laytano foram: Elba Elisa Batalla de Vignolo, Dr. Julio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr. Moacyr Flores e Mestra Hilda Agnes Hübner Flores. Em 2014, receberam a Comenda Mara Rösler os seguintes sócios: Danci Caetano Ramos, João Newton Vargas Alvim, Marfiza Inês Romero Moreira e Neiva Mairesse da Silva. Já a Comenda Dante de Laytano (2ª edição) foram homenageados os sócios: Alejandro Larguía, Clarissa Dutra Fabrício, Marilda Oliveira de Oliveira e Zélia Maria Martins Amaral. O arquivo do IHGSLG está a cargo do Centro de Documentação e Memória (CDM), órgão do próprio IHGSLG. O CDM foi instalado no ano de 2016. Ele está situado no 2º andar do prédio que abriga o Instituto, possuindo em seu acervo muitos documentos. Os maiores doadores de documentos foram Pedro Marques dos Santos e José Gomes. Suas famílias doaram ao Instituto todo seu acervo documental. Ambos eram historiadores leigos locais. A maior parte do acervo compõe-se de documentos oficiais da Prefeitura e da Câmara Municipal de São Luiz Gonzaga (ofícios, leis, decretos, livros-caixa). Nosso arquivo recebeu os documentos da Prefeitura até o ano de 1960. Também possuímos muitos documentos particulares, como cartas, certidões, recibos, etc. Entre os documentos doados existem alguns de valor histórico maior, como os pertencentes a José Gomes Pinheiro Machado e Getúlio Vargas. A maior parte dos documentos ainda não foi catalogada. Um total de 1060 documentos já foi estu-

dado e catalogado. Todos os documentos estão acondicionados em prateleiras e arquivos móveis, tendo recebido uma higienização com pincel. Não houve ainda nenhum processo de indexação. O público tem acesso aos documentos após agendamento junto ao CDM. O pesquisador receberá os documentos que solicitar para a pesquisa. Nenhum documento pode ser retirado do IHGSLG

Política de aquisição/recebimento de acervo: a política de aquisição de documentos se dá por doações de particulares e da cedência para salvaguarda da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga, de arquivos com datas anteriores a 1960

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª-feira, das 13h às 17h

Localização: Rua São João, 1514, Centro. São Luiz Gonzaga/RS. CEP: 97.800-000

Telefone de contato: (55) 3352-1468

E-mail de contato: ihgsaoluizgonzaga@gmail.com

Responsáveis: Anna Olívia do Nascimento, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga**;** Anderson Iura Amaral Schmitz, Coordenador do Centro de Documentação e Memória

Possibilidades de acesso: o acesso à documentação é gratuito e universal, podendo ser analisado nas dependências do Instituto ou de forma digital, através do envio de documentos digitalizados mediante prévia consulta

Instrumentos de pesquisa: a maior parte do arquivo ainda não está catalogada. A parte catalogada está à disposição para consulta no IHGSLG

Data do preenchimento: 24/03/2022

Responsável pelas informações: Anderson Iura Amaral Schmitz

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara de Vereadores	**Livros de Ofícios e Requerimentos**	**papel**	**1852-1889**
Intendência Municipal	**Livros de Ofícios e Requerimentos**	**papel**	**1889-1915**
Câmara de Vereadores	**Livros de Certidões**	**papel**	**1852-1889**
Intendência Municipal	**Livros de Certidões**	**papel**	**1889-1915**
Intendência Municipal	**Livros de Recibos de Pagamento**	**papel**	**1852-1889**
Intendência Municipal	**Livros de Recibos de Pagamento**	**papel**	**1889-1915**

PARTE V

ARQUIVOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL BRASIL

ALEGRETE

Centro de Documentação e Periódicos da Câmara Municipal

Denominação do Arquivo: Centro de Documentação e Periódicos da Câmara Municipal de Alegrete (CDP)

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei 4.157/2008

Vínculo institucional: subordinado à Secretaria Administrativa

Data do início do funcionamento: 01/04/2008

Trajetória institucional: composto pelo Arquivo da Câmara Municipal de Alegrete e pela Biblioteca Miguel Jaques Trindade, o CDP tem sua origem na Lei Municipal nº 4.157, de 1º de abril de 2008. Sua documentação é proveniente do antigo arquivo do Poder Legislativo, que guarda a documentação contemporânea e alguns documentos datados desde o século XIX

Política de aquisição/recebimento de acervo: a Câmara Municipal de Alegrete não adquire, mas aceita doações de arquivos sobre a Câmara que estejam dispersos em outros locais

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 07h30min às 13h30min

Localização: Rua Vasco Alves 125, Alegrete/RS. CEP: 97.542-600

Telefones de contato: (55) 3427-1320 (55) 3427-1342

E-mail de contato: documentalista@alegrete.rs.leg.br

Responsável: João Cândido Graça Araujo

Possibilidades de acesso: consulta local e disponibilização de cópia digitalizada

Instrumentos de pesquisa: Plano de Classificação

Data do preenchimento: 07/06/2019

Responsável pelas informações: João Cândido Graça Araujo, Arquivista – Documentalista da Câmara Municipal de Alegrete

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal	Livro de Actas da Câmara Municipal de Alegrete	papel	07/06/1859 a 22/10/1863	Obra original
Câmara Municipal	Livro de Actas da Câmara Municipal de Alegrete	papel	07/06/1859 a 22/10/1863	Transcrição da obra original
Câmara Municipal	Livro de Actas da Câmara Municipal de Alegrete	papel	23/10/1863 a 07/04/1873	Obra original
Câmara Municipal	Livro de Actas da Câmara Municipal de Alegrete	papel	23/10/1863 a 07/04/1873	Transcrição da obra original
Câmara Municipal	Histórico e Mapeamento das Terras que originaram o município de Alegrete	papel	07/06/1859 a 22/10/1863	
Secretaria da Câmara da Intendência Municipal	Registro de Termos de Juramento	papel	20/02/1869 a 02/04/1892	Transcrição da obra original
Secretaria da Câmara da Intendência Municipal	Registro de Termos de Responsabilidade	papel	06/04/1848 a 22/04/1890	Obra original
Secretaria da Câmara da Intendência Municipal	Registro de Termos de Responsabilidade	papel	06/04/1848 a 22/04/1890	Transcrição da obra original
Secretaria da Câmara da Intendência Municipal	Termos de Recusados Cidadãos Estrangeiros que não aceitaram a naturalização brasileira	papel	24/02/1890 a 31/12/1890	Obra original
Secretaria da Câmara da Intendência Municipal	Termos de Recusados Cidadãos Estrangeiros que não aceitaram a naturalização brasileira	papel	06/04/1848 a 22/04/1890	Transcrição da obra original
Prefeitura Municipal	Registro de Atas	papel	12/10/1949 a 10/12/1962	Transcrição da obra original

ALEGRETE

Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei Municipal nº 1.361, de 02 de maio de 1980

Vínculo institucional: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Data do início do funcionamento: 30/10/1982

Trajetória institucional: criado na administração do prefeito José Rubens Pillar, o Arquivo Histórico Municipal de Alegrete nasceu destinado à guarda da documentação oficial e particular de interesse da história local e regional. Originou-se de uma sugestão do Conselho Municipal de Cultura, presidido pela saudosa professora Vera Terezinha de Moura Reis Alvares da Cunha, ainda ao final da década de 1970. Foi inicialmente subordinado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Ação Social, começando a funcionar em um prédio do antigo Ginásio Agrícola de Alegrete. Os primeiros esforços de coleta e organização de seu acervo ficaram a cargo do professor Carlos Roberto Leães, diretor do Centro Cultural àquela época e da professora Nelci Rodrigues, a primeira responsável pela instituição. Referindo-se ao incipiente Centro de Informação, Cultura e Cidadania, manifestou-se assim o professor Dionísio Angelo Busato: “a História é a memória de um povo. Nós somos de algum modo um produto da vivência antepassada da sociedade. Todo pai, toda mãe deverá incutir nos filhos uma reverência aos feitos dos seus antepassados.

Devemos sempre ter muito cuidado com aqueles que têm o instinto destruidor das coisas do passado. O progresso exige mudanças, sim, mas mudanças que se alicerçam na vivência da sociedade passada. Alegrete tem hoje um lugar para arquivar seus documentos. É um lugar propício para o estudo de quem quiser conhecer o seu passado" (Gazeta de Alegrete, 18/11/1982). Em 20 de dezembro de 1999, estando já instalado onde atualmente se encontra, em prédio do antigo aeroporto federal, a Lei Municipal 2.961 determinou o nome de Miguel Jacques Trindade (1928-1998) para patrono de nosso Arquivo Histórico. Este ilustre alegretense, que se tornou um memorialista, exerceu várias atividades ao longo de sua vida. Foi pecuarista, comerciante, também um dos pioneiros do ensino superior no município, além de vereador, presidente da Câmara Municipal e escritor. De sua autoria, há dois volumes publicados da obra "Alegrete do Século XVII ao Século XX", abordando fatos e personagens da história do município. No período 2009-12, a instituição passou por uma reestruturação. Sob a direção do historiador Márcio Sônego, promoveu-se a reorganização dos espaços físicos e, principalmente, uma revisão do acervo e a elaboração de um catálogo para uso interno. Certamente, houve importantes avanços, mas as medidas careceram de metodologia arquivística, fato que comprometeu os resultados do trabalho. Nos períodos seguintes e mais recentes, com a redução sistemática de servidores e auxiliares, o Arquivo Histórico Municipal Miguel Jacques Trindade luta para honrar o seu compromisso de guardar, preservar e promover o acesso a informações de valor histórico, cultural e probatório. Mas é preciso reconhecer que há diversas carências a serem sanadas e muitos desafios à sua frente.

Política de aquisição/recebimento de acervo: não há uma política de aquisição de acervos. Quanto ao recolhimento de documentos do Poder Executivo Municipal, há precariedades e dificuldades causadas pela inexistência de um Programa de Gestão Documental.

Instrumentos de pesquisa: catálogo de uso interno

Observações: a documentação listada reflete uma visão parcial e simplificada do acervo. Foram priorizados os documentos manuscritos da primeira metade do século XX. Correções e complementos serão possíveis quando a instituição estiver em condições de produzir o seu próprio Guia de Arquivo.

Data do preenchimento: 28/7/2022

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 7h30min às 13h30min

Localização: Avenida República Riograndense, nº 216. Bairro Santos Dumont. Alegrete/RS. CEP: 97547-000

Telefone de contato: (55) 3961-1667

E-mail: arquivohistoricoalegrete@gmail.com

Responsável pelas informações: Valéria Appratto Dornelles

Diretora: Bibiana Santos Carneiro da Fontoura

Fundos documentais

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal	**Termos de Juramento**	**papel**	**1869-1889**	**Fora de consulta**
Juntas Municipais	**Termos de Juramento**	**papel**	**1890-1892**	**Fora de consulta**
Prefeitura Municipal	**Livros Ponto de Funcionários**	**papel**	**1934-2000**	
Prefeitura Municipal	**Processos Administrativos**	**papel**	**1934-1991**	
Intendência/ Prefeitura Municipal	**Protocolo**	**papel**	**1904 1934-1938 1942-2000**	
Intendência/ Prefeitura Municipal	**Registros de Marca e Sinal**	**papel**	**1903-2000**	
Prefeitura Municipal	**Registros de Óbitos: sepultados no município**	**papel**	**1935-1938 1940-1946 1948-1970 1972-2000**	

Intendência/ Prefeitura Municipal	Registros de Sepultamentos	papel	11/1920- 02/1924 01/1930- 11/1995	
Intendência Municipal	Relatórios da Intendência ao Conselho Municipal	papel	1898 1902 1904 1908 1912 1916 1926	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Termos de Compromisso	papel	1893-1925 1927-1963	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Escolas extintas: atas, atestados, cadernos de matrícula e frequência diária, certidões, correspondência, decretos, estatísticas, folhas de frequência diária, livros ponto	papel	1924-1995	
Intendência Municipal	Imposto adicional	papel	1913-1919 1922-1925	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto sobre Aferição	papel	1902-1948	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto de Agua	papel	1912-1916 1918-1920 1922-1924 1941	
Prefeitura Municipal	Imposto Agrícola Industrial	papel	1937 1940 1942	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto sobre Animais: bovinos, ovinos e cavalares	papel	1901-1953	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto de Arrecadação	papel	1902-1951	
Intendência Municipal	Imposto sobre Automóveis	papel	1929- 1931	
Intendência Municipal	Imposto Beiral	papel	1914-1915 1917-1923 1925-1926	
Intendência Municipal	Imposto sobre Calçamento	papel	1926-1928	
Prefeitura Municipal	Imposto sobre Captação	papel	1938-1939	
Intendência Municipal	Imposto sobre Certificados Rurais	papel	1912-1924	
Intendência Municipal	Imposto de Cobrança Judicial	papel	1927-1928	
Intendência Municipal	Imposto sobre Comércio Localizado	papel	1902-1903	

Intendência Municipal	Imposto sobre Comércio Móvel	papel	1902-1912 1914-1928	
Intendência Municipal	Imposto de Décima Urbana	papel	1902	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Impostos Diversos	papel	1903-1907 1909 1912 1914 1919-1922 1925-1931 1938-1941 1943-1944 1953-1958	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto de Dívida Ativa	papel	1901-1952	
Intendência Municipal	Imposto de Emolumentos	papel	1902-1929	
Intendência Municipal	Imposto de Estatística	papel	1917-1928	
Prefeitura Municipal	Imposto de Estrada	papel	1968-1974	
Intendência Municipal	Impostos Eventuais	papel	1925-1928	
Intendência Municipal	Imposto de Exportações	papel	1902-1923	
Intendência Municipal	Imposto sobre Falta de Reboco	papel	1922- 1923	
Prefeitura Municipal	Imposto de Imóveis Rurais	papel	1936	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto de Indústria e Profissões	papel	1901 1903-1935 1946-1960	
Intendência Municipal	Imposto sobre Jogos e Divertimentos	papel	1902-1903 1906-1928	
Intendência Municipal	Imposto de Lixo e Estilicídio	papel	1925-1929	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto de Locomoção Terrestre	papel	1926-1938	
Intendência Municipal	Imposto de Multas	papel	1902-1922 1924-1925	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto Pecuário	papel	1901-1939	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto Predial	papel	1902-1940 1965-1981	
Intendência/ Prefeitura Municipal	Imposto de Rodagem e Transporte/Rodágio	papel	1902-1903 1906-1925 1960-1966	
Prefeitura Municipal	Imposto Rural	papel	1962-1966	
Intendência Municipal	Imposto de Sangrias	papel	1926-1927	
Prefeitura Municipal	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN	papel	1967-1993	
Intendência Municipal	Imposto de Terrenos	papel	1909-1911 1913-1919 1922-1924 1926-1928	

Intendência/ Prefeitura Municipal	**Imposto de Terrenos Não Edificados e/ou Imposto Territorial Urbano**	**papel**	**1909 1911-1913 1915-1916 1919-1922 1925-1926 1929 1937-1941**	
Intendência/ Prefeitura Municipal	**Imposto de Viação Rural**	**papel**	**1928-1932 1934-1935 1937 1941 1954-1956**	
Intendência/ Prefeitura Municipal	**Taxa de Água e Esgoto**	**papel**	**1930 1933-1945**	
Intendência/ Prefeitura Municipal	**Taxa Escolar**	**papel**	**1919-1921**	
Prefeitura Municipal	**Assistência Pública Municipal: movimento diário**	**papel**	**07/1939-01/1941**	
Intendência Municipal	**Entradas e Saídas da Casa de Polícia**	**papel**	**1901-1904 1931-1933**	
Intendência Municipal	**Ordens do Dia da Polícia Administrativa**	**papel**	**1920-1922 1925-1926**	
Fundação Municipal Nehyta Ramos	**Escola de Curso Primário/ Primeiro Grau Incompleto/ Supletivo: atas, boletins, correspondência, históricos escolares, livros ponto**		**1967-1985**	
Instituto Rural Metodista de Alegrete IRMA	**Escola de Curso Primário e Ginasial/Primeiro Grau: atas, correspondência, históricos escolares, livros ponto**	**papel**	**1962-1998**	

ALEGRETE

Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete Professor Danilo Assumpção Santos/CEPAL

Denominação do Arquivo: Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete Professor Danilo Assumpção Santos/CEPAL

Âmbito: Público

Ato de criação: 25/02/1994

Vínculo institucional: Secretaria Municipal da Educação

Data do início do funcionamento: 25/02/1994

Trajetória institucional: o Cepal originou-se de um grupo, O Sentido da Vida, criado pelo professor Danilo Assumpção Santos, o qual agregava pessoas com dependência química, desde 1988. Em 1993 percebeu-se que o espaço físico para tal finalidade já não mais comportava o crescente número de necessitados de orientação, sendo estabelecido que se fizesse um local, onde se poderia receber mais pessoas e exercitar as terapias ocupacionais, as quais incluíam a transcrição de livros originais da igreja católica, a restauração e reencadernação dessas obras, e, após do Cartório de Registros. O Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete Professor Danilo Assumpção Santos/CEPAL foi inaugurado no dia 25/02/1994, já possuindo alguns objetos, livros e documentos históricos de propriedade do Danilo. Nesse mesmo ano, o CEPAL já recebeu mais pessoas interessadas na história da cidade e outras que ajudaram a agregar mais e mais material ao acervo.

Política de aquisição/recebimento de acervo: doações da comunidade e do público em geral

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 09h às 12h e das 14h às 18h

Localização: Rua Cel. Luiz Inácio Jacques- 66- Centro. Alegrete/RS. CEP: 97.541-119

Telefones de contato: (55) 3422-4585 e (55) 99948-2663

E-mail de contato: cepal.osentidodavida@gmail.com

Responsável: Gerson Luiz dos Santos Manganeli

Possibilidades de acesso: pesquisa local

Instrumentos de pesquisa: não há

Data do preenchimento: 15/06/2022

Responsável pelas informações: Nelson Assumpção dos Santos

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Igreja N. Srª da Conceição Aparecida de Alegrete	Cópias transcritas dos Livros de Batismos	papel	01/12/1816 a 28/08/1826	v. 01
Igreja N. Srª da Conceição Aparecida de Alegrete	Cópias transcritas dos Livros de Batismos	papel	10/09/1826 a 30/12/1836	v. 02.1
Igreja N. Srª da Conceição Aparecida de Alegrete	Cópias transcritas dos Livros de Batismos	papel	01/01/1837 a 14/10/1844	v. 02.2
Igreja N. Srª da Conceição de Aparecida	Cópias transcritas dos Livros de Batismos	papel	14/10/1844 a 09/02/1848	v. 03
Igreja N. Srª da Conceição de Aparecida	Cópias transcritas dos Livros de Batismos	papel	12/02/1848	v. 04.1
Igreja N. Srª da Conceição de Aparecida	Cópias transcritas dos Livros de Batismos	papel	06/01/1852 a 31/12/1854	v. 04.2
Igreja N. Srª da Conceição de Aparecida	Cópias transcritas dos Livros de Batismos	papel	02/01/1855 a 22/11/1856 06/12/1855 a 05/05/1855	v. 05 e 06
Igreja N. Srª da Conceição de Aparecida	Cópias transcritas dos Livros de Batismos	papel	18/08/1878 a 08/06/1880 20/06/1880 a 28/05/1889	v. 05 e 06
Igreja de Alegrete	Cópias transcritas dos Livros de casamento	papel	04/09/1820 a 22/02/1834	v. 01 e 02

Igreja de Alegrete	Cópias transcritas dos Livros de casamento	papel	14/06/1845 a 31/12/1851 12/01/1852 a 30/05/1856	v. 03 e 04
Igreja de Alegrete	Cópias transcritas dos Livros de casamento	papel	21/05/1856 a 26/12/1859 24/10/1865 a 04/05/1865 08/01/1870 a 24/09/1872	v. 05 a 08
Igreja de Alegrete	Cópias transcritas dos Livros de Óbito	papel	02/05/1822 a 28/12/1850 03/01/1851 a 31/08/1858 14/09/1858 a 31/12/1863 05/01/1864 a 13/08/1878	v. 1, 2, 3 e 4
Propriedades, Marcas e Sinais	Cópia do livro	papel	1860 a 1962	
Relação das Famílias	Cópias	papel	1816 a 1900	
Capela Curada de N. Srª Aparecida de Alegrete	Livro de Registro de Escravos	papel	1871 a 1885	
Capela N. Srª Aparecida de Alegrete	Cópia do Livro de Testamentos	papel	1825 a 1837	
Cartório Civil de Alegrete	Cópia do Registro de Nascimentos	papel	1876 a 1899	
Cartório Civil de Alegrete	Cópia do Registro de Matrimônios	papel	1876 a 1908	
Árvores Genealógicas	Registros de famílias do município	papel	-	
Registros Paroquiais	Proprietários de Terras de Alegrete	papel	1854 a 1857	
Registro Civil de Alegrete	Cópia de Assentamentos e Nascimentos	papel	1876 a 1897	
Justiça Eleitoral	Fichas de Votação: nome e filiação dos votantes com fotografia	papel	Século XX	
Sesmarias de Alegrete e do Rio Grande do Sul: levantamento de fontes	Volumes compilados pelo Professor Danilo Assumpção Santos	papel	-	

Obs.: no acervo consta a obra “Os açorianos em Alegrete”, de Danilo Assumpção Santos (2009).

ARROIO GRANDE

Museu Municipal Visconde de Mauá (Arquivo)

Denominação do Arquivo: Museu Municipal Visconde de Mauá

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei Municipal nº 375, de 26 de junho de 1958

Vínculo institucional: vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de Arroio Grande

Data do início do funcionamento: 21/12/1975

Trajetória institucional: inicialmente criado como um espaço público para a salvaguarda e exposição de objetos tridimensionais de valor histórico para a comunidade arroio-grandense, o Museu Municipal Visconde de Mauá, em seu período inicial, esteve vinculado à Secretaria de Educação, localizando-se no anexo da Biblioteca Pública de Arroio Grande. Posteriormente, já vinculado à Secretaria da Cultura, também incorporou ao seu acervo, principalmente, na última década, um considerável volume de acervo em suporte de papel (fontes documentais), que agora fazem parte de um arquivo, encontrando-se o mesmo em processo de organização com vistas à criação de um Arquivo Histórico Municipal, no qual as fontes documentais estarão desvinculadas do acervo do Museu, recebendo tratamento diferenciado

Política de aquisição/recebimento de acervo: doações de pessoas físicas e transferências do acervo e patrimônio da Prefeitura de Arroio Grande

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 07h às 13h

Localização: Rua Herculano de Freitas, 217. Cento – Arroio Grande/ RS. CEP: 96.330-000

Telefone de contato: (53) 3262-1899

E-mail de contato: secultarroiogrande@gmail.com

Responsável: Vitor Luiz Soares Figueiredo

Possibilidades de acesso: consulta à documentação em sua forma física, mediante agendamento prévio pelo telefone informado

Instrumentos de pesquisa: inventários do acervo e fichas

Data do preenchimento: 09/05/2019

Responsável pelas informações: Vitor Luiz Soares Figueiredo

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Eleições Paroquiais	**Atas**	**papel**	**1847-1872**	**Consultar nomes dos indivíduos votados**
Câmara Municipal	**Atas**	**papel**	**1873-1881**	
Cemitério Municipal	**Registros de óbitos**	**papel**	**1890-1956**	

BAGÉ

Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Denominação do Arquivo: Arquivo Público Municipal Tarcisio Taborda

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei Municipal nº 3.399, de 1997

Vínculo institucional: à Secretaria de Planejamento

Data do início do funcionamento: ano de 2000

Trajetória institucional: o arquivo funcionou no 3º andar do prédio da Biblioteca Pública do município, sendo este local inadequado e pequeno para a quantidade de documentos que a instituição já recebia, na época. Em 2016, depois de uma luta incessante do dia-a-dia e pela necessidade de ter uma sede própria com espaço suficiente para guardar todo o acervo, foi obtido êxito e o reconhecimento de receber a sede onde se encontra hoje esta instituição, no antigo prédio da Cobagelã (antiga Cooperativa de Lãs do município). Hoje, o arquivo, neste local, se adequa às condições e necessidades de mantenedor dos documentos oficiais do município e de seus habitantes. Em maio de 2018, a Câmara de Vereadores aprovou, em sessão extraordinária, um projeto de lei que criou o Sistema Municipal de Arquivos

Política de aquisição/recebimento de acervo: não tem

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 14h

Localização: Rua João Telles nº 862, Centro. Bagé/RS. CEP: 96.415-100

Telefone de contato: (53) 3242-6574

E-mail de contato: arquivo.publico@bage.rs.gov.br

Responsável: Claudio de Leão Lemieszek

Possibilidades de acesso: presencial e virtual. Estão sendo cadastrados e digitalizados gradativamente os acervos. Alguns já podem ser visitados na página: https://arquivopublicobage.com.br

Instrumentos de pesquisa: estão em construção o inventário e o guia

Data do preenchimento: 10/02/2022

Responsável pelas informações: Rosane Aparecida de Andrade, arquivista

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Família Eurico Sallis	**Atas, Cartas, Certidões, Escrituras, Recibos e Telegramas;**	**papel**	**1846 a 1890**	**Acervo sendo classificado e digitalizado, a fim de ser disponibilizado virtualmente**
Família Tavares	**Atas, Cartas, Mapas, Pareceres, Relatórios e Telegramas**	**papel**	**1818 a 1993**	**Acervo sendo classificado e digitalizado, a fim de ser disponibilizado virtualmente**

BAGÉ

Museu Dom Diogo de Souza (Arquivo)

Denominação do Arquivo: Museu Dom Diogo de Souza – Bagé/RS

Âmbito: Privado comunitário

Ato de criação: Jornal Correio do Sul – 23 de setembro de 1956; Utilidade Pública Municipal – Lei nº 2132, de 1 de julho de 1957; Utilidade Pública Estadual – Lei nº 12.632, de 28 de setembro de 1961; Sistema Estadual de Museus cadastro nº 6.5; 6ª Região Museológica; Registrado no Cadastro Nacional de Museus

Vínculo institucional: mantido pela Fundação Áttila Taborda

Data do início do funcionamento: 20/09/1956

Trajetória institucional: a primeira demonstração pública da viabilidade de ser criado um museu em Bagé, foi em maio de 1955, assinalando o bicentenário de Dom Diogo de Souza, incluindo-se a Exposição Histórica e Cultural de Bagé, idealizada por Tarcísio Taborda. Apoiado pela sociedade civil, em 20 de setembro de 1956 foi inaugurado o Museu Dom Diogo de Souza, na Vila Vicentina. Em 1969, através de convênio, o Museu é vinculado a Fundação Áttila Taborda. Em 22 de março de 1975, o Museu é transferido para o prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência, onde permanece até hoje

Política de aquisição/recebimento de acervo: o acervo é constituído em sua grande maioria por doações

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h às 17h30min

Localização: Av. Emilio Guilayn, 759. Bagé/RS. CEP 96.415-100

Telefone de contato: (53) 3242-8244 **-** ramal 250

E-mail de contato: museudomdiogo@urcamp.edu.br

Responsáveis: Carmen Barros e Maria Luiza Pêgas

Possibilidades de acesso: o acesso é livre, podendo ser analisado no local com uma funcionária do Museu. São bem-vindas doações para a sustentabilidade do Museu através da Associação dos Amigos

Instrumentos de pesquisa: o acervo composto em sua maioria oriundo da Câmara e da Intendência, não está digitalizado

Observações: a reprodução quando solicitada é enviada pelo Museu, ou registrada sem o uso de flash, segundo as normativas

Data do preenchimento: 24/03/2022

Responsável pelas informações: Carmen Barros

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia Documental	Suporte material	Período	Obs.
L 01 – Receita Câmara Municipal (1888)	**- Impostos Permanentes - Impostos Sumptuários - Impostos de Indústrias e Profissões - Transporte e Pedágio - Aferição e Licença - Marcas e Placas - Mercados e matadouros - Locação - Impostos Especiais - Dívida Ativa - Emissão**	**papel**	**07/02/1888 - 31/12/1888**	**Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente e rubricadas por Plácido José Silveira**

L 02 – Receita Câmara Municipal (1889)	- Impostos Permanentes - Impostos Sumptuários - Impostos de Indústrias e Profissões - Transporte e Pedágio -Aferição e Licença - Marcas e Placas - Mercados e Matadouros - Locação, empréstimo e territorial - Impostos Especiais - Dívida Ativa	papel	14/01/1889 - 31/12/1889	Livro incompleto, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente e rubricadas por Candido Dias de Borba
L 03 – Receita Intendência Municipal de Bagé (1890)	- Impostos Permanentes - Impostos Sumptuários - Indústrias e Profissões - Transporte e Pedágio - Aferição e Licença - Marcas e Placas - Mercados, Matadouros e Logradouros - Locação, empréstimo de imóveis e territorial - Especiais - Dívida Ativa	papel	10/01/1890 - 31/12/1890	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente e rubricadas por Alexandre José Collares
L 04 – Receita Intendência Municipal de Bagé (1892)	- Impostos de Indústrias e Profissões - Aferições e Licenças Especiais - Impostos Sumptuários - Mercados, Matadouros e Logradouros - Locação Territorial - Dívida Ativa	papel	30/03/1892 - 31/12/1892	Livro danificado, incompleto, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente rubricadas por Candido Dias de Borba
L 05 – Receita Intendência Municipal de Bagé (1893)	- Impostos Permanentes - Impostos Sumptuários - Indústrias e Profissões - Transporte e Pedágio - Aferição e Licença - Marcas e Placas - Mercados, Matadouros e Logradouros - Territorial - Especiais - Dívida Ativa - Charqueadas - Décima Urbana - Exportação e Trânsito - Certidões	papel	16/01/1893 - 31/12/1894	Livro completo, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente e rubricadas por Nereo Soares Martins

L 06 – Receita Intendência Municipal de Bagé (1894)	- Impostos Permanentes - Sumptuários - Indústrias e Profissões - Transporte e Pedágio - Aferição e Licenças - Marcas e Placas - Mercado, Matadouros e Logradouros - Especiais - Dívida Ativa - Charqueadas - Décima Urbana - Exportação e Trânsito - Certidões	papel	15/01/1894 - 09/01/1896	Livro perfeito, completo, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente e rubricadas por Alcibiades Porto Alegre
L 07 – Receita Intendência Municipal de Bagé (1896)	- Impostos Aferição e Licença - Indústrias e Profissões - Mercado - Açougue e charqueada - Exportação - Emolumentos - Rodagem - Estabelecimento Rural - Permanentes	papel	13/01/1896 - 31/12/1898	Livro perfeito, completo, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente e rubricadas por Antonio Xavier de Azambuja
L 08 – Receita Intendência Municipal de Bagé (1899)	- Impostos - Indústrias e Profissões - Jogos e Divertimentos - Diversos - Aferição - Rodagem - Permanentes - Mercado - Matadouro e Charqueada - Exportação - Emolumentos, Cadeia, Estabelecimento Rural, Décima urbana, Comércio localizado - Dívida de Décimas - Dívida de Impostos - Empréstimo de 1899 - Auxílio a Ponte da Rua 03 de Fevereiro	papel	09/01/1899 - 31/12/1900	Livro perfeito, completo, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas e rubricadas por José Octávio Gonçalves
L 33 – Despesa Câmara Municipal de Bagé (1887)	- Despesa da Câmara Municipal de Bagé	papel	30/05/1887 - 16/01/1888	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente e rubricadas por Candido Dias de Borba

L 34 – Despesa Câmara Municipal de Bagé (1888)	- Escrituração de Despesas	papel	02/02/1888 - 31/12/1888	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente e rubricadas por Plácido José Silveira
L 35 – Despesa Câmara Municipal de Bagé (1889)	- Escrituração de Despesas	papel	21/01/1889 - 31/12/1889	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas e rubricadas por Candido Dias de Borba
L 36 – Despesa Intendência Municipal de Bagé (1893)	- Escrituração de Despesas	papel	07/03/1893 - 31/10/1894	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente, rubricadas por Nereo Soares Martins
L 37 – Despesa Intendência Municipal de Bagé (1895)	- Escrituração de Despesas	papel	03/01/1895 - 31/12/1895	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente, rubricadas por Alcibiades Porto Alegre
L 38 – Despesa Intendência Municipal de Bagé (1896)	- Escrituração de Despesas	papel	01/02/1896 - 15/12/1896	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente, rubricadas por Antonio Xavier de Azambuja
L 39 – Despesa Intendência Municipal de Bagé (1898)	- Escrituração de Despesas	papel	31/01/1898 - 31/12/1902	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente, rubricadas por José Octávio Gonçalves
L 40 – Despesa Intendência Municipal de Bagé (1899)	- Escrituração de Despesas	papel	13/01/1899 - 31/12/1903	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas, rubricadas por José Octávio Gonçalves

L 64 – Despesa/ Receita Junta Municipal de Bagé (1892)	- Escrituração de Despesa e Receita	papel	01/01/1892 - 09/01/1893	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcial, rubricadas por Candido Dias de Borba
L 65 – Receita/ Despesa Intendência Municipal de Bagé (1896)	- Escrituração de Receita e Despesas	papel	09/01/1896 - 21/03/1898	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas, rubricadas por Antônio Xavier de Azambuja
L 66 – Receita/ Despesa Intendência Municipal de Bagé (1898)	- Escrituração de Receita e Despesas	papel	22/03/1898 - 22/06/1900	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas
L 81 – Receita Câmara Municipal de Bagé (1887)	- Escrituração de Receita	papel	30/05/1887 - 16/01/1888	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente, rubricadas por Candido Dias de Borba
L 15 – Arrecadação de Impostos – Câmara Municipal de Bagé (1887)	- Receita	papel	08/03/1887 - 29/07/1887	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas, rubricadas por Candido Dias de Borba
L 152 – Receita Junta Municipal (1891)	- Escrituração de Receita	papel	02/01/1891 - 31/12/1891	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas, rubricadas por Pedro Luiz Osório
L 155 – Escrituração de Apólices Intendência Municipal de Bagé (1899)	- Escrituração Contábil	papel	04/03/1899 - 30/12/1899	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente, rubricadas por José Octávio Gonçalves

L 156 – Escrituração de Apólices – Câmara Municipal de Bagé (1888)	- Escrituração Contábil	papel	01/07/1888 - 13/06/1889	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas, rubricadas por Candido Dias de Borba
L 400 – Ofícios Expedidos pela Câmara Municipal de Vereadores (1886)	- Registro de Ofícios	papel	29/03/1886 - 13/01/1896	Livro danificado, documentos originais, legibilidade regular, folhas aproveitadas parcialmente
L 403 – Qualificação de Eleitores do 2º Distrito Município de Bagé (1890)	- Registro de Qualificação	papel	07/04/1890 - 07/11/1892	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas parcialmente
L 426 – Atas das Eleições para a Câmara Municipal de Vereadores de Bagé (1847)	= Registro de Atas	papel	07/09/1847 - 11/09/1862	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas parcialmente
L 427 – Atas das Eleições e Eleitores da Paróquia de Bagé (1847)	- Registro de Atas	papel	07/11/1847 - 04/02/1869	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas parcialmente
L 428 – Atas de Instalação do Conselho Municipal e Sessões da Vila e Termo de Bagé (1849)	- Registro de Atas	papel	15/04/1849 - 02/06/1873	Livro danificado, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas todas
L 429 – Atas de Organização da Mesa Paroquial, Eleições e Chamadas de Eleitores (1869)	- Registro de Atas	papel	31/01/1869 - 26/08/1872	Livro danificado, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas todas
L 430 – Atas das Eleições de Deputados Gerais e Provinciais – Colégio Eleitoral (1869)	- Registro de Atas	papel	02/03/1869	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente

L 431 – Atas de Qualificação de Votantes e Alistamento de Votantes da Paróquia de Bagé (1870)	- Registro de Atas	papel	16/01/1870 - 05/04/1871	Livro danificado, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas todas
L 432 – Atas da Junta Municipal (1876)	- Registro de Atas	papel	06/06/1876 - 20/12/1879	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas parcialmente
L 434 – Recibos de Títulos Eleitorais da Paróquia de Bagé 1876	- Registro de Recibos	papel	20/09/1876 - 03/07/1880	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade regular, folhas aproveitadas parcialmente
L 435 – Atas de Qualificação Estadual 1ª Secção Município de Bagé (1897)	- Registro de Atas	papel	21/06/1897 - 27/02/1902	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas
L 455 – Correspondência Expedida pela Câmara Municipal (1847)	- Correspondência Expedida pela Câmara Municipal	papel	02/02/1847 - 25/07/1852	Livro danificado, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas todas
L 455 a – Correspondência Expedida pela Câmara Municipal (1862)	- Correspondência Expedida pela Câmara Municipal	papel	11/08/1862 - 26/03/1886	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas todas
L 462 – Editais da Intendência Municipal (1893)	- Registro de Editais	papel	18/07/1893 - 03/01/1906	Livro danificado, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas parcialmente
L 463 – Leis do Conselho Municipal (1897)	- Registro de Leis	papel	19/04/1897 - 11/04/1905	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas
L 474 – Termos de Compromisso – Câmara Municipal de Vereadores (1864)	- Registro de Termos de Compromisso	papel	23/08/1864 - 23/02/1887	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas

L 475 – Termos de Fiança Câmara Municipal de Vereadores (1847)	- Registro de Termos de Fiança	papel	05/08/1847 - 12/1876	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas parcialmente
L 476 – Matrícula de Expostos Câmara Municipal de Vereadores (1891)	- Registro de Matrícula	papel	20/02/1891 - 03/01/1916	Livro danificado, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas parcialmente
L 477 – Títulos de Terrenos e Diplomas de Mercês Câmara Municipal de Vereadores (1846)	- Registro de Títulos	papel	23/12/1846 - 17/12/1865	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas
L 486 – Matrícula dos Guardas Nacionais Conselho da Paróquia (1890)	- Registro de Matrícula	papel	01/11/1890	Livro danificado, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas todas
L 494 – Inscrição e Transferência das Apólices de Empréstimos Municipais – Intendência Municipal de Bagé (1899)	- Registro de Inscrição e transferências	papel	04/03/1899 - 20/07/1904	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 529 – Despesas com Dotação de Verbas Intendência Municipal de Bagé (1875)	- Escrituração de Despesa	papel	01/12/1875 - 30/06/1881	Livro danificado, documentos originais, legibilidade regular, folhas aproveitadas parcialmente
L 539 – Custas Judiciárias Intendência Municipal de Bagé (1890)	- Registro de Custas Judiciárias	papel	19/04/1890 - 31/03/1894	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 624 – Protocolo Intendência Municipal de Bagé (1893)	- Protocolo	papel	15/07/1893 - 26/04/1894	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente

L 625 – Protocolo Intendência Municipal de Bagé (1894)	- Protocolo	papel	18/07/1894 - 09/01/1896	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 626 – Protocolo Intendência Municipal de Bagé (1896)	- Protocolo	papel	13/01/1896 - 29/04/1898	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas
L 716 – Indústrias e Profissões Intendência Municipal de Bagé (1893)	- Décimas Urbanas, Territorial, Rural e Veículos	papel	18/03/1893 - 22/07/1897	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas
L 717 – Indústrias e Profissões Intendência Municipal de Bagé (1898)		papel	31/01/1898 - 18/01/1900	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 718 – Indústrias e Profissões Intendência Municipal de Bagé (1896)	- Impostos	papel	03/03/1896 - 28/07/1897	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 719 – Indústrias e Profissões Intendência Municipal de Bagé (1894)	- Impostos	papel	30/03/1894 - 13/12/1895	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 759 – Matrículas de Cocheiros e Boleiros – Câmara Municipal de Vereadores (1889)	- Matrículas de Cocheiros e Boleiros	papel	21/06/1889 - 28/10/1891	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 760 – Imposto de Rodagem – Intendência Municipal de Bagé (1898)	- Imposto de Rodagem	papel	02/03/1898 - 09/01/1900	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 826 – Registro de Marcas – Município de Bagé (1849/1885)	- Registro de Marcas	papel	06/12/1849 - 21/09/1885	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas

L 827 – Registro de Marcas – Município de Bagé (1885/1897)	- Registro de Marcas	papel	11/11/1885 - 27/07/1897	Livro danificado, documentos originais, legibilidade regular, folhas aproveitadas todas
L 828 – Registro Geral de Sinais (1898/1899)	- Registro de Sinais	papel	09/09/1898 - 24/01/1899	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas
L 829 – Registro de Marcas - Município de Bagé (1897/1908)	- Registro de Marcas	papel	27/07/1897 -06/02/1908	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas todas
L 842 – Impostos de Estabelecimentos Rurais (1898/1899)	- Impostos de Estabelecimentos Rurais	papel	02/03/1898 - 25/10/1899	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 906 – Impostos Dívida Ativa Câmara Municipal de Bagé (1888/1896)	- Impostos, Dívida Ativa	papel	27/03/1888 - 11/03/1896	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 968 – Décimas Urbanas Intendência Municipal de Bagé (1894)	- Décimas Urbanas	papel	22/02/1893 - 06/1893	Livro danificado, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas 77
L 969 – Décimas Urbanas Intendência Municipal de Bagé 1894	- Décimas Urbanas	papel	05/01/1894 - 02/07/1894	Livro danificado, incompleto, documentos originais, legibilidade boa, folhas aproveitadas 65
L 970 – Décimas Urbanas Intendência Municipal de Bagé (1895/1896)	- Décimas Urbanas	papel	03/06/1895 - 16/11/1896	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas 72
L 971 – Décimas Urbanas Intendência Municipal de Bagé (1894/1896)	- Décimas Urbanas	papel	05/06/1894 - 30/06/1896	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas 86

L 972 – Décimas Urbanas Intendência Municipal de Bagé (1896/1897)	- Décimas Urbanas	papel	30/06/1896 - 31/12/1897	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas 168
L 973 – Décimas Urbanas Intendência Municipal de Bagé (1898/1899)	- Décimas Urbanas	papel	10/06/1896 - 31/12/1897	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas 70
L 974 – Décimas Urbanas Intendência Municipal de Bagé (1899/1900)	- Décimas Urbanas	papel	11/07/1899 - 31/12/1899	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas 74
L 1031 – Lançamento de Impostos Municipais Intendência Municipal de Bagé (1892)	- Lançamento de Impostos	papel	14/03/1892 - 20/12/1892	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas 61
L 1143 – Câmara Municipal de Bagé Propriedades Urbanas (1878/1887)	- Câmara Municipal	papel	15/04/1878 - 29/01/1887	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas parcialmente
L 1144 – Livro de Contabilidade Escolar (1889)	- Livro de Contabilidade	papel	1889	Livro perfeito, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas 02
L 1154 – Livro de Alistamento de Eleitores do Estado Qualificação Eleitoral (1897/1902)	- Livro de Alistamento	papel	1897-1902	Livro danificado, documentos originais, legibilidade ótima, folhas aproveitadas 139

CAÇAPAVA DO SUL

Arquivo Histórico Municipal Nicolau da Silveira Abrão

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Municipal Nicolau da Silveira Abrão

Âmbito: Municipal

Ato de criação: Lei nº 3969, de 20 de julho de 2018

Vínculo institucional: pertence à Secretaria de Cultura e Turismo (Secultur)

Data do início do funcionamento: 20 de julho de 2018

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico Municipal Nicolau da Silveira Abrão começou suas atividades em 20 de julho de 2018, sistematizando milhares de documentos que se encontravam depositados nas dependências do Centro Municipal de Cultura de Caçapava do Sul

Política de aquisição/recebimento de acervo: a aquisição de documentos acontece sob a forma de doações de coleções e de documentação que se encontra com as famílias caçapavanas

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 09h às 15h

Localização: Rua XV de Novembro, s/nº. Centro Municipal de Cultura. Caçapava do Sul/RS. CEP: 96.570-000

Telefones de contato: (55) 3281-3936 / (55) 3281-1599

E-mail de contato: arquivohistoricocacapava@gmail.com

Responsável: Heron Freitas, Secretário de Cultura e Turismo e Servidor Administrativo Auxiliar

Possibilidades de acesso: o acesso à documentação é universal e gratuito, podendo ser analisado nas dependências do próprio arquivo ou de forma digital, sendo solicitado por parte do pesquisador, material online

Instrumentos de pesquisa: o arquivo se encontra digitalizado e sistematizado, sendo a busca feita pelo funcionário responsável pelo setor

Data do preenchimento: 05/10/2020

Responsáveis pelas informações: Heron Freitas e João Timotheo Esmerio Machado

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal (Controle de Pessoal)	**Ofícios Requerimentos Termos de Posses e Juramentos**	**papel**	**1827-1889 1824-1889 1820-1885**
Câmara Municipal (Obras e Melhoramentos)	**Ofícios Requerimentos**	**papel**	**1831-1889 1823-1889**
Câmara Municipal (Organização e Funcionamento)	**Atas Ofícios Termos e Autos Requerimentos**	**papel**	**1829-1865 1827-1889 1820-1902 1822-1889**
Câmara Municipal (Segurança e Ordem Pública)	**Ofícios Intimações Requerimentos**	**papel**	**1827-1889 1829 1832-1889**
Câmara Municipal (Secretaria – Serviço de Expediente)	**Correspondência Recebida Registro de Concessão de Terrenos Registro de Expeidos Registros Gerais**	**papel**	**1822-1889 1829-1889 1820-1891 1820-1889**
Câmara Municipal (Procuradoria)	**Registro de Pagamentos**	**papel**	**1821-1869**
Câmara Municipal (Demonstração de Receita e Despesa)	**Autos de Contas Correspondência Recebida Demonstrativos de Despesa**	**papel**	**1821-1863 1823-1887 1823-1889**
Câmara Municipal (Eleições)	**Atas Correspondência Recebida Lista de Votantes**	**papel**	**1822-1889 1829-1889 1828-1884**

Obs.: o Arquivo mantém um serviço de genealogia em que há levantamento de origem açoriana baseado em fontes externas.

CACHOEIRA DO SUL

Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul Carlos Salzano Vieira da Cunha

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul Carlos Salzano Vieira da Cunha

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Decreto nº 203, de 5 de agosto de 1987

Vínculo institucional: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, Gabinete do Prefeito, Núcleo Municipal da Cultura

Data do início do funcionamento: o Arquivo Histórico teve sua origem junto ao Museu Municipal em 1986, mas sua criação se deu em 5 de agosto de 1987

Trajetória institucional: há quase 32 anos, o Arquivo Histórico, pelas mãos de diferentes equipes, organizou-se para também poder organizar, dispor e disponibilizar documentos únicos e preciosos. Parte da documentação do Arquivo Público, criado por Aurélio Porto em 1910, foi reunida numa sala do Museu Municipal, sob orientação de Lya Wilhelm, com participação de Elaine Meneghello Arzuaga como colaboradora. Ao se desmembrar do Museu Municipal, em 5 de agosto de 1987, tendo como sua responsável a professora Marilda da Silva Félix, tornou-se uma instituição cultural independente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), de acordo com o previsto no artigo 10 da Lei Municipal nº 1731, de 2 de fevereiro de 1977, com o objetivo de preservar a documentação de valor histórico da administração municipal. Nessa ocasião, foi descerrada a placa de criação e lançada a publicação “Fundação do Município de Cachoeira do Sul – documentos históricos”. O Arquivo já contava

com a assessoria e colaboração de profissionais da área arquivística no processo de organização de seu acervo, com a colaboração da historiógrafa e técnica do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Sílvia Matilde Pozza. Exatamente um ano depois de sua criação, em 5 de agosto de 1988, ocorreu o ato inaugural de sua sede oficial à Rua Moron, 1.199, local onde passou a funcionar também a sede da AMICUS (Associação Cachoeirense de Amigos da Cultura). Nesta ocasião, foram transferidas para o acervo as folhas de votação e títulos eleitorais dos arquivos do Cartório Eleitoral, que entraram em desuso com a implantação do novo sistema eleitoral. Em dezembro desse ano, foram ainda repassados ao Arquivo, o Livro nº 1 de Registros de Nascimentos de Cachoeira do Sul, pelo diretor do Fórum, bem como a transferência de documentos históricos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, efetuada pelo professor Francisco Riopardense de Macedo, diretor da referida instituição. O 1º regimento do Arquivo Histórico, aprovado pelo Decreto de 21 de dezembro de 1988, regulamentou os serviços da entidade, estruturando-o em: direção, setor de assessoramento técnico e setor de apoio administrativo. Em 1989, mudou-se para outro prédio, na rua Comendador Fontoura, 120. O atendimento às necessidades da comunidade foi objetivo atingido por ocasião da assinatura do Termo de Comodato entre o Jornal do Povo e o Arquivo Histórico em julho de 1989, quando aconteceu a transferência dos exemplares do jornal, desde a sua fundação em 1929, responsabilizando-se a partir dessa data pela redação da coluna “Páginas do Passado”.

Com a possibilidade de sediar o Arquivo Intermediário Regional, através de termo de convênio em regime de comodato entre a Secretaria Estadual da Justiça e a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, abrangendo os municípios da Região Jacuí – Centro/RS (AJACE), a partir de março de 1990, o Arquivo Histórico recebeu documentos da AJACE. Nesse tempo, recebeu também documentos do Registro de Imóveis. O Arquivo Histórico obteve respaldo necessário para

o estudo da estrutura administrativa do governo municipal com a colaboração de Elizete Rosa Dotto, arquivista da Faculdade de Arquivologia da UFSM, e com isso viabilizou-se um trabalho pioneiro na região, e um modelo de Arquivo Histórico no serviço de Arranjo Documental, Descrição e Publicação. Foi realizado um intercâmbio para a formação arquivística de sua equipe, efetivado através de um contrato de 1994 a 2001, organizando-se a documentação correspondente aos fundos da Câmara, Junta e Intendência Municipal. A necessidade de aprimorar técnicas de conservação e restauração justificou a instalação do Serviço de Conservação e Restauração em agosto de 1995, prestando serviços à comunidade cachoeirense. Em novembro desse ano, mais uma vez transferiu-se o acervo desta instituição para a Rua General Câmara, 878. Pela Lei Municipal nº 2898, 18 de junho de 1996, foi aprovado o Termo de Comodato entre o Jornal Correio Popular e o Arquivo Histórico, que ficou responsável por conservar e encadernar as coleções desse jornal. Além dos exemplares dos dois jornais locais, o Arquivo conta em seu acervo com exemplares do jornal O Comércio, de 1900 a 1966, Rio Grande, de 1905 a 1915, e A Federação, de Porto Alegre, de 1905 a 1915, com falhas anuais, além de outros jornais avulsos. O Decreto de 22 de julho de 1996 aprovou novo regimento, dando-lhe nova estrutura organizacional: Direção, Setor de Planejamento, Setor Administrativo, Setor Técnico, dividido em cinco serviços: Serviço de Referência e Difusão, Biblioteca, Serviço de Arranjo, Serviço de Descrição e Publicação e Serviço de Conservação e Restauração.

Atualmente está vinculado ao Núcleo Municipal da Cultura, criado pela Lei nº 3242, de 21/2/2001. O Arquivo Histórico também abriga documentos particulares, especialmente, de personalidades históricas, empresas cachoeirenses, instituições de relevância na sociedade, como do ex-prefeito Ivo Renê Pinto Garske, da empresa Bacchin Lewis, e do Aeroclube. Fazem parte desse acervo, plantas arquitetônicas de Joaquim Vidal e da Construtora Cachoeirense. Este último, oportuni-

zou uma parceria do Arquivo Histórico com o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM, a partir de 2016, integrando o projeto de pesquisa "Evolução Histórica da Configuração Urbana de Cachoeira do Sul", constando a metodologia de organização do acervo cartográfico e arquitetônico do Arquivo Histórico. Simultaneamente ao trabalho contínuo pertinente a um arquivo histórico, várias atividades foram desenvolvidas durante anos, como exposições: "O Arquivo no Resgate da História de Cachoeira do Sul"; "A Revolução de 1893 em Documentos"; "A Revolução de 1893 – Cem Anos Depois"; "SMEC – Documentos"; "Capas que Fizeram História"; palestras e mostras documentais e fotográficas; lançamentos: "Memorial da Colônia Santo Ângelo"; "134 Anos Cachoeira – Cidade: 1850 a 1860"; "A trajetória do Poder Legislativo"; catálogo: "Eleições do Império à República"; calendários: 1995 - 2005; revista: "Conhecendo Nossa Cidade"; cursos: curso de restauração e encadernação em 1994, 1996 a 2002; suplemento informativo: "X FENARROZ"; cadernos de história: oito fascículos; informativos: Informativo Cultural – diversos anos; participações diversas, como palestras em instituições de ensino, painéis, reportagens e entrevistas para a TV Cachoeira. Com o intuito de aprofundar conhecimento de famílias, origens e suas contribuições no município, em abril de 2002, o Arquivo Histórico implantou o Serviço de Estudos Genealógicos. Em abril de 2012, começou a fazer parte do Colégio Brasileiro de Genealogia. Em 2005, ocorreu a mudança do Arquivo Histórico para as dependências da Prefeitura, ficando lá até 2009, quando foi transferido para o presente endereço à Rua Sete de Setembro, 350, em prédio alugado. Por Decreto de 2005, passou a integrar o SIMARQ (Sistema Nacional de Arquivos). Desde 2011, mantém um blog:

http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com

O Arquivo Histórico está em permanente contato com outros arquivos, instituições e entidades para troca de informações, publicações e ideias relativas à organização de documentos, projetos e atividades realizadas.

Referências

Documentário I do Arquivo Histórico. 1985, 1987, 1988

Subsídios do Arquivo Histórico. Setor Administrativo

Política de aquisição/recebimento de acervo: o Arquivo Histórico é a instituição que custodia os documentos históricos provenientes do Arquivo Intermediário da Prefeitura Municipal, além de arquivos particulares advindos da comunidade. Mantém convênio com os jornais locais que circulam em meio físico e disponibiliza os exemplares para pesquisa

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30. Não necessita agendamento

Localização: Rua Sete de Setembro, 350, próximo ao Centro Clínico do HCB, bairro Centro, Cachoeira do Sul/RS. CEP: 96.508-010

Telefones de contato: (51) 3724-6006 – atendimento direto; (51) 3724-6025 – direção do Núcleo Municipal da Cultura, Josiani Knebel Fardin

E-mail de contato: arquivohistorico@cachoeiradosul.rs.gov.br

Responsável: Josiani Knebel Fardin, Diretora do Núcleo Municipal da Cultura

Possibilidades de acesso: http://arquivohistoricodecachoeirado-sul.blogspot.com

Instrumentos de pesquisa: uso interno: inventários dos fundos documentais (Câmara, Junta e Intendência Municipal); acervo de Imprensa; arquivos particulares e banco de dados

Observações: a reprodução é permitida através de fotografia, em equipamento do próprio pesquisador, e sem o uso de *flash*, conforme recomendações internacionais para reprodução de documentos históricos de guarda permanente, custodiados em instituições

Data do preenchimento: 28/5/2019

Responsáveis pelas informações: Josiani Knebel Fardin, Diretora do Núcleo Municipal de Cultura, Jaqueline de Souza Fischer e Neiva Ester Corrêa Köhler, assessoras técnicas do Arquivo Histórico

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal (Controle de Pessoal)	**Ofícios** **Requerimentos** **Termos de Posses e Juramentos**	**papel**	**1827-1889** **1824-1889** **1820-1885**
Câmara Municipal (Obras e Melhoramentos)	**Ofícios** **Requerimentos**	**papel**	**1831-1889** **1823-1889**
Câmara Municipal (Organização e Funcionamento)	**Atas** **Ofícios** **Termos e Autos** **Requerimentos**	**papel**	**1829-1865** **1827-1889** **1820-1902** **1822-1889**
Câmara Municipal (Segurança e Ordem Pública)	**Ofícios** **Intimações** **Requerimentos**	**papel**	**1827-1889** **1829** **1832-1889**
Câmara Municipal (Secretaria – Serviço de Expediente)	**Correspondência Recebida** **Registro de Concessão de Terrenos** **Registro de Expedidos** **Registros Gerais**	**papel**	**1822-1889** **1829-1889** **1820-1891** **1820-1889**
Câmara Municipal (Procuradoria)	**Registro de Pagamentos**	**papel**	**1821-1869**
Câmara Municipal (Demonstração de Receita e Despesa)	**Autos de Contas** **Correspondência Recebida** **Demonstrativos de Despesa**	**papel**	**1821-1863** **1823-1887** **1823-1889**
Câmara Municipal (Eleições)	**Atas** **Correspondência Recebida** **Lista de Votantes**	**papel**	**1822-1889** **1829-1889** **1828-1884**

Obs.: o Arquivo Histórico mantém um serviço de genealogia que oferece um levantamento de origem açoriana baseado em fontes externas.

CAMAQUÃ

Arquivo Histórico do Museu Municipal Divino Alziro Beckel

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico do Museu Municipal Divino Alziro Beckel

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 17, de 20 de novembro de 1986

Vínculo institucional: pertence à Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Inovação Cultura e Turismo (SMDICT)

Data do início do funcionamento: 03 de abril de 1979

Trajetória institucional: o Museu Municipal Divino Alziro Beckel teve início no ano de 1979, quando, em suas funções públicas, Alziro Beckel, através de objetos pessoais criou o Museu Municipal de Camaquã. Após seu falecimento, em 1986, o Governo Municipal, através da Lei nº 17, de 20 de novembro de 1986, oficializou o Museu Municipal denominando-o com o nome de seu idealizador

Política de aquisição/recebimento de acervo: a aquisição de documentos e objetos acontece sob a forma de doações de coleções e de documentação que se encontra com àqueles que possuem algum material referente à história de Camaquã

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min

Localização: Rua Zeca Netto nº 20. Forte Zeca Netto. Camaquã/RS. CEP: 96.180-000

Telefones de contato: (51) 3671-5288 / (51) 3692-2150

E-mail de contato: culturaturismo@camaqua.rs.gov.br

Responsáveis: Clayton Dworzecki, Secretário do Desenvolvimento, Inovação Cultura e Turismo; Taís de Oliveira, Servidora Administrativa Auxiliar e Paulo Vianna Sant Anna, Servidor Administrativo Auxiliar

Possibilidades de acesso: o acesso à documentação é universal e gratuito, podendo ser analisado nas dependências do próprio arquivo ou de forma digital, sendo solicitado por parte do pesquisador, material online

Instrumentos de pesquisa: o arquivo se encontra em formato físico e parte digitalizado e sistematizado, sendo a busca feita pelo funcionário responsável pelo setor

Data do preenchimento: 29/04/2022

Responsável pelas informações: Paulo Vianna Sant Anna

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Arquivo Histórico	**Pró-Memória escritos pelo fundador do Museu Divino Alziro Beckel**	**papel**	**1979**
Câmara Municipal	**Documentos Diversos**	**papel**	**s/d**

Obs.: o Arquivo mantém um serviço de genealogia em que há levantamento de origem açoriana baseado em fontes externas.

CRUZ ALTA

Arquivo Histórico de Cruz Alta (AHCA)

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico de Cruz Alta (AHCA)

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Decreto nº 0369/2000, de 10 de novembro de 2000

Vínculo institucional: Prefeitura de Cruz Alta, Gabinete do Executivo Municipal, Coordenadoria de Cultura, Turismo, Artes e Eventos

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico de Cruz Alta funcionava anexo ao Museu Municipal, ainda lotado nas dependências da Casa de Cultura e sem legislação que regulamentasse seu funcionamento. Em 2000, a Administração Municipal criou um decreto legalizando suas atribuições e deslocando o AHCA e o Museu Municipal para o prédio da antiga Estação Ferroviária, compondo parte do Centro de Convergência Cultural. Com o passar dos anos, o prédio em questão se mostrou totalmente sem condições de abrigar importante acervo. O Decreto nº 361/2019, de 19 de setembro de 2019, alterou o decreto anterior e criou o Museu Histórico de Cruz Alta e em seu parágrafo único acrescentou que o Arquivo Histórico de Cruz Alta passa a funcionar em anexo, bem como a Hemeroteca Pública (criada em 2006). O Arquivo e o Museu estão situados no andar térreo do Palácio da Intendência

Política de aquisição/recebimento de acervo: doação do Legislativo e do Executivo Municipal

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h

Localização: Avenida General Osório 533. Térreo. Cruz Alta/RS. CEP: 98.005-150

Telefones de contato: (55) 3322-6595 e 3321-1300

E-mail de contato: culturacruzalta@gmail.com

Responsável: Schana Reis, Coordenadora de Cultura, Turismo, Artes e Eventos

Possibilidades de acesso: o acesso à documentação é gratuito e a pesquisa pode ser realizada no local

Instrumentos de pesquisa: o arquivo composto por acervo da Câmara e da Intendência não está digitalizado, mas organizado em livros encadernados e com código de busca

Observações: a reprodução é permitida por meio escrito ou por fotografia sem flash, conforme resguarda a legislação do setor

Data do preenchimento: 15/02/2022

Responsável pelas informações: Rossano Viero Cavalari, assessor cultural (55) 98134-7842; Alda Graminho, atendente AHCA (55) 3321-1366

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal	Atas Sessões Ordinárias e Extraordinárias	papel	1845-1971
Câmara Municipal (Expediente)	Atas Ofícios Expedidos Ofícios Recebidos	papel	1838-1973 1953-1969
Câmara Municipal (Registro Escravos)	Contratos de Trabalho de Escravos Libertos	papel	1889-1890
Câmara Municipal (Registros Militares)	Livro Registro de Praças Armados	papel	1889-1890
Câmara Municipal (Eleições)	Atas da Comissão Municipal Mesas Eleitorais	papel	1890-1892 1882-1886
Câmara Municipal (Eleições Distritos)	Atas eleitorais 5º Distrito Atas eleitorais 7º Distrito Atas eleitorais 4º Distrito Atas eleitorais Paróquia de Santo Ângelo	papel	1869-1904 1890-1904 1924-1930 1860-1872
Câmara Municipal (Assembleia eleitoral)	Ata instalação Mesa da Assembleia Paroquial de São Luiz Gonzaga, município de Santo Ângelo	papel	1873
Câmara Municipal (Expediente)	Telegramas expedidos e recebidos	papel	1960-1968
Câmara Municipal (Receita e Despesa)	Atas	papel	1845-1974
Câmara Municipal	Registros Fichas Analíticas	papel	1968-1974

Câmara Municipal	Registro da Comissão da Legalidade	papel	1961
Câmara Municipal (Secretaria)	Atas posse de Intendentes, Prefeitos e Conselhos Municipais	papel	1901-1965
Câmara Municipal (Expediente)	Relatórios, Lei Orçamentária, Balancetes do Legislativo	papel	1922-1976
Câmara Municipal (Secretaria)	Registro Histórico da Eletricidade em Cruz Alta	papel	1947
Câmara Municipal (Serviço de Expediente)	Correspondências, Certidões, Declarações	papel	1963-1968
Câmara Municipal	Sessões Simuladas – Nomes de alunos	papel	1978-1979
Câmara Municipal (Secretaria)	Balancete dos *Direitos Municipais* pertencente à Câmara de Cruz Alta	papel	1845
Câmara Municipal (Arquivos Gerais)	Registro de Visitantes do Centro Republicano de Cruz Alta	papel	1902-1911
Câmara Municipal (Eleições)	Atas Eleições Municipais Santo Antônio da Palmeira	papel	1860-1930
Intendência (Receita e Despesa)	Livro Caixa	papel	1906-1978
Câmara Municipal	Livro Atas Conselho Municipal	papel	1863-1874
Câmara Municipal	Livro Atas Conselho Municipal	papel	1887-1888
Intendência Municipal	Livro Atas Conselho Municipal	papel	1906-1909
Intendência Municipal	Livro de Atas Conselho Municipal	papel	1910-1921
Câmara Municipal (Arquivo Prefeitura)	Livro de Atas Eleições Paróquia Nossa Senhora Conceição	papel	1849-1856
Intendência Municipal	Livro Registro Despesas Municipais	papel	1905-1906
Prefeitura Municipal Intendência-Prefeitura	Arquivo Telegramas Remetidos	papel	1929-1989
Intendência Municipal	Registros de Aforamentos no Município da Cruz Alta	papel	1913-1923
Intendência Municipal	Livro Registros dos Altos Oficiais do Município	papel	1929-1933
Intendência Municipal	Livro Registro dos Inspetores de Quarteirão	papel	1875-1908
Intendência/Prefeitura	Livro de Concessões de Terrenos Municipais	papel	1914-1940
Câmara Municipal	Livro de Atas Pedras Fundamentais edifícios, Monumentos e Obras Públicas	papel	1863-1871
Intendência/Prefeitura Municipal	Livro de Registro de Impostos da Indústria e Profissões do Município	papel	1874-1930
Igreja Católica/Câmara Municipal	Livro de Receitas e Despesas da Irmandade Nossa Senhora da Conceição	papel	1866-1898
Câmara Municipal Arquivo: Livro Prefeitura	Atas Eleições Municipais da Freguesia de Passo Fundo	papel	1848
Câmara Municipal (Livro Prefeitura)	Registro de Tombamento de Propriedades do Município	papel	1850
Intendência Municipal	Livro de Atas do Código de Posturas	papel	1897-1905
Intendência Municipal	Livro de Atas de Instalação do Centro Republicano de cruz Alta	papel	1902-1916
Intendência Municipal	Livro de Registros de Veículos, Indústria e Comércio de Cruz Alta	papel	1906
Câmara Municipal	Livro com Registro de Presos	papel	1869-1912
Câmara Municipal (Livro Prefeitura)	Livro de Atas de Instalação da Sociedade Libertadora Cruz-altense	papel	1870-1875

DOM PEDRITO

Arquivo do Museu Paulo Firpo

Denominação do Arquivo: Arquivo do Museu Paulo Firpo

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Ata de 23 de abril de 1968

Vínculo institucional: Prefeitura de Municipal de Dom Pedrito / Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Inovação, Cultura e Turismo - SEDECTUR

Data do início do funcionamento: 26/04/1971

Trajetória institucional: o arquivo do Museu Paulo Firpo começou a ser organizado com a mudança para sua sede própria em 1986. Consta de documentos registrados em livros, documentos e peças avulsas, originários alguns do Arquivo Municipal da Prefeitura e doações da comunidade

Política de aquisição/recebimento de acervo: doações de documentos particulares e institucionais

Dias e horários de atendimento: de 3ª à 6ª feira, das 8h às 11h30min e das 13h às 16h30min

Localização: Rua Júlio de Castilhos, 1060. Centro. Dom Pedrito/RS. CEP: 95.450-000

Telefones de contato: (53) 3243-1641

E-mail de contato: oliveiraadilsonnunesde@gmail.com

Responsável: Prof. Adilson Nunes de Oliveira

Possibilidades de acesso: através de agendamento por telefone

Instrumentos de pesquisa: índice de documentos

Data do preenchimento: 03/05/2022

Responsável pelas informações: Prof. Adilson Nunes de Oliveira

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Nº Registro
Executivo Municipal	Comércio localizado, Fábricas e Oficinas	papel	1933 1935	1 2
Executivo Municipal	Indústria Pastoril	papel	1933	3
Executivo Municipal Executivo Municipal	Terrenos edificados Terrenos edificados	papel	1929-1937 1914-1917	4 5
Executivo Municipal	Comércio localizado, Fábricas e Oficinas	papel	1932	6
Executivo Municipal	Décima Suburbana	papel	1941-1942	7
Executivo Municipal	Terrenos edificados	papel	1930	8
Executivo Municipal	Registros de condutores de automóveis	papel	1929-1938	9
Executivo Municipal	Imposto sob Décima Urbana	papel	1909-1913	10
Executivo Municipal	Despesa Intendência	papel	1938	11
Executivo Municipal	Comércio localizado, Fábricas e Oficinas	papel	1922-1935	12
Executivo Municipal	Despesa Intendência	papel	1921-1928	13
Executivo Municipal	Fazendas de criação+	papel	1901-1905	14
Executivo Municipal Executivo Municipal	Despesa Intendência Décima Urbana	papel papel	1991 1885-1900	15 16
Executivo Municipal	Contribuinte	papel	1891-1904	17
Executivo Municipal	Razão da Intendência	papel	1917-1920	18
Executivo Municipal	Despesa Intendência	papel	1899-1908	19
Executivo Municipal	Lançamento de subscrito da apólice	papel	1889	20
Executivo Municipal	Qualificação da Guarda Nacional	papel	1880-1882	21

Executivo Municipal	Veículos Intendência	papel	1925-1929	22
	Veículos Intendência	papel	1929-1933	23
Executivo Municipal	Imposto de Asseio Público	papel	1930-1935	24
Executivo Municipal	Despesa Intendência	papel	1928-1930	25
Executivo Municipal	Qualificação da Guarda Nacional	papel	1882-1887	26
Executivo Municipal	Engajamento dos Guardas da Praça Nacional	papel	1899-1915	27
Executivo Municipal	Registro de eleitores	papel	1954	28
Executivo Municipal	Dívida Ativa do Imposto de Criação	papel	1896-1905	29
Executivo Municipal	Credores	papel	1917	30
Executivo Municipal	Receita e Despesa da Tesouraria	papel	1912	31
Executivo Municipal	Receita Intendência	papel	1925-1926	32
Executivo Municipal	Receita Intendência	papel	1922-1924	33
Executivo Municipal	Receita Intendência	papel	1930-1931	34
Executivo Municipal	Classificação de escravos	papel	1873	35
Executivo Municipal	Contribuintes	papel	1880-1890	36
Executivo Municipal	Imposto de Asseio Público	papel	1929	37
Executivo Municipal	Receita Intendência	papel	1924-1925	38
Executivo Municipal	Imposto de Criação	papel	1906-1910	39
	Pecuária	papel	1916-1919	40
Executivo Municipal	Caixa Intendência	papel	1891-1892	41
Executivo Municipal	Pecuária	papel	1922-1926	42
Executivo Municipal	Pecuária	papel	1930-1931	43
Executivo Municipal	Pecuária	papel	1926-1929	44
Executivo Municipal	Decima Urbana	papel	1913-1918	45
Executivo Municipal	Receita Intendência	papel	1899-1909	46
Executivo Municipal	Veículos Intendência	papel	1933-1938	47

Executivo Municipal	Veículos Intendência	papel	1938	48
Executivo Municipal	Dívida Ativa	papel	1906-1915	49
Executivo Municipal	Almoxarifado	papel	1929-1942	50
Sociedade de Medicina	Atas da Sociedade de Medicina do município	papel	1936	51
Executivo Municipal	Índice dos livros 9 e 10 da Dívida Ativa	papel	1932	52
Executivo Municipal	Assentamento das rezes talhadas para o consumo	papel	1895-1900	53
Executivo Municipal	Protocolo das Correspondências Expedidas	papel	1956-1967	54
Executivo Municipal	Tambos	papel	1914-1919	55
Executivo Municipal	Venda de leite e água	papel	1936-1940	56
Executivo Municipal	Lançamento da Câmara Municipal	papel	1873-1874	57
Executivo Municipal	Expediente de Tesouraria	papel	1902-1904	58
Executivo Municipal	Expediente de Tesouraria	papel	1906-1908	59
Executivo Municipal	Receita da Intendência	papel	1912-1929	60
Executivo Municipal	Gado talhado para consumo publico	papel	1900-1905	61
Executivo Municipal	Livro de chamada de escola	papel	1946-1951	62
Documento particular	Marcador para o diário de Constantino Rodrigues	papel	1899	63
Executivo Municipal	Índice de sinais de ovelhas	papel	?	64
Executivo Municipal	Índice de sinais de ovelhas	papel	?	65
Executivo Municipal	Índice de sinais de ovelhas	papel	?	66
Executivo Municipal	Intendência Décima Urbana	papel	1928-1930	67
Executivo Municipal	Indústria pastoril	papel	1934-1934	68
Executivo Municipal	Intendência Décima Urbana	papel	1930-1932	69
Executivo Municipal	Livro Caixa Intendência	papel	1899-1901	70
Executivo Municipal	Lançamento Décima Urbana	papel	1912-1921	71

Executivo Municipal	Intendência terrenos não edificados	papel	1924-1928	72
Executivo Municipal	Comércio localizado	papel	1902-1912	73
Executivo Municipal	Caixa da Intendência Municipal	papel	1919	74
Executivo Municipal	Registro de Atos do Intendente	papel	1892-1919	75
Executivo Municipal	Intendência decima urbana	papel	1922-1925	76
Clube Hípico	Livro de Atos do Clube Hípico Pedritense	papel	?	77
Executivo Municipal	Intendência Receita	papel	1936	78
Executivo Municipal	Decima Urbana	papel	1900-1908	79
Executivo Municipal	Caixa Intendência	papel	1908-1911	80
Executivo Municipal	Intendência Despesa	papel	1932-1933	81
Executivo Municipal	Intendência Despesa	papel	1939	82
Executivo Municipal	Comércio localizado, Fábricas e Oficinas	papel	1934	83
Executivo Municipal	Lançamento de Imposto de terrenos não edificados	papel	1909-1914	84
Executivo Municipal	Pecuária	papel	1938	85
Executivo Municipal	Matricula da Guarda Nacional	papel	1872-1891	86
Firma Juventino de Moura	Receituário da farmácia da Firma Juventino de Moura	papel	1955-1959	87
Executivo Municipal	Livro de Atas do Conselho da Revista Guarda Nacional	papel	?	88
Executivo Municipal	Livro de Protocolo da Intendência	papel	1916-1925	89
Executivo Municipal	Lançamento da Intendência	papel	1887-1898	90
Executivo Municipal	Livro de Atas da Câmara	papel	1883-1888	91
Executivo Municipal	Intendência Contribuinte	papel	1891-1904	92
Executivo Municipal	Atas do Conselho Municipal	papel	1911	93
Executivo Municipal	Receita da Câmara	papel	1881-1886	94
Executivo Municipal	Décima Urbana	papel	1922-1930	95

Executivo Municipal	Livro Caixa	papel	1890-1898	96
Executivo Municipal	Comércio localizado, Oficinas e Profissões	papel	1913-1922	97
Executivo Municipal	Livro de Registro de Oficinas	papel	1903-1905	98
Executivo Municipal	Seções da Câmara	papel	1876	99
Executivo Municipal	Dívida Ativa da Câmara	papel	1889	100
Executivo Municipal	Atas das seções solenes da Intendência	papel	1891	101
Executivo Municipal	Livro Caixa da Câmara	papel	1884-1887	102
Executivo Municipal	Atas das seções da Câmara	papel	1888-1890	103
Executivo Municipal	Ata do Conselho Municipal	papel	1930	104
Executivo Municipal	Atas Municipais do Conselho	papel	1900	105
Executivo Municipal	Livro de Despesa da Câmara	papel	1887-1891	106
Executivo Municipal	Dívida Ativa	papel	1887-1892	107
Executivo Municipal	Oradores para expediente da Câmara	papel	1959	108
Executivo Municipal	Oradores para expediente da Câmara	papel	1964	109
Executivo Municipal	Oradores para expediente da Câmara	papel	1976	110
Executivo Municipal	Oradores para expediente da Câmara	papel	1967	111
Executivo Municipal	Câmara Correspondência	papel	1951-1965	112
Executivo Municipal	Livro de Atas do Legislativo	papel	?	113
Executivo Municipal	Atas da Câmara	papel	1873-1876	114
Executivo Municipal	Livro de Atas da Câmara	papel	1950	115
Executivo Municipal	Despesa da Câmara	papel	1881	116
Firma Rosa & Cia	Razão da firma Rosa & Cia	papel	1957-1975	117
Farmácia Barbieri	Arquivo de Receituário da Farmácia Barbieri	papel	1924-1928	118
Casa Alves Cabreira	Auxiliar da Casa Alves Cabreira	papel	1911-1913	119

Executivo Municipal	Atas do Conselho Municipal	papel	1892-1900	120
Executivo Municipal	Atas da Câmara Municipal	papel	1891-1892	121
Executivo Municipal	Divida Passiva da Câmara Municipal	papel	1890	122
Executivo Municipal	Atas do Conselho Paroquial da Vila de Dom Pedrito	papel	1876-1880	123
Executivo Municipal	Ata do Conselho Municipal	papel	1921	124
Executivo Municipal	Atas da Câmara Municipal	papel	1950	125
Executivo Municipal	Atas da Câmara Municipal	papel	1953-1955	126
Executivo Municipal	Registro de Leis do Conselho Municipal	papel	1905	127
Executivo Municipal	Registro de Leis do Conselho Municipal	papel	1842-1904	128
Executivo Municipal	Lançamento: Leis, Decretos e Resoluções da Câmara Municipal	papel	1936-1937	129
Casa Comercial de Waltemar Saraiva	Diário da Casa Comercial de Waltemar Saraiva	papel	1922-1924	130
Hotel Central	Registro de Hospedes do Hotel Central	Papel	1956	131
Executivo Municipal	Registro de Hospedes do Hotel Central	Papel	1955	132
Executivo Municipal	Ata de Assembleia Geral de Constituição	Papel	1961	133
Executivo Municipal	Atas do Departamento de Tênis	Papel	1946	134
Executivo Municipal	Atas do CODEPE- Conselho Deliberativo	Papel	1969	135
Executivo Municipal	Atas do CODEPE	Papel	1965-1969	136
Executivo Municipal	Atas do CODEPE	Papel	1965-1969	137
Executivo Municipal	Atas do CODEPE	Papel	1965-1970	138
Executivo Municipal	Historia manuscrita do município – Diretoria de Estatística	Papel	1915	139
Executivo Municipal	Livro nº 1 Copiador Ofícios Câmara	Papel	1873-1881	140
Executivo Municipal	Decúria VI Aula Municipal – Fernando Nogueira	Papel	1931	141

GENERAL CÂMARA

Arquivo da Prefeitura Municipal

Denominação do Arquivo: Arquivo da Prefeitura Municipal

Âmbito: Público

Vínculo institucional: Secretaria da Administração do município

Data do início do funcionamento: desde a criação do município

Trajetória institucional: os documentos que se encontram no Arquivo foram gerados nas administrações do município

Política de aquisição/recebimento de acervo: recolhimento periódico

Dias e horários de atendimento: conforme a necessidade

Localização: Prefeitura Municipal de General Câmara

Telefone de contato: (51) 3655-1399

E-mail de contato da atual responsável: cláudiaquines212@hotmail.com

Possibilidades de acesso: as pesquisas solicitadas são realizadas pela funcionária responsável

Instrumentos de pesquisa: não tem

Data do preenchimento: 12/03/2022

Responsável pelas informações: Anajara M. M. da Silva

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia Documental	Suporte material	Período
Prefeitura Municipal	**Livros de Registro de Atas**	**papel**	**1943-1988**
Prefeitura Municipal	**Livro Ponto de Funcionários**	**papel**	**1942-1944**
Prefeitura Municipal	**Livros de Decretos**	**papel**	**1943-1959** **1960-1963**
Prefeitura Municipal	**Código Tributário e Registro de Impostos**	**papel**	**1948-1952**
Prefeitura Municipal	**Livros de Registro de Contratos de Trabalho**	**papel**	**1968-1978** **1963-1964** **1965-1966** **1960-1962** **1999-2000** **1984-1989**
Prefeitura Municipal	**Leis Municipais**	**papel**	**2000-2001**
Prefeitura Municipal	**Livro Funerário: registros de mortes**	**papel**	**1944-1958**
Prefeitura Municipal	**Livro de Concessões de Usos de Terrenos**	**papel**	**1990-1995** **1998-2003**
Prefeitura Municipal	**Livro de Registros de Patrimônio: bens municipais**	**papel**	**1949-1959**
Prefeitura Municipal	**Livros de Registros de Marcas de Gado**	**papel**	**1913-1958**

GENERAL CÂMARA

Arquivo da Paróquia de General Câmara

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia Documental	Suporte material	Período
Secretaria da Igreja Paroquial de General Câmara	**Livros de Casamentos (Santo Amaro)**	**papel**	**1932-1942** **1942-1958**
Secretaria da Igreja Paroquial de General Câmara	**Livro de Batizados (Santo Amaro)**	**papel**	**1933-1936** **1936-1938** **1938-1941** **1941-1943** **1943-1947** **1943-1951** **1962-1969** **1969-1978** **1978-1986** **1986-1993**
Secretária da Igreja Paroquial de General Câmara	**Livro Tombo (Santo Amaro)** **Atas e vários registros**	**papel**	**1927-1952**

Telefone de contato: (51) 3655-1324

E-mail: saonicolau@arquipoa.com

Responsável pelas informações: Anajara M. M. da Silva

GRAVATAÍ

Arquivo Histórico de Gravataí Antônio Soares Fonseca

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico de Gravataí Antônio Soares Fonseca

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei Municipal nº 413, de 18 de abril de 1989

Vínculo institucional: ligado à Secretária Municipal de Cultura e Desporto e administrado pelo Museu Municipal Agostinho Martha

Data do início do funcionamento: 18/04/1989

Trajetória institucional: o arquivo é o resultado dos acervos e das pesquisas de Ernesto Fonseca, Agostinho Martha e Antônio Soares da Fonseca, organizados por José Rosa e Getúlio Xavier

Política de aquisição/recebimento de acervo: recebe doações do poder público, instituições em geral e coleções particulares

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 09h às 18h

Localização: Rua Nossa Sra. dos Anjos, nº 541. Centro. Gravataí/RS. CEP: 94.010-130

Telefone de contato: (51) 3484-2733

E-mail de contato: smcel.museu@gravatai.rs.gov.br

Responsável: Maria Inês Guilloux, historiadora

Possibilidades de acesso: a partir de agendamento prévio, a pesquisa é presencial. Os documentos não estão digitalizados

Instrumentos de pesquisa: fichamento e atendimento pessoal

Observações: o arquivo encontra-se organizado e em um ótimo estado de conservação, tendo em vista que só possui dois funcionários atuando nele, de forma compartilhada com o museu. O arquivo já sofreu processo de mudança de espaço físico no mínimo oito vezes, precarizando a visitação e a pesquisa

Data do preenchimento: 15/02/2022

Responsável pelas informações: Amon da Costa

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal Prefeitura Municipal (Controle de Pessoal)	**Ofícios Atas Requerimentos Termos de Posses e Juramentos**	**papel**	**1880-1922**	**As atas do século XIX estão todas transcritas**
Prefeitura Municipal	**Registros de Pagamentos e Despesas**	**papel**	**1930-1970**	
Prefeitura Municipal	**Fotos**	**papel**	**1960-2010**	
Hemeroteca	**O Gravataiense Correio de Gravataí Folha do Vale Diário de Cachoeirinha**	**papel**	**1950-2010**	
Acervos Particulares	**Revistas Cartazes Convites Material publicitário**	**papel**	**1940-1990**	

Obs.: o Arquivo mantém um serviço de Genealogia em que há levantamento de origem açoriana baseado em fontes externas.

HERVAL

Museu Municipal Professor Osmar Hences (Arquivo)

Denominação da Instituição: Museu Municipal Professor Osmar Hences

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 1.627, de 28 de julho de 2021

Vínculo institucional: ligado à Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer

Data do início do funcionamento: 10/12/2021

Trajetória institucional: o Museu municipal Professor Osmar Hences iniciou sua trajetória em 10 de dezembro de 2021, sendo implantado através de uma comissão organizadora em parceria com a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer e Prefeitura de Herval. O arquivo encontra-se no prédio do Museu

Política de aquisição/recebimento de acervo: através de doações da comunidade

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min

Localização: Rua Marechal Floriano 279. Herval/RS. CEP: 96.200-380

Telefones de contato: (53) 3267-2900 e (53) 98137-9667

E-mail de contato: avfmoraes@yahoo.com.br

Responsável: Alexandre Ferreira de Moraes

Possibilidades de acesso: o acesso aos documentos é universal e gratuito

Instrumentos de pesquisa: a pesquisa é feita diretamente nos documentos

Data do preenchimento: 30/03/2022

Responsável pelas informações: Alexandre Ferreira de Moraes

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Intendência Municipal	**Livro de Atas** **Atos** **Leis** **Decretos**	**papel**	**1896-1908** **1908** **1918-1928**

ITAQUI

Arquivo da Câmara de Vereadores

Denominação do Arquivo: Arquivo da Câmara de Vereadores

Âmbito: Municipal

Ato de criação: Lei Provincial nº 419, de 06 de dezembro de 1858

Vínculo institucional: Câmara de Vereadores

Data do início do funcionamento: 30/03/1859

Trajetória institucional: o Arquivo da Câmara de Vereadores conserva, através dos documentos, a história e a memória do município de Itaqui, desde a fundação do espaço, em 06/12/1858, seus documentos, e, consequentemente, parte da história política do município, bem como os procedimentos utilizados pelos vereadores em suas respectivas épocas para administrar a cidade. A Câmara de Vereadores de Itaqui busca através da organização de seu acervo de documentos a sistematizar sua história e memória. Encontra-se ali um vastíssimo manancial de pesquisa histórica, pois é possível verificar diversos documentos provenientes, principalmente, da Câmara Municipal de Vereadores, desde sua formação, ainda na metade do século XIX, assim como documentos diversos, como correspondências oficiais e pessoais, que relatam e comentam fatos ocorridos na região e no país desde meados de 1800, passando pelo período do império do Brasil, no segundo reinado e chegando até os dias atuais

Política de aquisição/recebimento de acervo: a aquisição dos documentos acontece a partir do arquivamento das atas elaboradas durante as reuniões no presente local

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 07h às 13h

Localização: Rua João Siznando Dubal Goulart, 942. Itaqui/RS. CEP: 97.650-000

Telefone de contato: (55) 3433-1706

E-mail de contato: esportecultura@itaqui.rs.gov.br

Responsável: Maricê Del Fabro

Possibilidades de acesso: o acesso à documentação é universal e gratuito, podendo ser analisada nas dependências do próprio arquivo, sendo solicitado por parte do pesquisador

Instrumentos de pesquisa: o acervo não se encontra digitalizado.

Data do preenchimento: 04/03/2022

Responsáveis pelas informações: Dra. Helenize Soares Serres Bernardes e Maricê Del Fabro

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal	**Atas das Sessões com relatórios, correspondências**	**papel**	**1858-1860**
Câmara Municipal	**Atas das Sessões Concessões de terrenos**	**papel**	**1860-1889**
Câmara Municipal	**Atas das Sessões Registros gerais**	**papel**	**1889-1892**

LAGOA VERMELHA

Arquivo Histórico Regional (AHR) Universidade de Passo Fundo (UPF): acervo de Lagoa Vermelha

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Regional (AHR): acervo do município de Lagoa Vermelha

Âmbito: Privado

Ato de criação: 1984

Vínculo institucional: Universidade de Passo Fundo (UPF) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

Data do início do funcionamento: o Arquivo Histórico Regional teve sua origem junto ao Museu Histórico Regional em 1984. Nomeado Museu e Arquivo Histórico, em 1996 houve a separação dos dois espaços, dando origem ao AHR

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico Regional (AHR) iniciou suas atividades com a denominação de Museu e Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo (UPF), no Campus I, em 1984. Após uma reorganização física e nominativa, recebeu a designação atual e foi alocado no Campus III da UPF, no centro de Passo Fundo, onde permanece até o momento. O AHR está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF e ao curso de Graduação em História, servindo de local de guarda e conservação, e, sobretudo, de laboratório para pesquisadores da cidade e região, vetor para a produção do conhecimento. A criação e manutenção do Arquivo derivam justamente da preocupação com a preservação de conjuntos documentais de Passo Fundo e região e com a sua mobilização para a pesquisa acadêmica. O Arquivo sempre esteve voltado à pesquisa, a princípio em História, mas, logo, de variadas áreas do conhecimento, abrangendo desde as ciências humanas até as ciências exatas. Os usuários do ar-

quivo apresentam perfil diversificado, abarcando desde o acadêmico à comunidade em geral, que pesquisa o acervo em busca de informações para inclusões em processos judiciais, notícias em periódicos, imagens, mapas e mesmo pesquisas genealógicas. Constituindo a história regional – o principal foco de interesse – o AHR mantém grande parte de seu acervo com conjuntos de documentos que concernem à história da região norte do Rio Grande do Sul. O acervo do AHR reúne documentos manuscritos, judiciais, periódicos, imagéticos, bibliográficos, públicos, privados, etc., e possibilita aos pesquisadores uma ampla gama de análises temáticas ou estudos de caso que contribuem, sobremaneira, para a compreensão da formação histórico-social, política e cultural do norte do Rio Grande do Sul. Daí deriva sua importância e singularidade frente a outras instituições de guarda de documentos (museus, acervos privados, setor de obras raras de bibliotecas). O conjunto da documentação existente no AHR contempla um largo espectro de locais de origem e de temáticas e materialidades. Assim, destaca-se a importância sociohistórica e cultural do conjunto de documentos, ali preservados, para a compreensão da formação histórica da região norte e de seu progressivo desenvolvimento demográfico, administrativo, judicial, cultural, social e político. O acervo do AHR compõe-se de documentos manuscritos e impressos relativos, principalmente, à política, economia e cultura da região norte do Rio Grande do Sul, dos séculos XIX e XX.

Segue um breve sumário, com exemplos ilustrativos e demonstrativos de sua riqueza e abrangência para as consultas e pesquisas:

Arquivos de Comunicação Social: conjuntos de periódicos editados pela imprensa, por empresas e associações: jornais, revistas, informativos, almanaques. Publicações não periódicas: coletâneas de literatura, manuais de redação, obras impressas em fascículos. Algumas coleções já estão encadernadas e outras ainda requerem um restauro preventivo e o melhor acondicionamento para sua conservação. O projeto prevê a digitalização dos acervos e o tratamento

para a guarda, restauração e conservação, evitando seu manuseio contínuo e prejudicial.

Arquivos Públicos: conjuntos de documentos produzidos por órgãos governamentais, como discursos, portarias, acórdãos, livros de protocolo e correspondências. No Arquivo Histórico Regional encontram-se documentos produzidos pelos três poderes, nos três níveis de sua atuação. Cita-se, como exemplo, a documentação referente ao município de Lagoa Vermelha (1910 - 1950), as coleções estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo o período de 1912 a 1985; a Coletânea de Leis do Estado Novo (1937-1945); a Coleção de Leis do Império (1821-1889). Acervo organizado e bem conservado. O projeto auxiliaria na digitalização de materiais para evitar seu manuseio pelos usuários.

Arquivos Sociais: documentos produzidos por entidades coletivas de funções representativas, benemerentes ou educacionais, como sindicatos, universidades, sociedades e fundações. Acervo que necessita, em parte, melhor acondicionamento, restauração e digitalização.

Arquivo da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul: importante conjunto de mapas de lotes rurais da Divisão de Terras Públicas do Rio Grande do Sul, de sua sede no norte do estado. Acervo bem conservado, mas que carece de digitalização para sua conservação. Sobretudo os mapas necessitam de digitalização urgente.

Arquivos Judiciários: processos da Justiça do Trabalho da cidade de Passo Fundo. Processos da Justiça (Civil e Criminal) do Estado do Rio Grande do Sul, das Comarcas de Passo Fundo (1930-1998) e Soledade (1860-1980), em fase de higienização e organização. Acervo continuamente ampliado com os convênios com as Justiças de Passo Fundo e região e que objetiva-se digitalizar com os equipamentos do projeto. A aquisição de estantes ampliará consideravelmente o espaço desses fundos.

Arquivos Privados: acervo importante para a história social da região, que abrange conjunto documental, desde o do ex-prefeito

municipal Mário Menegaz até o do maestro Alfredo Custódio. Recentemente foi adido o fundo Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, médico, político e cronista de seu tempo. Este acervo está sendo higienizado e catalogado para liberar à consulta. Há vários mapas e documentos políticos que precisam restauro e digitalização.

Política de aquisição/recebimento de acervo: o Arquivo Histórico Regional custodia documentos provenientes de doações da comunidade. Mantem convênio com a Justiça do Trabalho de Passo Fundo, da qual mantemos guarda dos Processos Judiciais e também mantemos sob guarda o acervo dos jornais locais "O Nacional" e "Diário da Manhã". Os exemplares de 1925 a 1957 do jornal O Nacional estão digitalizados e disponibilizados para pesquisas no AHR

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h30min. Não necessita agendamento prévio; somente se forem grupos ou turmas escolares. Em atendimento restrito enquanto persistir a pandemia Covid-19; atendimento somente com agendamento pelo email

Localização: Avenida Brasil, nº 743. Bairro Centro. Passo Fundo/RS. CEP: 99.010-102

Telefone de contato: (54) 3316-8516

E-mail de contato: ahr@upf.br

Responsável: Gizele Zanotto, Coordenadora do Arquivo Histórico Regional

Possibilidades de acesso: https://www.upf.br/ahr

Instrumentos de pesquisa: catálogos dos fundos documentais (Arquivos Públicos, Privados, Sociais, Biblioteca Auxiliar, Comunicação Social, Partituras, Jornais, Judiciário de Soledade, Justiça do Trabalho de Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Secretaria de Obras, Mapas), Acervo Iconográfico

Observações: A reprodução é permitida através de fotografia, em equipamento do próprio pesquisador, e sem o uso de *flash*. Os pes-

quisadores podem solicitar materiais que o AHR já tem digitalizado

Data do preenchimento: 26/10/2020

Responsáveis pelas informações: Caroline Bueno de Paula, Auxiliar Administrativa e Gizele Zanotto, Coordenadora do Arquivo Histórico Regional

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Arquivos de Lagoa Vermelha: Executivo, Legislativo e Judiciário	**A – 2.1.4. Correspondência - Correspondência expedida pelo chefe de Polícia de Lagoa Vermelha (1871/1874/1886) - Correspondência expedida pelo Juiz de Paz de Lagoa Vermelha (1875/1881/1886)**	**papel**	**1871-1886**
	A – 2.1.12. Notariado - Título de eleitor (1890)	**papel**	**1890**
	A – 2.3.6. Documentos de gestão - Protocolo de Audiências da Subdelegacia da Freguesia de Lagoa Vermelha (1873/1884) - Protocolo de Audiências da Subdelegacia da Freguesia da Lagoa Vermelha (1878-1884) - Sumário de culpa (1867)	**papel**	**1867-1884**
	A – 3.3.1. Atas - Ata de Alfredo Chaves (1891) - Ata de instalação da mesa eleitoral (1890/1912). 1º distrito - Livro de Atas (1888-1891)	**papel**	**1888-1912**
	A – 3.3.2. Balanços/Balancetes - Balancete (s./d./1897/1950) - Balancete da Receita e Despesa (1899/1941) - Balancete mensal (1897/1934)	**papel**	**1897-1950**
	A – 2.2.4. Correspondência - Correspondência externa expedida (1993/1942) - Correspondência externa recebida (s./d./ 1860/1940 - Correspondência interna expedida (1885/1939) - Telegrama externo recebido (s.d/1897/1892)	**papel**	**1860-1942**
	A – 3.3.6. Documentos de gestão - Copiador (1884/1890) - Gastos com transportes (1883-1884) - Nota de termos de padrões de pesos e medidas (1883) - Proposta (1870/1964) - Recibo (s.d./1872/1970) - Relação de Produtos Diversos (1885/1888-1889)	**papel**	**1877-1949**

	A – 3.3.8 Legislação **- Atos (1897/1947)** **- Código de Posturas (1877/1898)** **- Decretos (1892/1906)** **- Editais (1896/1956)** **- Livros de Atos e Leis (1893)** **- Projeto de orçamento (1898/1949)**	**papel**	**1877-1949**
	A – 3.3.9. Livros Tombo/Livros de Registro **- Borrão da lista do sorteio e listas dos inspetores (1883)** **- Registro de cartas de naturalização (1883)** **- Relação de plantação, industrial, criação e fábricas (1869-1870)** **- Termo de registro de funcionários municipais (1893)**	**papel**	**1860-1893**
	A – 3.3.12 Notariado **- Caderno de recibos de títulos eleitorais (1899)** **- Eleitores que votaram para deputado eleitoral (1892)** **- Livros de contratos da Intendência (1895/1919)** **- Livro de termo de compromisso (1893/1949)** **- Qualificação eleitoral (1881-1888)** **- Recibo de certidão de escritura (1874). Secretaria da Tesouraria de São Pedro do Rio Grande do Sul** **- Translado (1883/1918/1951)**	**papel**	**1874-1951**
	A – Relatórios **- Relatório da situação dos negócios municipais e projeto de orçamento (1897)** **- Relatórios da Prefeitura (1897/1968)** **- Relatório da Câmara Municipal (1886)**	**papel**	**1886-1958**
	A – 3.3.18. Requerimentos **- Requerimentos (s.d./1885-1887/1890/1894-1897/1899/1904/1909/1913-1915/1918-1919/1921/1924-1951/1953-1956/1958/1960-1966/1994**	**papel**	**1885-1994**
	A – 3.5.9. Livros Tombo/Livros de Registro **- Livro de matrículas de Barracão (1889)**	**papel**	**1889**
	A – 3.6.6. Documentos de gestão **- Alistamento militar (1894/1918)**	**papel**	**1894-1918**
	C – 2.1.4 Correspondência **- Correspondência externa recebida pelo Juiz Municipal e de Órfãos Suplente em exercício no termo de Lagoa Vermelha (1889)**	**papel**	**1889**
	C – 2.1.6. Documentos de gestão **- Auto de corpo de delito (1867)** **- Autuação (1968) Santo Antônio da Patrulha** **- Livro de Termos ou Audiências do Juiz de Paz da Freguesia de Lagoa Vermelha (1869/1877)** **- Processo de averiguações de ofensas contra escravo (1864)**	**papel**	**1864-1877**
	C – 2.1.12. Notariado **- Atestado (1889)** **- Certidão negativa criminal (1889)** **- Procuração do Juizado de Paz do 3º distrito do Termo da Lagoa Vermelha (1890)**	**papel**	**1889-1890**

MONTENEGRO

Arquivo Histórico e Geográfico Maria Eunice Müller Kautzmann

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico e Geográfico Maria Eunice Müller Kautzmann

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 2.634, de 4 de maio de 1990

Vínculo institucional: o Arquivo faz parte do Dipahc - Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural, que está sob supervisão da Diretoria da Cultura. Esta, pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC

Data do início do funcionamento: a partir do ano de 1990

Trajetória institucional: criado em maio de 1990, o Arquivo tem seu acervo composto por documentação proveniente da Administração Municipal, Cartório Eleitoral, Projeto Cura e particulares (fundos familiares, individuais e empresariais). A instituição preserva mais de vinte mil documentos, que constituem uma das mais importantes e ricas fontes de pesquisa sobre a história local

Política de aquisição/recebimento de acervo: a aquisição do acervo ocorre por meio de doação

Dias e horários de atendimento: no momento, o Arquivo Histórico e Geográfico atende às pesquisas mediante agendamento prévio. O horário de funcionamento é das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min, de 2ª à 6ª feira

Localização: Rua Osvaldo Aranha, nº 2158. Bairro Ferroviário. Montenegro/RS. CEP: 95.780-000

Telefone de contato: (51) 3632-4564

E-mail de contato: smec.museu@montenegro.rs.gov.br

Responsável: Prof.ª Maria Adelita Vargas. Diretora: Daiane Almeida de Azevedo

Possibilidades de acesso: sim, a todos interessados

Instrumentos de pesquisa: para o século XIX - documentação avulsa adaptada em Códices. Numeração dos Códices: 0001 até 0270

Data do preenchimento: 17/02/2022

Responsável pelas informações: Profª Maria Adelita Vargas

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Administração Fazenda	**Requerimentos Contas Recibos Listagem de produção e população agrícola Receita e despesa da Câmara**	**papel**	**1847 a 1874**
Administração Justiça Fazenda	**Abaixo-assinados Autuação Delegacia de Polícia Edital Requerimentos Correspondência recebida/expedida Lista de Contribuintes**	**papel**	**1848 a 1915**
Administração Cartório Instrução Pública Legislação Saúde Pública	**Listagem Intendentes Requerimentos Contratos Translado Matrícula e frequência de alunos Abaixo-assinados Relatórios**	**papel**	**1861 a 1900**
Cartório Clero Colonização Eleições Fazenda Instrução Pública	**Certificados Certidão de batismo Pedidos de naturalização Títulos de eleitor Contribuintes do imposto colonial Alunos matriculados**	**papel**	**1865 a 1900**

Administração	Abaixo-assinados Correspondência recebida/expedida Requerimentos Lista de cidadãos com 21 anos	papel	1870 a 1890
Administração Cartório Colonização	Requerimentos Atestados Declarações Procurações	papel	1873 a 1901
Administração Cartográfico Cartório Clero Colonização	Correspondência recebida/expedida Telegramas Relatórios Atestados Abaixo-assinados Croqui de estrada	papel	1873 a 1918
Fazenda Instrução Pública Legislação	Procurações Certificados Atas Recibos Orçamentos	papel	Continu-ação
Administração Cartório Fazenda Colonização Polícia	Correspondência recebida/expedida Requerimentos Procurações Documentos da Câmara Diretoria da Colônia Santa Maria da Soledade	papel	1874
Cartório Clero Fazenda Eleições	Translados Certidão de Casamento Conta corrente Recibos Relação Nominal de eleitores Processos	papel	1874 a 1876
Fazenda Polícia Irmandades Obras Públicas Clero	Recibos Multas Lista de trabalhadores da Colônia Maratá Cemitério Estradas e pontes Igreja Matriz	papel	1874 a 1899
Fazenda Eleições Instrução Pública Clero Colonização	Receitas Orçamentos Balancetes Recibos Título de transmissão de propriedade Lista de contribuintes de impostos Alistamento eleitoral Correspondências Requerimentos Certidões de Casamento Pedidos de naturalização Recibos Lista de trabalhadores em estradas	papel papel	1875 a 1899 1882 a 1899

OSÓRIO

Arquivo Histórico Municipal Antônio Stenzel Filho

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Municipal Antônio Stenzel Filho

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 2.361, de 21 de agosto de 1991. Em 18 de dezembro de 1997, com a Lei nº 2.927 passou a denominar-se Arquivo Histórico e ter como patrono Antônio Stenzel Filho

Vínculo institucional: atualmente faz parte da Assessoria de Cultura Municipal que está vinculada à Secretaria de Turismo Municipal

Data do início do funcionamento: 1986

Trajetória institucional: foi no ano de 1986, por iniciativa da professora, escritora e historiadora Marina Raymundo da Silva, a ideia de criar um ambiente em que se pudesse resguardar, adequadamente, a documentação que registra fatos importantes que fazem parte da história do município de Osório. Ela contou, então, com o apoio do Governo Municipal, da época. Partiu-se da seleção, organização e limpeza da documentação existente e que estava guardada em uma sala nos fundos da antiga Prefeitura Municipal, atualmente Biblioteca Pública "Fernandes Bastos". Desde então, o Arquivo Histórico passou por várias mudanças, tanto no nome como no espaço físico e na organização dos acervos dos arquivos já existentes. Na sequência foram acondicionados em caixas-arquivos e em papel para o armazenamento de alguns destes materiais por serem na forma de Atas com mais de 45cm de comprimento. Mais tarde, já na década de 2000, foram passados os registros existentes, para tabelas digitadas,

seguindo, a princípio, classificação anterior (Documentais I, Documentais II e Hemeroteca). Atualmente, os acervos encontram-se em processo de organização, através do registro em tabelas específicas que irão formar O Acervo Geral do Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho, em tabelas digitalizadas

Política de aquisição/recebimento de acervo: através do Decreto nº 156/99, o prefeito municipal transferiu para o acervo do Arquivo "Público" Municipal Antônio Stenzel Filho os seguintes documentos: a) Coletânea da Legislação Municipal do "Município de Conceição do Arroio", do período 1892-1920; b) Lei Orgânica do município de Osório, de 1948; c) Leis Orçamentárias do município, dos períodos: 1901 a 1914; 1915 a 1927; 1928 a 1940; 1941 a 1951 e 1952 a 1958

Dias e horários de atendimento: das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min

Localização: Centro Cultural José do Patrocínio. Rua Barão do Triunfo, 1096. Osório/RS. CEP: 95.520-000

Telefone de contato: (51) 3601-2179 (Assessoria de Cultura e Juventude Municipal)

E-mail de contato: arquivohistoricopmo@gmail.com

Responsáveis: Creuza Maria Hertzog Möller, juntamente com Miriam Roseane de Souza

Possibilidades de acesso: como o ambiente é único e pequeno, não comporta mais de três pesquisadores. Se forem alunos, no máximo 10, conforme o que estejam cursando

Instrumentos de pesquisa: consulta em tabelas, onde estão discriminados, por assuntos, os documentos em papel, e já registrados. Através de buscas diretas nos lugares do acondicionamento dos acervos, como: nas caixas-arquivos, na mapoteca, em estantes/prateleiras, onde encontram-se alguns livros e a Fototeca

Observações: ainda não foram registrados, em tabela, todos os acervos de documentos em papel. Os acervos de fotos estão em andamento. E o acervo audiovisual está sendo iniciado os registros, a organização e o acondicionamento. Também não foram feitas as localizações, nas tabelas, das estantes, suas prateleiras e lados. Vários livros, que envolvem a cultura açoriana foram repassados para a Biblioteca Pública Municipal Oliveira Silveira - Temática em Cultura Negra e Etnias do Litoral Norte do RS

Data do preenchimento: 29/4/2019

Responsável pelas informações: Creuza Maria Hertzog Möller

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal de Vereadores	**Livros Atas de registros do S.T.P.T e documentos avulsos: de Escrituras**	**papel**	**1818 a 1970**	**Estão registrados na Tabela I – Item 1.1 – Dados de famílias e seus descendentes açorianos**
Prefeitura e Câmara Municipal	**Livros de Atas e documentos avulsos de Finanças e Impostos Correspondências Recebidas registradas em Ata**	**papel**	**1897 a 2004**	**Estão registrados na Tabela I – Item 1.2. Dados de famílias e seus descendentes açorianos**
Prefeitura Municipal	**Registro Civil de Escrituras públicas e certificados**	**papel**	**1818 a 1929**	**Estão registrados na Tabela I – Item 1.2 – Dados de famílias e seus descendentes açorianos**
Fórum Municipal (Registro Civil)	**Testamentos Inventários Translados Certidões de compra e venda de terras e outros bens Inventários e outros trâmites legais**	**papel**	**1860 a 1915**	**Estão registrados na Tabela I – Item 1.4.A – Dados de famílias e seus descendentes açorianos**

Fórum Municipal (Registro de Crime)	Auto de corpo delito Processo criminal	papel	1882 e 1963	Estão registrados na Tabela I – Item 1.4.A – Dados de famílias e seus descendentes açorianos
Acervo de família (advogado Bassani)	Escrituras Inventários Processos Recibos Declarações Certidões Requerimentos Recibos	papel	1807 a 1952	Tabela II – Documentais II – Acervo de documentos particulares e de família – item 2.1 – Mç 01 ao 07 – Cx. 02
Acervo de família (José Candido Monteiro)	Cartas de visitas Ofícios Declarações Impostos Escrituras	papel	1910 a 1925	Tabela II – Documentais II – Acervo de documentos particulares e de família – item 2.1 Mç 02–Cx.03
Acervo de família (Afonso Marques de Oliveira Roza)	Escrituras Declarações Permutas Transcrições Sucessões de imóvel	papel	1929 a 1949	Tabela II – Documentais II – Acervo de documentos particulares e de família – item 2.3 Mç 01–Cx. 01
Museu Antropológico	Edital de recrutamento de açorianos Cartas Declarações de compra e venda Títulos Recibos	papel	1748 a 1982	Tabela II – Documentais II – Mç 01 ao 04 Cx. 05A e Mç 05 ao 10, Cx05B
Acervos de família Doações de particulares Prefeitura Municipal de Osório	- Mapas Sesmarias de Conceição do Arroio (nº 36) - Mapa Geográfico do Estado do RS (Diretor Augusto M. de Carvalho) Organizado de acordo com os "últimos" levantamentos da Carta Geral da República, da Sec. Estado de Negócios das Obras Públicas das diversas municipalidades e do "Clube de Engenharia do RJ (nº 45) - Mapa do Império do Brasil (nº 85)	mapas	Déc. 1920	Tabela III – Hemeroteca – item 3.4

Prefeitura Gabinete, Câmara de Vereadores Doação particular	**Ternos de Reis Festa do Divino Danças folclóricas açorianas, etc.**	**fotos**	**1920 a 2000**	**Tabela III – Hemeroteca – item 3.5**
Secretaria de Educação e de Cultura Doações dos autores	**Biblioteca Literária: livros de autores de Osório e do Litoral Norte/RS. Destaque para o livro "A Vila da Serra" (Conceição do Arroio): sua descrição física e histórica e usos e costumes até 1872, de autoria de Antônio Stenzel Filho (1924)**	**livros**	**1924 a 2000**	**Tabela III – Hemeroteca – item 3.6 (toda a Hemeroteca)**
Secretaria de Cultura e Departamento Comunicação de Osório	**Terno de Reis Sesmaria da Poesia Festa do Divino Danças folclóricas açorianas, etc.**	**Disquete, Fitas K7, Fitas VHS, CDs DVDs,**	**Déc. 1960 a 2000**	**Tabela III – Hemeroteca – item 3.7**

Obs.: S.T.P.T = é usada nos registros originais, tanto para **S**erviço de **T**ransporte, entre **P**almares e **T**orres, como para **S**erviço de **T**ransporte entre **P**almares e **T**ramandaí.

* Fazem parte do acervo literário registros de material encadernado, doado pelo pesquisador e escritor Marco Antônio Velho Pereira, da década 1990, que servem para Identificação de Cédulas Familiares da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio e Torres, através do registro de casamentos e batizados ocorridos, onde se encontra o registro de Batizados e Casamentos de açorianos.

* Também se encontra no acervo do Arquivo Histórico, a coleção de 34 livros denominados: "Memorial Açoriano – Famílias Pioneiras do RS", de Luiz Antônio Alves (2007).

Nota: cada tabela possui seu próprio código e, dentro da Tabela, os acervos são classificados por Itens/subitens.

PASSO FUNDO

Arquivo Histórico Regional (AHR) Universidade de Passo Fundo (UPF): acervo de Passo Fundo

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Regional (AHR)

Âmbito: Privado

Ato de criação: 1984

Vínculo institucional: Universidade de Passo Fundo (UPF) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

Data do início do funcionamento: o Arquivo Histórico Regional teve sua origem junto ao Museu Histórico Regional em 1984, nomeado Museu e Arquivo Histórico. Em 1996 houve a separação dos dois acervos, dando origem ao AHR

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico Regional (AHR) iniciou suas atividades com a denominação de Museu e Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo (UPF), no Campus I, em 1984. Após uma reorganização física e nominativa recebeu a designação atual e foi alocado no Campus III da UPF, no centro de Passo Fundo, onde permanece até o momento. O AHR está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF e ao curso de Graduação em História, servindo de local de guarda e conservação, e, sobretudo, de laboratório para pesquisadores da cidade e região, vetor para a produção do conhecimento. A criação e manutenção do Arquivo derivam justamente da preocupação com a preservação de conjuntos documentais de Passo Fundo e região, e com a sua mobilização para a pesquisa acadêmica. O Arquivo sempre esteve voltado à pesquisa, a princípio em História, mas logo, de variadas áreas do conhecimento, abrangendo desde as Ciências Humanas até as Ciências Exatas.

Os usuários do arquivo apresentam perfil diversificado, abarcando desde o acadêmico à comunidade em geral, que pesquisa o acervo em busca de informações para inclusões em processos judiciais, notícias em periódicos, imagens, mapas e mesmo pesquisas genealógicas. Constituindo a história regional o principal foco de interesse, o AHR mantém grande parte de seu acervo com conjuntos de documentos que concernem à história da região norte do Rio Grande do Sul. O acervo do AHR reúne documentos manuscritos, judiciais, periódicos, imagéticos, bibliográficos, públicos, privados, etc. E possibilita aos pesquisadores uma ampla gama de análises temáticas ou estudos de caso que contribuem sobremaneira para a compreensão da formação histórico-social, política e cultural do norte do Rio Grande do Sul. Daí deriva sua importância e singularidade frente a outras instituições de guarda de documentos (museus, acervos privados, setor de obras raras de bibliotecas). O conjunto de documentação existente no AHR contempla um largo espectro de locais de origem e de temáticas e materialidades. Assim, destaca-se a importância sociohistórica e cultural do conjunto de documentos ali preservados para a compreensão da formação histórica da região norte e de seu progressivo desenvolvimento demográfico, administrativo, judicial, cultural, social e político

O acervo do AHR compõe-se de documentos manuscritos e impressos relativos, principalmente, à política, economia e cultura da região norte do Rio Grande do Sul, dos séculos XIX e XX. Segue um breve sumário, com exemplos ilustrativos e demonstrativos de sua riqueza e abrangência para as consultas e pesquisas:

Arquivos de Comunicação Social: conjuntos de periódicos editados pela imprensa, por empresas e associações: jornais, revistas, informativos, almanaques. Publicações não periódicas: coletâneas de literatura, manuais de redação e obras impressas em fascículos. Algumas coleções já estão encadernadas e outras ainda requerem um restauro preventivo e o melhor acondicionamento para sua con-

servação. O projeto prevê a digitalização dos acervos e o tratamento para a guarda, restauração e conservação, evitando seu manuseio contínuo e prejudicial.

Arquivos Públicos: conjuntos de documentos produzidos por órgãos governamentais, como discursos, portarias, acórdãos, livros de protocolo e correspondências. No Arquivo Histórico Regional, encontram-se documentos produzidos pelos três poderes nos três níveis de sua atuação. Como exemplo, a documentação referente ao município de Lagoa Vermelha (1910-1950), as coleções estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo o período de 1912 a 1985; a Coletânea de Leis do Estado Novo (1937-1945); a Coleção de Leis do Império (1821-1889). Acervo organizado e bem conservado. Com a digitalização dos acervos, se evitará o seu manuseio pelos usuários.

Arquivos Sociais: documentos produzidos por entidades coletivas de funções representativas, benemerentes ou educacionais, como sindicatos, universidades, sociedades e fundações. Acervo que necessita, em parte, de melhor acondicionamento, restauração e digitalização.

Arquivo da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul: importante conjunto de mapas de lotes rurais da Divisão de Terras Públicas do Rio Grande do Sul, de sua sede no norte do estado. Acervo bem conservado, mas que carece de digitalização para sua conservação. Sobretudo os mapas necessitam de digitalização urgente.

Arquivos Judiciários: processos da Justiça do Trabalho da cidade de Passo Fundo e processos da Justiça (Civil e Criminal) do Estado do Rio Grande do Sul, das Comarcas de Passo Fundo (1930-1998) e Soledade (1860-1980), em fase de higienização e organização. Acervo continuamente ampliado por convênios com as Justiças de Passo Fundo e região e que objetiva-se digitalizar com os equipamentos do projeto. A aquisição de estantes ampliará consideravelmente o espaço desses fundos.

Arquivos Privados: acervo importante para a história social da região, que abrange o conjunto documental do ex-prefeito municipal Mário Menegaz até o do maestro Alfredo Custódio. Recentemente foi adido do fundo Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, médico, político e cronista de seu tempo. Este acervo está sendo higienizado e catalogado para liberar a consulta. Há vários mapas e documentos políticos que precisam restauro e digitalização.

Política de aquisição/recebimento de acervo: o Arquivo Histórico Regional custodia documentos provenientes de doações da comunidade. Mantém convênio com a Justiça do Trabalho de Passo Fundo, da qual se obtém a guarda dos processos judiciais, e também se mantém sob guarda o acervo dos jornais locais "O Nacional" e "Diário da Manhã". Os exemplares de 1925 a 1957 do jornal O Nacional estão digitalizados e disponibilizados para pesquisas no AHR

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h30min. Não necessita agendamento prévio, somente se forem grupos ou turmas escolares. Durante a pandemia, o atendimento é restrito e somente com agendamento por email

Localização: Avenida Brasil, nº 743. Bairro Centro. Passo Fundo/RS. CEP: 99.010-102

Telefones de contato: (54) 3316-8516 ou (54) 3316-8503

E-mail de contato: ahr@upf.br

Responsável: Gizele Zanotto, Coordenadora do Arquivo Histórico Regional

Possibilidades de acesso: https://www.upf.br/ahr/

Instrumentos de pesquisa: catálogos dos fundos documentais (Arquivos Públicos, Privados, Sociais, Biblioteca Auxiliar, Comunicação Social, Partituras, Jornais, Judiciário de Soledade, Justiça do Trabalho de Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Secretaria de Obras, Mapas) e acervo iconográfico

Observações: a reprodução é permitida através de fotografia, com equipamento do próprio pesquisador, e sem o uso de *flash*. Os pesquisadores podem solicitar documentos que o AHR já tem digitalizado

Data do preenchimento: 26/10/2020

Responsáveis pelas informações: Caroline Bueno de Paula, Auxiliar Administrativa e Gizele Zanotto, Coordenadora do Arquivo Histórico Regional

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundos documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Arquivos Públicos: Executivo e Legislativo Municipal	**A – 3.1.1. Balanço**	**papel**	**1858-1876**
	A – 3.1.2. Correspondência: **- Copiador (1874-1887)** **- Correspondência expedida (1892/1912)** **- Correspondência recebida (1868/1893)** **- Correspondência recebida (1890/1928)** **- Fragmento do copiador oficial de correspondência expedida (1857)** **- Ofícios e correspondências da Subdelegacia (transcrição) (1845)** **- Ofícios e ordens expedidos pela Câmara Municipal (1857-1860)** **- Registros de editais, orçamentos e posturas (187-1874)**	**papel**	**1845-1928**
	A-3.1.4. Documentos de gestão: **- Livro de requerimentos (1872/1912)** **- Maço de documentos diversos (1899/1910)** **- Maço de transcrições de documentação diversa (1856/1886)** **- Orçamento para construção da Igreja Matriz de Passo Fundo (1863)** **- Requerimentos à Subintendência do Tope (1900)** **- Requerimentos (1858/1960)**	**papel**	**1856-1960**
	A-3.1.6. Legislação: **- Originais dos actos da Intendência Municipal (1896/1904)**	**papel**	**1896-1904**

	A-3.1.11. Relatórios: **- Relatório da Câmara Municipal de Passo Fundo apresentado aos senhores representantes da Província. Porto Alegre. Jornal do Commercio (1886)** **- Relatório da Câmara Municipal da Vila de Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre. Typographia da Reforma (1874)**	**papel**	**1874-1886**
	A-3.1.13. Livros: **- Livro tombo** **- Livros de registro de 1ª e 2ª seleções: moradores e lugares de Passo Fundo (1824-1920)** **- Lançamento dos passaportes (1856)** **- Lista de funcionários da Intendência Municipal (1930)** **- Passo Fundo antigo: lugares e pessoas (1834-1859)** **- Ruralistas do município de Passo Fundo: extraído do Livro de Registros (1862/1920)**	**papel**	**1824-1930**
	A-3.1.14. Notariado: **- Alvarás de terrenos concedidos pela Câmara Municipal de Passo Fundo no tempo do Império (1862/1904)** **- Alvarás diversos (1874-1967)** **- Atestado de pobreza (1888)** **- Termo de arrematação (1859/1882)**	**Papel**	**1859-1967**
	A-3.1.15. Atas: **- Ata do Conselho de Revista (transcrição) (1857/1859)** **- Ata (transcrição) (1857/1859)** **- Livro de atas (1870-1896)**	**papel**	**1857-1896**
	A-3.4.4. Documentos de gestão: **- Documentos de arrecadação (1872/1939)** **- Documentos de despesas (1858/1969)**	**papel**	**1858-1969**
	1º Tabelionato: **- Livro (1873-1875)**	**papel**	**1873-1875**

PORTO ALEGRE

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV)

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV)

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Ato nº 09, de 15 de junho de 1896

Vínculo institucional: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, Coordenação de Memória Cultural

Data do início do funcionamento: 1830

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV – tem seus antecedentes no Arquivo da Câmara Municipal de Porto Alegre, quando, em 1830, a Câmara solicitou que os documentos do seu Arquivo fossem colocados em ordem e inventariados, além de mandar construir móvel adequado para sua guarda e, no ano de 1841, aprovou a contratação de pessoa para escrituração desses documentos. Posteriormente, a preocupação com a conservação e guarda da documentação pública do município de Porto Alegre foi demonstrada nos atos do poder executivo, representado pelo Intendente. O Ato nº 9, de 15 de junho de 1896, que regulamenta a Secretaria da Intendência, criada em 1892, deu ao Diretor, da Diretoria Central daquela Secretaria, a competência de "inspecionar o Arquivo da Intendência"; e aos chefes de secção, "remeter para o Arquivo os documentos que não forem necessários ao serviço corrente da secção". Em seu artigo 33, aparece a figura do "archivista" ao qual competia "§ 1º - receber, emaçar e rotular todos os documentos que lhe forem entregues; § 2º - mandar encadernar os jornais, relatórios, mensagens,

leis e mais papéis que o Diretor da Diretoria Central designar; § 3º - fornecer, mediante recibo em livro especial, os documentos que lhe forem pedidos pela Diretoria; § 4º - catalogar todos os livros e documentos pertencentes ao Arquivo; § 5º - passar, com autorização do Intendente, as certidões que houverem de ser extraídas de livros e documentos arquivados." Em 1919, 23 anos depois, o Ato nº 149, de 15 de outubro, que "aprova o novo regulamento da Secretaria da Intendência", possui as mesmas diretrizes relativas ao Arquivo, ao arquivista e, ao Diretor Geral, competia, ainda, "providenciar sobre a guarda e conservação de todos os documentos que forem recolhidos ao Arquivo", além de "dirigir e inspecionar os serviços do arquivo e portaria". Com o Ato nº 249, de 17 de janeiro de 1925, foi nomeado o arquivista da Intendência e, um mês depois, o intendente "dá nova organização aos serviços da Intendência Municipal", através do Ato nº 284, no qual foram referenciados o arquivamento de documentos e o Arquivo, além de regulamentar substituições e vencimentos de funcionários, entre eles o "archivista", então em número de dois: um na Diretoria do Expediente e outro na Procuradoria Municipal. Foi através do Decreto nº 145 de 27 de julho de 1928, que o Intendente "cria a Biblioteca e reorganiza o Arquivo Municipal". Ficam evidenciadas, então, duas preocupações daquela administração, conforme termos do próprio documento: 1ª - "reunir e organizar a Biblioteca dispersa nos vários departamentos da Municipalidade, para facilidade de consulta"; 2ª - "os documentos, livros e demais papéis do Arquivo do Município requerem uma organização e catalogação sob novos moldes, no intuito de fornecer rápidas informações ao público". Assim, instituiu o cargo de Diretor das duas unidades, sendo esse nomeado no dia seguinte, através do Ato nº 694. Cabe aqui destacar que, em 28 de janeiro de 1939, o então Prefeito, "considerando a necessidade de mais eficaz organização" no arquivo da Diretoria de Contabilidade e Despesa, com o Decreto nº 56, de 28 de janeiro de 1939, "extingue o cargo de auxiliar de escrita e cria o de auxiliar arquivista [...]" Em dezembro desse mesmo ano, os serviços internos da Prefeitura foram reorganizados pelo De-

creto-Lei nº 10. A Diretoria de Arquivo e Biblioteca passou a integrar a Diretoria-Geral do Expediente e do Pessoal, sendo nomeado seu diretor, Walter Spalding, funcionário anteriormente investido do cargo de bibliotecário, e que ficou à sua frente por cerca de vinte anos. Em 1941, a Diretoria do Arquivo e Biblioteca, sediada então em ala da parte térrea do Hotel Majestic, foi transferida por ter sido atingida pela enchente. Além disso, o local era considerado distante dos demais departamentos da Diretoria-Geral, conforme Relatório de 10 de outubro do mesmo ano. O Arquivo da Diretoria-Geral de Obras e Viação foi incorporado ao Arquivo Geral da Diretoria, em fins de 1941, conforme especificado no relatório de 26 de março de 1944, acarretando grande aumento no volume de documentos e de serviços. Em "Estatística Da Administração Municipal - Ano de 1945", na *Separata do Boletim Municipal Nº 26 – 1947*, dados relativos ao Arquivo Municipal e seu movimento no período de 1940-1945 são especificados no item 'Aspecto Cultural', juntamente com a Biblioteca Municipal, as praças de Educação Física e a Banda Municipal. A partir do dia 11 de junho de 1955, data da Lei nº 1.413, que "reorganiza os serviços da Prefeitura Municipal de Porto Alegre", a Diretoria do Arquivo e Biblioteca foi transformada em Serviço de Documentação, vinculada ao Departamento de Administração que compreende ainda a Secção de Comunicação e Arquivo. Ao Serviço de Documentação competia, conforme item 5, do art. 31, "manter e administrar uma biblioteca especializada a qual terá também sob sua guarda a documentação histórica do Município", entre outras atribuições; e, à Secção de Comunicação e Arquivo, cabia, além de outras competências, "arquivar os processos, livros e outros documentos provindos dos demais órgãos da Prefeitura". Dessa forma, documentos considerados de valor histórico seriam armazenados juntamente com a biblioteca especializada. Nessa época, a Diretoria do Arquivo e Biblioteca já havia sido novamente transferida, conforme relatórios, para local de condições bastante precárias para seu funcionamento. No final de 1955, a Lei nº 1.516 alterou o nome dos departamentos para secretarias, e o Departamento de Administração passou

a chamar-se Secretaria Municipal da Administração, à qual ficaram vinculados a Seção de Comunicação e Arquivo e o Serviço de Documentação. Data de 10 de janeiro de 1961 o último relatório encontrado no acervo do Arquivo Histórico assinado por Walter Spalding. Foram cerca de vinte anos à frente do Arquivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E foi nesse ano que foi dado novo destino à documentação, encaminhada para local onde permaneceu até 1967. Em março de 1968, teve início um processo interno de transferência de documentos, livros, móveis e quadros (pinacoteca) do Serviço de Documentação da Secretaria Municipal da Administração, para a então Secretaria Municipal de Educação e Cultura, SMEC, sob nº 38.976/68. Esse processo aconteceu em várias etapas e, paulatinamente, o acervo documental tomava corpo. Dessa forma, ficou instituído, informalmente, o Setor de Divulgação Histórica na Divisão de Cultura da SMEC, responsável pela difusão da história de Porto Alegre e pela documentação transferida, cuja disponibilização, naquela época, era restrita aos estudiosos. Esse setor sofreu mudanças de localização e de estruturação, muitas vezes, antes de ter sua oficialização no quadro administrativo e seu local definitivo e apropriado. A partir de 1972, foi iniciado o trabalho de restauração de documentos e de classificação dos fundos documentais que viriam a formar o Arquivo Histórico. Conforme relatório interno, em 1973, "visando uma dinâmica mais racional", o Setor de Divulgação Histórica ficou responsável somente pela parte de difusão da história da cidade, e criou-se, informalmente, o Arquivo Histórico de Porto Alegre, ficando encarregado do inventário, da classificação e da catalogação dos documentos. A Divulgação Histórica foi, então, transferida de local. Em 1975, o Arquivo Histórico abriu o seu primeiro *Livro de Registro dos Consulentes* e, no ano seguinte, aconteceu sua transferência para "sala maior onde pode instalar uma grande mesa de leitura e prateleira para a biblioteca de referência", conforme relatórios administrativos. O lançamento de *Primeiro Instrumento de Trabalho do Arquivo Histórico:* Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores, 1764 – 1846 e 1804 – 1879, coleção Cadernos

SMEC, n. 2, aconteceu em junho de 1976. Outros se sucederam em 1977 e 1978. O Decreto nº 6.974, de 22 de setembro de 1979, instituiu os *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre.* O Arquivo foi novamente transferido de local, cuja inauguração aconteceu em 5 de maio de 1980, e, em 1981, lançou sua quarta publicação: *Catálogo Básico do Arquivo Histórico de Porto Alegre*. A criação oficial do Arquivo Histórico aconteceu somente em 1988, com a Lei nº 6.099, de 03 de março, que desvinculou a Cultura da SMEC, instituindo a Secretaria Municipal da Cultura. E foi no organograma da recém-criada Secretaria, que o Arquivo Histórico da Cidade de Porto Alegre aparece como equipamento vinculado à Coordenação da Memória Cultural. A sua regulamentação, no entanto, ainda não aconteceu. Em 1989, a Lei nº 6.387, "dá o nome de Moysés Vellinho ao Arquivo Histórico de Porto Alegre". Quatorze anos se passaram até que o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho pode, finalmente, se instalar em local adequado e definitivo. Em 1994, inaugurou suas novas instalações, onde hoje se encontra, na Avenida Bento Gonçalves, nºs 1129 e 1149, cumprindo sua missão de recolhimento, guarda, conservação e disponibilização dos documentos considerados de valor histórico para o município de Porto Alegre

Política de aquisição/recebimento de acervo: O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) é a Instituição que custodia os documentos históricos provenientes da administração do município de Porto Alegre, zelando pela preservação das informações neles contidas, conforme a Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados

Dias e horários de atendimento: 3ªs e 5ªs feiras, das 14h às 17h**.** O agendamento para atendimento presencial é realizado exclusivamente pelo e-mail arquivohistorico@smc.prefpoa.com.br

Deverão ser informados os seguintes dados: * Assunto e/ou documentos a serem pesquisados; * Data e turno; * Nome completo; * RG; * Cidade de residência. São duas vagas no turno da manhã e duas vagas no turno da tarde. Obs.: o pesquisador deverá trazer seus EPI's (luvas e

máscara). A única forma de reprodução dos documentos consultados é através de fotografia, em equipamento do próprio pesquisador, sendo vedado o uso de *flash.* E devido à segurança operacional do acervo há um limite de documentos a serem consultados por pesquisador, por turno, correspondente a dez volumes (caixas, encadernações de jornais, mapas, livros e recortes de jornais). O limite de tolerância para a chegada do pesquisador é de até uma hora do início do turno do agendamento, ou seja, até às 10h no turno da manhã e até às 15h no turno da tarde, a fim de proporcionar a adequada realização dos procedimentos de atendimento e a consulta cuidadosa pelo consulente dos documentos públicos custodiados pelo AH. Os pesquisadores devem encerrar suas atividades e guardarem seus pertences 15minutos antes do encerramento do expediente, em cada turno, a fim de que a equipe de plantão possa guardar os documentos consultados na reserva técnica e realizar os procedimentos de fechamento da instituição para o intervalo de almoço ao final da manhã e para o encerramento do expediente ao final da tarde

Localização: Av. Bento Gonçalves, nº1129, próximo à agência do INSS do bairro Partenon em Porto Alegre/RS. CEP: 90.650-002

Telefones de contato: (51) 3289-8282 Atendimento ou (51) 3289-8278 Direção

E-mail de contato: atendimentoah@smc.prefpoa.com.br ou arquivohistorico@smc.prefpoa.com.br

Responsável: Vera Lúcia Santos dos Santos, Arquivista e Diretora do AHPAMV

Possibilidades de acesso: Link na página da web da Secretária Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=270

Blog do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV): http://ahpoa.blogspot.com/

Página no Facebook: Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV)

Perfil no Instagram: @arquivohistoricopoa

Instrumentos de pesquisa: na web: o Guia da Instituição e Catálogos de Fundos Documentais. E para uso interno: Inventários dos Fundos Documentais

Observações: a reprodução é através de fotografia, em equipamento do próprio pesquisador, e sem o uso de *flash*; conforme recomendações internacionais para reprodução de documentos históricos de guarda permanente custodiados em instituições de memória

Data do preenchimento: 04/04/2022

Responsáveis pelas informações: Vera Lúcia Santos dos Santos, Arquivista e Diretora do AHPAMV e equipe de Arquivistas: Gabriel Russo Ferreira

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Observação
Câmara Municipal	**Atas**	**papel**	**1766-1930**	**Disponibilizado no sistema Atom na "web"**
Câmara Municipal	**Correspondências Recebidas (Passivas)**	**papel**	**1764-1930**	**Disponibilizado no sistema Atom na "web"**
Câmara Municipal	**Correspondências Expedidas (Ativas)**	**papel**	**1816-1930**	**Disponibilizado no sistema Atom na "web"**
Câmara Municipal	**Registro nomeação e posse (No Conselho Municipal)**	**papel**	**1764-1831**	**Disponibilizado no sistema Atom na "web"**
Câmara Municipal	**Livro-caixa**	**papel**	**1766-1814**	**Disponibilizado no sistema Atom na "web"**
Câmara Municipal	**Registros diversos**	**papel**	**1765-1777**	**Disponibilizado no sistema Atom na "web"**
Câmara Municipal	**Construção e melhoramentos do município, alguns documentos incompletos e ilegíveis**	**papel**	**1783-1821**	**Disponibilizado no sistema Atom na "web"**

Câmara Municipal	Mandatos Certidões Requerimento Escrituras	papel	1780-1838	Disponibilizado no sistema Atom na "web"
Câmara Municipal	Atas Correspondências Processos	papel	1765-1889	Disponibilizado no sistema Atom na "web"
Câmara Municipal	Procurações Atos de Juramento - Naturalização Documento não identificado	papel	1770-1895	Disponibilizado no sistema Atom na "web"
PROJETO RESGATE "BARÃO DO RIO BRANCO": Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul (Rio Grande de São Pedro) existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa	Atas Correspondências Recebidas (Passivas) e Correspondências Expedidas (Ativas)	digital ("Link" do projeto ao final da tabela)	1732-1825	O AHPAMV possuí o catálogo do projeto impresso e as imagens digitalizadas dos documentos. A Resolução nº 4212, de 1974, da UNESCO, convidou seus Estados membros a examinarem *"favoravelmente a possibilidade de transferir... as informações contidas nos documentos provenientes de arquivos constituídos no território de outros países ou se referindo à sua História".* E considerou "patrimônio comum" os documentos do passado de dois países ligados anteriormente pelos laços do colonialismo[1]. Este princípio do patrimônio comum presidiu a iniciativa do Ministério da Cultura, através de sua assessoria especial, de formular o "Projeto Resgate Barão do Rio Branco", em 1994, com coordenação geral do Embaixador Wladimir Murtinho e coordenação técnica da Drª Esther Caldas Bertoletti. 1 BERTOLETTI, Esther Caldas. "Brasil-Portugal, um mar oceano de documentos". *Brasil e Portugal. 500 anos de enlaces e desenlaces.* Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000. p. 107. Obs.: Referente à vinda de portugueses açorianos no contexto do conflito de Portugal e Espanha, com foco na Colônia de Sacramento (atual Uruguai), apresentar nos "Slides" a imagem do documento nº 2: 1736, Janeiro, 22, [Lisboa] OFÍCIO de Antônio Batista ao [Secretário do Conselho Ultramarino] Manuel Caetano Lopes de Lavre, sobre as cautelas que se devem observar para guardar segredo sobre o conteúdo das cartas e consultas acerca do povoamento do Rio Grande de São Pedro. AHU-Rio Grande do Sul, cx. 1, doc. 5 AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 2.
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1993	BARROSO Vera Lúcia Maciel. (Org.) Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1993. 216 p.

Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	2002	BARROSO, Vera Lúcia Maciel. (Org.) Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002. 1152 páginas ISBN 200212091444456.
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1999	250 anos de povoamento açoriano no RS: dos Açores a Viamão. Viamão: Prefeitura Municipal de Viamão, [1999?]. [22] páginas
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1963	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Registro de estrangeiros nas capitanias: 1777-1819. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963. 65 páginas (Publicações do Arquivo; volume 53).
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1961	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Registro de estrangeiros: 1823-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961. 247 páginas (Publicações do Arquivo Nacional ; volume 49).
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1962	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Registro de estrangeiros: 1831 - 1839. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1962. 536 páginas (Publicações (Arquivo Nacional); volume 50).
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1964	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Registro de estrangeiros: 1840-1842. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1964. 154 páginas (Publicações do Arquivo Nacional).
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1991	GHISLENI, Maria Helena Peña. Açorianos no Rio Grande do Sul: documentos interessantes. Porto Alegre: Caravela, 1991. 84 páginas
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1978	FORTES, Borges. Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978. 169 p.
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	2005	BRASIL, Carlos Roberto Martins. Pioneiros açorianos: notas históricas e genealógicas. Porto Alegre: Edigal; Renascença, 2005. 307 p.
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	2005	RAMIREZ, Hugo. Paradigmas da açorianidade no Rio Grande do Sul: a obra pioneira dos lusodescendentes. Porto Alegre: Caravela; Instituto Cultural Português, 2005. 255 páginas (Raízes açorianas). ISBN 8587455885.
Biblioteca "Walter Spalding"	Livro	papel	1979	WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST; Instituto Cultural Português, 1979. 140 p.

Biblioteca "Walter Spalding"	**Livro**	**papel**	**2010**	**SOUZA, Nali de Jesus de. O velho homem: um ensaio sobre a civilização açoriana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: AGE, 2010. 296 páginas ISBN 9788574974729.**
Biblioteca "Walter Spalding"	**Livro**	**papel**	**2005**	**AÇORIANOS no Rio Grande do Sul: Brasil. Porto Alegre: Caravela, 2005. 104 p. (Raízes açorianas) ISBN 857517098**
Biblioteca "Walter Spalding"	**Livro**	**papel**	**2007**	**ROCHA, Sandra Inèze da (Org.). Açorianos no Rio Grande do Sul: Brasil - II. Porto Alegre: Caravela, 2007. 160 p. ISBN 9788560164165.**
Biblioteca "Walter Spalding"	**Livro**	**papel**	**2011**	**AÇORIANOS no Rio Grande do Sul: Brasil - III. Porto Alegre: Caravela, 2011. 151 páginas ISBN 9788560164615.**
Biblioteca "Walter Spalding"	**Livro**	**papel**	**2012**	**AÇORIANOS no Rio Grande do Sul: Brasil - IV. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 2012. 160 páginas ISBN 9788560164837.**
Biblioteca "Walter Spalding"	**Livro**	**papel**	**1975**	**MEDEIROS, Laudelino. Formação da sociedade rio-grandense: ensaios. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975. 118 p.**
Biblioteca "Walter Spalding"	**Livro**	**papel**	**1941**	**BALEM, João Maria. A primeira paróquia de Pôrto Alegre: Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940). Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1941. 152 páginas**
Biblioteca "Walter Spalding"	**Livro**	**papel**	**1952**	**BRASIL. Sinopse estatística do Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul: aspectos históricos e geográficos - 1952. Brasil: IBGE, 1952. 34 páginas (Evolução social I).**

PROJETO RESGATE "BARÃO DO RIO BRANCO"

http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate

RIO GRANDE

Biblioteca Rio-Grandense

Denominação da Instituição: Biblioteca Rio-Grandense (Arquivo)

Âmbito: Privado

Ato de criação: ata de 15 de agosto de 1846

Vínculo institucional: não há vínculo

Data do início do funcionamento: 15 de agosto de 1846

Trajetória institucional: iniciou em 1846, como Gabinete de Leitura. Em 1878, o Gabinete passou a denominar-se Biblioteca Rio-Grandense, permanecendo assim até a contemporaneidade

Política de aquisição/recebimento de acervo: aquisição por compra e recebimento de doações

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 09h às 17h

Localização: Rua General Osório, 454. Rio Grande/RS. CEP: 96.200-400

Telefone de contato: (53) 3231-2842

E-mail de contato: bibliotecariograndense@gmail.com

Responsável: Francisco das Neves Alves

Possibilidades de acesso: total para pesquisa. As visitas ao acervo precisam ser agendadas

Instrumentos de pesquisa: catálogo físico e catálogo eletrônico

Data do preenchimento: 16/02/2022

Responsável pelas informações: Francisco das Neves Alves

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal Conselho Municipal Interventoria Câmara Municipal	**Livros de Atas**	**papel**	**1829-1999**	**Abrange o século XIX (Câmara Municipal); fim do século XIX até 1930 (Conselho Municipal); período da Interventoria; e depois pós 1946, a retomada da Câmara como poder legislativo local**
Câmara Municipal Intendência	**Relatórios**	**papel**	**1845-1887 1903-1919**	

RIO PARDO

Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo (AHMRP)

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Municipal Biágio Soares Tarantino

Denominação: Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: 1992

Vínculo institucional: à Secretaria de Turismo, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer - Prefeitura Municipal de Rio Pardo

Data do início do funcionamento: criado nas décadas de 1930 e 1940, juntamente com a Biblioteca Pública e o Museu Barão de Santo Ângelo

Trajetória institucional: no ano de 1976, quando faleceu o Sr. Biágio Soares Tarantino, ele deixou os alicerces para a ampliação das instituições culturais que criou na esteira das décadas de 1930 e 1940, entre elas o Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo, o Museu Histórico Municipal Barão de Santo Ângelo e a Biblioteca Pública Municipal. Nos tempos iniciais, o Arquivo Histórico Municipal manteve-se atrelado aos "Departamentos Culturais", órgãos de preservação do patrimônio municipal, ligados orgânica e fisicamente à prefeitura. O AHMRP funcionou conjuntamente com o museu. A partir de 1960, a sede do poder executivo municipal ganhou uma nova sede e o antigo sobrado da rua da Ladeira – a Prefeitura Velha – deixou de abrigar o Arquivo. Com menor sorte que a Biblioteca Pública e o Museu Histórico, o acervo do Arquivo foi depositado em uma sala situada no porão da nova sede do executivo municipal. Na década

de 1980 parte do acervo foi novamente transferida para uma sala do Estádio Municipal de Futebol, local onde além de compartilhar o espaço com insetos e roedores, a documentação sofreu os impactos provocados pela umidade e o mal acondicionamento. Foi apenas no final da década de 1980, sob o influxo do Decreto Federal nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 que foi outorgada a lei nº 162, de 29 de dezembro de 1992, medida que exigiu que o acervo recebesse um abrigo menos impróprio, de modo que o acervo foi novamente transferido para uma das dependências do prédio, sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo. Em princípio dos anos 2000, o Arquivo mudou-se, numa quase rotina, para as dependências do prédio da antiga Casa da Câmara e da Cadeia Municipal. Apesar do prédio secular também não observar as condições mais elementares de segurança e adequação dos usos do Arquivo, as atividades foram lá desenvolvidas até 2004, quando passou a existir o Projeto Revita, localizando-se, a partir de então, em diversos espaços alugados: à rua Mateus Simões, à rua Arthur Falkembach, no Centro Regional de Cultura Rio Pardo. E. por fim, na sede da atual Prefeitura Municipal de Rio Pardo, que permanece até o momento

Política de aquisição/recebimento de acervo: doações de relevância histórica e cultural para o município, bem como para a região e o estado, sendo que o material doado deve estar sob condições para que tenha utilidade à pesquisa

Dia e horário de atendimento: de 3ª a 6ª feira, das 8h às 12h e 13h às 17h

Localização: Rua Andrade Neves, 324. Centro. Rio Pardo/RS. CEP: 96.640-000

Telefone de contato: (51) 3731-1215

E-mail de contato: arquivohistorico@riopardo.rs.gov.br

Responsáveis: Neusa Terezinha de Quadros e Prof. Márcio Beyer

Possibilidades de acesso: acesso de forma presencial

Instrumentos de pesquisa: através do Guia de Fontes do Arquivo

Observações: o acesso aos documentos é gratuito a qualquer cidadão, mediante contato prévio e agendamento a fim de separar os documentos solicitados à pesquisa. A reprodução do documento só é permitida com o uso de fotografia sem flash, quando autorizada, conforme as mormas do AHMRP; *Transcrição:* pode ser realizada pelo próprio pesquisador ou solicitada aos funcionários do Arquivo a partir do pagamento de uma taxa, conforme o Código Tributário do município de Rio Pardo. A transcrição é entregue digitada e impressa

Missão institucional: higienizar, restaurar, organizar, guardar e conservar documentos manuscritos do âmbito municipal e particular, além de documentos impressos do âmbito estadual e nacional; disponibilizar o acesso a todos os cidadãos para produção de conhecimentos e busca de provas para defesa de seus direitos, bem como atender às próprias demandas do Estado na tomada de decisões político-administrativas

Caracterização do acervo: o acervo é composto por uma variedade de tipologias documentais, com documentos manuscritos datados desde o século XVIII (1796) ao século XX (1968), com aproximadamente 100 mil exemplares. Para auxiliar o pesquisador, os documentos foram separados por fundos e séries:

- Câmara Municipal (1811): abrangendo os períodos Colonial e Imperial;

- Intendência (1892): abrangendo o Período da República;

- Prefeitura Municipal (1930-1963);

- Documentos de pessoas (particulares): Ana Aurora do Amaral Lisboa, Florina do Amaral Lisboa, Heráclito de Oliveira, Biágio Soares Tarantino e Valter Kraemer de Quadros;

- Registro de óbitos do cemitério de Rio Pardo: 1863 a 1968;

- Instituições: Escola Técnica Apolinário Francisco de Borba; Instituto Medianeira/Casa da Criança; Delegacia da Polícia Civil de Rio Pardo: prontuários de armas (1943 a 2001); Ocorrências policiais (1947 a 1990); Inquéritos policiais (1943 a 1983).

- Biblioteca: obras do século XVIII: Coleção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal (1786); obras do século XIX e XX: Coletânea de Leis e Resoluções da Província de São Pedro.

- Coleções de jornais: Jornal de Rio Pardo: desde 1950 até os dias atuais, como: A Folha (1961 a 2001), A Reforma (1871 e 1886), A Federação (1885 e 1889). Alguns exemplares avulsos de diversos títulos, compreendendo o período de 1889 a 1950. Jornal do município de Pantano Grande: Tribuna Regional (1985 a 1988, 2015), O Gigante (2002 a 2005). Jornais do município de Rio Pardo: Em Foco (1994 - 2000 a 2005), O Fato (2009 a 2013), Rio Pardo Notícias (2010 e 2011), O Rio-pardense (2003), Tribuna Alemã (1980 a 1985). Jornais dos Açores: Diário Insular (1998, 2002, 2003, 2005) e Correio da Horta (2002 e 2003). Compilado de Jornais “Zero Hora” e “Correio do Povo” sobre História do Rio Grande do Sul (período de 1980 a 1999).

- Coleção de fotos antigas do município de Rio Pardo: esporte, supermercado, praia, áreas agrícolas, políticos, aniversários, eventos, escolas, obras, órgãos públicos, hospital, pontes, ruas, farmácias, casas comerciais, desfiles, concursos de beleza, exposições, artesanatos, fotos do município de Pantano Grande, tradicionalismo, cooperativa, frigorífico, casamentos, etc.

Data do preenchimento: 23/06/2021

Responsáveis pelas informações: Neusa Terezinha de Quadros e Prof. Márcio Beyer

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal (Justiça: Juizado de Paz)	**- Livro de Registros do Juizado de Paz: Naturalizações (Santa Cruz)** **- Livro de Registros do Juizado de Paz: Termo e Compromisso de Imigrantes (Santa Cruz)** **- Livro de Registros do Juizado de Paz: Nascimentos (Cruz Alta)** **- Livro de Registros de Naturalizações (Santa Cruz)** **- Livro de Registros de Juizado de Paz: Escrituras e Contratos (distritos de Irui e Pequiri)** **- Livro de Registros de Juizado de Paz: Casamentos não católicos (Santa Cruz)** **- Livro de Registros do Juizado de Paz: Nascimentos (Santa Cruz)** **- Livro de Registros do Juizado de Paz: Guarda Nacional** **- Livro de Registros do Juizado de Paz: Protocolos de Audiência (distrito de Irui)** **- Livro de Registros fo Juizado de Paz: escrituras, traslados, procurações, termos de testamentos, eleições distritais**	**papel**	**1844-1889** **1850** **1851-1852** **1860-1889** **1861-1881** **1863-1888** **1866-1877** **1863-1867** **1864** **1866-1890** **1881-1883** **1883-1886**	**Total: 12 livros**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Tesouraria)	**- Livros de Receita e Despesa da Intendência Municipal**	**papel**	**1892** **1892-1898** **1893-1994** **1893, 1895 (2) 1896 (2)** **1896-1897** **1897-1898** **1897-1899** **1898** **1898-1899** **1900** **1900-1901** **1908-1910** **1909, 1919** **1928, 1929**	**Total: 20 livros**

Prefeitura (Tesouro e Fazenda: Tesouraria)	**- Livros de Receita e Despesa da Prefeitura Municipal**	**papel**	**1935, 1936 1939, 1940 1944 (9) 1944-1945 1945 (7) 1945-1946 1946-1947 1947 (3) 1948 (2) 1950 (2) 1951 (2) 1951-1952 1952 1952-1953 1953 (2) 1954 1957 (2) 1958 1958-1959 1959-1960 1960 1970 1970-1971**	**Total: 46 livros**
Câmara Municipal (Vereação)	**- Reuniões ordinárias da Câmara - Reuniões e decisões da Comissão de Contas e Orçamento da Câmara - Reuniões e decisões da Câmara Municipal**	**papel**	**1811-1818 1827-1829 1829-1832 1832-1834 1832-1835 1834-1842 1842-1847 1847-1849 1851-1859 1859 1860-1866 1866-1869 1872-1880 1880-1885 1885-1889 1889-1892**	**Lacuna: período do Estado Novo Total: 16 livros**
Intendência (Vereação)	**- Livros de Atas da Câmara Municipal**	**papel**	**1892, 1898 1909-1924 1929-1969**	**Total: 4 livros**
Prefeitura (Vereação)	**- Livros de Atas da Câmara Municipal**	**papel**	**1935-1948 1938 1939-1943 1948-1949 1949-1952 1952-1956 1956-1957 1956-1959 1957-1960 1960-1961 1957-1959 1961-1963**	**Total: 12 livros**

Eleições (Assembleia Paroquial)	- Livros de Atas da Assembleia Paroquial de Rio Pardo (Colégio Eleitoral) - Livros de Atas do Colégio Eleitoral de Rio Pardo (Conselho/Junta Municipal) - Livros de Atas do Conselho Municipal de Recursos de Rio Pardo - Livros de Atas da Junta Municipal de Rio Pardo (Eleições municipais/Alistamento eleitora) - Livro de Atas das Eleições Municipais de Rio Pardo - Livro de Listas Eleitorais - Livro Índice de Eleitores - Livros de Alistamento Geral de Eleitores	papel	1845 1866-1872 1866-1873 1880 1828, 1845 1852-1880 1866, 1879 1861-1871 1871-1873 1876 1876-1880 1880 1881-1891 1890 1896 1896-1912 (2) 1908-1912 1916 1924-1928 1876-1878 1926 1891-1903 1892-1897 1896-1912 1897 1897-1905 189? 1903-1904 1905 (4) 1906 1907 1907-1910	Total: 38 livros
Junta Paroquial de Qualificação	- Livro dos Termos de Eleição - Livro de Decretos e Comunicados Eleitorais - Livros de Atas da Junta Paroquial: Santa Cruz - Livros de Atas da Junta Paroquial: Rio Pardo - Livros de Controle de Títulos Eleitorais	papel	1811-1828 1846 1861-1864, 1864, 1865 1871, 1876 1873 1876-1880 (2) 1876 1876-1879	Total: 10 livros
Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco	- Livros de Registros da Irmandade da Ordem 3ª de São Francisco: sepultamentos - Livro de Registros da Irmandade da Ordem 3ª de São Francisco: termos de entreada de confrades	papel	1849-1855 1882	Total: 2 livros

Câmara Municipal (Justiça: Junta Emancipação, Classificação de Escravos)	- Livro de Atas da Junta de Emancipação de Escravos - Livro de Registros de Classificação de Escravos	papel	1873-1884 1873-1884	Total: 2 livros
Câmara Municipal (Leis, Decretos e Posturas)	- Livro Termo de Criação da Vila de Rio Pardo - Livro de Registros das Posturas Municipal - Livro de Registros de Decretos e Leis	papel	1811 1811-1824 1832, 1877 1829-1834 1932-1834	Total: 6 livros
Intendência (Leis, Decretos e Posturas)	- Livro de Registros das Posturas Municipais - Livro de Registros de Decretos e Leis Inspetoriais	papel	1898 1914	Total: 2 livros
Câmara Municipal (Óbitos e sepultamentos no Cemitério Municipal da cidade)	- Livro de Registros de Óbitos e Sepultamentos - Livro de Registros de Óbitos e Sepultamentos: Protestantes	papel	1863-1871 1871-1880 1880-1883 1884-1892 1909-1911	Total: 5 livros
Intendência (Óbitos e Sepultamentos no Cemitério Municipal da cidade)	- Livros de Registros de Óbitos e Sepultamentos - Livro de Registros de Óbitos e Sepultamentos: Protestantes	papel	1892-1896 1896-1900 1990-1903 1906-1909 1911-1920 1920-1923 1923-1925 1925-1927 1927-1928 1909-1911	Total: 10 livros
Prefeitura (Óbitos e Sepultamentos no Cemitério Municipal da cidade)	- Livros de Registro de Óbitos e Sepultamentos - Livro de Registros de Óbitos e Sepultamentos: Protestantes	papel	1930-1934 1934-1939 1939-1946 1946-1950 1950-1953 1956-1960 1960-1966 1954-1956	Total: 8 livros
Prefeitura (Óbitos e Sepultamentos no Cemitério da Aldeia de São Nicolau)	- Livros de Registros de Óbitos e Sepultamentos - Livro de Registros de Óbitos e Sepultamentos: Protestantes	papel	1934-1939 1939-1942 1949-1957 1957-1965 1965-1968 1942-1949	Total: 6 livros
Câmara Municipal (Cargos e Nomeações)	- Termo de Posse e Juramento das ordenações (Capitão-mor, Sargento-mor, Alferes e Ajudantes)	papel	1811-1847	Total: 6 livros

Câmara Municipal (Correspondência)	**- Códices com correspondências, requerimentos, ofícios e recibos**	**papel**	**1809-1891**	**Total: 94 códices. Faltam códices dos anos: 1810, 1838, 1839, 1840 e 1845**
Intendência (Correspondência)	**- Códices de Correspondência Geral**	**papel**	**1892-1929**	**Total: 176 códices**
Prefeitura	**- Códices de Correspondência Geral**	**papel**	**1930-1944**	**Total: 79 códices**
Câmara Muncipal	**- Livros de Correspondência**	**papel**	**1860-1874**	**Total: 6 livros. Faltam livros dos anos: 1864 e 1873**
Intendência	**- Livros de Correspondência**	**papel**	**1892-1910**	**Total: 6 livros. Faltam livros dos anos: 1894, 1896 a 1907 e 1909**
Prefeitura	**- Livros de Correspondência**	**papel**	**1939, 1949 1952-1954 1954-1957 1960-1969**	**Total: 5 livros**
Câmara Municipal (Diretoria Geral da Instrução Pública)	**- Livros de Atas da Instrução Pública**	**papel**	**1870-1873 1870-1877 1884-1889**	**Total: 3 livros. Do Rincão Del Rey (2) e da cidade (1)**
Intendência (Secretaria do Município: Instrução Pública)	**- Livro de Frequência da Instrução Pública: Aula Rural de Capivarita – 5º distrito)**	**papel**	**1918-1926**	**Total: 1 livro**

Prefeitura (Secretaria do Município: Instrução Pública)	- Livros de Instrução Pública: matrícula, mobiliário, frequência, visitas, mérito, pagamentos	papel	1936 1940-1950 1949 1949-1958 1952-1953 1952-1957 1954-1955 1956 1958 1958-1963	Total: 10 livros
Intendência (Guarda Municipal)	- Livros Termo da Guarda Municipal de Rio Pardo	papel	1892-1900 1900-1912 1912-1917 1917-1926 1926-1929	Total: 5 livros
Câmara Municipal (Inspeção de Saúde)	- Livro da Junta de Revisão incapacidade física ou moral dos alistados	papel	1875	Total: 1 livro
Câmara Municipal (Justiça: Almoçataria)	- Livro de Registros da Almoçataria: Capítulos da Correção - Livro de Registros da Almoçataria: Condenações - Livro de Registros da Almoçataria: Protocolo de Audiências - Livro de Registros da Almoçataria - Livro de Registros da Almoçataria: Termo de Corrida - Livros de Registros da Almoçataria: Termo de Corrida	papel	1811-1823 1811-1845 1811 1818-1824 1811-1828 1812-1827	Total: 6 livros
Intendência (Tesouro e Fazenda: Impostos)	-- Livros de Lançamento de Imposto Territorial	papel	1928, 1929	Total: 2 livros
Prefeitura (Tesouro e Fazenda: Impostos)	- Livros de Lançamento de Imposto Territorial	papel	1935 1938-1940 1940-1941 1944 1946 1949-1950	Total: 6 livros
Câmara Municipal (Tesouro e Fazenda: Marinha de Guerra)	- Livro de Subscrições mensais para aumento da Marinha de Guerra do Império do Brasil	papel	1823	Total: 1 livro

Câmara Municipal (Tesouro e Fazenda: Negócios Fazendários: Registro de Apólices de Empréstimos Municipais, Termo de arrematações e contratos celebrados no município, Registro patrimonial e controle dos bens móveis da Câmara de Rio Pardo)	**- Livros de Arrematações e Contratos - Livro de Inventário Patrimonial - Livro de Registro de Empréstimo Municipal**	**papel**	**1811-1864 1829-1834 1811-1888 1869-1878**	**Total: 4 livros**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Negócios Fazendários)	**- Livros de Registro de Empréstimo Municipal**	**papel**	**1911 (3) 1915 1917 1920**	**Total: 6 livros**
Câmara Municipal (Tesouro e Fazenda - Obras Públicas: Registro de Obras Públicas, Registro de donativos voluntários para obra de construção da ponte sobre o Rio Pardo)	**- Livros de Registros de Obras Públicas**	**papel**	**1816 1878-1890**	**Total: 2 livros**
Prefeitura (Tesouro e Fazenda: Obras Públicas)	**- Livros de Registros de Obras Públicas**	**papel**	**1938, 1953, 1954, 1971 (2) 1972**	**Total: 6 livros**

Câmara Municipal (Tesouro e Fazenda: Tesouraria)	**- Livros de Receita e Despesa da Câmara Municipal** **- Livro de Receita (Comércio)** **- Livro de Receita (Pecuária)** **- Livros de Receita e Despesa da Câmara**	**papel**	**1811** **1829** **1829-1835** **1831** **1831-1832** **1832** **1843-1867** **1847-1851** **1848-1849** **1854** **1858-1862** **1860-1923** **1863-1896** **1865-1866** **1865-1889** **1865-1892** **1867-1876** **1871-1876** **1872** **1876-1886** **1877** **1879-1880 (2)** **1881-1882** **1882-1883 (2)** **1883-1884** **1884-1888** **1885 (2)** **1885-1886** **1891**	**Total: 32 livros**

Câmara Municipal (Registros Gerais da Câmara)	**- Livros de Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo**	**papel**	**1811 1811-1822 1814-1815 1815-1816 1816-1817 1816 1817-1818 1818-1821 1821 1821-1822 1823-1825 1824-1825 1825 1828 1829 1829-1832 1833-1835 1835-1846 1844 1846-1849 1849-1852 1852-1858 1856-1872 1858-1865 1862-1890 1871-1880 1880-1884 1884-1890**	**Total: 28 livros**
Intendência (Registros Gerais da Câmara)	**- Livros de Registros Gerais da Intendência Municipal**	**papel**	**1894-1897 1894-1898 1898-1902 1902-1907**	**Total: 4 livros**
Prefeitura (Secretaria do Município: Administração)	**- Livro do Departamento Pessoal**	**papel**	**1969**	**Total: 1 livro**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Contribuintes)	**- - Livro Índice de Contribuintes - Livro de Contribuintes (Pastagens municipais) - Livro Índice de Contribuintes - Livro Índice de Contribuintes**	**papel**	**1915-1923 1925-1935 1926 Sem data**	**Total: 4 livros**
Prefeitura (Tesouro e Fazenda: Contribuintes)	**- Livro Índice de Contriuintes - Livro Índice de Contribuintes**	**papel**	**1944 Sem data**	**Total: 2 livros**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livro de Lançamento de Imposto (Bebidas Nacionais)**	**papel**	**1897, 1909 1909**	**Total: 3 livros**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Imposto (Carroças, carretas e autos)**	**papel**	**1909 a 1924 1934**	**Total: 7 livros**

Prefeitura (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livro de Lançamento de Impostos (Exatores**	**papel**	**1937-1938**	**Total: 1 livro**
Câmara Municipal (Justiça: Juizado de Órfãos)	**- Livro de Registros de Expostos - Livro de Registro de Tutorias de Órfãos - Livro de Matrícula de Criados e Amas de Leite - Livro de Registro do Cofre dos Órfãos**	**papel**	**1811-1873 1858 1873-1884 1879-1896**	**Total: 4 livros**
Câmara Municipal (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Impostos (Impostos Gerais)**	**papel**	**1883-1884 1884 1890-1891**	**Total: 3 livros**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Impostos (Impostos Gerais)**	**papel**	**1893 1909-1915 1912, 1915 1916 (3) 1917 (3) 1918 (3) 1919, 1920 (4) 1921, 1922 1923 (3) 1924 (3) 1925 (3) 1926 (4) 1927 (3) 1928 (7) 1929 (4)**	**Total: 47 livros**
Prefeitura (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Impostos (Impostos Gerais)**	**papel**	**1930 (5) 1931 (5) 1932 (7) 1933 (5) 1934 (8) 1934-1935 (4) 1934-1937 1935-1938 (2) 1936-1937 1937 (5) 1936-1938 1939 (3) 1940 (3) 1941 (3) 1942 (3) 1943 (3) 1944 (4) 1944-1946 1945 (5) 1946 (3) 1947 1947-1948 1948**	**Total: 75 livros**

Câmara Municipal (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Imposto (Indústria, Comércio e Profissões) - Livros de Lançamento de Imposto (Indústira, Comércio e Profissões)**	**papel**	**1889 1900**	**Total: 2 livros**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Imposto (Indústria, Comércio e Profissoes)**	**papel**	**1892 a 1894 1909 (2) 1910, 1912 (2) 1914 (2) 1915 (2) 1922, 1924**	**Total: 14 livros**
Prefeitura (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Imposto (Indústria, Comércio e Profissões)**	**papel**	**1934 1934/35 1948/49 1962**	**Total: 4 livros**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Imposto (Pecuária)**	**papel**	**1904, 1906 1908, 1909 (2) 1910, 1911 (4) 1912 (3) 1913 (3) 1914 (3) 1915 (2) 1922**	**Total: 22 livros**
Intendência (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Imposto Predial**	**papel**	**1893, 1895 1896, 1897 1898, 1899 1900, 1902 1903, 1904 1907, 1909 (3) 1910 (2) 1911, 1912 1913, 1914 1915, 1916 1918, 1919 (2) 1920, 1921 1922, 1923 (2) 1924 (2) 1925, 1926 1927, 1928 1929**	**Total: 37 livros**

Prefeitura (Tesouro e Fazenda: Impostos)	**- Livros de Lançamento de Imposto Predial**	**papel**	**1930, 1931 1932 (2) 1933 (2) 1934, 1935 1936 (2) 1937, 1938 1939, 1940 1941, 1942 1943, 1944 (4) 1944/47 1945, 1946 1947, 1948, 1960**	**Total: 27 livros**
Documentos de particulares	**- Ana Aurora do Amaral Lisboa - Florina do Amaral Lisboa - Heráclito de Oliveira - Biágio Soares Tarantino - Valter Kraemer de Quadros**			
Cemitério de Rio Pardo	**- Livros de Registros de Óbitos**	**papel**	**1863 a 1968**	
Instituições	**- Escola Técnica Apolinário Francisco de Borba - Instituo Medianeira/Casa da Criança - Delegacia da Polícia Civil de Rio Pardo: Prontuários de Armas (1943 a 2001); Ocorrências Policiais (1947 a 1990); Inquéritos Policiais (1943 a 1983)**			
Biblioteca	**- Obras do século XVIII: Coleção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal - Obras do século XIX e XX: Coletânea de Leis e Resoluções da Província de São Pedro**	**papel**	**1786 -**	

Coleções de Jornais	**- Jornal de Rio Pardo** **- A Folha** **- A Reforma** **- A Federação** **- Exemplares avulsos de diversos títulos** **Jornais do município de Pantano Grande: Tribuna Regional (1985 a 1988, 2015; O Gigante (2002 a 2005)** **- Jornais do município de Rio Pardo: Em Foco (1994, 2000 a 2005); O Fato (2009 a 2013); Rio Pardo Notícias (2010 e 2011); O Rio-pardense (2003)** **- Tribuna Alemã (1980 a 1985)** **- Jornais dos Açores: Diário Insular (1998, 2002, 2003 e 2005); Correio da Horta (2002 e 2003)** **- Compilado dos Jornais Zero Hora e Correio do Povo sobre história do Rio Grande do Sul (1980 a 1999)** **- Compilado do Jornal O Povo (1838 a 1840)** **- Compilado dos jornais: O Americano, O Mensageiro e Estrela do Sul (1836 a 1843)**	**papel**	**Desde 1950 até atualidade** **1958 a 2001** **1871 a 1886** **1885 e 1889** **1889 a 1950**	
Coleção de fotos antigas do município de Rio Pardo	**Esporte, Supermercado, Praia, Áreas agrícolas, Políticos, Aniversários, Eventos, Escolas, Obras, Órgãos públicos, Hospital, Pontes, Ruas, Farmácias, Casas comerciais, Desfiles, Concursos de beleza, Exposições, Artesanatos, Tradicionalismo, Cooperativa, Frigoríficos, Casamentos, fotos do município de Pantano Grande, etc.**			

ROSÁRIO DO SUL

MUSEU MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL (ARQUIVO)

Denominação do Arquivo: Museu Municipal de Rosário do Sul (Acervo de Arquivo)

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Decreto n° 09, de 30 de setembro de 1973

Vínculo institucional: à Secretaria de Desporto e Turismo

Data do início do funcionamento: 30 de setembro de 1973

Política de aquisição/recebimento de acervo: acervo de fundadores do museu e de mais pessoas da comunidade

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 13h

Localização: Rua Amaro Souto, n° 2718. Bairro Centro. Rosário do Sul/RS. CEP: 97.590-000

Telefones de contato: (55) 3231-7599 / Celular: (55) 99934-5599

E-mail de contato: mararssevero@hotmail.com

Responsável: Mara Regina Souza Severo

Possibilidades de acesso: presencial

Instrumentos de pesquisa: não tem

Data do preenchimento: 09/05/2022

Responsável pelas informações: Mara Regina Souza Severo

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo Documental	Tipologia Documental	Suporte material	Período
Prefeitura Municipal	Livros de Correspondência	papel	1961-1970 1969 1965-1973 1975-1976
Intendência e Prefeitura Municipal	Livros de Correspondências Gerais Recebidas	papel	1929,1974
Câmara de Vereadores	Livros de Atas	papel	1971,1972 1973 1973-1974
Câmara de Vereadores	Livro da Câmara	papel	1972
Câmara de Vereadores	Livro de Correspondências	papel	1949 1969-1971 1972-1973 1975
Prefeitura Municipal	Livros de Cartas Expedidas	papel	1969-1970 1971-1973
Obras Públicas	Livro de Atas da Secretaria	papel	1965-1973
Saúde	Livro de Atas da Secretaria	papel	1965-1975
Educação e Cultura	Livro de Atas da Diretoria	papel	1965-1975
Assistência Social	Livro do Serviço	papel	1970=1075
Trabalho e Habitação	Livro da Secretaria	papel	1965-1973
Prefeitura (Assessoria)	Livro de Assuntos Diversos	papel	1968-1974
Prefeitura	Coletânea de Notícias	papel	1976
Delegacia de Polícia	Livro de Atas	papel	1965-1973
INSS	Livro de Atas	papel	1965-1976
Firma Brasília Ruffo	Livros de Registros de Compras	papel	1904, 1932, 1935, 1940
Swift do Brasil	Livro de Registros	papel	1965-1972
Clube Comercial	Estatuto	papel	1971
Cidade de Rosário do Sul	Planta Cadastral da Cidade, organizado pela Secretaria de Obras e Transporte, editada em comemoração aos 90 anos da criação do município	papel	1966
Família Bairros	Documentos familiares	papel	-
Honório Lemes	Telegrama oficial enviado por Getúlio Vargas, quando do falecimento de Honório Lemes	papel	30/05/1930

SANTA CRUZ DO SUL

Arquivo da Câmara de Vereadores

Denominação do Arquivo: Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: guarda documental, desde a criação do município

Vínculo institucional: à Câmara Municipal

Data do início do funcionamento: desde a instalação do município em 1878

Trajetória institucional: a partir da instalação do município houve um cuidado em preservar documentos da Câmara

Política de aquisição/recebimento de acervo: os documentos conservados são os gerados pela Câmara na sua trajetória

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h

Localização: Rua Fernando Abott, nº 940, Santa Cruz do Sul/RS. CEP: 96.810-148

Telefone de contato: (51) 3715-7100

E-mail de contato: câmara@camarasantacruz.rs.gov.br

Responsável: funcionário da Câmara

Possibilidades de acesso: disponibilização de acesso na Câmara

Instrumentos de pesquisa: verificação dos documentos em livros

Observações: os documentos se referem ao período de 1878 a 1894. A Câmara também disponibiliza em seu site todas as leis municipais, a partir da 1ª legislatura até a presente data (1947 a 2022), bem como inúmeros projetos de lei e outros documentos

Data do preenchimento: 24/02/2022

Responsável pelas informações: Guido Warken

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1878**
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1883, 1884 e 1895**
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1884 a 1899**
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1889 a 1892**
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1892 a 1900**
Câmara Municipal	**Livro de Anotações Diversas**	**papel**	**1898 a 1894**

SANTA MARIA

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei Municipal nº 784, de 22 de dezembro de 1958

Vínculo institucional: Prefeitura Municipal de Santa Maria/Secretaria de Município da Cultura, Esporte e Lazer

Data do início do funcionamento: 22/12/1958

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) foi criado pelo Prefeito Vidal Castilho Dania, através da lei nº 784, de 22 de dezembro de 1958, funcionando junto à Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide, e destinado a conservar todos os objetos e documentos relativos à história do município de Santa Maria. Sua sede foi o prédio do Theatro Treze de Maio até o ano de 1992. Neste ano, o Prefeito Municipal Evandro Behr assinou a lei nº 3568, de 16 de dezembro de 1992, quando o Arquivo Histórico passou a fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria de Município da Cultura. A partir dessa data, o órgão começou a funcionar de forma desvinculada da Biblioteca e foram transferidos os documentos, jornais, revistas, folhetos, fotografias e fitas para integrar o acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Com base nesta lei, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria passou a assumir as seguintes competências, definidas em seu artigo 2º: a proteção do patrimônio documental histórico; o levantamento e a coleta dos documentos históricos arquivísticos; a guarda e conservação per-

manente dos documentos, sendo vedada a sua distribuição parcial ou total; a organização dos documentos de acordo com as diretrizes oficiais que disciplinam a matéria; a disciplinação do acesso aos documentos; a descrição e divulgação de seu acervo, através de instrumentos próprios. O período de 1995 a 1997 foi de parcerias para o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, momento em que ações foram realizadas com o apoio fundamental de instituições de ensino superior do município (UNIFRA e UFSM). A partir do 2º semestre de 1997 foi fixada residência na Casa de Cultura de Santa Maria, permanecendo neste local até maio de 2008, momento em que passa a ocupar a antiga sede da Secretária de Município da Cultura no Centro Integrado de Cultura Evandro Behr. Foi também durante o ano de 2008 que a unidade de informação passou a contar com profissionais arquivistas do quadro de carreira da Prefeitura Municipal, e muitas outras benfeitorias foram realizadas, como a fundação da Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, no dia 10 de agosto de 2010. Outro marco fundamental da trajetória do AHMSM foi a criação do Sistema Municipal de Arquivos de Santa Maria (SIARQ-SM). O Decreto Executivo nº 120, de 18 de outubro de 2011, devidamente assinado pelo Prefeito Cezar Augusto Schirmer, institui o SIARQ-SM, responsável pela organização sistêmica das atividades de administração e proteção do patrimônio arquivístico de Santa Maria, na esfera da documentação pública. Hoje, o AHMSM funciona numa sede própria com dois andares, com aproximadamente 388 metros quadrados e constitui-se num espaço cultural de interação com a comunidade, através de pesquisas, visitas guiadas, aulas no Arquivo, exposições, eventos, acervo digital, melhorias na sede e acervo, através da captação de recursos através da sua Associação de Amigos, a AMARQHIST. O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, com mais de sessenta anos de existência, constitui-se num importante local de memória do município, construída a partir dos documentos, jornais, fotografias, mapas e revistas que compõem o seu acervo para a pesquisa dos mais diferentes usuários

Política de aquisição/recebimento de acervo: recolhimentos de documentos considerados históricos do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de Santa Maria e doações

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Durante a pandemia, o atendimento é restrito: nas 2ªs, 4ªs e 6ªs feiras, das 07h30min às 13h (somente expediente interno)

Localização: Rua Appel, 900. Bairro Centro. Santa Maria/RS. CEP: 97.015-030

Telefone de contato: (55) 3222-8300

E-mail de contato: arquivohistoricosm@gmail.com

Responsável: Daniéle Xavier Calil

Possibilidades de acesso: pesquisas na sede do Arquivo e via Acervo Digital

http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/

Instrumentos de pesquisa: Guia / Página do Arquivo

http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/

Data do preenchimento: 19/10/2020

Responsável pelas informações: Daniéle Xavier Calil, arquivista

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal	**Ofícios** **Requerimentos** **Livros de óbitos**	**papel**	**1868-1889**
Junta Intendencial	**Ofícios** **Requerimentos** **Livros de óbitos** **Mapas mensais** **Regimento interno** **Termos de compromisso**	**papel**	**1889-1892**
Intendência Municipal	**Atas** **Ofícios** **Requerimentos** **Livro de registro de imóveis** **Livro caixa**	**papel**	**1892-1929**
Prefeitura Municipal	**Ofícios** **Intimações** **Requerimentos** **Mapas escolares** **Livro caixa**	**papel**	**1930**
Comarca de Santa Maria	**Processos criminais**	**papel e digital**	**1910-1946**

Obs.: o Arquivo mantém um serviço de genealogia em que há levantamento de origem açoriana baseado em fontes externas.

SANTIAGO

Arquivo da Prefeitura Municipal

Denominação do Arquivo: Arquivo da Prefeitura Municipal

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: não possui documentos da sua criação. Mas, o indicativo é o ano de 1998

Vínculo institucional: pertence à Prefeitura Municipal de Santiago

Data do início do funcionamento: iniciou suas atividades no ano de 1998

Trajetória institucional: o arquivo da Prefeitura Municipal de Santiago foi organizado em 1998, colocando em ordem documentos que anteriormente eram guardados, de forma não ordenada. Até o momento não foi realizada sua digitalização

Política de aquisição/recebimento de acervo: documentos oriundos dos mais diversos setores da Prefeitura Municipal de Santiago

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 14h

Localização: Rua Tito Becon, 1754, Bairro Centro. Santiago/RS. CEP: 97.700-910

Telefone de contato: (55) 3249-7500

E-mail de contato: bissacoa@gmail.com

Responsável: Antônio Cloresmar Bizzaco

Possibilidades de acesso: os documentos podem ser consultados de forma presencial, ou online mediante solicitação para devida digitalização

Instrumentos de pesquisa: manual. O arquivo encontra-se organizado em caixas dispostas em prateleiras

Data do preenchimento: 31/03/2021

Responsável pelas informações: Antônio Cloresmar Bizzaco

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Prefeitura Municipal	**Protocolos de requerimentos**	**papel**	**1929-1936**
Prefeitura Municipal	**Portarias e Ofícios**	**papel**	**1920-1936**

SANTIAGO

Arquivo da Câmara Municipal

Denominação do Arquivo: Arquivo da Câmara Municipal de Santiago

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: 2000

Vínculo institucional: Câmara de Vereadores de Santiago

Data do início do funcionamento: 2000

Política de aquisição/recebimento de acervo: o acervo é constituído da documentação gerada na Câmara

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 14h

Localização: Rua Bento Gonçalves, nº 1642. Centro. Santiago/RS. CEP: 97.500-360

Telefone de contato: (55) 3251-2999

E-mail de contato: imprensacamaradesantiago@gmail.com

Responsável: Presidência da Casa

Possibilidades de acesso: presencial

Instrumentos de pesquisa: não há

Data do preenchimento: 31/03/2022

Responsável pelas informações: Tatiane Hanzel Flores, Oficial de Gabinete

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal (Controle de Pessoal)	**Legislaturas Correspondências Termos de Posses**	**papel**	**-**
Câmara Municipal	**Projetos de Lei**	**papel**	**1949 a 2022**
Câmara Municipal	**Atas**	**Papel**	**1931 a 2004**
Câmara Municipal	**Proposições**	**papel**	**1967 a 2022**
Câmara Municipal (Secretaria: Serviço de Expediente)	**Correspondência Recebida**	**papel**	**-**
Câmara Municipal (Procuradoria)	**Correspondência Contratos**	**papel**	**-**
Câmara Municipal (Contabilidade: Tesouraria)	**Prestação de Contas Registro de Pagamentos Correspondência Recebida Demonstrativos de Despesa**	**papel**	**-**
Câmara Municipal	**Álbum de Fotografias**	**papel**	**-**
Câmara Municipal	**Jornais**	**papel**	**-**

SANTO ÂNGELO

Arquivo Histórico Augusto Cesar Pereira dos Santos

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Augusto Cesar Pereira dos Santos

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei da criação nº 2.202, de 23/04/1993, e tombamento como Patrimônio Histórico Cultural Lei nº 2.792, de 04/11/2004

Vínculo institucional: vinculado à Secretaria Municipal da Cultura de Santo Ângelo

Data do início do funcionamento: fevereiro de 1993

Trajetória institucional: no início, o Arquivo teve um período grande de coleta de fotos e outros documentos para o seu acervo. O acervo recolhido recebeu uma organização primária em uma sede precária, que posteriormente foi transferida para o atual espaço, junto à Secretaria Municipal da Cultura. O seu acervo está organizado por setores, assim como a Fototeca. Até o momento foram catalogadas e digitalizadas 3600 fotos. Mas este número não representa a quantidade real reunida pelo Arquivo. O acervo fotográfico tem aproximadamente 12 mil fotografias. A catalogação é feita através de fichas que identificam desde o tipo de imagem contidas no envelope até sua procedência. Outro setor é a Hemeroteca, que reúne jornais e revistas de Santo Ângelo em uma coleção de publicações, desde o início do século XIX até os dias atuais. O acervo de História Oral é de suma importância, contendo testemunhos de pessoas que guardam memórias do passado, gravadas em áudio. A mapoteca é o setor que reúne mapas e plantas de Santo Ângelo, bem como da região.

O documento mais antigo é o mapa da vila de Santo Ângelo de 1897. Possui também grande acervo bibliográfico, que pode ser acessado diretamente pela população

Política de aquisição/recebimento de acervo: no Arquivo, os acervos podem ser recebidos por coleta, doação, legado, empréstimo, compra, transferência, permuta ou depósito. No que diz respeito ao tratamento documental, os itens documentais devem ser registrados individualmente e identificados nas suas múltiplas possibilidades de informações em fundos documentais como: Hemeroteca, Fototeca, Mapoteca, Histórias Orais, Biblioteca e Coleções Particulares

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min

Localização: Rua Três de Outubro, 800. Centro Municipal de Cultura. Santo Ângelo/RS. CEP: 98.801-610

Telefone de contato: (55) 3312-0184

E-mail de contato: cultura@santoangelo.rs.gov.br

Responsáveis: Douglas Barbosa - Assessor Cultural, Especialista em História e Cultura; Paulo Ricardo de Moraes de Menezes - Agente Administrativo

Possibilidades de acesso: acesso livre ao arquivo. Visitantes e pesquisadores podem solicitar material previamente para pesquisa *in loco*, com possibilidade de registro fotográfico, ou através de cópias digitalizadas e enviadas de modo virtual. Não é permitido empréstimo de acervo

Instrumentos de pesquisa: não há

Data do preenchimento: 11/03/2022

Responsáveis pelas informações: Douglas Barbosa e Paulo Ricardo de Moraes de Menezes

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal (Obras)	Solicitação de terrenos e licenças de construção	papel	1875
Intendência	Livro registro de correspondência	papel	1897
Intendência (Contabilidade)	Orçamento	papel	1889
Intendência (Registros)	Livro de Marcas e Sinais	papel	1892 a 1896
Intendência	Livro Registro de Indústrias e Profissões	papel	1892/1893
Intendência	Diversos Impostos	papel	1889
Intendência	Receita Indústria e Profissões	papel	1881/1882
Intendência	Termo de Concessão de Terrenos	papel	1883 a 1890
Intendência	Escrituras Públicas	papel	1873
Intendência	Lançamentos Contábeis	papel	1895/1896
Conselho Municipal	Atos do Conselho	papel	1898 a 1915
Intendência	Atos da Intendência	papel	1897 a 1918
Intendência	Livro de Juramento de Funcionários Públicos	papel	1875 a 1920
Intendência	Livro de Registro de Alistamento Eleitoral	papel	1891 a 1896

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

Arquivo Histórico de Santo Antônio da Patrulha Coralia Ramos Bemfica

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico de Santo Antônio da Patrulha Coralia Ramos Bemfica

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 5.559, de 22 de julho de 2008

Vínculo institucional: Fundação Museu Antropológico Caldas Junior

Data do início do funcionamento: a documentação gerada pelo poder executivo local esteve custodiada, desde a criação do município, em 1811, sob sua responsabilidade

Trajetória institucional: com a Câmara Municipal instalada em 1811, sua documentação esteve sob sua guarda ao longo do século XIX. Mas em 1838, a invasão de farroupilhas na sede da Câmara provocou a destruição de parte de seu acervo. Após a proclamação da República, a documentação esteve por longo período no Arquivo da antiga Intendência, e depois em seu segundo prédio – onde atualmente se encontra a Biblioteca Municipal. Posteriormente, o acervo foi transferido para o subsolo da edificação construída para sediar a prefeitura na década de 1960. Quando da criação do Museu Antropológico Caldas Júnior, os documentos mais antigos, relativos ao século XIX e início do XX, passaram a constituir o Arquivo Histórico, sediado no prédio do Museu Antropológico Caldas Júnior. Depois, por um período, o Arquivo esteve sediado no mezanino do prédio da Biblioteca Pública, ganhando o nome de Arquvo Histórico Coralia Ramos Bemfica. Na sequência, o seu acervo retornou para uma área do Museu, onde atualmente se encontra

Política de aquisição/recebimento de acervo: recebimento direto da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e documentação avulsa de famílias doadoras

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h

Localização: Avenida Borges de Medeiros, 427. Centro. Santo Antônio da Patrulha/RS. CEP: 95.500-000

Telefone de contato: (51) 3662-2738

E-mail de contato: museucaldasjunior@pmsap.com.br/museucaldasjunior@gmail.com

Responsável: Maria Rosalva Oliveira Rocha (atual Presidente)

Possibilidades de acesso: mediante prévio agendamento

Instrumentos de pesquisa: manual

Data do preenchimento: 23/04/2021

Responsável pelas informações: Maria Rosalva Oliveira Rocha

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal	**Correspondências**	**papel**	**1822-1842 1843-1874 1853-1866 1855-1870 1860-1865 1865-1873 1869-1877**
Câmara Municipal	**Atas**	**papel**	**1836-1848 1848-1857 1857-1862 1868-1873 1873-1880 1874 1880-1886**

Câmara Municipal	Livros dos Expostos	papel	1843-1888
Justiça Eleitoral	Atas de Qualificação dos Cidadãos Votantes	papel	Jan. 1847
Câmara Municipal	Lançamento de Despesas	papel	1876-1883
Câmara Municipal	Ofícios	papel	1877-1884
Justiça Eleitoral	Livro para os Trabalhos Eleitorais da 1ª Mesa da 1ª Seção do 1º Distrito	papel	1896
Justiça Eleitoral	Livro de Assinaturas dos Eleitores da 2ª Mesa da 2ª Seção do 1º Distrito	papel	1896
Justiça Eleitoral	Alistamento Geral dos Eleitores de Santo Antônio da Patrulha	papel	1899
Justiça Eleitoral	Atas da Comissão do Alistamento Eleitoral do Estado, da 2ª Seção do 3º Distrito	papel	1901
Justiça Eleitoral	Livro de Assinatura dos Eleitores da 1ª Seção do 2º Distrito na Miraguaia	papel	Jan. 1901
Justiça Eleitoral	Livro de Qualificação de Eleitores: Conselho Municipal	papel	Jan. 1901
Justiça Eleitoral	Alistamento Eleitoral dos Eleitores Estaduais de SAPatrulha	papel	1901
Justiça Eleitoral	Livro para Lançamento dos Trabalhos Eleitorais da 2ª Seção, 2ª Mesa do 2º Distrito Entrepelado	papel	1901
Justiça Eleitoral	Lançamento das Atas do Alistamento Eleitoral Estadual	papel	Mar. 1902
Justiça Eleitoral	Lançamento das Eleições Estaduais da 3ª Zona	papel	Jun. 1902
Exército	Livro de Registro de Patentes do 23º Batalhão da Reserva	papel	1902
Exército	Livro de Termos de Compromisso do 23º Batalhão da Reserva	papel	1902
Justiça Eleitoral	Atas da Comissão de Alistamento Eleitoral do Estado da 1ª Seção do 1º Distrito	papel	Jan. 1903
Justiça Eleitoral	Alistamento Eleitoral da 3ª Seção do 2º Distrito Entrepelado	papel	1904
Justiça Eleitoral	Alistamento Eleitoral da 4ª Seção do 3º Distrito	papel	1904
Justiça Eleitoral	Alistamento 2ª Seção no 2º Distrito Miraguaia	papel	1904
Justiça Eleitoral	Alistamento Eleitoral do Estado da 3ª Seção Entrepelado	papel	1905
Justiça Eleitoral	Livro de Atas e Alistamento Eleitoral do Estado	papel	1905
Justiça Eleitoral	Alistamento Eleitoral do Estado 6ª Seção	papel	1905
Junta Municipal	Atas dos Trabalhos da Junta Municipal do Alistamento Eleitoral do Estado	papel	Mar-1905
Intendência	Livro nº 1 para Registro dos Títulos de Concessão	papel	1906
Exército	Livro para Matrícula dos Guardas Nacionais do Serviço de Reserva	papel	1907
Exército	Matrícula dos Guardas Nacionais	papel	1907
Justiça Eleitoral	Lançamento dos Trabalhos Eleitorais da 1ª Seção do 2º Distrito Miraguaia	papel	1907
Justiça Eleitoral	Livro de Atas da 2ª. Mesa da 2ª Seção Eleitoral do 1º Distrito	papel	1908

Justiça Eleitoral	Livro de Atas da 10ª Mesa da 10ª Seção Eleitoral do 3º Distrito	papel	1908
Justiça Eleitoral	Livro dos Eleitores que votaram na 5ª Mesa da 5ª Seção Eleitoral do 2º. Distrito	papel	1908
Justiça Eleitoral	Livro de Assinatura dos Eleitores da 8ª Mesa da 8ª Seção Eleitoral do 3º Distrito	papel	1908
Intendência Municipal	Livro de Registro de Funcionários e Professores	papel	1912
Delegacia de Polícia	Livros de Ofícios e Telegramas Expedidos	papel	1917-1922
Intendência Municipal	Livro de Registro de Empregados	papel	1919-1920
Justiça Eleitoral	Livro de Conselheiros Municipais da 8ª Seção da 8ª Mesa	papel	Set-1924
Intendência Municipal	Livro de Registro de Ofícios, Portarias, Telegramas e outras Correspondências Oficiais	papel	1917-1919 1918 1921-1923 1923-1925 1925-1929
Hospital de Caridade	Guias	papel	1926-1941
Prefeitura Municipal	Relação das Praças Pertencentes à Guarda Municipal	papel	Abr-1929
Conselho Municipal	Correspondência do Conselho Municipal	papel	1924-1929
Intendência Municipal	Movimento de Caixa	papel	1929
Exército	Relação das Praças Pertencentes à Municipalidade: Fardamentos e Armas	papel	1930
Interventoria Municipal	Atos Municipais	papel	1932-1938
Intendência e Interventoria Municipal	Correspondências Expedidas	papel	1929-1933
Intendência e Interventoria Municipal	Portarias	papel	1909-1914 1925-1929 1934
Intendência Municipal	Livro de Frequência da 2ª. Escola Pública, do Sexo Masculino, do 1º. Distrito	papel	1912
Intendência Municipal	Cópias de Correspondências	papel	1913-1914
Intendência Municipal	Cópia de Ofícios	papel	1913-1914
Intendência Municipal	Termos de Contrato dos Professores Municipais	papel	1913
Intendência Municipal	Registro dos Empregados na Intendência Municipal de SAPatrulha	papel	1916
Intendência Municipal	Registro de Ofícios, Portarias, Telegramas e outras Correspondências Oficiais	papel	1917-1919 1921-1923 1923-1925 1925-1929

Intendência Municipal	Atas de Exames de Habilitação de Professores	papel	1918-1928
Intendência Municipal	Registro de Relatórios Mensais	papel	1918
Usina Municipal	Registro dos Consumidores de Energia Elétrica	papel	1923
Intendência Municipal	Registro de Portarias (Livro 1)	papel	1901-1909
Interventoria Municipal	Atas das Seções do Conselho Consultivo (Livro 1)	papel	1931-1936
Interventoria Municipal	Registro de Títulos de Concessão de Terras do Município de SAPatrulha	papel	1933
Interventoria Municipal	Registros de Ofícios Expedidos	papel	1933-1936
Interventoria Municipal	Atas	papel	1936-1937
Interventoria Municipal	Subsídios dos Vereadores	papel	1937
Usina Municipal	Taxa de Serviços de Eletricidade	papel	1937
Interventoria Municipal	Livro de Cauções	papel	1937
Intendência e Interventoria Municipal	Caderno de Chamada do Chicolomã	papel	1922-1937
Interventoria Municipal	Livro de Atas do Diretório Municipal de Geografia	papel	1939
Interventoria Municipal	Viação Rural 4º Distrito	papel	1939
Intendência e Interventoria Municipal	Livro para uso exclusivo de Editais	papel	1926-1940
COP	Controle de Caixa	papel	1943,1944 1945 (4) 1946 1946 (dez) 1947 (3) 1947-1948 1948 1948-1949 1949 (2) 1949-1950 1950-1051
Usina Municipal	Registro dos Consumidores de Energia Elétrica	papel	1946
COP	Diário da firma Engenho São Francisco Ltda.	papel	1950
COP	Diário da firma Villa Verde, Cauduro e Cia. Ltda.	papel	1951-1953
Câmara Municipal	Livro de Eleitores Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	papel	1852-1858
Câmara Municipal	Livro de Eleitores São Francisco de Paula de Cima da Serra	papel	1849-1873

Conselho Municipal	Livro de Eleitores 3º Distrito Santo Antônio da Patrulha	papel	1901-1904
Interventoria Municipal	Telegramas e fonogramas expedidos	papel	1936-1937
Interventoria Municipal	Ofícios Expedidos	papel	1935
Interventoria Municipal	Telegramas Cartas e Ofícios Recebidos	papel	1936
Interventoria Municipal	Mensagens enviadas à Câmara	papel	1936-1937
Interventoria Municipal	Cartas remetidas	papel	1936-1937
Interventoria e Prefeitura Municipal	Livro de Protocolo de Correspondências	papel	1943-1947
Intendência e Interventoria Municipal	Livro de Atas de Instalações de Distritos	papel	1926-1938
Intendência Municipal	Certificado de Alistamento Militar	papel	1920-1924
Câmara Municipal	Sorteio dos Cidadãos Apurados para o Serviço do Exército e Armada	papel	1876-1879
Câmara e Intendência Municipal	Atas da Junta de Alistamento Militar	papel	1882-1891 1908 1908-1921
Câmara Municipal	Lista Geral de Eleitores	papel	1876-1880
Interventoria Municipal	Usina Elétrica	papel	1937-1942
Intendência municipal	Atas do Alistamento Eleitoral	papel	1897-1899
Câmara Municipal	Atas de Instalação dos trabalhos da Junta de Alistamento Militar	papel	1875-1882
Intendência Municipal	Atas de instalação dos trabalhos da Junta de Alistamento Militar	papel	1908-1912 1912-1925
Intendência Municipal	Alistamento Militar	papel	1909-1916
Câmara Municipal	Registro de Marcas	papel	1851
Interventoria Municipal	Registro dos presos recolhidos à cadeia civil e xadrez da Vila de Santo Antônio da Patrulha	papel	1931-1932
Intendência Municipal	Registro de Prisões	papel	1926
Delegacia de Polícia	Registro de Audiências	papel	1857-1862
Exército	Livro de Atas de Juramento e Posse de Oficiais	papel	1858-1872
Conselho Municipal	Atas do Conselho Municipal	papel	1909-1921 1921-1927 1927-1930
Intendência e Interventoria Municipal	Registro de Atos Municipais	papel	1926-1932

Prefeitura Municipal	Lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões	papel	1948
Interventoria Municipal	Protocolo de documentos recebidos	papel	1940-1943
Prefeitura Municipal	Cemitério: Livro de Sepultamentos	papel	1941-1963
Intendência, Interventoria e Prefeitura Municipal	Registro de Veículos: Registro de marcas, guias de trânsito e outras providências	papel	1929-1983
Câmara de Vereadores	Conselho Municipal de Recurso	papel	1860-1874
Câmara de Vereadores	Atas da Junta de Qualificação de votantes de São Domingos das Torres	papel	1847-1855
Exército	Matrícula de alistados pelo Conselho de Qualificação	papel	1860-1874
Intendência Municipal	Atas das eleições municipais para Intendente	papel	1924-1928 1924-1930
Intendência Municipal	Atas das eleições municipais para Conselheiros Municipais	papel	1924-1928
Intendência Municipal	Lançamento da décima urbana	papel	1905-1910
Câmara de Vereadores	Atas da Junta de Qualificação de votantes de São Francisco de Paula de Cima da Serra	papel	1858-1863
Câmara de Vereadores	Atas da Junta de Qualificação de votantes de São Paulo da Lagoa Vermelha	papel	1858-1864
Câmara de Vereadores	Atas de eleições de São Paulo da Lagoa Vermelha	papel	1857
Câmara de Vereadores	Atas da Junta de Qualificação de votantes	papel	1852-1872 1855-1856
Conselho Municipal	Lista de eleitores	papel	1928
Justiça Eleitoral	Ata da eleição do Conselho Municipal	papel	1910
Justiça Eleitoral	Transcrição das atas das eleições	papel	1920-1923
Justiça Eleitoral	Atas das eleições municipais	papel	1908-1912 1917-1922
Justiça eleitoral	Livro de assinatura de eleitores votantes	papel	1908-1912
Justiça Eleitoral	Livro de assinaturas dos eleitores das eleições municipais	papel	1908-1912 1912
Justiça Eleitoral	Atas da instalação da Comissão de Alistamento eleitoral	papel	1895-1897
Justiça Eleitoral	Atas de qualificação eleitoral	papel	1892 1895-1897
Justiça Eleitoral	Atas de alistamento eleitoral distrito de Rolante	papel	1895
Justiça Eleitoral	Atas da Comissão de Alistamento Eleitoral	papel	1892-1896 1903-1904
Justiça Eleitoral	Atas das eleições municipais	papel	1869-1874 1912-1920

Justiça Eleitoral	Transcrições das atas da instalação e da eleição para presidente da República	papel	1918-1920
Justiça Eleitoral	Livro de Qualificação de Votantes	papel	1870-1875
Justiça Eleitoral	Lançamento das Atas para eleitores da Freguesia de Nossa senhora da Oliveira da Vacaria	papel	1868-1873
Justiça Eleitoral	Atas e Alistamento de votantes da Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	papel	1872-1874
Justiça Eleitoral	Atas das Eleições da Freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha	papel	1860-1872
Justiça Eleitoral	Atas das Eleições da Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	papel	1860-1873
Justiça Eleitoral	Atas das Eleições da Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	papel	1860-1872
Justiça eleitoral	Livro de Lançamento de Qualificação de Votantes	papel	1872-1873
Justiça eleitoral	Assinatura de Eleitores Votantes	papel	1908-1912
Justiça eleitoral	Atas dos Trabalhos das Eleições Municipais	papel	1908-1912
Justiça eleitoral	Assinaturas dos Eleitores Votantes	papel	1908-1912
Justiça eleitoral	Atas de Qualificação de Votantes de Vacaria	papel	1861-1865
Justiça eleitoral	Atas das Eleições Municipais	papel	1896-1900
Justiça eleitoral	Livro de Assinaturas de Eleitores Votantes nas Eleições Municipais	papel	1896-1899 1896-1900
Justiça eleitoral	Atas da Comissão de Alistamento Eleitoral de Entrepelado	papel	1897-1898
Justiça eleitoral	Atas da Comissão e Alistamento Eleitoral de Rolante	papel	1897-1898
Justiça eleitoral	Atas da Comissão do Alistamento Eleitoral dos Eleitores Federais	papel	1897
Justiça eleitoral	Atas das Eleições para Intendente	papel	1896-1900
Justiça eleitoral	Atas das Eleições Municipais	papel	1908-1912 1908-1920
Justiça eleitoral	Livro de Assinatura de Eleitores Votantes	papel	1908
Prefeitura e Interventoria Municipal	Diário Analítico	papel	1936-1937 1953
Câmara Municipal	Atas das Juntas Municipais	papel	1876
Prefeitura Municipal	Código de Posturas (Projeto)	papel	1952
Câmara de Vereadores	Livro de Requerimentos e Afins	papel	1955-1960
Câmara de Vereadores	Projetos de Lei	papel	1960
Câmara de Vereadores	Projetos de Lei e Resolução	papel	1973-1975
Câmara de Vereadores	Protocolo de Correspondências Recebidas	papel	1960-1964

Câmara de Vereadores	Projetos de Lei aprovados	papel	1960
Partido Político	Livro de Atas de Reuniões do Diretório e Comissão Executiva da Arena Municipal	papel	1975
Partido Político	Livro de Presenças das Reuniões do PTB	papel	1957
Interventoria Municipal	Livro de Requerimentos	papel	1941
Interventoria Municipal	Livro de Correspondências diversas	papel	1941
Interventoria Municipal	Livro de Impostos do 7º Distrito	papel	1945
Prefeitura Municipal	Livros de Protocolos nºs 9 e 10	papel	1960
Interventoria Municipal	Livro Razão	papel	1945
Câmara Municipal	Livro de Atas	papel	1874
Justiça Eleitoral	Inscrição do Alistamento de Eleitores	papel	1915
Justiça Eleitoral	Transcrição de Alistamento de Eleitores	papel	1905 1906 1914
Intendência Municipal	Lançamento de Atas	papel	1913
Justiça Eleitoral	Inscrição de Alistamento Eleitoral	papel	1905
Justiça Eleitoral	Livro de Recibos dos Eleitores do Município de SAPatrulha	papel	1905 1907 1908 1912
Justiça Eleitoral	Livro de Atas da Comissão Organizadora das Mesas Eleitorais do Município de SAPatrulha	papel	1905
Justiça Eleitoral	Atas das Reuniões da Comissão de Alistamento do Município de SAPatrulha	papel	1905
Justiça Eleitoral	Livro de Recibos dos Títulos dos Eleitores Alistados no Município de SAPatrulha	papel	1905
Justiça Eleitoral	Livro de Assinaturas dos Eleitores da 6ª Seção	papel	1906
Justiça Eleitoral	Livro para Transcrição das Atas dos Eleitores do Município de SAPatrulha	papel	1906
Justiça Eleitoral	Livro de Atas das Eleições Federais do Município de SAPatrulha: 5ª Seção	papel	1906
Justiça Eleitoral	Livro de Transcrição de Atas das Eleições Federais do Município de SAPatrulha: 8ª Seção	papel	1909
Justiça Eleitoral	Livro de Atas das Eleições Federais do Município de SAPatrulha: 1ª Seção	papel	1906
Justiça Eleitoral	Inscrição dos Eleitores do Município de SAPatrulha	papel	1910
Justiça Eleitoral	Atas das Reuniões da Comissão de Alistamento Eleitoral do Município de SAPatrulha	papel	1910
Justiça Eleitoral	Livro de Assinaturas dos Eleitores da 5ª Seção	papel	1906

Justiça Eleitoral	Livro de Notas das Eleições Federais do Município de SAPatrulha: 8ª Seção	papel	1909
Justiça Eleitoral	Livro para Assinaturas de Eleitores do Município de SAPatrulha	papel	1909
Justiça Eleitoral	Livro de Alistamento Geral dos Eleitores Estaduais	papel	1907
Justiça Eleitoral	Livro de Atas das Eleições Federais do Município de SAPatrulha: 4ª Seção	papel	1906
Justiça Eleitoral	Livro para Transcrição das Atas das Eleições do Município de SAPatrulha: 3ª Seção	papel	1906
Justiça Eleitoral	Livro para Transcrição das Atas das Eleições do Município de SAPatrulha	papel	1912
Justiça Eleitoral	Livro para Assinaturas dos Eleitores do Município de SAPatrulha: 11ª Seção	papel	1912
Justiça Eleitoral	Livro para Transcrição do Alistamento Geral dos Eleitores Estaduais do Município de SAPatrulha	papel	1907
Justiça Eleitoral	Livro de Atas das Eleições Federais do Município de SAPatrulha: 2ª Seção	papel	1906
Justiça Eleitoral	Livro da 2ª Seção no 2º Distrito Miraguaia	papel	1903
Justiça Eleitoral	Livro para Lançamento das Atas dos Trabalhos do Alistamento Eleitoral do Estado	papel	1907
Justiça Eleitoral	Livro para Assinaturas dos Eleitores Estaduais	papel	1907
Justiça Eleitoral	Livro de Atas do Primeiro Alistamento Militar	papel	1906
Justiça Eleitoral	Livro da 4ª Seção do 3º Distrito Rolante	papel	1904
Interventoria Municipal	Livro da 1ª Seção do 1º Distrito: Alistamento Estadual	papel	1904
Interventoria Municipal	Folha dos Funcionários de SAPatrulha	papel	1938
Intendência Municipal	Encontros dos Funcionários da Administração Municipal Internos e Externos: Estatística	papel	1927
Intendência Municipal	Registro dos Empregados e Professores da Intendência	papel	1922 1925
Intendência Municipal	Dívida Ativa: 1º Distrito	papel	1924
Interventoria Municipal	Livro de Funcionários	papel	1936
Intendência Municipal	Livro de Termos de Contrato de Guardas Municipais	papel	1916
Intendência e Interventoria	Portarias	papel	1925-1929 1934
Intendência Municipal	Livro de Lançamento das Matrículas do Contingente da Guarda Municipal	papel	1917
Interventoria Municipal	Funcionários Internos	papel	1935
Intendência Municipal	Atas da Comissão de Alistamento Militar	papel	1904
Justiça Eleitoral	Atas de Alistamento Eleitoral do Estado da 1ª Seção	papel	1905

Intendência Municipal	Termos de Compromissos Prestados pelos Inspetores de Quarteirões e Outros	papel	1917
Justiça Eleitoral	Atas de Alistamento Geral de Eleitores Federais do Município	papel	1903-1904
Justiça Eleitoral	Livro de Atas e Qualificação de votantes 3º Distrito	papel	1892-1897
Justiça Eleitoral	Livro de assinatura de votantes 3ª seção do 1º Distrito	papel	1891-1898
Justiça Eleitoral	Livro de Atas e Lista Geral de revisão do Alistamento Eleitoral	papel	1892-1895
Justiça Eleitoral	Livro de Atas e Alistamento Eleitoral da 2ª Seção do 2º distrito	papel	1892
Justiça Eleitoral	Livro de Atas e Alistamento Eleitoral do Estado, da 5ª seção do 3º Distrito	papel	1905-1906
Justiça Eleitoral	Atas do Alistamento Eleitoral do 2º distrito	papel	1890
Justiça Eleitoral	Livro de Atas do Alistamento Eleitoral do Estado, 1ª seção do 2º distrito	papel	1897-1898
Justiça Eleitoral	Livro de Atas do Alistamento Eleitoral do Estado: 4ª seção do 3º distrito	papel	1903
Justiça Eleitoral	Livro de Atas do Alistamento Eleitoral Federal 1ª seção do 1º distrito	papel	1903
Justiça eleitoral	Livro de Atas do Alistamento Eleitoral: 4ª Seção do 3º distrito	papel	1903
Justiça eleitoral	Livro de Atas do Alistamento Geral dos eleitores estaduais	papel	1903-1904
Justiça Eleitoral	Transcrição do Alistamento Geral dos Eleitores Estaduais	papel	1905-1906

SÃO BORJA

Arquivo Histórico Municipal de São Borja

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Municipal de São Borja

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 1.317, de 14 de maio de 1985

Vínculo institucional: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SMCTEL) da Prefeitura de São Borja

Data do início do funcionamento: abril de 2005

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico dispõe de documentação pertencente à administração pública de São Borja

Política de aquisição/recebimento de acervo: toda a documentação, até a presenta data, que foi adquirida e/ou recebida, provém das demais secretarias da administração pública de São Borja

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30

Localização: Alameda Modesto Nolibos Picon, nº 403. Bairro José Pereira Alvarez. São Borja/RS. CEP: 97.670-000

Telefone de contato: (55) 3430-1425

E-mail de contato: smctel@saoborja.rs.gov.br

Responsável: Vania Maria Lima Alves Cardoso, Secretária da SMCTEL

Possibilidades de acesso: presencial

Instrumentos de pesquisa: índice

Observações: o Arquivo Histórico Municipal de São Borja, atualmente, está em processo de organização, não contando ainda com um

profissional arquivista no local. Porém, mesmo com ausência do profissional técnico, o arquivo encontra-se organizado e apto à pesquisa

Data do preenchimento: 16/03/2022

Responsável pelas informações: Vania Maria Lima Alves Cardoso

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal	Livros de Registros de Atas	papel	1842-1858
Câmara Municipal	Livros de Registros de Atas	papel	1850-1875
Câmara Municipal	Livros de Registros de Correspondências	papel	1859-1889
Câmara Municipal	Livros de Registros de Ofícios	papel	1862-1889
Câmara Municipal	Livros de Registros de Despesas e Balancetes	papel	1874-1890
Câmara Municipal	Livros de Juramentos	papel	1861-1864 1866-1889
Câmara Municipal	Livros de Alistamento Eleitoral	papel	1850-1889
Câmara Municipal	Livros de Registros de Marcas	papel	1862-1889
Câmara Municipal	Livros de Registros de Atos	papel	1908-1916 1916-1928 1919-1930 1928-1931 1933
Intendência Municipal	Livros de Registros de Correspondências	papel	1889-1945 1945-1948
Intendência Municipal	Livros de Registros de Telegramas	papel	1900-1945
Intendência Municipal	Livros de Registros de Ofícios	papel	1889-1946
Intendência Municipal	Livros de Alistamento Eleitoral	papel	1889-1899
Intendência Municipal	Livros de Juramentos	papel	1889-1908
Intendência Municipal	Livros de Atas das Eleições Municipais e para Deputados	papel	1889-1935
Intendência Municipal	Livros de Registros de Marcas	papel	1889-1946
Intendência Municipal	Livros de Registros de Óbitos	papel	1897-1946
Intendência Municipal	Livros de Requerimentos de Terrenos	papel	1900-1946
Prefeitura Municipal	Livros de Registros de Marcas	papel	1946-1950
Prefeitura Municipal	Livros de Requerimentos de Terremos	papel	1946-1953
Prefeitura Municipal	Livros de Registros de Óbitos	papel	1946-2000

SÃO FRANCISO DE ASSIS

Arquivo Público Municipal de São Francisco de Assis

Denominação do Arquivo: Arquivo Público Municipal de São Francisco de Assis

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 1.007, de 29 de julho de 2016, que dispõe sobre a criação do Arquivo Público Municipal de São Francisco de Assis RS, e define as diretrizes da política municipal de arquivos públicos e privados e de interesse público e social e cria o Sistema Municipal de Arquivos

Vínculo institucional: o Arquivo é vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Data do início do funcionamento: instituído por Lei, a partir de 29 de julho de 2016

Trajetória institucional: através da Lei nº 1007/2016, foram estabelecidas as diretrizes da política municipal dos arquivos públicos e privados, analógicos e digitais, de interesse público e social, e criado o Sistema Municipal de Arquivos

Política de aquisição/recebimento de acervo: através da cadeia de custódia de documentos do Poder Executivo Municipal e identificação das atividades-meio e atividade-fim da Prefeitura, os documentos produzidos através das atividades ou funções dos servidores públicos e registrados em uma forma fixa e conteúdo estável, são documentos arquivísticos, íntegros e com fé pública. Hoje em dia pode-se identificar o documento no ato da sua produção, se é de guarda permanente (histórico) ou o tempo de guarda ele que ele deve

cumprir, através do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos Arquivísticos

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 14h

Localização: Rua João Moreira, nº 1707. Bairro Centro. São Francisco de Assis/RS. CEP: 97.610-000

Telefone de contato: (55) 3252-2747

E-mail de contato: arquivo@saofranciscodeassis.rs.gov.br

Responsável: Fabiana Ciocheta Mazuco, Diretora Arquivista

Possibilidades de acesso: sim. Acesso e difusão conforme LAI - Lei de Acesso à Informação e LGPD

Instrumentos de pesquisa: pesquisa através do cadastro nacional e entidades custodiadoras de acervos arquivísticos (Codearq); Plano de Classificação de Documentos Arquivísticos

Observações: a custódia dos documentos do Arquivo Público Municipal está organizada de uma forma descentralizada, com registro no Codearq, Plano de Classificação de Documentos, Tabela de Temporalidade Documental, Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, Regimento Interno e Lei Municipal nº 1007/2016, que garantem a gestão, difusão, preservação, conservação, acessibilidade, autenticidade e integridade aos documentos

Data do preenchimento: 14/03/2022

Responsável pelas informações: Fabiana Ciocheta Mazuco, arquivista

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Atas de Eleições	papel	1906 a 1912
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livro de Recibos de Títulos Eleitorais	papel	1915
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Assinaturas de Eleitores	papel	1881 a 1915
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Atas de Eleitores	papel	1892 a 1900
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Atas de Nomeação de Mesários	papel	1919 a 1929
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Atas da Intendência	papel	1908 a 1913
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Atas da Câmara e Intendência	papel	1812 a 1933
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livro de Atas da Guarda Municipal	papel	1892
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Controle de Registros da Guarda Municipal	papel	1912 a 1922
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Atas de Controle de Expediente	papel	1896 a 1901
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Correspondências Expedidas e Recebidas da Intendência, Interventoria e Prefeitura	papel	1892 a 1898 1913 a 1916 1934 a 2000
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Registros de Serviços Diários da Intendência	papel	1908 a 1913
BR RSAPMSFA 001.1 Gestão do Governo Municipal	Livros de Registro de Telegramas da Intendência	papel	1901 a 1924
BR RSAPMSFA 004 Acordos, ajustes, contratos, convênios	Livros de Contratos lavrados com a Intendência, Interventoria e Prefeitura	papel	1918 a 1936 1932 a 1955
BR RSAPMSFA 005 Serviços Jurídicos BR RSAPMSFA 005.1 Coordenação, controle e orientação da atuação jurídica e acompanhamento de ações judiciais	Livros de Procurações do 3º Distrito de São Francisco de Assis	papel	1874 a 1924
BR RSAPMSFA 005.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	Índices de Chácaras do município	papel	S/D
BR RSAPMSFA 005.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	Livros de Títulos de Aforamento	papel	1908 a 1928
BR RSAPMSFA 007 Urbanização	Livros de Atas de Tabelamento de Controle de Obras	papel	1939 a 1940
BR RSAPMSFA 009 Administração do Cemitério	Livros de Registro de Pagamento de Carneiras	papel	1950 a 1973

BR RSAPMSFA 009 Administração do Cemitério	**Livros de Registro de Compra de Terrenos; exumações**	**papel**	**1950 a 1973**
BR RSAPMSFA 040 Patrimônio BR RSAPMSFA 041.1.3 Doação	**Alvarás de terras; Requerimento de terras**	**papel/ digital**	**1885 a 1992**
BR RSAPMSFA 050 Orçamento e Finanças BR RSAPMSFA 052.2.1 Receita	**Livro Caixa; Livro Diário**	**papel**	**1915 a 1941 1917 a 1973 1967 a 1986**
BR RSAPMSFA 050 Orçamento e Finanças BR RSAPMSFA 052.2.2 Despesa	**Livros de Registro de Impostos**	**papel**	**1914 a 1968**
BR RSAPMSFA 050 Orçamento e Finanças BR RSAPMSFA 052.2.2 Despesa	**Livros da Dívida Ativa**	**papel**	**1917 a 1973**

Obs.: o acervo está em processo de classificação e digitalização.

SÃO GABRIEL

Arquivo Municipal de São Gabriel

Denominação do Arquivo: Arquivo Municipal de São Gabriel

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Ato nº 09, de 21 de novembro de 1928

Vínculo institucional: o Arquivo Municipal está ligado à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, da Prefeitura de São Gabriel

Data do início do funcionamento: 1928

Trajetória institucional: criado em 1928, pelo Ato nº 09 de 21 de novembro, ficou localizado no Palácio Plácido de Castro - Prefeitura Municipal, na Rua Duque de Caxias, nº 268, Centro. Em 2007, o Arquivo foi transferido para o prédio da Rua Barão de São Gabriel, nº 1242. No ano de 2010, o Arquivo Municipal passou por uma organização estrutural. Em 2017 foi aberto um espaço para pesquisa e visita técnica das Escolas Sesc/Senai de São Gabriel

Política de aquisição/recebimento de acervo: os documentos enviados para o Arquivo Municipal são dos setores da Prefeitura Municipal de São Gabriel; são documentos administrativos e financeiros. Os documentos são enviados em caixas de polionda para melhor armazenamento e conservação do acervo. Possui em média 2 milhões de documentos administrativos e financeiros, tendo um movimento mensal de 150 documentos entre saída e retorno de documentos

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30

Localização: Rua: Barão de São Gabriel, nº 1242, Bairro: Centro. São Gabriel/RS. CEP: 97.300-438

Telefone de contato: (55) 3232-1336

E-mail de contato: arquivo_municipal@saogabriel.rs.gov.br

Responsável: Melina Pereira, Arquivista e Técnica em Arquivo

Possibilidades de acesso: solicitação por telefone, e-mail e registro de protocolo para pesquisa interna; presencial

Instrumentos de pesquisa: as buscas são feitas pelos funcionários, caso algum setor solicite uma documentação. A organização é feita por método de classificação funcional, baseado na função do órgão produtor (setores/secretarias), seguindo uma sequência de ordem cronológica, para melhor localizar os documentos e facilitar a busca para os funcionários

Datas do preenchimento: 18/03/2022, 30/03/2022 e 09/05/2022

Responsável pelas informações: Melina Pereira

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel/ digital**	**1846-1850**	**Acervo Particular/ digitalizado**
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1851-1856**	**Acervo Particular/ Possibilidade de digitalização**
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1856-1865**	**Acervo Particular/ Possibilidade de digitalização**
Câmara Municipal	**Livro de Atass**	**papel**	**1865-1876**	**Acervo Particular/ Possibilidade de digitalização**
Câmara Municipal	**Livro de Ofícios**	**papel**	**1876-1885**	**Acervo Particular/ Possibilidade de digitalização**
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1860-1896**	**Acervo Particular/ Possibilidade de digitalização**
Câmara Municipal	**Livro de Ofícios**		**1889-1890**	**Acervo Particular/ Possibilidade de digitalização**

Obs.: O Arquivo Municipal não possui a salvaguarda das Atas do ano de 1846 a 1890. Elas estão em um Acervo Particular (Biblioteca Osório Santana Figueiredo), com possibilidade de digitalização e cópias a partir do mês de julho de 2022. A arquivista responsável pelo Arquivo Municipal está trabalhando na digitalização das Atas do ano de 1846 a 1850, no Museu Nossa Senhora do Rosário Bom Fim. Após finalizar o trabalho, as cópias serão encadernadas e mantidas como acervo permanente no Arquivo Municipal para futuras pesquisas.

A Biblioteca Osório Santana Figueiredo possui a salvaguarda dos Livros de Atas do ano de 1846 a 1890 - Fundo Documental Câmara Municipal. Este acervo está sob a responsabilidade de Beraldo Lopes Figueiredo, que disponibilizou as atas para a digitalização. Este acervo foi salvo do fogo, por Osório Santana Figueiredo, no ano de 1992, em uma época obscura, em que os documentos eram queimados, sem lista de eliminação e sem a responsabilidade de processo pelo Estado.

SÃO JOSÉ DO NORTE

Arquivo Público Municipal de São José do Norte

Denominação do Arquivo: Arquivo Público Municipal de São José do Norte

Âmbito: Público Municipal

Vínculo institucional: à Secretaria Municipal de Administração

Data do início do funcionamento: a partir do início da Intendência

Trajetória institucional: desde a fundação do prédio da Intendência, em 1898, toda a documentação produzida pela administração e pelo Conselho Municipal qie ocupava o mesmo espaço começaram a constituir o acervo do Arquivo. Em 1988, o prédio da Intendência foi interditado e os três setores (Prefeitura, Câmara e Arquivo) foram para locais distintos. O acervo do Arquivo ocupou duas salas de aula e somente em 1998 foi encaminhado ao local, onde até hoje ocupa. Nestas mudanças e trocas de funcionários, muita documentação foi perdida, extraviada e roubada por pesquisadores. Somente em 2000, com a realização do primeiro concurso público para bibliotecário, um dos profissionais aprovada, foi encaminhado ao setor com a incumbência de organizá-lo, e lá permanece até hoje

Política de aquisição/recebimento de acervo: toda a documentação produzida pelos setores da Administração é encaminhada ao Arquivo para ser classificada, armazenada e pronta para atender às necessidades de pesquisa

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h

Localização: Rua Edgardo Pereira Velho – Centro Administrativo da Prefeitura Municipal. São José do Norte/RS. CEP: 96.225-000

Telefone de contato: (53) 3238-1771

E-mail de contato: arquivo@gov.com.br

Responsável: Lizete Terezinha dos Santos Abreu

Possibilidades de acesso: site da Prefeitura Municipal

Instrumentos de pesquisa: não tem

Data do preenchimento: 29/05/2019

Responsável pelas informações: Lizete Terezinha dos Santos Abreu

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal	**Livro de Atas**	**papel**	**1832**	
Câmara Municipal	**Correspondência Recebida**	**papel**	**1832-1889**	
Câmara Municipal	**Correspondência Expedida**	**papel**	**1832-1890**	
Câmara Municipal	**Estatísticas Municipais**	**papel**	**1856-1870**	**Epidemia da cólera e da população**

SÃO LEOPOLDO

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL)
Acervo do Arquivo Municipal

Denominação do Arquivo: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Âmbito: Privado

Ato de criação: 20/09/1959

Vínculo institucional: Instituição comunitária, de direito privado

Data do início do funcionamento: 20/09/1959

Trajetória institucional: o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo foi fundado em 20 de setembro de 1959 para salvar do esquecimento, da perda e da destruição, objetos, livros, cartas, jornais, documentos e outros elementos que se referiam à história da imigração e colonização alemãs na região que formava a então Colônia de São Leopoldo, que atualmente abrange os municípios dos vales do Sinos e Caí. O acervo do museu conta a história de um povo que, com força e coragem, ajudou a construir o Rio Grande do Sul. São contribuições na cultura, arquitetura, política, religião e nas diversas áreas que compõem o cenário atual. Essa história de trabalho e integração está reunida aqui. O Museu Histórico Visconde de São Leopoldo é uma instituição privada, sem fins lucrativos, sendo mantido por uma rede de amigos e mantenedores que, com trabalho voluntário e apoio financeiro, permitem ao museu seguir na sua permanente missão de preservar e divulgar a história às novas gerações. Anualmente, milhares de crianças têm a oportunidade de usar o museu como sala de aula e, a partir das exposições, conhecerem um pouco mais sobre a história de seus antepassados e da região

Política de aquisição/recebimento de acervo: recebimento por meio de doações

Dias e horários de atendimento: de 3ª a sábado, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h30min

Localização: Av. Dom João Becker, 491. São Leopoldo/RS. CEP: 93.010-010

Telefone de contato: (51) 3592-4557

E-mail de contato: museuhistoricosl@museuhistoricosl.com.br

Responsável: Elisandra Brandão

Possibilidades de acesso: por enquanto pesquisas no local, mediante prévio agendamento e deliberação. Parte do acervo está sendo digitalizado e, em breve, haverá possibilidade de acesso online através do site www.museuhistoricosl.com.br

Instrumentos de pesquisa: necessário prévio agendamento

Observações: acesso aos documentos restrito apenas a pesquisadores homologados e vinculados a instituições de pesquisa

Data do preenchimento: março de 2022

Responsável pelas informações: Cássio Tagliari

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Assuntos Militares	papel	1851-1884
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Estatística	papel	1858-1884
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Ofícios	papel	1875-1878
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Relatórios	papel	1859-1869
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Obras Públicas	papel	1846-1889
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Atas	papel	1846-1856

Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Correspondência Expedida	papel	1846-1880
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Correspondência Recebida	papel	1846-1889
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Representações Populares: Naturalizações	papel	1846-1881
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Representações Populares: Requerimentos	papel	1843-1889
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Agricultura e Produção	papel	1846-1889
Câmara de Vereadores	Livro de Registro de Correspondência	papel	1883
Câmara de Vereadores	Livros de Registros sobre Cultura	papel	1848-1863
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Editais	papel	1847-1882
Câmara de Vereadores	Livros de Registros sobre Educação	papel	1846-1889
Câmara de Vereadores	Livros de Registros sobre Ordem Pública	Papel	1846-1887
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Propostas	papel	1835-1887
Câmara de Vereadores	Livros de Registros sobre Saúde	papel	1853-1886
Câmara de Vereadores	Livros de Registros de Registros de Terras e Terrenos	papel	1847-1888
Procuradoria	Livros Diversos: CM/OF	papel	1850-1880
Procuradoria	Livros Diversos: Fazenda	papel	1862-1887
Procuradoria	Livros Diversos: Procuradoria	papel	1866-1885
Procuradoria	Livros de Registros de Passos	papel	1850-1873
Serviços de Justiça	Livros de Registros de Eleições	papel	1846-1889
Serviços de Justiça	Livros de Registros de Processos	papel	1847-1863

SÃO SEPÉ

Arquivo Público Municipal de São Sepé

Denominação do Arquivo: Arquivo Público Municipal de São Sepé

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 3.620, de 09 de outubro de 2015

Vínculo institucional: órgão integrante do Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Administração

Trajetória institucional: o Arquivo da Prefeitura Municipal de São Sepé, inicialmente, se localizava em um prédio que possuía graves problemas estruturais. Em dezembro de 2010, o Arquivo foi transferido para o Centro Administrativo Social (CAS), prédio ocupado pelas Secretarias de Saúde e Assistência Social e Farmácia Popular. Neste novo espaço, o Arquivo sanou, em grande parte, os problemas estruturais apresentados anteriormente, porém, a sala era dividida com material sujeito a sinistro (*eucatex*), com incidência de sol e calor, infiltração no piso e espaço insuficiente. Em 2018 ocorreu a mudança do Arquivo para o prédio atual. Quanto à estrutura do Arquivo, houve significativa melhora em alguns pontos: maior capacidade de armazenamento, ambiente mais adequado para o Arquivo Municipal, em prédio próprio, monitoramento e alarme contra incêndio. No entanto, alguns pontos ainda são negativos, como a falta de controle da temperatura e umidade relativa do ar e de espaço para a documentação que deverá ser transferida ou recolhida nos anos seguintes. Após a mudança, a organização do Arquivo vem sendo realizada gradualmente. O Arquivo Municipal é responsável pela organização, guarda, preservação e acesso dos documentos do Executivo Municipal. São realizados os seguintes serviços: a) *Reprodução de docu-*

mentos – o Arquivo Público realiza cópias de documentos mediante requerimento no Setor de Protocolo da Prefeitura, na Rua Plácido Chiquiti, 900. A cópia do documento somente será entregue com a presença do solicitante na sede do Arquivo Público Municipal, na Rua Percival Brenner, e com a apresentação de documento de identificação ou pelo e-mail cadastrado no momento da solicitação protocolada; b) *Pesquisas* – para comprovar Contribuições e Tempo de serviço. Os servidores efetivos ou exonerados da Prefeitura devem protocolar um pedido de pesquisa junto ao Protocolo da Prefeitura, destinado ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal, na rua Plácido Chiquiti, 900. *Pesquisas Históricas* – apesar da documentação histórica do Arquivo Público ser bastante reduzida, são realizadas pesquisas históricas no acervo; c) *Empréstimos para usuários internos* – com objetivo de atender à gestão do pode

Acervo: o acervo do Arquivo Público é composto por documentos produzidos pelas Secretarias da Prefeitura Municipal. Trata-se de um acervo totalmente textual e constituído, predominantemente, por documentos de valor administrativo (primário). Os documentos em maior volume são as notas de empenho, guias de pagamento de impostos municipais, folhas de pagamento e acordos para parcelamento de dívidas, registros de marca, fichas de atendimento ambulatorial, prontuários. Apesar de seu caráter administrativo, o Arquivo Público possui um pequeno conjunto de documentos com valor histórico (secundário)

Política de aquisição/recebimento de acervo: o Arquivo somente recolhe documentos previamente organizados, minimamente higienizados e acondicionados em caixas, devidamente identificadas (tipologia documental, datas, produtores). Por meio de ofício circular de 2013 ficou definido que as Secretarias só podem transferir documentos produzidos há mais de 5 anos, até que os prazos de guarda e destinação sejam aprovados na TTD (Tabela de Temporalidade de Documentos), em fase de aprovação pela CPAD (Comissão Permanete de Avaliação Documental)

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 07h30 min às 13h30min

Localização: Rua Percival Brenner, s/nº, Centro, São Sepé/RS. CEP: 97.340-000

Telefone de contato: (55) 3233-8143

E-mail de contato: arquivo@saosepe.rs.gov.br

Responsável: Lídia Nascimento de Lima

Possibilidades de acesso: o acesso às informações públicas, no âmbito do Poder Executivo Municipal, é regulamentado pelo Decreto nº 3.624, de 3 de setembro de 2012, que instituiu o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), vinculado à Secretaria Municipal de Administração

Instrumentos de pesquisa: inexistentes**.** Mas, o plano de classificação estrutural desenvolvido para o Arquivo Municipal, entre 2016-2018, auxilia como instrumento de pesquisa

Data do preenchimento: 13/06/2019

Responsável pelas informações: Lídia Nascimento de Lima, Arquivista

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Intendência Municipal	Livros de Impostos	papel	1904-1910 1920
Intendência Municipal	Livros de Atos e Ofícios	papel	1912-1913 1923-1929
Prefeitura Municipal	Livros de Impostos	papel	1956-1957
Interventoria Municipal	Livros Caixa e Livros Diário	papel	1931-1934
Interventoria Municipal	Livros Caixa e Livros Diário	papel	1942 1944-1954
Interventoria Municipal	Livros de Atas da Comissão Municipal de Preços	papel	1943-1945
Prefeitura Municipal	Livros de Atas da Comissão Municipal de Preços	papel	1945-1954
Cemitério Municipal	Registros de Óbitos	papel	1929-1990

SOLEDADE

Arquivo Histórico Municipal de Soledade

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Municipal de Soledade

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei Municipal nº 1.545, de 19/09/1980

Vínculo institucional: Prefeitura Municipal de Soledade, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SMECD, Departamento Cultural

Data do início do funcionamento: 1980

Trajetória institucional: o Departamento Cultural de Soledade, situado no Centro Cultural Municipal Ministro Lauro Franco Leitão e subordinado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto/ SMECD, é o setor da Prefeitura Municipal responsável pela área cultural no município. É composto por professores e funcionários capacitados para melhor atender e auxiliar na construção do entendimento e exaltação das diferentes formas culturais da população soledadense. Desta forma, oferece uma teia cultural que disponibiliza a toda comunidade o acesso a diversas formas de cultura. É sob sua responsabilidade que fica o Arquivo Histórico Municipal, a Biblioteca Pública Municipal Alcides Maia, o Museu Histórico Municipal e diversos setores de aprendizado de artes, música e teatro, entre outros. A formação do acervo do Arquivo Histórico Municipal se deu a partir da criação do Museu Histórico Municipal, pela Lei Municipal nº 1545/80. A célula inicial do museu foi uma exposição temporária de objetos antigos, organizada pela Educação municipal, na gestão do prefeito Ivo José Stein, durante um evento que aconteceu em 1978, conforme se constata em fotografias de álbum pertencente ao acervo do Arquivo (Pasta 138).

Em 1980, houve outra exposição – o Salão da Independência. Conforme relatou a Secretária Municipal de Educação, do período, Maria Helena Gonçalves Pinto, em seu livro Ensino Municipal em Soledade/RS (1960-1988): Registros – Constatações – Reflexões, "[...] A exposição gerou grande interesse na população. Como muitos objetos antigos e documentos foram doados ao município, na ocasião, resolveu-se criar legalmente o museu e organizá-lo para visitação permanente." Com isso, a SEMEC, atual SMECD, "organizou e credenciou comissões de pessoas da comunidade para visitarem as famílias e instituições com o objetivo de sensibilizá-las a doar utensílios, documentos, roupas, fotos, móveis e outros objetos antigos ou de valor histórico para a montagem definitiva do Museu (SMECD, Ata nº 08/80, p. 49. Livro de Atas de Eventos)". Em 1981, foi realizada uma segunda Exposição do Museu. Em 1988, foi criado o Regimento Interno do Museu que, em sua Seção I, tratou da consulta ao acervo documental, composto pelo acervo do atual Arquivo. Assim, com o decorrer do tempo, a criação de um espaço próprio para o Arquivo Histórico fez-se necessária. Atualmente, o arquivo possui uma sala própria junto ao museu

Política de aquisição/recebimento de acervo: a aquisição de documentos acontece sob a forma de doações de coleções e de documentação obtidas com particulares, relatos memorialísticos e de pesquisa, livros de atas e outros registros de instituições públicas ou particulares

Dias e horários de atendimento: o Centro de Cultura abre de 2ª à 6ª feira, das 8h às 11h30min e das 13h às 21 h. Nas quartas-feiras, o expediente é interno. As consultas ao arquivo são feitas somente nos turnos da manhã e da tarde

Localização: o Arquivo Histórico Municipal possui sala própria, no 2º pavimento do Centro Cultural de Soledade, localizado na Rua Benjamin Constant, 60. Centro. Soledade/RS. CEP: 99.300-000

Telefones de contato: (54) 3381-4543 e (54) 3381-9066

E-mail de contato: centro.cultural@soledade.rs.gov.br e museumunicipaldesoledade@gmail.com

Responsáveis: Ádria Brum de Azambuja, Diretora Municipal da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto; Thaís Bedin França, Coordenadora do Departamento Cultural Municipal; Adriana Walendorff Chiela, Historiadora, servidora estadual (cedida); Pablo Cassio Soares Vaz, Historiador e Assessor Cultural

Possibilidades de acesso: o acesso à documentação é universal e gratuito. O acervo pode ser analisado nas dependências do próprio arquivo. A documentação está sendo digitalizada, porém ainda não está disponível para acesso virtual

Instrumentos de pesquisa: o arquivo está organizado em sala própria dentro do Centro Cultural Municipal, sendo a busca feita pelo próprio pesquisador, acompanhado por um dos servidores /historiadores

Observações: 1. A Biblioteca Pública Municipal Alcides Maia, situada junto ao Arquivo e ao Museu Municipal, possui obras literárias e históricas de autores locais, com informações envolvendo os primeiros povoadores, muitos deles, senão a maior parte, de origem portuguesa ou insular. 2. O acervo histórico judicial de Soledade foi encaminhado em parte ao Arquivo Público do Estado - APERS e em parte ao Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo - AHRPF. 3. A parte antiga do acervo histórico do executivo e do legislativo soledadense está no Arquivo Público do Estado - APERS. 4. O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul detém a documentação existente sobre a imigração (Códices da Secretaria da Agricultura), bem como a relativa à regularização de terras. Os mapas correspondentes, que estiveram na EMATER local, foram encaminhados ao Governo do Estado. O acervo do Arquivo reúne uma rica hemeroteca. Mas registra-se que não foram editados jornais em Soledade, no período de 1942 a novembro de 1952

Data do preenchimento: 14/04/2022

Responsáveis pelas informações: Adriana Walendorff Chiela, Historiadora, servidora estadual (cedida); Rosi Capelari, membro da Academia Soledadense de Letras-ASL, cadeira n. 2

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Coletoria Federal em Soledade	Livro de Atas	papel	1949	Pasta 181
Doações de Particulares	Fotografias	papel	diversos	
Dossiês	Documentos, recortes de jornais, material biográfico ou histórico	papel, CD, slides e fitas-cassete	diversos	Pastas 02, 03, 05, 06, 09, 10, 12 – 23, 25, 26-29, 31-40, 42-43, 45-56, 58-76,78-82, 85, 88-120, 130, 134-140, 142-165, 167-174, 176, 181-220, 225-238
Escola Maurício Cardoso	Jornal	papel	1962	O Mauriciano
Exatoria Federal em Arvorezinha	Livro de Atas	papel	1962	Pasta 182
Exatoria Federal em Soledade	Livro de Registros	papel	1936 1943 1957	Livro Registro de Editais Pastas 30 e 167
Hospital de Caridade Santa Gema Galgani (atual Hospital Frei Clemente)	Livro de Atas	papel	1942-1961	Atas da Cruz Vermelha de Soledade Pasta 179
Imprensa Local	Jornal	papel	1952	A Notícia Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1923-1934	A Pátria Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1941	A Serra Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1937	A Tribuna Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1956	A Voz do Estudante Pasta 222
Imprensa Local	Jornal	papel	1935	Faísca Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1991-1992 1994-1995 2000	Folha de Soledade Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1993-1994 1996-1999 2000	Informativo Pasta 223

Imprensa Local	Jornal	papel	1908-1917	O Butucarahy
Imprensa Local	Jornal	papel	1929	O Guiso Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1936	O Orientador Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1965-1970 1971-1973 1975 1976-1983 1986-1987	O Paladino Pastas 221 e 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1938-1940	O Soledadense Pasta 223
Imprensa Local	Jornal	papel	1931	Pátria Nova Pasta 223
Biblioteca	Livros diversos	papel	1867-2018	
Mapas e Plantas Municipais	Mapas e plantas	papel	Diversos	Pastas 121-129, 131-133
Poder Executivo – Interventoria nomeada	Livros de Circulares recebidas da Diretoria – Governo do Estado	papel	1939-1943	2 volumes, Pasta 77
Poder Executivo – Intendência Municipal	Livro de Despesas e Pagamentos	papel	1934	
Poder Executivo – Interventoria nomeada	Livros Ponto	papel	1934 1937	Pasta 166
Poder Executivo – Prefeitura Municipal	Livros Ponto	papel	1947-1948 1952-1954 1956-1957 1966 1970 1973 1981	
Poder Executivo – Prefeitura Municipal – Banda Municipal e Coral Municipal	Livro Ponto	papel	1995	Pasta 166
Poder Executivo – Prefeitura Municipal – Legislação	Portarias	papel	1958	Pasta 08
Poder Executivo – Prefeitura Municipal – SMECD	Livro Ponto	papel	1951 1994	Pasta 166
Relatos Particulares/ Relatórios Oficiais	Resenhas biográficas, estudos históricos	papel	Diversos	Pastas 01, 04, 07, 11, 41, 44, 57, 83-84, 86-87, 141, 224
Clube de Xadrez	Livro de Atas Clube de Xadrez	papel	1946	Pasta 27
Liga de Defesa Nacional	Registro dos sócios do Subnúcleo da Liga de Defesa Nacional de Ibirapuitã – 9º distrito de Soledade	papel	1943	Pasta 24 Pasta 180

SOLEDADE

Arquivo Histórico Regional (AHR)
Universidade de Passo Fundo (UPF): acervo de Soledade

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Regional (AHR)

Âmbito: Privado

Ato de criação: 1984

Vínculo institucional: Universidade de Passo Fundo (UPF) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

Data do início do funcionamento: o Arquivo Histórico Regional teve sua origem junto ao Museu Histórico Regional em 1984, nomeado Museu e Arquivo Histórico. Em 1996 houve a separação dos dois acervos, dando origem ao AHR

Trajetória institucional: o Arquivo Histórico Regional (AHR) iniciou suas atividades com a denominação de Museu e Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo (UPF), no Campus I, em 1984. Após uma reorganização física e nominativa recebeu a designação atual e foi alocado no Campus III da UPF, no centro de Passo Fundo, onde permanece até o momento. O AHR está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF e ao curso de Graduação em História, servindo de local de guarda e conservação, e, sobretudo, de laboratório para pesquisadores da cidade e região, vetor para a produção do conhecimento. A criação e manutenção do Arquivo derivam justamente da preocupação com a preservação de conjuntos documentais de Passo Fundo e região, e com a sua mobilização para a pesquisa acadêmica. O Arquivo sempre esteve voltado à pesquisa, a princípio em História, mas logo, de variadas áreas do conhecimento, abrangendo desde as Ciências Humanas até as Ciências Exatas. Os usuários do arquivo apresentam perfil diversificado, abarcando

desde o acadêmico à comunidade em geral, que pesquisa o acervo em busca de informações para inclusões em processos judiciais, notícias em periódicos, imagens, mapas e mesmo pesquisas genealógicas. Constituindo a história regional o principal foco de interesse, o AHR mantém grande parte de seu acervo com conjuntos de documentos que concernem à história da região norte do Rio Grande do Sul. O acervo do AHR reúne documentos manuscritos, judiciais, periódicos, imagéticos, bibliográficos, públicos, privados, etc. E possibilita aos pesquisadores uma ampla gama de análises temáticas ou estudos de caso que contribuem sobremaneira para a compreensão da formação histórico-social, política e cultural do norte do Rio Grande do Sul. Daí deriva sua importância e singularidade frente a outras instituições de guarda de documentos (museus, acervos privados, setor de obras raras de bibliotecas). O conjunto de documentação existente no AHR contempla um largo espectro de locais de origem e de temáticas e materialidades. Assim, destaca-se a importância sociohistórica e cultural do conjunto de documentos ali preservados para a compreensão da formação histórica da região norte e de seu progressivo desenvolvimento demográfico, administrativo, judicial, cultural, social e político

O acervo do AHR compõe-se de documentos manuscritos e impressos relativos, principalmente, à política, economia e cultura da região norte do Rio Grande do Sul, dos séculos XIX e XX. Segue um breve sumário, com exemplos ilustrativos e demonstrativos de sua riqueza e abrangência para as consultas e pesquisas:

Arquivos de Comunicação Social: conjuntos de periódicos editados pela imprensa, por empresas e associações: jornais, revistas, informativos, almanaques. Publicações não periódicas: coletâneas de literatura, manuais de redação e obras impressas em fascículos. Algumas coleções já estão encadernadas e outras ainda requerem um restauro preventivo e o melhor acondicionamento para sua conservação. O projeto prevê a digitalização dos acervos e o tratamento

para a guarda, restauração e conservação, evitando seu manuseio contínuo e prejudicial.

Arquivos Públicos: conjuntos de documentos produzidos por órgãos governamentais, como discursos, portarias, acórdãos, livros de protocolo e correspondências. No Arquivo Histórico Regional, encontram-se documentos produzidos pelos três poderes nos três níveis de sua atuação. Como exemplo, a documentação referente ao município de Lagoa Vermelha (1910-1950), as coleções estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo o período de 1912 a 1985; a Coletânea de Leis do Estado Novo (1937-1945); a Coleção de Leis do Império (1821-1889). Acervo organizado e bem conservado. Com a digitalização dos acervos, se evitará o seu manuseio pelos usuários.

Arquivos Sociais: documentos produzidos por entidades coletivas de funções representativas, benemerentes ou educacionais, como sindicatos, universidades, sociedades e fundações. Acervo que necessita, em parte, de melhor acondicionamento, restauração e digitalização.

Arquivo da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul: importante conjunto de mapas de lotes rurais da Divisão de Terras Públicas do Rio Grande do Sul, de sua sede no norte do estado. Acervo bem conservado, mas que carece de digitalização para sua conservação. Sobretudo os mapas necessitam de digitalização urgente.

Arquivos Judiciários: processos da Justiça do Trabalho da cidade de Passo Fundo e processos da Justiça (Civil e Criminal) do Estado do Rio Grande do Sul, das Comarcas de Passo Fundo (1930-1998) e Soledade (1860-1980), em fase de higienização e organização. Acervo continuamente ampliado por convênios com as Justiças de Passo Fundo e região e que objetiva-se digitalizar com os equipamentos do projeto. A aquisição de estantes ampliará consideravelmente o espaço desses fundos.

Arquivos Privados: acervo importante para a história social da região, que abrange o conjunto documental do ex-prefeito municipal Mário Menegaz até o do maestro Alfredo Custódio. Recentemente foi adido do fundo Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, médico, político e cronista de seu tempo. Este acervo está sendo higienizado e catalogado para liberar a consulta. Há vários mapas e documentos políticos que precisam restauro e digitalização.

Política de aquisição/recebimento de acervo: o Arquivo Histórico Regional custodia documentos provenientes de doações da comunidade. Mantém convênio com a Justiça do Trabalho de Passo Fundo, da qual se obtém a guarda dos processos judiciais, e também se mantém sob guarda o acervo dos jornais locais "O Nacional" e "Diário da Manhã". Os exemplares de 1925 a 1957 do jornal O Nacional estão digitalizados e disponibilizados para pesquisas no AHR

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h30min. Não necessita agendamento prévio, somente se forem grupos ou turmas escolares. Durante a pandemia, o atendimento é restrito e somente com agendamento por email

Localização: Avenida Brasil, nº 743. Bairro Centro. Passo Fundo/RS. CEP: 99.010-102

Telefones de contato: (54) 3316-8516 ou (54) 3316-8503

E-mail de contato: ahr@upf.br

Responsável: Gizele Zanotto, Coordenadora do Arquivo Histórico Regional

Possibilidades de acesso: https://www.upf.br/ahr/

Instrumentos de pesquisa: catálogos dos fundos documentais (Arquivos Públicos, Privados, Sociais, Biblioteca Auxiliar, Comunicação Social, Partituras, Jornais, Judiciário de Soledade, Justiça do Trabalho de Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Secretaria de Obras, Mapas) e acervo iconográfico

Observações: a reprodução é permitida através de fotografia, com equipamento do próprio pesquisador, e sem o uso de *flash*. Os pesquisadores podem solicitar documentos que o AHR já tem digitalizado

Data do preenchimento: 26/10/2020

Responsáveis pelas informações: Caroline Bueno de Paula, Auxiliar Administrativa e Gizele Zanotto, Coordenadora do Arquivo Histórico Regional

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Comarca de Soledade	**Processos cíveis e criminais nas Varas de Órfãos e Ausentes (1ª e 2ª)**	**papel**	**1860-1980**	**Acervo não descrito**

TAQUARI

Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores

Denominação do Arquivo: Taquari não possui Arquivo Público Municipal, mas sim três entidades públicas e outras privadas, as quais guardam e preservam documentos de várias tipificações, com cunho histórico e genealógico, centrados fundamentalmente, mas não somente, na origem açoriana do município. As três entidades públicas são: a) Museu Casa Costa e Silva, regido pela Lei Federal nº 8.394, de 30/12/1991 e que dispõe sobre os Acervos Presidenciais; b) Biblioteca Pública Municipal de Taquari, fundada em 04 de agosto de 1911; c) Arquivo digitalizado da Câmara Municipal de Vereadores de Taquari, no qual tem registros à disposição de qualquer historiador ou genealogista, desde as primeiras atas de reunião dos vereadores taquarienses, isso em dezembro de 1849, ano da elevação de Taquari à Vila (município)

Âmbito: Público e Privado

Ato de criação: datas acima declinadas

Vínculo institucional: o Museu Casa Costa e Silva e a Biblioteca Pública Municipal são ligados e administrados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo; o Arquivo da Câmara Municipal é administrado pela entidade

Data do início do funcionamento: a Biblioteca Pública foi fundada em 04 de agosto de 1911

Trajetória institucional: os três principais instrumentos hoje de guarda e preservação da história e da genealogia de Taquari são: a) Museu Casa Costa e Silva; b) Biblioteca Pública Municipal; c) Câmara Municipal de Vereadores - registro digitalizado de documentos gerados a

partir de Atas. Lamentavelmente, por motivo de deterioração do prédio físico, de responsabilidade do IPHAN, o Museu Casa Costa e Silva está fechado ao público, no aguardo do início de sua restauração. É importante destacar que os livros/monografias relacionados, com fonte documental da história e da genealogia de Taquari, são prenhes de dados sobre a vinda e a vida dos ilhéus açorianos em Taquari. O livro "São José de Tebiquary" tem, por exemplo, a relação dos nomes dos 'cabeças' dos aproximadamente 60 casais originais, isso a partir do registro feito em 1784, portanto só 20 anos após a fundação de Taquari. Também tem a relação de todos os vereadores eleitos em 1849, data da elevação de Taquari à Vila, todos açorianos, e com uma minibiografia desses primevos edis. Também há um destaque para a primeira composição de vereadores, em 1881, com um nome de origem não açoriana, o vereador Frederico Lautert Filho, de origem germânica. O livro Aleixo Rocha da Silva, "O Centenário do Nascimento" é basicamente um estudo genealógico da família desse comerciante taquariense, pai do presidente Costa e Silva, cujos antepassados remetem às ilhas açorianas, ao povoado de Mostardas e à Beira Rio de Taquari

Política de aquisição/recebimento de acervo: o acervo do Museu Casa Costa e Silva vem basicamente da doação de itens que pertenceram à família do presidente Arthur da Costa e Silva. Os livros do acervo da Biblioteca Pública Municipal vêm de doações e de aquisições específicas. Tem-se especial cuidado na compra de livros que tratem de estudos da formação genealógica açoriana da nossa comunidade

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 16h30min

Localização: Biblioteca: Rua Sete de Setembro, nº 1759, Centro; Museu Costa e Silva: Rua Cônego Tostes, 1650, Centro. Taquari/RS. CEP: 95.860-000

Câmara Municipal de Vereadores - material digitalizado disponível no site: http://www.camarataquari.com.br/documentos_historicos.php

Telefones de contato: (51) 3653-6200 / (51) 3653-6262

Política de aquisição/recebimento de acervo: recebimento de acervo, no endereço da Biblioteca Pública Municipal

E-mail de contato: gabinete@taquari.rs.gov.br

Responsável: Sabrina Pereira de Freitas

Possibilidades de acesso: ilimitado

Instrumentos de pesquisa: contato inicial com a Secretaria de Cultura, que vai direcionar a fonte de busca mais direta e prática

Data do preenchimento: 15/02/2022

Responsável pelas informações: Sabrina Pereira de Freitas

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Câmara Municipal	Livro auto de criação Livro de Atas Livro de Atas Livro de Atas Livro de Atas Livro de Atas Livro de Atas Livro de Atas Livro de Atas	digitalizado “ “ “ “ “ “ “ “	1849 1849-1852 1947-1948 1948-1951 1951-1954 1954-1957 1957-1959 1959-1960 1960-1961	Na rede “ “ “ “ “ “ “ “
Intendência Municipal	Documentos diversos	digitalizado	1890-1908	
Hemeroteca	Jornal “O Taquaryense”	papel	1887-2000	Na sede do jornal
Museu Costa e Silva	Documentos Diversos	papel	1870-2000	Prédio em reforma e acervo guardado
Irmandade da Igreja Matriz São José	Livro de Atas	papel	1808 até os dias de hoje	Paróquia São José

Obs.: Há na Biblioteca Municipal obras publicadas, relacionadas a Taquari e sua relação com os açorianos:

- Taquari, de Octavio Augusto de Faria, 1912.

- Os Casais Açorianos, de João Borges Fortes, 1932.

- Aspectos Gerais de Taquari, de Fortunato Pimentel, 1949.

- A Paróquia de São José de Taquari, de João Maria Balen, 1952.

- O Centenário de Nascimento de Riograndino da Costa e Silva, 1970.

- São José de Taquari, de Riograndino da Costa e Silva, de Aleixo Rocha da Silva,1971.

- A 1ª Escola Agrícola de Taquari, de Walter Matim Haetinger, 1985.

- Taquari, após o retorno à vida democrática, de Balduíno Goerck, 2009.

- São José de Tebiquary, de João Paulo da Fontoura, 2019.

URUGUAIANA

Arquivo Histórico Municipal de Uruguaiana

Denominação do Arquivo: Arquivo Histórico Municipal de Uruguaiana

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei Municipal nº 4.711, de 4 de outubro de 2016

Vínculo institucional: Secretaria Municipal de Cultura (SECULT)

Data do início do funcionamento: novembro de 1983

Trajetória institucional: desde sua criação, o arquivo contém documentos da administração do município, do exército e da comunidade. São livros, revistas, jornais e fotografias

Política de aquisição/recebimento de acervo: a aquisição do acervo ocorre por meio de doação e do exercício da administração municipal

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h

Localização: Rua Santana, nº 2588. Uruguaiana/RS. CEP: 97.501-504

Telefone de contato: (55) 3911-3037

E-mail de contato: arquivohistorico@uruguaiana.rs.gov.br

Responsável: Patrícia Severo Quadros

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo Documental	Tipologia Documental	Suporte Material	Período	Obs.
Câmara Municipal	Carta de Sesmaria	papel e digital	1823	Site
Câmara Municipal	Livros de Registros de Títulos e Nomeações dos Empregados Públicos	papel e digital	1847-1889	Site
Câmara Municipal	Livros de Juramentos dos Empregados Públicos da Câmara Municipal	papel e digital	1847-1885	Site
Câmara Municipal	Relatórios de Lançamentos de Receitas e Despesas	papel e digital	1847-1877	Site
Câmara Municipal	Livros de Registros de Atas do Conselho Municipal de Recursos da Junta Qualificada para Votantes	papel e digital	1849-1875	Site
Câmara Municipal	Livros de Registros de Correspondências	papel e digital	1849-1861 1861-1869 1885-1887	Site
Câmara e Intendência Municipal	Livros de Registros de Inventários	papel e digital	1850-1907	Site
Câmara e Intendência Municipal	Relatórios de Estatística Econômica	papel e digital	1850-1925	Site
Câmara Municipal	Livros das Marcas de Gado	papel e digital	1851-1871	Site
Câmara Municipal	Livros de Lançamento dos Balanços e Orçamentos da Câmara e Assembleia Provincial	papel e digital	1853-1859	Site
Câmara Municipal	Livro de Termos de Arrematação, Fiança e outros Contratos	papel e digital	1855-1886	Site
Câmara Municipal	Livros de Receitas e Despesas	papel e digital	1856-1865	Site
Câmara Municipal	Livros de Termos de Balanço de Verificação no Cofre da Câmara Municipal depositado na Alfândega	papel e digital	1858-1870	Site
Câmara Municipal	Livros de Termos de Audiências da Delegacia	papel e digital	1858-1877	Site
Câmara Municipal	Livro de Registros dos Terrenos concedidos pela Câmara Municipal e outras autoridades	papel e digital	1861-1905	Site
Câmara Municipal	Livros com Listas de Votantes Qualificados para a eleição da Câmara Municipal	papel e digital	1861-1873	Site
Câmara Municipal	Livro de Termos de Visita à Cadeia Pública pelo Delegado de Polícia da Vila	papel e digital	1866-1871	Site

Câmara Municipal	Livros de Atas das Sessões	papel e digital	1857-1867 1867-1871 1871-1876 1876-1883 1883-1890	Site
Câmara Municipal	Livro de Registros de Correspondências, Ofícios, Editais e Portarias	papel e digital	1869-1876	Site
Câmara Municipal	Livro de Contribuições das Profissões Ecléticas	papel e digital	1871-1892	Site
Junta Municipal	Livro de Atas da Junta Municipal para Qualificação de Votantes	papel e digital	1876-1880	Site
Junta Municipal	Listas de Qualificação de Cidadãos aptos a Votar	papel e digital	1876-1880	Site
Câmara Municipal	Inventário dos Objetos e Utensílios das Aulas Públicas (Sexo Feminino).	papel e digital	1876-1880	Site
Câmara Municipal	Livro de Cópias de Correspondências da Câmara	papel e digital	1877-1892	Site
Câmara Municipal	Livro de Declaração de Naturalizandos	papel e digital	1879-1895	Site
Câmara Municipal	Livro de Boscot – Arruador	papel e digital	1882	Site
Câmara Municipal	Livro de Despesas da Câmara Municipal	papel e digital	1883-1894	Site
Câmara Municipal	Livro de Contratos de Professores da Instrução Pública	papel e digital	1883-1889	Site
Câmara Municipal	Livro de Termos de Responsabilidade e Fiança para estabelecer Casas de Jogos e Hotéis em Uruguaiana	papel e digital	1884-1887	Site
Câmara, Intendência e Conselho Municipal	Livro de Termos de Juramento dos Empregados Municipais no Conselho Municipal e Intendentes	papel e digital	1885-1928	Site
Câmara Municipal	Livro de Balanço das Receitas, Despesas e Projetos de Orçamento Municipal	papel e digital	1885-1890	Site
Câmara Municipal	Livro de Lançamento dos Talões dos Impostos Municipais	papel e digital	1887-1890	Site
Câmara Municipal	Livro de Correspondências Expedidas	papel	1887-1890	
Conselho Municipal	Livros de Atas do Conselho Municipal	papel	1889-1911 1911-1926 1924-1928	
Intendência e Conselho Municipal	Livro de Atas da Intendência e Conselho Municipal	papel	1890-1899	
Intendência Municipal	Livro de Copias de Correspondências	papel	1890-1891	
Câmara e Intendência Municipal, Junta Revolucionária	Livro de Correspondências da Câmara Municipal, Intendência e Junta Revolucionária	papel	1890-1891	

Intendência Municipal	Livro de Registros de Ofícios, Portarias, Editais e Telegramas	papel	1891-1896	
Intendência Municipal	Livro de Termos de Compromisso dos Funcionários	papel	1892-1913 1895-1915 1915-1939	
Intendência Municipal	Leis e Atos da Intendência Municipal	papel	1892-1898	
Intendência Municipal	Livros de Registros de Gado Abatido	papel	1892-1895 1894-1897 1894-1907	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Atas e Ofícios Expedidos	papel	1892-1895	
Intendência Municipal	Livros de Registro de Impostos Diversos	papel	1893-1898 1900,1905	
Intendência Municipal	Livro de Atas de Exames na Escola Municipal	papel	1893,1895	
Intendência Municipal	Livro de Lançamento de Chácaras e Terrenos - Escritura do Matadouro	papel	1894-1899	
Intendência Municipal	Livro de Registro do Matadouro	papel	1895-1897	
Documento familiar	Inventario de Edmundo Silveira e outros	papel	1896	
Conselho Municipal	Livro de Registros dos Ofícios, Telegramas e Portarias do Conselho	papel	1896-1908	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Alistamento	papel	1896-1900	
Intendência Municipal	Livro de Atas de Eleição - Deputados Congresso Estadual	papel	1897-1912	
Intendência Municipal	Livros de Registros de Ofícios e Portarias Expedidas	papel	1898-1901 1908-1913 1913 1919-1914	
Intendência Municipal	Livro de Inventários Diversos	papel	1898	
Intendência Municipal	Livros de Termo de Arrematações, Fianças e Contratos	papel	1899-1920	
Intendência Municipal	Livro de Receita e Despesa	papel	1900-1921	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Decretos e Portarias	papel	1900	
Intendência Municipal	Livro de Balanços, Receitas e Despesas	papel	1900	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Marcas e Sinais de Gado	papel	1901	
Intendência Municipal	Lei sobre Posturas Rurais	papel	1901	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Obras Executadas no Município	papel	1901	
Intendência Municipal	Livros de Registros de Ofícios Expedidos	papel	1901-1902 1908-1911	
Conselho Municipal	Livro de Registros de Decretos do Conselho Municipal	papel	1901-1907	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Imposto de Água e outros	papel	1902	

Intendência Municipal	Livro de Contratos lavrados na Secretaria de Obras Públicas	papel	1902	
Intendência Municipal	Biblioteca Municipal	papel	1902	
Intendência Municipal	Livros de Registros de Ofícios e Correspondências expedidas	papel	1902-1905 1905-1907 1915-1919 1915-1920 1919-1925 1920-1923 1928-1929	
Intendência Municipal	Livro de Lançamento de Cauções e Depósitos de Credito	papel	1903	
Documento familiar	Registro de Inventario de Jose Menezes e outros	papel	1903	
Intendência Municipal	Leis Municipais	papel	1903-1979	
Conselho Municipal	Livro Caixa do Conselho Municipal	papel	1904	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Atletas de Uruguaiana	papel	1904	
Intendência Municipal	Livro de Receita Geral	papel	1903,1905 1906,1908 1911	
Intendência Municipal	Livro Caixa da Pastoril	papel	1905	
Intendência Municipal	Decretos e Leis	papel	1906-1909	
Intendência Municipal	Livro de Despesa Geral	papel	1907	
Intendência Municipal	Livros de Imposto Territorial	papel	1893-1897 1907,1911 1911-1912 1913,1914 1914-1915 1917,1921 1930-1933	
Intendência Municipal	Livros de Imposto Eclético	papel	1907,1911	
Intendência Municipal	Livro de Atas de Correspondência	papel	1907-1908	
Intendência Municipal	Livro de Registros de despachos do Intendente Municipal	papel	1907-1908	
Intendência Municipal	Livros de Atos da Intendência	papel	1908-1916 1909 1915-1926 1925 1926-1929	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Correspondências da Secretaria do Tesouro	papel	1908-1912	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Ofícios e Portarias Expedidas pela Secretaria de Obras	papel	1908-1910	
Intendência Municipal	Livros de Registros de Inventários	papel	1909,1910	
Intendência Municipal	Livro de Matricula de Cães	papel	1909	

Intendência Municipal	Livro de Frequência da Escola do Subúrbio de Uruguaiana	papel	1909-1921	
Intendência Municipal	Livro de Imposto de Indústria Profissões	papel	1909-1917	
Intendência Municipal	Livro de Lançamento de Imposto de Veículos e Gado	papel	1909-1917	
Intendência Municipal	Livro de Propriedades e Registro de Marcas de Gado	papel	1910	
Intendência Municipal	Livro Registro de Mercadorias Fornecidas à Intendência Municipal	papel	1910	
Intendência Municipal	Livros de Registros de Funcionários Municipais	papel	1910-1914	
Intendência Municipal	Livros de Registros do Cemitério	papel	1910-1914 1914	
Intendência Municipal	Livro de Intimações da Secretaria de Obras	papel	1911-1916	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Ofícios e Correspondências enviadas à Intendência	papel	1911-1914	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Despachos do Intendente	papel	1911-1913	
Documento familiar	Inventario de Joao Ribeiro e outros	papel	1911	
Intendência Municipal	Livro de Movimento e Abate de Gado	papel	1912	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Portarias de Serviços, Nomeações e Exonerações	papel	1912-1933	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Telegramas passados pela Intendência	papel	1912-1920	
Intendência Municipal	Livro de Atas de Comissão da criação Monumento de Barão Rio Branco	papel	1912-1914	
Intendência Municipal	Livros de Despesa	papel	1898-1921 1905,1907 1913,1915 1917,1918 1920,1923 1924,1925 1926	
Intendência Municipal	Escritura de Compra e Venda Joao Pero e Saladero Barra Quarai	papel	1913	
Intendência Municipal	Livro de Conta Corrente Territorial	papel	1914	
Intendência Municipal	Livros Diário de Receitas	papel	1914,1915 1919,1921 1922,1923 1924,1925 1926	
Intendência Municipal	Livro de Assentamentos de Empregados da Intendência Municipal	papel	1914	
Intendência Municipal	Registro de Jornais	papel	1914-1929	

Intendência Municipal	Livro de Registros de Aforamento de Terrenos	papel	1914-1983	
Documento familiar	Inventario de Adelaide Nunes e outros	papel	1915	
Documento familiar	Inventario de Rosa Braga Correa e Silva e outros	papel	1915	
Documento familiar	Inventario de Theofilo Maciel e outros	papel	1915	
Intendência Municipal	Livro Borrão de Lançamento de Imposto Territorial	papel	1915 1916	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Pagamento da Guarda Civil Municipal	papel	1915-1917	
Intendência Municipal	Livro Balanço Movimento Financeiro da Secretaria do Tesouro	papel	1916-1920	
Intendência Municipal	Livro de Receita com Impostos de Fábricas e diversos	papel	1916	
Documento familiar	Inventario de Honorato Cunha	papel	1917	
Intendência Municipal	Livro de Receita com Impostos	papel	1917	
Intendência Municipal	Livros de Folhas de Pagamento dos Funcionários Municipais	papel	1917 1920-1921 1922 1924-1925 1926,1928	
Intendência Municipal	Livros Caixa do Município	papel	1905,1908 1911,1914 1918,1919 1920,1921 1923,1924 1925,1926 1927,1928 1930	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Cartas Expedidas	papel	1918-1921	
Documento familiar	Inventario de Antonio Gomes da Luz e outros	papel	1919	
Intendência Municipal	Livro de Lançamentos de Impostos cobrados	papel	1919	
Intendência Municipal	Livro de Despesas Ecléticas da Intendência	papel	1919	
Documento familiar	Inventario de Tolentino de Freitas e outros	papel	1920	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Óbitos do Cemitério Público	papel	1921	
Intendência Municipal	Livros de Imposto Predial	papel	1900-1901 1921-1922 1922,1924 1925	
Intendência Municipal	Livro de Conta Corrente e Despesa	papel	1922	

Documento familiar	Inventario de Propicio Alves Lisboa e outros	papel	1922	
Intendência Municipal	Livro de Lançamentos dos Impostos	papel	1923	
Documento familiar	Inventario de Edmundo Carvalho	papel	1923	
Intendência Municipal	Livros de Impostos de Veiculo	papel	1921,1923 1924-1925 1926,1928 1929,1930	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Portarias e Ofícios	papel	1923	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Dívida Ativa	papel	1924-1925	
Intendência Municipal	Livros de Contribuições Comércio Impostos	papel	1924	
Intendência Municipal	Livro de Atas das Eleições Intendente e Vice	papel	1924	
Intendência Municipal	Livro Auxiliar Caixa Tesouro	papel	1924	
Intendência Municipal	Livro de Correspondências da Intendência: 1º Distrito	papel	1924	
Intendência Municipal	Registro de Impostos de Comercio, Fábricas, Oficinas e Profissões diversas	papel	1925	
Intendência Municipal	Livro de Impostos dos Contribuintes	papel	1925	
Intendência Municipal	Livros de Registros de Imposto Pecuário	papel	1919,1921 1923,1924 1925,1926 1929,1930	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Imposto Pecuário; 1º distrito	papel	1927	
Intendência Municipal	Livro de Serviço Diário da Diretoria de Higiene	papel	1925	
Conselho Municipal	Livro de Correspondência do Conselho Municipal	papel	1925	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Ofícios e Portarias	papel	1925-1935	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Empregados do 1º Distrito	papel	1925-1935	
Intendência Municipal	Livro de Registros da Dívida Ativa	papel	1925-1930	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Detenções	papel	1925-1927	
Intendência Municipal	Livro de Marcas de Gado	papel	1925-1926 1928-1930	
Conselho Municipal	Livro de Atas de Sessões do Conselho Municipal	papel	1926-1930	
Intendência Municipal	Livro de Registros do Movimento de Gado	papel	1926-1928	
Intendência Municipal	Relatório Estatístico Histórico de Uruguaiana, de Clima, Flora e Fauna	papel	1926	
Intendência Municipal	Relatório de Negócios Públicos do Município	papel	1926	

Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho	Livro de Atas da Diretoria da Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho	papel	1926	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Impostos	papel	1926	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Impostos de Comercio, Oficinas Município	papel	1926	
Intendência Municipal	Livro Auxiliar de Caixa	papel	1926	
Intendência Municipal	Livro de Matriculas dos Condutores de Veículos	papel	1927	
Intendência Municipal	Livro Auxiliar de Caixa de Tesoureiro	papel	1927	
Intendência Municipal	Livro de Locomoção Terrestre	papel	1927,1929	
Intendência Municipal	Livro com Escrituras de Compra e Venda de Imóveis	papel	1927	
Intendência Municipal	Livro de Contas Correntes e Despesas Extraordinárias	papel	1927	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Títulos e Nomeações	papel	1927-1947	
Intendência Municipal	Livro de Comunicações para o Intendente sobre Policiamento e Iluminação Pública	papel	1927-1929	
Intendência Municipal	Livro de Matriculas de Condutor de Veículos	papel	1927-1928	
Intendência Municipal	Relatório de Negócios Públicos do Intendente Franklin Fabricio	papel	1928	
Intendência Municipal	Lei de Orçamento Municipal	papel	1928	
Intendência Municipal	Relatório de Serviços da Secretaria de Obras	papel	1928	
Intendência Municipal	Ata de Eleição de Intendente e Vice Intendente	papel	1928	
Intendência Municipal	Livro de Eleições de Intendente e Vice Intendente	papel	1928	
Intendência Municipal	Livro de Receitas e Conta Corrente do Município	papel	1928	
Intendência Municipal	Livro de Receita de Impostos Ecléticos	papel	1928	
Intendência Municipal	Folha de Pagamento do Professorado e Inativos	papel	1928	
Intendência Municipal	Livro de Atas da Secretaria de Obras Município	papel	1928-1945	
Intendência Municipal	Livro de Registros de Impostos de Foro e Laudêmio	papel	1928-1934	
Intendência Municipal	Livro de Impostos de Comercio e outros	papel	1928	
Intendência Municipal	Livro de Matriculas de Mensageiros e Carregadores do município com fotos	papel	1929-1939	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Assuntos Diários da Subprefeitura do 1º Distrito	papel	1929-1930	

Intendência Municipal	Lei Orçamento Receita e Despesa	papel	1929	
Escola de Artes e Ofícios	Livro de Registros da Escola de Artes e Ofícios Município/Fábrica de Mosaicos	papel	1929	
Escola de Artes e Ofícios	Livro de Registros da Escola de Artes e Ofícios Município Praça Don Pedro/ Despesas	papel	1929	
Escola de Artes e Ofícios	Livro de Registros da Escola de Artes e Ofícios/Carpintaria	papel	1929	
Escola de Artes e Ofícios	Livro de Contas Correntes da Escola de Artes e Ofícios	papel	1929	
Escola de Artes e Ofícios	Livro de Controle Contábil da Escola de Artes e Ofícios	papel	1930	
Banco do RS	Livro Caixa do Banco RS em Uruguaiana	papel	1929	
Intendência Municipal	Livro de Registro de Receita do Comércio	papel	1929	
Intendência Municipal	Livro Caixa do Tesouro Municipal	papel	1929	
Intendência Municipal	Livro Diário Contábil do municipio	papel	1929	
Intendência Municipal	Livro de Contas Correntes e Despesas	papel	1929	
Intendência Municipal	Livro de Conta Corrente Ativo	papel	1929	
Intendência Municipal	Livro Razão	papel	1929 1930	
Intendência Municipal	Livro de Contas Correntes e Receitas	papel	1929	
Intendência Municipal	Livros de Termos de Compromisso de Locação	papel	1930-1945	
Intendência Municipal	Lei de Orçamento da Receita e Despesas e Instruções para sua Execução	papel	1930	
Intendência Municipal	Lei de Orçamento da Receita e Despesas	papel	1930	
Intendência Municipal	Livro de Balancete de Contas	papel	1930	
Intendência Municipal	Livro de Contas Correntes	papel	1930	
Intendência Municipal	Livro Diário de Caixa	papel	1930	

VACARIA

Arquivo Público e Histórico de Vacaria

Denominação do Arquivo: Arquivo Público e Histórico do município de Vacaria

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Lei nº 1.641, de 28 de maio de 1996

Vínculo institucional: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Data do início do funcionamento: dezembro de 2004

Trajetória institucional: o Arquivo Público e Histórico Municipal de Vacaria começou suas atividades em dezembro de 2004, sistematizando inúmeros documentos que se encontravam depositados nas dependências da Prefeitura Municipal de Vacaria. Em setembro de 2021, o Arquivo Público Histórico Municipal foi transferido provisoriamente para as instalações da Casa do Povo, anexo ao Espaço Cultural Dr. Adhemar Pinotti (antigo Museu Municipal de Vacaria)

Política de aquisição/recebimento de acervo: durante a Pandemia, o Arquivo não está recebendo acervos; conforme determinação do diretor executivo Orlando Ribeiro de Souza Neto

Dias e horários de atendimento: fechado para atendimento, durante a pandemia e por estar situado em local provisório

Localização: Rua Borges de Medeiros, nº 1987. Bairro Glória (Casa do Povo). Vacaria/RS. CEP: 95.200-000. (provisoriamente)

Telefones de contato: (54) 3231-5371

E-mail de contato: dir.cultura@vacaria.rs.gov.br

Responsáveis: Diretor Executivo da Cultura, Esporte e Lazer – Orlando Ribeiro de Souza Neto; Historiadora do Espaço Cultural Dr. Adhemar Pinotti – Fernanda Lisboa Vieira

Possibilidades de acesso: mediante agendamento

Instrumentos de pesquisa: o acervo não está digitalizado. Não há instrumentos de pesquisa

Data do preenchimento: 18/03/2022

Responsável pelas informações: Fernanda Lisboa Vieira

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Intendência Municipal	**Livro de Lançamentos de Impostos**	**papel**	**1892**	
Prefeitura Municipal	**Livros de Atas**	**papel**	**... 1973**	

VACARIA

Arquivo da Câmara Municipal

Denominação do Arquivo: Câmara Municipal de Vacaria

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: 28/12/1935

Vínculo institucional: sem vínculo a outra instituição

Data do início do funcionamento: 1935

Trajetória institucional: criado em 1935, o Arquivo da Câmara Municipal de Vacaria tem seu acervo composto por documentação gerada na Câmara, como Atas, Projetos e documentos diversos.

Política de aquisição/recebimento de acervo: não tem

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 18h

Localização: Rua Júlio de Castilhos, 1302. Centro. Vacaria/RS. CEP: 95.200-040

Telefone de contato: (54) 3232-1003

E-mail de contato: camara@camaravacaria.rs.gov.br

Responsável: Elaine Forest

Possibilidades de acesso: disponível

Instrumentos de pesquisa: não tem

Data do preenchimento: 17/03/2022

Responsável pelas informações: Elaine Forest

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Câmara Municipal	**Livros de Atas**	**papel**	**1935 a 2022**
Câmara Municipal	**Ofícios**	**papel**	**1935 a 2022**
Câmara Municipal	**Projetos**	**papel**	**1935 a 2022**

VIAMÃO

Arquivo Municipal

Denominação do Arquivo: Arquivo Municipal de Viamão

Âmbito: Público Municipal

Ato de criação: Decreto Executivo nº 05/83, de 25 de janeiro de 1983

Vínculo: Prefeitura Municipal de Viamão – Secretaria de Cultura – Departamento de Memória Cultural

Data do início do funcionamento: 25/01/1983

Trajetória institucional: o departamento de Memória Cultural foi criado em 1997 para fazer a gestão do Museu Municipal (1983), Sala Açoriana (1992) e Arquivo Histórico (2000). O Departamento é responsável pelo acolhimento, organização e conservação dos bens culturais

Política de aquisição/recebimento de acervo: doação

Dias e horários de atendimento: de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Sábados: das 8h às 12h, sob agendamento

Localização: Avenida dos Açores, 951.Bairro Tarumã. Viamão/RS. CEP: 94.415-400

Telefone de contato: (51) 3435-3374

E-mail de contato: cultura@viamao.rs.gov.br

Responsável: Paula Regina Moreira Cardoso

Possibilidades de acesso: presencial

Instrumentos de pesquisa: não há

Observações: o Departamento de Memória Cultural está cadastrado

no Sistema Estadual de Museus e IBRAM

Data do preenchimento: 12/03/2022

Responsável pelas informações: Professor Francisco Bitencourt

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período
Executivo (Fazenda)	Livro de Empenho de Verbas	papel	1934-1943
Executivo (Administração)	Livro Imposto sobre Cemitério	papel	1934-1939
Executivo (Administração)	Livro de Óbitos do Cemitério	papel	1881-1974
Executivo (Administração)	Livro de Receita de Túmulos	papel	1924-1932
Executivo (Administração)	Livro de Lançamentos de Catatumbas	papel	1924-1931
Executivo (Administração)	Livro de Relação de Catacumbas	papel	1880-1925
Executivo (Administração)	Livro de Relação de Túmulos	papel	1935
Executivo (Administração)	Livro de Receitas de Cemitério	papel	1935
Executivo (Administração)	Livro de Rendas de Cemitérios	papel	1932-1933
Executivo (Administração)	Livro de Contratos de Cemitérios	papel	1915-1940
Executivo (Administração)	Livro de Contrato de Terrenos de Cemitérios	papel	1955-1962
Executivo (Administração)	Livro Diário	papel	1942-1990
Executivo (Administração)	Livro de Boletins Diários	papel	1925-1934
Executivo (Administração)	Livro Ponto	papel	1908-1977
Executivo (Fazenda)	Livro Balanço	papel	1915-1974
Executivo (Fazenda)	Livro Balanço	papel	1915-1974
Executivo (Fazenda)	Livro Balancete	papel	1880-1970
Executivo (Fazenda)	Livro de Operações de Crédito	papel	1914-1926
Executivo (Fazenda)	Livro Caixa	papel	1912-1964
Executivo (Fazenda)	Livro de Dívida Ativa	papel	1913-1940 1916-1944
Executivo (Fazenda)	Livro de Conta Corrente Dívida Ativa	papel	1916-1973
Executivo (Fazenda)	Livro Eventuais	papel	1932-1939
Executivo (Fazenda)	Livro Imposto Predial Urbano	papel	1912-1939
Executivo (Fazenda)	Livro de Receitas Multas	papel	1913-1940
Executivo (Fazenda)	Livro Taxa Adicional	papel	1918-1935
Executivo (Fazenda)	Livro Indústria Pastoril	papel	1913-1940
Executivo (Fazenda)	Livro Comércio Volante	papel	1922-1931
Executivo (Fazenda)	Livro Aferições	papel	1932-1939
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita de Selos	papel	1917-1947
Executivo (Fazenda)	Livro de Alugueis Próprios e de Logradouros	papel	1935-1939
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita de Cemitérios	papel	1913-1940

Executivo (Fazenda)	Livro de Receita de Divertimentos	papel	1932-1940
Executivo (Fazenda)	Livro Comissão	papel	1935-1942
Executivo (Fazenda)	Livro de Licenças	papel	1933-1940
Executivo (Fazenda)	Livro de Taxas	papel	1940-1943
Executivo (Fazenda)	Livro de Diversos Impostos	papel	1916-1941
Executivo (Educação)	Livro de Matriculas	papel	1891-1975
Executivo (Educação)	Livro de Frequência	papel	1868-1948
Executivo (Educação)	Livro de Registro Geral	papel	1884-1946
Executivo (Educação)	Livro de Registro de Atas	papel	1870-1979
Executivo (Educação)	Livro de Exames	papel	1898-1932
Executivo (Educação)	Livro de Pagamento de Professores	papel	1924-1987
Executivo (Fazenda)	Livro Índice da Dívida Ativa	papel	1965-1991
Executivo (Fazenda)	Livro Auxiliar de Despesa	papel	1929-1943
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto Predial Urbana	papel	1887-1943
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto Domiciliário	papel	1930-1933
Executivo (Fazenda)	Livro de Indústrias e Profissões	papel	1925-1967
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto sobre Veículos	papel	1916-1935
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto Indústria Pastoril	papel	1925-1942
Executivo (Fazenda)	Livro de Registro de Veículos	papel	1936-1943
Executivo (Fazenda)	Livro de Registro de Automóveis	papel	1925-1943
Executivo (Fazenda)	Livro Rasco Imposto de Veículos	papel	1916-1930
Executivo (Fazenda)	Livro da Décima Urbana	papel	1893-1923
Executivo (Administração)	Livro Protocolo de Requerimentos Entrada	papel	1913-1967
Executivo (Administração)	Livro Protocolo de Saída	papel	1947-1959
Executivo (Administração)	Livro Protocolo de Correspondência	papel	1901-1977
Executivo (Obras)	Livro de Conservação de Estradas	papel	1913-1943
Executivo (Fazenda)	Livro Imposto sobre Veículos	papel	1896-1940
Executivo (Obras)	Livro Lançamentos Estradas e Pontes	papel	1913-1967
Executivo (Fazenda)	Livro de Taxa Fiscalização, Serviços Diversos e Registros de Licenças	papel	1937-1943
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto Indústria Pastoril	papel	1916-1943
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto Capacitação	papel	1938-1939
Executivo (Fazenda)	Livro Rasco de Indústria e Profissões	papel	1883-1939
Executivo (Fazenda)	Livro de Lançamento de Indústria e Profissões	papel	1913-1924
Executivo (Fazenda)	Livro Rasco Imposto Pecuário e Agrícola Pastoril	papel	1915-1922
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita Patrimonial	papel	1935-1948
Executivo (Fazenda)	Livro de Cauções de Luz e Força	papel	1933-1942
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto Federal sobre Consumo de Energia Elétrica	papel	1935-1944
Executivo (Fazenda)	Livro de Viação Rural	papel	1934-1935
Executivo (Fazenda)	Livro Imposto Viação Rural	papel	1934-1935
Executivo (Fazenda)	Livro de Lançamento de Taxa de Policiamento	papel	1928-1937 1936-1937
Executivo (Fazenda)	Livro de Lançamento de Imposto Territorial	papel	1934-1937

Executivo (Fazenda)	Livro sobre Renda de Imóveis Rurais	papel	1936-1937
Executivo (Fazenda)	Livro de Receitas Domiciliares	papel	1930-1933
Executivo (Fazenda)	Livro sobre Cauções	papel	1935-1937
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto de Consumo Combustíveis	papel	1936-1937
Executivo (Fazenda)	Livro de Registro de Emolumentos	papel	1932-1939
Executivo (Fazenda)	Livro de Subvenções Escolares do Estado	papel	1928-1935
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto de Capacitação	papel	1938-1939
Executivo (Fazenda)	Livro de Escrituração de Receita de Área	papel	1945-1946
Executivo (Fazenda)	Livro de Taxa de Cooperação	papel	1936-1937
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita de Taxas	papel	1936-1937
Executivo (Fazenda)	Livro de Inventários e Tombamentos	papel	1822-1948
Executivo (Fazenda)	Livro de Terrenos Não Edificados	papel	1934-1935
Executivo (Administração)	Livro de Registro de Leis	papel	1881-1966
Executivo administração	Livro Razão	papel	1942-1974
Executivo (Administração)	Livro de Alistamento Federal	papel	1892-1901
Executivo (Administração)	Livro da Guarda Nacional	papel	1893
Executivo (Administração)	Livro de Pagamento de Pessoal Executivo	papel	1912-1949
Executivo (Fazenda)	Livro Receita Impostos	papel	1919-1943
Executivo (Intendente)	Livro de Ata dos Conselhos da Intendência	papel	1892-1928
Executivo (Intendente)	Livro de Atas da Intendência	papel	1907-1931
Executivo (Administração)	Livro de Atas da Junta Municipal	papel	1880-1887
Executivo (Fazenda)	Livro de Taxa de Pesos e Medidas	papel	1936-1937
Executivo (Fazenda)	Livro de Lançamento da Luz Elétrica	papel	1933-1935
Executivo (Fazenda)	Livro de Imposto sobre Imóveis Rurais	papel	1936-1937
Executivo (Administração)	Livro de Ofícios Expedidos	papel	1880-1909
Executivo (Fazenda)	Livro de Registro de Cauções	papel	1944-1947
Executivo (Fazenda)	Livro Origem da Receita	papel	1913
Executivo (Fazenda)	Livro Receita Taxa Adicional	papel	1916
Executivo (Fazenda)	Livro Receita Relação Dívida	papel	1923-1924
Executivo (Fazenda)	Livro Indicador da Receita dos Cordões de Pedra das Ruas	papel	1917
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita de Trânsito	papel	1916-1921
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita de Pedágio	papel	1934
Executivo (Fazenda)	Livro Apanhado Geral de Receita	papel	1935
Executivo (Fazenda)	Livro de Serviços de Eletricista	papel	1935
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita da Cooperativa de Carnes	papel	1935
Executivo (Fazenda)	Livro Taxa de Expediente	papel	1940
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita Ordinária de Impostos	papel	1944
Executivo (Fazenda)	Livro de Receitas de Taxas	papel	1944
Executivo (Fazenda)	Livro Copiador	papel	1915-1919
Executivo (Fazenda)	Livro Contratos em geral	papel	1899-1937
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita extraorçamentária	papel	1932-1943
Executivo (Fazenda)	Livro de Receita Extraordinária	papel	1915-1944
Executivo (Administração)	Livro com diversos documentos	papel	1960

PARTE VI

ARQUIVO DO CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE PORTO ALEGRE/BRASIL

PORTO ALEGRE

Arquivo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre

Denominação do Arquivo: Arquivo do CHC Santa Casa de Porto Alegre

Âmbito: Privado

Ato de criação: 07 de julho de 1986

Vínculo institucional: o Arquivo do CHC Santa Casa é vinculado ao Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre

Data do início do funcionamento: 09 de julho de 1986

Trajetória institucional: entre os anos de 1970 e 1980, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre enfrentou a maior crise da sua história. Um conjunto de medidas foi tomado para sua revitalização. Assumindo uma postura exemplar e coerente com os princípios que a nortearam ao longo de sua trajetória, a Misericórdia de Porto Alegre não descuidou da preservação de sua memória. Paralelamente às medidas de saneamento de suas finanças e ao conjunto de intervenções estruturais tomadas, a Provedoria, com sua Mesa Administrativa e a Comissão de Apoio Técnico (CAT), que assumiu em 1983, garantiu proteção aos documentos de arquivo e admitiu uma equipe de trabalho para seu tratamento. Assim, em 7 de julho de 1986, foi criado o Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOP), que passaria a dar suporte ao novo tempo que se descortinava. A centralização dos arquivos e a guarda em espaço adequado dos documentos administrativos e médicos (SAME e arquivos paralelos) foi o primeiro alvo. Mesmo que o Arquivo da Santa Casa tivesse sido criado oficialmente em 1926 − visando a organizar e disponibilizar os documentos da administração institucio-

nal –, o que de fato existia eram arquivos que se multiplicavam entre o chamado "Arquivo Morto" e os arquivos das enfermarias, dos consultórios, dos serviços de diagnóstico e dos ambulatórios. Cada um centralizava seus documentos. Com a criação do CEDOP, os acervos textual e fotográfico começaram a ser tratados e disponibilizados. Na esteira do direito ao passado, a partir dos documentos de arquivo, a documentação museológica também ganhou importância e cuidado, do que resultou a criação do Museu Joaquim Francisco do Livramento em 16 de dezembro de 1994. Já antes, em 1989, fora criada uma Sala de Leitura, depois transformada em Biblioteca. Estavam assim dadas as condições para a criação efetiva do CHC Santa Casa, inaugurado em 2014. Ele é o abrigo da memória institucional em diferentes suportes e a expressão da medicina preventiva alicerçada na cultura. O Arquivo conta com 02 áreas para o Acervo Permanente, 01 área para o Acervo Intermediário, Laboratório de História Oral, Laboratório de Mídias, Laboratório de Restauração e Conservação de Documentos e Sala de Pesquisa. É composto por manuscritos, impressos, plantas, mapas, filmes, fitas de áudio, vídeos e registros iconográficos, como fotografias, negativos, cartazes, postais, pôsteres, desenhos, gravuras e ilustrações, além de jornais e revistas com matérias alusivas à Instituição ou por ela produzidas. Acumulada organicamente em decorrência do processo administrativo da Instituição, a documentação apresenta, no entanto, algumas lacunas, variáveis em seus períodos, dependendo da Unidade de origem e das condições de tratamento recebido antes da criação do CEDOP.

Política de aquisição/recebimento de acervo: o Arquivo conserva, organiza e disponibiliza os documentos provenientes de todas as unidades da Instituição, além dos acervos privados recebidos, de interesse para a memória da Santa Casa.

Dias e horários de atendimento: a Sala de Pesquisa abre de 3ª à 5ª feira, das 09h às 16h. As pesquisas devem ser agendadas pelo e-mail: pesquisa.chc@santacasa.org.br

Localização: Avenida Independência, 75 / Bairro Independência. Porto Alegre/RS. CEP: 90.035-070

Telefones de contato: (51) 3213-7258 / (51) 3213-7259 / (51) 3214-8922

E-mail de contato: pesquisa.chc@santacasa.org.br

Responsável: Véra Lucia Maciel Barroso

Possibilidades de acesso: o Arquivo oferece e disponibiliza documentos para a produção do conhecimento nos âmbitos da história política, social, econômica, cultural, das religiões, da história do cotidiano, do trabalho, da saúde, das doenças, da morte, da escravidão/liberdade, da loucura, da imigração, do abandono e da infância. Contribui, ainda, para os processos de dupla cidadania e pesquisas genealógicas. Através do CHC, faz convênios com faculdades e universidades para estágios e estudos complementares. A partir de agenda prévia, realiza palestras e visitas guiadas sobre a história da Santa Casa; indica as possibilidades de pesquisa em seu acervo; ministra oficinas de educação para o patrimônio, atendendo às peculiaridades dos grupos; e promove cursos nas áreas de História e Preservação.

Instrumentos de pesquisa:

"Negros cativos e livres na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: guia de fontes" é a publicação que indica os fundos documentais com informações sobre a presença escrava ou de afrodescendentes na Instituição.

"Casa da Roda: o abandono da criança na Santa Casa de Porto Alegre: guia de fontes" apresenta os resultados do rastreamento feito sobre o tema no acervo do Arquivo.

Observações: o Arquivo organiza publicações acerca da história da Santa Casa e de temáticas do Patrimônio, da História Oral e dos eventos de caráter acadêmicos que realiza.

“Série Histórias Reveladas” trata-se de uma série de obras que resultam dos Encontros de Pesquisadores promovidos pelo Arquivo, evento bienal que divulga investigações com base nas fontes do acervo da Santa Casa. Os Encontros têm oportunizado, também, intercâmbio de produção de conhecimento com Santas Casas do Brasil e de Portugal, sendo os textos publicados em livro a cada dois anos, a partir de 2009.

“Série Saúde tem História: narrativas no Centro Histórico-Cultural Santa Casa” reúne textos das apresentações no ciclo de palestras “Histórias da Saúde”, realizadas mensalmente, desde 2016. Contempla abordagens interdisciplinares, relacionando temáticas diversas, à luz da História e das ciências da saúde.

“As Casinhas da Misericórdia de Porto Alegre: memórias” contempla narrativas de história oral realizadas com protagonistas das casas e sobrados que circulavam o quarteirão da Santa Casa. Revelam o cotidiano de vivências familiares, de trabalho e de relacionamento com o entorno das edificações.

“Caminhos da Enfermagem” descortina a trajetória da ciência do cuidado, nos contextos internacional e nacional, até vislumbrar o cenário da Enfermagem na Santa Casa de Porto Alegre, desde os seus primórdios, até o tempo presente, com a pandemia do Covid-19. O destaque é dado à segunda Faculdade de Enfermagem no RS, criada pelas Irmãs Franciscanas na Instituição. O 2º volume apresenta memórias de 67 profissionais que atuaram ou atuam na Santa Casa, com profusa riqueza de detalhes, que cenarizam um filme aos olhos dos leitores.

“Por que e como preservar documentos de Arquivo?” oferece orientações para conservação de documentos arquivísticos.

“Patrimônio, ensino e educação: formação profissional” (E-book) congrega a exposição de experiências e práticas de profissionais de cursos de História, Pedagogia e Museologia que atuam

com disciplinas que focam a educação para o passado, com vistas à capacitação dos acadêmicos para atuarem na área patrimonial.

"História Oral: democracia, direitos e diversidade" contem artigos das mesas redondas e conferências do IX Encontro Regional Sul de História Oral. A obra reúne autores locais e nacionais abordando a História Oral, contemplando temáticas, como: o registro audiovisual, a narrativa e a pesquisa histórica, a oralidade na pesquisa dos movimentos negros, o Magistério e a política, a ditadura e as possibilidades de escuta, e a memória do cativeiro à reforma agrária.

"Encontro de memórias" (E-book) oportuniza o acesso às apresentações dos palestrantes, painelistas e comunicadores do IX Encontro da Regional Sul de História Oral, da Associação Brasileira de História Oral/ABHO, realizado em 2017 no CHC Santa Casa.

"Cemitérios: gestão, culturas e religiosidades" (E-book) com mais de 50 artigos sobre a temática cemiterial é o resultado do encontro sobre Gestão, Culturas e Religiosidades nos Cemitérios, que contou com a participação de pesquisadores de todo Brasil, realizado em parceria com Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, em 2019. .

E-books disponíveis no link https://www.chcsantacasa.org.br/servicos/publicacoes/

Data do preenchimento: 10 de maio de 2022

Responsável pelas informações: Edna Ribeiro de Ávila, Giovanna Adam Ferreira e Véra Lucia Maciel Barroso, historiadoras

FUNDOS DOCUMENTAIS

Fundo documental	Tipologia documental	Suporte material	Período	Obs.
Provedoria	Livros de Atas da Mesa Administrativa	papel	A partir de 1814 até o presente	Contemplam as reuniões ordinárias e extraordinárias da administração da Irmandade, suas eleições e deliberações gerais
Provedoria	Relatórios da Provedoria	papel	A partir de 1855 até o presente	Anualmente, o Provedor relata sobre a atuação administrativa institucional e os resultados sociais e financeiros das mordomias/ dos departamentos/das unidades
Provedoria	Compromissos da Irmandade	papel	1827 1857 1867 1883 1886 1898 1916 1931 1953 1982 1994 2005 2008 2017	Compromisso é o regulamento que orienta a administração das Santas Casas
Provedoria (Dossiê Irmandade)	- Livros de Índice de Irmãos - Livros de Entrada de Irmãos - Livros de Termo de Admissão dos Irmãos - Livros de Óbitos dos Irmãos	papel	A partir de 1825	
Direção Administrativa (Dossiê Patrimônio)	- Legados Pios - Doações - Testamentos - Terrenos - Títulos - Imóveis e - Tombamentos	papel	1799-1980	Informam sobre o patrimônio institucional, constituído de diversos bens, em diferentes séries
Direção Administrativa	Livros de Registros de Contratos	papel	1851-1938	Apresentam os contratos firmados entre a Instituição e os prestadores de serviços, empresas e outros

Direção Administrativa	Folhas de Pagamento	papel	A partir de agosto de 1925	
Direção Médica	Livros de Matrícula Geral de Enfermos	papel	1843-1929	Registro de entrada e saída dos enfermos e enfermas, com informações diversas, como nacionalidade, idade, endereço e profissão
Direção Médica	Livros de Porta	papel	1891-1918	
Direção Médica	Livros de Índice de Porta	papel	1899-1993	
Direção Médica	Livros de Registro de Entrada nas Enfermarias	papel	A partir de 1864	Registros de entrada e saída das enfermarias de homens, mulheres e crianças em diversas especialidades médicas
Cemitério	Livros de Registros de Óbitos de Escravos	papel	1850-1884	Além dos nomes dos escravizados, contém o nome dos seus proprietários e proprietárias
Cemitério	Livros de Registros de Óbitos de Pessoas Livres	papel	1850-1987	Contêm os nomes e os dados das pessoas sepultadas no Cemitério da Santa Casa
Cemitério	Livros de Óbitos dos Protestantes Alemães	papel	1856-1882	
Cemitério	Certidões de Óbito	papel	1919-2010	
Cemitério	Livros de Arrendamento	papel	1850-1991	Constituem o registro do aluguel (temporário) ou da compra de propriedade (perpétuo), nos espaços do Cemitério (mausoléus, jazigos, sepulturas, nichos e catacumbas)
Cemitério (Diversos)	- Livro de Atas das Deliberações do Cemitério - Livro de Termos de Enterramentos dos benfeitores da Santa Casa de Porto Alegre - Livro Ouro para registro dos donativos feitos para a construção da Capela São Joaquim - Livro de Registro de Donativos para a conclusão da Capela São Joaquim	papel	1850-1949	
Cemitério	Regulamentos do Cemitério	papel	1848 1889	

Dossiê Roda dos Expostos	- Livros de Matrícula Geral dos Expostos - Livros de Termo de Entrega dos Expostos - Livros de Expostos Lançados na Roda - Regimento da Casa dos Expostos - Legados de D. Izabel Bastos e Félix de Mattos - Requerimentos - Atestados - Correspondências	papel	1838-1934	Arrolam as normas, regulamentos, deliberações, além dos nomes de todas as crianças deixadas na Roda dos Expostos para o cuidado e a destinação da Santa Casa.
Dossiê Propriedades do Quarteirão	Papeis avulsos	papel	Século XVIII e início do século XIX	Sobre as propriedades da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
Dossiê Irmandade Santa Bárbara	- Livro de Atas - Compromisso da Irmandade - Matrícula de Irmãos	papel	1863-1909	
Dossiê José Bernardes Vieira	Correspondências	papel	Séculos XVIII e XIX	Mercador de escravos em Conceição do Arroio/Osório
Acervos Especializados				
Acervo de Hemeroteca	- Taxações de jornais (recortes de matérias referentes à Santa Casa, nos suportes papel e digital). - Periódicos (revistas e informativos, em sua maior parte edições produzidas pela Santa Casa)	papel e digital	Editados nos séculos XX e XXI	- Correio do Povo - Diário de Notícias - Folha da Tarde - Zero Hora - Jornal do Comércio - Jornal solidário - Revista Santa Casa Notícias - Revista Médica Santa Casa - Informativo Irmandade em Foco - Informativo Notícias da Casa - Mural Institucional
Acervo Cartográfico	Plantas, especialmente do quarteirão em que se situam seus hospitais e das propriedades que a Santa Casa tinha na cidade	papel e digital	Do final do século XIX até o presente	Além de plantas de demarcações de terrenos e de prédios, há também desenhos técnicos de carros funerários, de placas para enfermarias, de jardins e de catacumbas do cemitério
Acervo Fotográfico	As fotografias estão divididas em coleções, que mostram diversas unidades da Instituição e temáticas a ela relacionadas, como o quarteirão e o Cemitério, assim como seu crescimento ou dificuldades enfrentadas	papel e digital	Final do século XIX até o presente	

Acervo de Mídias	**Reportagens, entrevistas e notícias veiculadas em rádios e TVs ou relativos a eventos gravados, como discursos e palestras. Os vídeos registram programas de redes de televisão que se relacionam à Instituição, bem como os produzidos pela TV Santa Casa**	**digital**		
Acervo de História Oral	**As entrevistas focam os diversos fazeres da Instituição, com pessoas que possuem sua trajetória de vida ligada de alguma forma à Santa Casa. As entrevistas combinam a história temática com a história de vida, inserindo os depoentes no contexto social além da Santa Casa, ampliando o leque de memórias**	**papel e digital**	**A partir de 1994**	**Blocos temáticos:** **- Casinhas (ex-moradores de casas de aluguel pertencentes à Santa Casa);** **- Documentando a experiência da Pandemia COVID 19 na Santa Casa (Entrevistas que compõem o projeto interinstitucional "Documentando a experiência da Covid 19 no Rio Grande do Sul")** **- Doutor Darcy de Oliveira Ilha (acerca da história da Radiologia no Rio Grande do Sul)** **- Enfermagem** **- Entrevistas Gerais** **- Hospital da Criança Santo Antônio** **- Hospital Dom Vicente Scherer** **- Hospital Santa Rita** **- Hospital São Francisco** **- Hospital São José** **- Irmãs Franciscanas** **- Pavilhão Pereira Filho**
Acervo de Dossiês Especiais	**Mais de 7.000 obras nacionais e estrangeiras, que tratam de especialidades médicas, doentes/doenças em contextos sociais; histórias de hospitais; de Santas Casas do Brasil e de Portugal; de prevenção; de políticas de saúde; de educação sexual; de saúde da mulher; de homeopatia; de métodos de cura, entre outros temas**	**papel**	**A partir de século XIX**	

Obs.: O acesso aos documentos segue a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

PARTE VII

PROTOCOLO DE INTENÇÕES: AÇORES/PORTUGAL E RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, representada pelo Provedor Alfredo Guilherme Englert, juntamente com a Gerente do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre (CHC Santa Casa), Andréa Schüur Macagnan, a

coordenadora do Arquivo Central do CHC Santa Casa, Vera Lucia Maciel Barroso, e os apoiadores do II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana, a realizar-se no Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, entre os dias 10, 11 e 12 de junho de 2022, a saber: José Maria de Medeiros Andrade, Diretor Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores/Portugal; Susete Paula de Oliveira Peixoto Amaro, Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital do Governo Regional dos Açores/Portugal; Dr. Jorge Forjaz, genealogista dos Açores/Portugal; Aerta Grazzioli Moscon, Diretora do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e Coordenadora do Sistema Estadual de Arquivos do Rio Grande do Sul/Brasil; Letícia Bauer, Diretora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Brasil; Gunter Axt, Secretário Municipal de Cultura de Porto Alegre/RS-Brasil; Nelson Fernando Boeira, Diretor de Patrimônio e Memória da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre/RS-Brasil; Vera Lúcia Santos dos Santos, Diretora do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho/RS-Brasil; Pe. Ademar Agostinho Sauthier, Chanceler do Arcebispado de Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil; Vanessa Gomes de Campos, Diretora Técnica do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS-Brasil; Miguel Frederico do Espírito Santo, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Viviane Peixoto Hunter, Presidente da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil; renovam a intenção recíproca manifesta no Protocolo de Intenções, datado de 17 de junho de 2019, conforme segue:

- Considerando a relevância da necessária e profícua integração entre os arquivos dos Açores/Portugal e os do Rio Grande do Sul/Brasil, para potencializar as investigações acerca de História e Genealogia Açoriana;

- Considerando a necessidade de estabelecer relações entre os arquivos públicos e privados do Estado do Rio Grande do Sul para somar esforços na disponibilização de fontes documentais para o desvendamento da presença açoriana na formação da cidade de Porto Alegre e dos demais municípios do Estado;

- Considerando a importância das instituições arquivísticas de memória constituídas no Estado do Rio Grande do Sul, pelo papel de responsabilidade social que cumprem de dar acesso à informação;

- Considerando a atuação dos arquivos, como instituições de preservação da memória;

- Considerando as possibilidades de pesquisa no acervo arquivístico da Santa Casa de Porto Alegre para a história e genealogia açoriana;

- Considerando o interesse social e científico dos documentos de arquivo, dos Açores e os do Rio Grande do Sul, para a pesquisa histórica e genealógica;

- Considerando a necessária difusão das fontes custodiadas nos arquivos dos Açores e nos arquivos do Rio Grande do Sul, para potencializar as investigações históricas e genealógicas dirigidas à açorianidade.

- Considerando a oportunidade de reunir em um instrumento de pesquisa informações de relevância inestimável.

- Considerando que, em decorrência do estado de calamidade pública ocasionada pelo coronavírus, diversos eventos não puderam ser realizados, com a necessidade de serem adiados,

Acordam as partes o que segue:

O Arquivo Central do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, como coordenador e organizador do GUIA GERAL DE FONTES DOCUMENTAIS, estabelece como prazo final de recebimento das Fichas de Registros de Acervos Documentais com possibilidade de pesquisa de História e Genealogia Açoriana, existentes nos arquivos dos Açores e do Rio Grande do Sul, o dia 08 de março de 2022.

Para tanto, o Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, através do Arquivo Central do CHC, coordenará, organizará e produzirá a partir do recebimento das Fichas de Registros de Acervos Documentais, *o Guia Geral de Fontes Documentais: Arquivos dos Açores e do Rio Grande do Sul*, a ser publicado em E-book, com lançamento na Semana Nacional dos Arquivos/Arquivo Nacional-Brasil, em 11 de junho de 2022. Os aportes necessários para execução dessas metas estão condicionados à captação de patrocínios, doações e outras fontes de sustentabilidade promovidas pelo CHC Santa Casa para custeio de sua manutenção e programação. O E-book ficará hospedado no Portal Institucional do CHC Santa Casa de Porto Alegre/Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. E, também, estará custodiado no Portal do Centro de Conhecimento dos Açores – Direção Regional da Cultura/Secretaria da Educação e Cultura – Governo da Região Autônoma dos Açores/Portugal; no site da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul e no site do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Para quaisquer outras considerações e detalhamentos deste Protocolo de Intenções, será necessária a produção de outro termo complementar, com a anuência de todos os que aderiram ao presente Termo.

Porto Alegre, 23 de setembro de 2021.

Alfredo Guilherme Englert
Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS-Brasil

Andréa Schüur Macagnan
Gerente do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre/RS-Brasil

Jose Maria de Medeiros Andrade
Diretor Regional das Comunidades do Governo da Região Autônoma dos Açores/Portugal

Susete Paula de Oliveira Peixoto Amaro
Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital
Governo da Região Autônoma dos Açores/Portugal

Jorge Forjaz
Genealogista dos Açores/Portugal

Aerta Grazzioli Moscon
Diretora do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e Coordenadora do Sistema Estadual de Arquivos/RS-BRASIL

Letícia Bauer
Diretora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/RS-BRASIL

Gunter Axt
Secretário Municipal de Cultura de Porto Alegre/RS-BRASIL

Nelson Fernando Boeira
Diretor de Patrimônio e Memória da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre/RS-BRASIL

Vera Lúcia Santos dos Santos
Diretora do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho/RS-BRASIL

Pe. Ademar Agostinho Sauthier
Chanceler do Arcebispado de Porto Alegre/RS-BRASIL

Vanessa Gomes de Campos
Diretora do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS-BRASIL

Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/RS-BRASIL

Viviane Peixoto Hunter
Presidente da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul/BRASIL

Véra Lucia Maciel Barroso
Coordenadora do Arquivo Central do
Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre/RS-BRASIL

Lei de Incentivo à CULTURA

APRESENTA

ALIBEM · Da Mata Açúcar e Álcool · VIPAL BORRACHAS

PATROCÍNIO MASTER

agrogen · DORF KETAL · WHITE MARTINS · Docile · Grupo Sulina

PATROCÍNIO

madesa · BRDE · MARTINELLI ADVOGADOS · STIHL · BENOIT · Grupo Savar · FLORENSE · MEDLIVE · Dell Anno

APOIO CULTURAL

MARCHER BRASIL · DoctorClin · FAVORIT Aços Especiais

APOIO

ARQUIVO PÚBLICO · AHRS Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul · AHPAMV ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO · arquipoa.com

PROMOÇÃO

GOVERNO DOS AÇORES · Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul

REALIZAÇÃO

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre · CHC Centro Histórico Cultural Santa Casa Porto Alegre

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA · MINISTÉRIO DO TURISMO · PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

ISBN 978-65-5699-158-7